

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Línguas e Linguística: Tradução e Ciências da Linguagem

Área de especialização | Ciências da Linguagem

Dissertação

**Variação fonético-fonológica do português de Angola:
caraterísticas da variedade falada em Cabinda e suas
implicações profissionais na TPA**

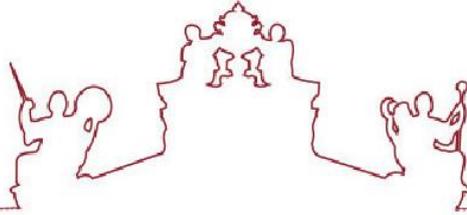
Valério Guimbi Sunda Massiala

Orientador(es) | Ana Paula Banza

Maria Celeste Matias Rodrigues

Évora 2019





Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Línguas e Linguística: Tradução e Ciências da Linguagem

Área de especialização | Ciências da Linguagem

Dissertação

**Variação fonético-fonológica do português de Angola:
caraterísticas da variedade falada em Cabinda e suas
implicações profissionais na TPA**

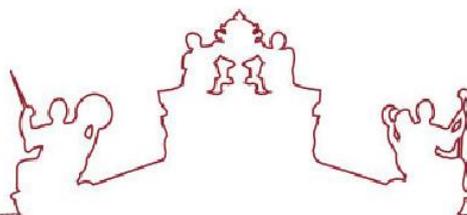
Valério Guimbi Sunda Massiala

Orientador(es) | Ana Paula Banza

Maria Celeste Matias Rodrigues

Évora 2019





A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

- Presidente | Fernanda Ribeiro Gonçalves (Universidade de Évora)
- Vogal | Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
- Vogal-orientador | Ana Paula Banza (Universidade de Évora)



"Se a sociedade é heterogénea, uma língua homogénea seria disfuncional."

Maria Helena Mira Mateus & Esperança Cardeira (2007)

Aos meus pais, Francisco Massiala e Alfonsina Dembi, filhos e esposa.

A todos os fiéis investigadores no mundo, em Angola e, muito em particular, na província de Cabinda, que trabalham arduamente no sentido de nunca ver o calar da ciência.

Agradecimentos

A conclusão deste trabalho de investigação resultou da conjugação de esforços tanto da minha parte quanto da parte de outras individualidades que, de maneira direta ou indireta, puderam contribuir a fim de que tudo corresse da melhor maneira possível.

Assim, devo agradecer:

A Deus pai todo-poderoso, por me ter dado saúde em abundância, proteção divina e sabedoria durante o longo período de redação desta dissertação.

Aos meus pais, pelo incentivo que nos têm dado, a mim e aos meus irmãos Januário, China, David, Manucha, Pelagi e Paulo, para sempre colocarmos a formação académica como uma das prioridades nas nossas vidas, entendendo que a formação é o bem pessoal e profissional mais precioso que um homem pode possuir dentro da sociedade.

À minha família, em geral, em particular os primos Januário Cuela "Man-Nelas" e Bartolomeu Sunda "Batex", por todos os apoios, aos meus filhos, Guivaldo Massiala e Givalda Massiala, por terem conseguido passar longas noites e dias em claro sem um pai por perto na hora em que mais precisaram.

Aos meus amigos em Cabinda/Angola: Clemente Nhangui Cuilo, Afonso Dembi, Carlos Meno, Zé Torres, Mário da Cruz, Tio Sanda, Filipe Losso Tati, Benvindo Vemba Gomes, Miguel Congo, Agostinho Cassequele e Vicente dos Anjos Luemba, pela força. Por outro, aos meus novos amigos/colegas que ganhei em Évora, principalmente o Luís Chimuku, o Tunga Samuel Tomás, o Flávio Lutete, o António Cordeiro, o Joaquim Pedro "Saint Pierre", o Armando José Nzinga, a Abigail Liliana Macedo Barbosa, a Maria Aparecida e a Eunice Cassova Venâncio, com os quais partilhei momentos de que certamente me lembrarei com grande nostalgia.

Os meus mais profundos e sinceros agradecimentos às minhas orientadoras, Professoras Doutoras Ana Paula Figueira Banza de Figueiredo Santos (da Universidade de Évora) e Maria Celeste Matias Rodrigues (da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), pela maneira muito sábia com que me conduziram ao longo do processo de redação desta dissertação; dou-lhes nota mil pelo facto de, por um lado, nunca se terem cansado de me orientar e, por outro, pelas excelentes relações interpessoais.

Nesta ordem de ideias, agradeço ainda a todos os Professores da Universidade de Évora, especialmente às professoras do Departamento de Linguística e Literaturas que durante o ano curricular foram incansáveis na transmissão dos conteúdos programáticos, nomeadamente as Professoras Doutoras Ana Paula Figueira Banza de Figueiredo

Santos, Ana Alexandra Lázaro Vieira da Silva, Fernanda Ribeiro Gonçalves, Maria Filomena Gonçalves, Maria João Broa Martins Marçalo e Maria do Céu Brás da Fonseca.

Não poderia deixar também de endereçar os meus agradecimentos, consideração e respeito à pessoa da Doutora Paula Henriques, Coordenadora da *Comissão Multissetorial para a Retificação do Acordo Ortográfico de 1990 da Língua Portuguesa em Angola, com Vista à sua Ratificação*, pela maneira sábia como lidera este projeto de interesse nacional.

Para terminar, agradeço à Direção do INAGBE-Instituto Nacional de Atribuição e Gestão de Bolsas de Estudos (Angola), por ter proporcionado a minha permanência em Portugal durante o período de formação.

A todos, um abraço fraterno e bem hajam!

Lista de Siglas e Acrónimos

CRA – Constituição da República de Angola

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

ILN - Instituto Nacional de Línguas

INAGBE - Instituto Nacional de Atribuição e Gestão de Bolsas de Estudos

INE – Instituto Nacional de Estatística

L1 – Língua Primeira

L2 – Língua Segunda

LP – Língua Portuguesa

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

PB – Português do Brasil

PE – Português Europeu

RGPH - Recenseamento Geral da População e Habitação

RPA - Radiotelevisão Popular de Angola

RTP - Rádio e Televisão de Portugal

RTPA - Rádio Televisão Portuguesa de Angola

RTPA - Radiotelevisão Popular de Angola

TPA – Televisão Pública de Angola

TV – Televisão

TVA – Televisão de Angola

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

VAP – Variedade Angolana do Português

VF – Variante Fonética

VPC – Variedade do Português de Cabinda

sg. – Singular

pl. - plural

Lista de símbolos do IPA pouco frequentes no PE

[r̥] - consoante vibrante múltipla/trill alveolar (formas concorrentes [R, ʀ, ʁ, ʁ̥, ʁ̥̥])

[ɾ] - consoante vibrante simples/flap alveolar (formas concorrentes [ɽ, ɽ̥, ɽ̥̥])

[ɹ] - consoante aproximante alveolar

[R̥] - consoante vibrante múltipla uvular

[R̥̥] - consoante vibrante simples uvular/oclusiva uvular vozeada

[ʀ̥] - consoante fricativa uvular vozeada

[χ̥] - consoante fricativa uvular não-vozeada

[ʁ̥] - consoante aproximante uvular

[x̥] - consoante fricativa velar não-vozeada

[ɯ̥] - vogal posterior alta não-arredondada

[j̥] - aproximante/glide palatal oral

[j̥̥] - aproximante/glide palatal nasal

[ə̥] - vogal média central não-arredondada

[ɪ̥] - vogal alta quase-aberta semi-centralizada

[v̥] - aproximante labiodental

[ʲ̥] - palatalização da consoante anterior

[h̥] - aspiração da consoante anterior

[w̥] - labialização e velarização da consoante anterior

[◌̥] - desvozeamento da consoante

[ɽ̥] - consoante vibrante simples retroflexa

[β̥] - consoante aproximante bilabial vozeada

[ð̥] - consoante aproximante dental/alveolar vozeada

[ɣ̥] - consoante aproximante velar vozeada

∅ - forma nula

[] - Transcrição fonética

/ / - Transcrição fonológica

< > - Transcrição ortográfica

Lista de Figuras e Tabelas

Figuras

Figura n.º 1 - Geografia da Língua Portuguesa no mundo.....	8
Figura n.º 2 - Etnografia de Angola.....	19
Figura n.º 3 - Bakamas de Cabinda.....	49
Figura n.º 4 - Cerimónia do Tchikumbi em Cabinda.....	49
Figura n.º 5 - Municípios e comunas de Cabinda.....	56
Figura n.º 6 - Logótipo da Televisão Pública de Angola.....	58
Figura n.º 7 - Logótipos da TPA 1, 2 e Internacional.....	59
Figura n.º 8 - Centro de Produção da TPA em Cabinda.....	61

Tabelas

Tabela n.º 1 – Flexão nominal (número): português / línguas <i>bantu</i>	17
Tabela n.º 2 - Grupo etnolinguístico <i>Bantu</i> e suas línguas.....	18
Tabela n.º 3 - Grupo etnolinguístico não <i>Bantu</i> e suas línguas.....	19
Tabela n.º 4 – Oposições fonológicas no kikongo (vogais breves).....	20
Tabela n.º 5 – Oposições fonológicas no kikongo (vogais breves e longas).....	21
Tabela n.º 6 – Oposições fonológicas no kikongo (contraste de consoantes simples)...	21
Tabela n.º 7 – Lista de pares mínimos do kikongo (contraste de consoantes simples e compostas/pré-nasalizadas).....	22
Tabela n.º 8 – Prefixos nominais do kikongo.....	23
Tabela n.º 9 – Alfabeto do kikongo.....	24
Tabela n.º 10 – Correlações grafema-som-segmento fonológico no kikongo (vogais breves).....	25
Tabela n.º 11 – Correlações grafema-som-segmento fonológico no kikongo (vogais longas).....	26
Tabela n.º 12 – Correlações grafema-som-segmento fonológico no kikongo (consoantes simples).....	26
Tabela n.º 13 – Correlações grafema-som-segmento fonológico no kikongo (consoantes compostas/pré-nasalizadas).....	27
Tabela n.º 14 – Sistema vocálico do PE.....	33
Tabela n.º 15 – Inventário das vogais fonéticas do PE.....	35
Tabela n.º 16 – Redução das vogais em posição átona.....	35

Tabela n.º 17 – Sistema consonântico do PE.....	37
Tabela n.º 18 - Ditongos crescentes com o formato [wa].....	38
Tabela n.º 19 – Distribuição das consoantes do PE na sílaba.....	40
Tabela n.º 20 – Tendência para abertura das vogais na VAP.....	42
Tabela n.º 21 – Vogais fonéticas da VAP.....	42
Tabela n.º 22 – Tendência para a monotongação dos ditongos na VAP.....	43
Tabela n.º 23 – Tendência para paragoge ou para apócope.....	43
Tabela n.º 24 – Tendência para a paragoge de [e] a seguir a /l/ e /ʃ/ em coda.....	43
Tabela n.º 25 – Tendência para a aférese.....	44
Tabela n.º 26 – Consoantes da VAP.....	44
Tabela n.º 27 – Fricativa palatal não vozeada [ʃ].....	45
Tabela n.º 28 – Vibrantes simples [r] e múltipla [R].....	46
Tabela n.º 29 – Fricativas palatais [ʃ] e [ʒ].....	46
Tabela n.º 30 – Pré-nasalização das consoantes do PE.....	47
Tabela n.º 31 – Simplificação da estrutura silábica na VAP.....	47
Tabela n.º 32 - Dados pessoais dos informantes.....	62
Tabela n.º 33 – Situação linguística dos informantes.....	63
Tabela n.º 34 – Ocorrência do /e/ átono inicial - (PE [i]).....	68
Tabela n.º 35 – Ocorrência do /e/ átono medial - (PE [i̠]).....	70
Tabela n.º 36 – Ocorrência do /e/ átono final - (PE [i̠]).....	71
Tabela n.º 37 – Ocorrência do /ɛ/ átono medial – (PE [ɛ]).....	72
Tabela n.º 38 – Ocorrência do /a/ átono inicial – (PE [ɐ]).....	73
Tabela n.º 39 – Ocorrência do /a/ átono medial – (PE [ɐ]).....	74
Tabela n.º 40 – Ocorrência do /a/ átono final - (PE [ɐ]).....	75
Tabela n.º 41 – Ocorrência do /o/ átono inicial - (PE [o]).....	76
Tabela n.º 42 – Ocorrência do /ɔ/ átono medial - (PE [ɔ]).....	77
Tabela n.º 43 – Ocorrência do /o/ átono medial - (PE [u]).....	77
Tabela n.º 44 – Ocorrência do /o/ átono final - (PE [u]).....	78
Tabela n.º 45 – Ocorrência do /i/ átono inicial - (PE [i]).....	79
Tabela n.º 46 – Ocorrência do /i/ átono medial - (PE [i]).....	79
Tabela n.º 47 – Ocorrência do /ɛ/ acentuado medial - (PE [ɛ]).....	80
Tabela n.º 48 – Ocorrência do /e/ acentuado medial - (PE [e]).....	81
Tabela n.º 49 – Ocorrência do /a/ acentuado medial - (PE [a]).....	81
Tabela n.º 50 – Ocorrência do /ɔ/ acentuada inicial - (PE [ɔ]).....	82

Tabela nº 51 – Ocorrência do /ɔ/ acentuado medial - (PE [ɔ]).....	83
Tabela nº 52 – Ocorrência do /o/ acentuada medial - (PE [o]).....	83
Tabela nº 53 – Ocorrência do ditongo oral decrescente <ei> - (PE [ɛj]).....	84
Tabela nº 54 – Ocorrência do ditongo oral decrescente <ou> - (PE [o]).....	85
Tabela nº 55 – Ocorrência do ditongo oral decrescente <ai> - (PE [aj]).....	86
Tabela nº 56 – Ocorrência do ditongo oral decrescente <oi> - (PE [oj]).....	87
Tabela nº 57 – Ocorrência do ditongo nasal decrescente <õe> - (PE [õj̃]).....	87
Tabela nº 58 – Ocorrência do ditongo nasal decrescente - (PE [ẽj̃]).....	89
Tabela nº 59 – Ocorrência do ditongo nasal decrescente <ãe> - (PE [ẽw̃]).....	90
Tabela nº 60 – Ocorrência da consoante palatal /ɲ/ - (PE [ɲ]).....	90
Tabela nº 61 – Ocorrência da consoante palatal /ʎ/ - (PE [ʎ]).....	91
Tabela nº 62 – Ocorrência do /r/ em ataque inicial – (PE r forte).....	92
Tabela nº 63 – Ocorrência do /r/ em ataque medial – (PE r forte).....	93
Tabela nº 64 – Ocorrência do /r/ em posição de ataque ramificado – (PE [r]).....	94
Tabela nº 65 – Ocorrência do /r/ em ataque simples medial /interno – (PE [r]).....	95
Tabela nº 66 – Ocorrência do /r/ em coda – (PE [r]).....	96
Tabela nº 67 – Pergunta 2 do questionário.....	100
Tabela nº 68 - Pergunta 3 do questionário.....	100
Tabela nº 69 - Pergunta 4 do questionário.....	101
Tabela nº 70 – Pergunta 5 do questionário.....	101
Tabela nº 71 – Pergunta 6 do questionário.....	102
Tabela nº 72 – Pergunta 7 do questionário.....	103
Tabela nº 73 - Pergunta 8 do questionário.....	103
Tabela nº 74 – Pergunta 9 do questionário.....	104

Resumo

O português é uma língua pluricêntrica que apresenta, pelo menos, dois centros difusores de norma linguística no mundo, um em Portugal e outro no Brasil. A existência destes centros não impede que exista variação linguística regional, social e individual nos respetivos países e esta variação está também presente nas demais variedades não padrão do português.

Nesta medida, o nosso trabalho de investigação tem como principal objetivo estudar a variação sincrónica diatópica do português, nomeadamente a variedade angolana do português (VAP), na região de Cabinda, em particular, centrando-se assim sobre a análise das particularidades fonético-fonológicas desta variedade manifestadas pelos jornalistas do Centro de Produção da TPA em Cabinda e das implicações que essas particularidades têm no seu desempenho profissional, que por vezes resultam em prejuízo para os mesmos. O estudo baseia-se, nomeadamente: (1) num conjunto de textos lidos por cada um dos nossos informantes (jornalistas), que permitirão identificar as marcas linguísticas da variedade falada em Cabinda, (2) nas respostas dadas pelos jornalistas ao questionário escrito e (3) nos resultados obtidos nas entrevistas realizadas aos membros de direção da TPA em Cabinda e jornalistas.

O trabalho é constituído por quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Revisão Bibliográfica*, abordaremos questões relativas à variação linguística do português europeu e do português falado em Angola. No segundo capítulo, o da *Metodologia*, apresentaremos a descrição dos *corpora* e do modo como os dados foram obtidos e tratados. No terceiro capítulo, dedicado à *Apresentação e Discussão dos Dados*, procuraremos apresentar, analisar e discutir os resultados dos dados recolhidos. Finalmente, no quarto capítulo, *Conclusões*, faremos uma síntese dos principais resultados a que a análise dos dados conduziu, tendo em atenção os principais aspetos da variação linguística que tornam diferente o português falado em Angola na Província de Cabinda, mais particularmente na TPA, em relação ao português falado em Luanda e à norma do português europeu.

Palavras-chave: variação; norma; implicações; pluricentrismo; português de Angola.

Abstract

Phonological-phonetic Variation in the Portuguese of Angola: Characteristics of the spoken variety in Cabinda and its professional implications at TPA

Portuguese is a pluricentric language that has at least two centers of linguistic norm diffusion in the world, one in Portugal and the other in Brazil. The existence of these centers does not prevent the existence of regional, social and individual linguistic variation in the respective countries, and this variation is also present in other non-standard Portuguese varieties.

In this sense, our research work has as main objective to study the diatopic synchronic variation of Portuguese, namely its Angolan variety of Portuguese (VAP), in the Cabinda region, in particular, focusing on the analysis of phonological-phonetic particularities of this variety manifested by the journalists of the TPA Production Center in Cabinda and the implications that these particularities have on their professional performance, which sometimes results in negative judgment of values. In particular, the study is based on: (1) a set of texts read by each of our informants (journalists), to identify the linguistic marks of the variety spoken in Cabinda; (2) the answers given by journalists to the written questionnaire and (3) the results obtained from interviews made by TPA board members in Cabinda and journalists.

The work consists of four chapters. In the first chapter, entitled *Bibliographic Review*, we will address issues related to the linguistic variation of European Portuguese and Portuguese spoken in Angola; In the second chapter, *Methodology*, we present the description of the corpora, and how the data were obtained and how they will be treated; In the third chapter, dedicated to *Data Presentation and Discussion*, we will seek to present, analyze and discuss the results of data collected from different types; In the fourth chapter, related to *General Conclusion of the Work*, we will summarize the main results that the analysis of the data led to, taking into account the main aspects of linguistic variation that make Portuguese spoken in Angola different in Cabinda Province, more particularly in the TPA, in relation to the European Portuguese standard.

Keywords: variation; standard; implications; pluricentrism; portuguese from Angola.

Índice Geral

Agradecimentos	VI
Lista de Siglas e Acrónimos	VIII
Lista de símbolos do IPA pouco frequentes no PE	IX
Lista de Figuras e Tabelas	X
Resumo	XIII
Abstract	XIV
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	5
1. Variação linguística	5
1.1. Pluricentrismo linguístico	6
2. Norma linguística.....	9
2.1. Avaliação linguística.....	11
3. Situação e caracterização das línguas locais de Angola	12
4. Grupos etnolinguísticos de Angola.....	15
4.1. O kikongo (grupo etnolinguístico Bakongo)	20
4.1.1. O kikongo: Fonologia, Morfologia e Ortografia.....	20
4.1.1.1. Sistema fonológico do kikongo	20
4.1.1.2. Morfologia do kikongo	23
4.1.1.3. Ortografia do kikongo.....	24
5. Situação e caracterização da língua portuguesa em Angola	28
5.1. Os portugueses em Angola.....	28
5.2. A língua portuguesa em Angola	30
5.3. O português europeu.....	32
5.3.1. O Sistema fonológico do português europeu (PE)	32
5.3.1.1. Sistema vocálico do PE.....	32
5.3.1.2. Sistema consonântico do PE	36
5.3.1.3. Segmentos do PE na sílaba e na palavra	39
5.4. O sistema fonológico da variedade angolana do português (VAP) em relação à norma do PE	41
5.4.1. Vocalismo da VAP	41
5.4.2. Consonantismo da VAP	44

5.5. O enclave de Cabinda.....	48
5.5.1. O ibinda	50
5.5.2. O português em Cabinda	52
CAPÍTULO II – METODOLOGIA	54
1. Local de pesquisa	54
1.1. Cabinda	54
1.2. A TPA	56
1.2.1. A TPA em Cabinda.....	60
2. População e amostra.....	61
2.1. Constituição dos <i>corpora</i>	64
2.1.1. Produção oral (gravação).....	64
2.1.2. Amostra de produção escrita.....	66
3. Tratamento dos dados	66
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	68
1. Resultados referentes às estruturas linguísticas observadas nas leituras	68
2. Resultados obtidos no questionário e nas entrevistas	99
2.1. Os resultados obtidos no questionário.....	100
2.2. Os resultados obtidos nas entrevistas	105
CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES	110
BIBLIOGRAFIA	115
ANEXOS.....	121
Anexo I - Transcrição ortográfica dos textos lidos pelos jornalistas	121
Anexo II - Transcrição Fonética dos textos lidos por cada jornalista	125
Anexo III - Frequência Geral de Ocorrências por Estrutura	169
Anexo IV - Questionário Aplicado aos Jornalistas.....	182
Anexo V - Transcrição ortográfica das entrevistas efetuadas pelos membros de direção da TPA em Cabinda e jornalistas.....	185

INTRODUÇÃO

"Uma determinada língua nunca é, numa dada época, lugar e grupo social, igual ao que era numa outra época, num outro lugar e num outro grupo social" (Xavier e Mateus 2007, p. 760).

Devido à situação de multilinguismo existente em Angola e à proximidade histórica com a língua portuguesa, esta é a língua oficial em Angola. Neste contexto, a variedade europeia (PE) é geralmente sobrevalorizada. É essa a variedade da língua que é preferida para difusão no ensino escolar e nos meios de comunicação social; funciona também como "língua franca" para comunicação de populações com diferentes línguas maternas, como L1 para um número cada vez mais elevado de falantes e como L2 também para muitos outros.

A sobrevalorização da variedade europeia pode gerar juízos de valor negativos em relação à variedade angolana, podendo acarretar prejuízo para determinados falantes e, em particular, para certas classes profissionais. Este trabalho de dissertação de Mestrado em Línguas e Linguística, inserido no ramo das Ciências da Linguagem, investiga concretamente a situação linguística dos jornalistas da TPA em Cabinda, por alguns se sentirem excluídos da locução dos seus próprios textos, devido à utilização de marcas linguísticas que são entendidas pelos diretores da TPA como desvios ao padrão. Essas marcas linguísticas, no entanto, apesar da sua diferença relativamente ao PE, não deveriam ser fator de exclusão se fossem compreendidas como típicas da variedade linguística da região de Cabinda.

Este facto, pacífico entre os estudiosos da língua, não é conhecido por todos os elementos da comunidade de falantes e, por isso, existem discriminação e juízos preconceituosos em relação à fala de outros falantes com relativa frequência na sociedade. Dito de outra maneira, alguns atores sociais menos entendidos em matéria de variação linguística têm a ideia de que existe uma maneira única e correta de usar a língua. Com efeito, do ponto de vista linguístico, esta ideia é contrária ao que deve ser a verdadeira interpretação da variação linguística como facto natural e intrínseco à própria natureza da língua, uma vez que todas as línguas são sujeitas à variação.

Assim, a variedade do português falado em Cabinda é necessariamente diferente de qualquer outra e, no entanto, tão legítima como as outras variedades do português.

Objetivos

Todo o trabalho de investigação, em qualquer domínio que seja, é sempre guiado por objetivos gerais e específicos. Se, por um lado, os objetivos gerais se prendem com um panorama mais global e abrangente do assunto que se quer desenvolver, os objetivos específicos tornam essa visão panorâmica mais efetiva.

O presente trabalho incidirá sobre a variação sincrónica diatópica do português, nomeadamente sobre a sua variedade angolana (VAP), na região de Cabinda. Centra-se, em particular, no estudo das particularidades fonético-fonológicas desta variedade manifestadas pelos jornalistas da TPA Cabinda que poderão estar na base dos juízos de valor negativos atribuídos, por vezes, à sua *performance* linguística.

Objetivo geral:

- 1- Contribuir para o conhecimento da variação linguística na fala em português dos jornalistas da TPA em Cabinda e das implicações que isso pode ter no seu desempenho profissional.

Objetivos específicos:

- 1- Identificar as características da leitura dos jornalistas da TPA para perceber se a existência de alguma ou algumas delas na sua leitura pode(m) estar na base da discriminação de que alguns se sentem alvo;
- 2- Explicar as particularidades da fala dos jornalistas que se distanciam da norma do PE e do Português de Angola;
- 3- Descrever, através das respostas dos jornalistas ao questionário aplicado, os níveis da aceitação da variação linguística na TPA em Cabinda;
- 4- Fazer uma análise reflexiva sobre as entrevistas concedidas pelos membros da direção da TPA em Cabinda e jornalistas; entrevistas relativas ao uso linguístico dos jornalistas em português.

Perguntas de partida

As perguntas de partida em trabalhos de investigação servem de elementos condutores para a solução do problema apresentado em relação a uma dada temática. Nesta medida, para este trabalho específico, elegemos como perguntas de partida as seguintes:

- 1- Existem diferenças sensíveis do português de Cabinda em relação ao português europeu e ao de outras regiões de Angola?
- 2- Se sim, em que áreas da gramática essas diferenças são mais sensíveis?
- 3- Essas diferenças são reconhecidas e valorizadas ou desvalorizadas pelos falantes?

Hipóteses

- 1- Os traços fonéticos das leituras dos jornalistas da TPA divergentes do PE são em número reduzido.
- 2- A frequência dos traços divergentes face ao PE nas leituras efetuadas pelos jornalistas da TPA é baixa, não justificando a discriminação de que se sentem alvo.
- 3- Os fenómenos da variação linguística observados nas entrevistas analisadas são avaliados negativamente pelos membros de direção da TPA.

Síntese da abordagem metodológica

Este trabalho de investigação tem por base dois *corpora*, um oral e um escrito. O *corpus* oral, recolhido *in loco*, inclui dois tipos de dados: gravações de leituras de textos realizadas por quinze jornalistas participantes no estudo; gravações de entrevistas com testemunhos dos quinze jornalistas, com o objetivo de apurar as características da sua produção linguística em português e, ao mesmo tempo, as suas opiniões acerca da existência possível de eventuais juízos de valor negativos face a estes profissionais; entrevistas com dois membros de direção da TPA em Cabinda em que a questão do uso da língua pelos jornalistas é colocada. O *corpus* escrito é constituído por um inquérito respondido por quinze jornalistas, com o objetivo de avaliar as implicações da variação linguística nesta cadeia televisiva.

O trabalho consiste na análise de algumas das características das leituras destes profissionais, para identificação das marcas linguísticas da variedade, na análise das opiniões expressas pelos jornalistas e pelos membros da direção sobre este assunto e, por outro lado, na avaliação das respostas obtidas no inquérito.

Assim, cruzam-se necessariamente várias áreas e referem-se múltiplos tópicos de natureza diferente: uns de natureza linguística e outros de natureza histórica e social. Faremos, por isso, um enquadramento histórico da TPA, nomeadamente na região de Cabinda; uma descrição global da situação linguística em Angola e em Cabinda; uma revisão do estatuto do português em Angola e das suas características e, em particular,

em Cabinda. Seguidamente, apresentaremos as características linguísticas básicas da pronúncia portuguesa (PE), tida como modelo nos meios de comunicação social de Angola.

Mais adiante, serão apresentados os dados quantitativos e qualitativos relacionados com as opiniões expressas pelos profissionais da TPA, as respostas resultantes dos inquéritos e a identificação e descrição básica dos fenómenos fonéticos mais representados nas leituras, tendo em conta as transcrições fonéticas de base perceptiva que foram realizadas por nós e revistas por dois falantes portugueses, especialistas em fonética e fonologia.

Na parte final, apresenta-se uma breve conclusão, que, em face dos resultados obtidos, aponta para a existência de juízos de valor negativos na TPA em relação ao falar de Cabinda, uma vez que certos jornalistas são impedidos de ler as notícias por apresentarem características típicas da sua variedade do português que, não sendo padrão, são tidas como prejudiciais à difusão massificada da variedade europeia do português neste país multilingue.

Esboço do trabalho

O trabalho é constituído por quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Revisão Bibliográfica*, abordaremos questões relativas à variação linguística do português.

No segundo capítulo, o da *Metodologia*, apresentaremos a descrição dos *corpora* e o modo como os dados foram obtidos e como serão tratados.

No terceiro capítulo, dedicado à *Apresentação e Discussão dos Dados*, procuraremos apresentar, analisar e discutir os resultados dos dados recolhidos, bem como testar as hipóteses levantadas.

No quarto capítulo, *Conclusões*, faremos uma síntese dos principais resultados a que a análise dos dados conduziu, tendo em atenção os principais aspetos da variação linguística que tornam diferente o português falado em Angola na Província de Cabinda, mais particularmente na TPA, em relação à norma do português europeu.

Definiremos ainda linhas de investigação futuras e apresentaremos algumas sugestões tendentes a minimizar a existência de situações de discriminação linguística.

CAPÍTULO I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As línguas humanas são, em verdade, mais do que excelentes instrumentos de comunicação. São, também, reflexo da cultura de um povo. São, além disso, parte da cultura de um povo. São ainda mais do que isto: são mecanismos de identidade. Um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua. (Scherre 2005, p. 10).

1. Variação linguística

A variação¹ é uma característica distintiva das línguas naturais face às línguas artificiais. Nas línguas naturais, a variação pode ser associada a diferentes fatores, nomeadamente discursivos, sociais, geolinguísticos e históricos e pode afetar todas as áreas da gramática de maneira natural. De acordo com Mateus e Cardeira (2007, p. 43), entre estes fatores, uns incidem sobre causas internas (do funcionamento do próprio sistema), e outros incidem sobre causas externas (decorrentes do contacto com outras línguas e com outras culturas).

Segundo Mateus & Nascimento (2005, p. 23), "o contacto com outras línguas e com outras realidades sociais, culturais e políticas é uma das principais causas de [...] variação, uma causa exterior que provoca alterações internas". Também para Martinet (1985, p. 171), além de causas internas, essencialmente associadas à natureza prioritariamente oral das línguas, a variação "...ocorre quando existe uma convivência entre povos cujos sistemas de comunicação são diferentes".

Como se sabe, na grande maioria das vezes em que os falantes usam uma determinada língua, fazem-no para a satisfação das suas necessidades comunicativas, em particular de interação social, e essa interação desenrola-se de forma dinâmica. Dito de outra maneira, as línguas são dinâmicas porque, no quotidiano, são partilhadas por falantes de diferentes culturas, elas próprias dinâmicas, tal como os próprios falantes e tudo o que os rodeia. Assim, é impensável não existir variação linguística e, de facto, não há nenhuma comunidade de falantes com uma extensão significativa, em qualquer

¹ O conceito de *variação* é, às vezes, confundido, em termos teóricos, com os de *variedade*, *variante* e *variável*. *Variação* é um fenómeno que faz com que nenhuma língua seja homogénea. Não está limitado a um dos níveis da gramática, dado que, tal como explicam Cunha & Cintra (2014, p. 4) "...a variação é [...] inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os níveis: fonético, fonológico, morfológico, sintático, etc."; *variedade* - representa a fala de uma comunidade de modo global, considerando-se todas as suas particularidades, tanto categóricas quanto variáveis; *variante* - refere-se às formas individuais que concorrem numa variável. Existem variantes padrão (por exemplo, conservadoras / inovadoras, de prestígio) e não padrão (conservadoras / inovadoras, tendencialmente mais marcadas / estigmatizadas); *variável* - corresponde a um aspeto ou categoria da língua que se encontra em variação.

ponto do globo, que seja homogénea. Neste dinamismo linguístico, a área da fonética e a do léxico são as que mais variam.

Segundo Cunha & Cintra (2014, p. 4), "uma língua apresenta, pelo menos, três tipos de diferenças internas, que podem ser mais ou menos profundas:

- 1.º) diferenças no espaço geográfico, ou **VARIAÇÃO DIATÓPICA** (falares locais, variedades regionais e, até, intercontinentais);
- 2.º) diferenças entre as camadas socioculturais, ou **VARIAÇÃO DIASTRÁTICA** (nível culto, língua padrão, nível popular, etc.);
- 3.º) diferenças entre os tipos de modalidade expressiva, ou **VARIAÇÃO DIAFÁSICA** (língua falada, língua escrita, língua literária, linguagens especiais, linguagem dos homens, linguagem das mulheres, etc.)."²

No caso particular do português, a língua, ao ser levada para outras partes do mundo, contacta com diversas línguas autóctones, razão pela qual recebe alguns vocábulos e características fonéticas e sintáticas dessas mesmas línguas, tal como também as influencia. Fruto desse contacto, surgem diferentes variedades da língua portuguesa, hoje uma língua pluricêntrica.

1.1. Pluricentrismo linguístico

De acordo com Clyne (1992, p. 1), em linguística:

The term pluricentric was employed by Kloss (1978) to describe languages with several interacting centres, each providing a national variety with at least some of its own (codified) norms. Pluricentric languages are both unifiers and dividers of peoples. They unify people through the use of the language and separate them through the development of national norms and indices and linguistic variables with which the speakers identify.

²Em relação à variação de natureza sincrónica, vale ainda acrescentar que a *variação diatópica* (do grego *topos*, que quer dizer *região, espaço* ou *lugar*) também chamada dialetal – é estudada no âmbito da dialectologia, que visa explicar os fenómenos da variação que sucedem nos diferentes pontos onde uma dada língua se encontra difundida; a *variação diastrática* (do grego *stratos*, que quer dizer *nível, camada*) – é estudada no âmbito da sociolinguística, que procura perceber as diferentes maneiras como a língua é falada por grupos sociais de diferentes estratos, socioeconómico, socioprofissional e sociocultural; a *variação diafásica* (do grego *phasis*, que quer dizer *fala*), também designada variação de registo ou, se se preferir, individual - é estudada no âmbito da pragmática e da análise do discurso, que visam analisar os fenómenos da variação que refletem a fala individual dos falantes (cf. Cunha & Cintra, 2014, p. 4; Mateus & Cardeira, 2007, p. 80).

Quando uma língua é divulgada e difundida, esta desempenha variadíssimas funções na vida dos falantes. Uma destas funções é a de funcionar como língua de intercomunicação nacional entre os povos. O português, em particular, é uma língua que se considera verdadeiramente pluricêntrica.

Clyne (1992, p. 1) e Muhr (2012, p. 30) defendem que uma língua pode apresentar diversos "graus" de pluricentrismo, consoante os critérios que preencha: ocorrer em pelo menos dois países; apresentar suficiente distância linguística; ser língua oficial em pelo menos dois países; ser aceite pela comunidade como língua pluricêntrica; ser relevante para a identidade social; possuir codificação em curso ou completa e ser ensinada, promovida e disseminada. Segundo estes critérios, o português pode ser considerado uma língua verdadeiramente pluricêntrica, na medida em que, devido às suas circunstâncias históricas, preenche todos os critérios enunciados.

Segundo Banza & Gonçalves (2018, p. 37), o processo de expansão do português:

inicia-se com as navegações, a partir do séc. XV, e coincide com o momento em que a língua portuguesa, como resultado desse movimento, é transportada para fora da Península Ibérica e levada a outras terras e outras gentes, dando início ao processo de expansão que faria do português uma língua pluricêntrica.

Cambuta (2014, p. 16), por sua vez, refere que:

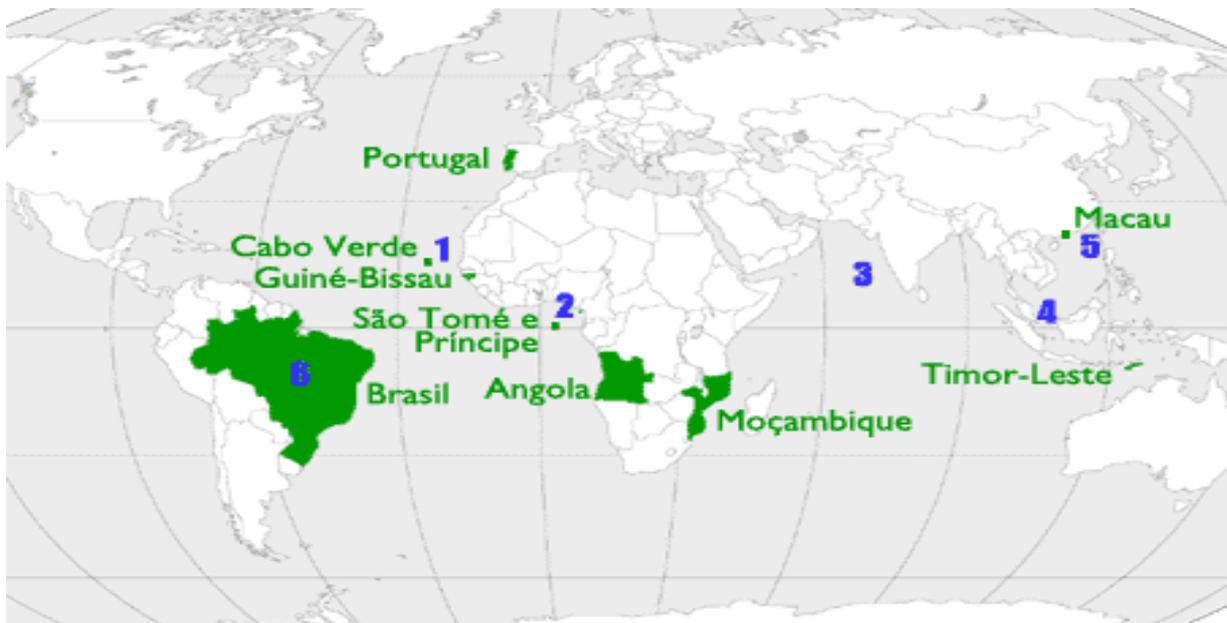
o século XV foi determinante para aquilo a que poderíamos chamar globalização da época. A saída de Portugal e dos outros países europeus para fora das fronteiras do continente velho abriu um novo horizonte no olhar a história política, social, linguística e até mesmo religiosa.

Percebe-se, assim, que a expansão do português se deveu, por um lado, às grandes navegações lusas feitas pelo mundo e que se faziam acompanhar da língua de Camões e, por outro, à constituição de colónias portuguesas nos continentes Americano, Africano e Asiático. Em todas as regiões em que o processo de colonização portuguesa se fez sentir, o português acabou por se impor, mas, necessariamente, com marcas próprias e distintas em cada uma delas.

De acordo com Raposo *et al.* (2013, p. 71), o atual estatuto e a percentagem da população que fala a língua portuguesa em cada um destes continentes são bastante variáveis. Este estatuto variável de que o português goza nas regiões em que se encontra disseminado é explicado nos seguintes termos:

- (1) Na Europa, Portugal, o português é, por um lado, língua materna para toda a população e, por outro, é língua oficial;
- (2) Na América do Sul, Brasil, o português é língua oficial e língua materna para a grande maioria da sua população; uma minoria fala línguas ameríndias;
- (3) Em África, o português é língua oficial, nomeadamente em Angola, Cabo-Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. De referir que, para o caso particular de Angola, onde há um número já muito significativo de falantes do português como L1, o português é também língua segunda e língua de escolaridade³;
- (4) Na Ásia, em Timor-Leste, o português é língua oficial, a par do tétum, embora seja maioritariamente língua segunda. Iguamente em Macau, a par do cantonês, tem-se o português como uma das línguas oficiais (cf. Raposo & *et. al.*, 2013, p. 74).⁴

Figura n.º 1: Geografia da Língua Portuguesa no mundo



Fonte: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/index.html>.

³ No presente trabalho, utilizam-se os termos L1, L2 e Língua oficial nas seguintes aceções: L1 – a primeira língua com que a criança toma contacto logo ao nascer; L2 – a(s) língua(s) que um falante aprende ou adquire depois da L1; Língua oficial – a língua que um certo Estado soberano escolhe e consagra na sua Constituição para servir os interesses comunicativos do país em todos os atos oficiais, quer a nível interno, quer a nível externo.

⁴ A par da realidade que acima se apresenta, relativa ao estatuto do português em diferentes partes do mundo, na Ásia, o português ainda resiste na Índia, nas antigas regiões de Goa, Damão, Diu e Malaca, que integravam a chamada Índia Portuguesa e que depois foram reconquistadas pela República Indiana, em 1961. No entanto, aí, o português é falado apenas no âmbito familiar e utilizado em algumas manifestações culturais (cf. Raposo *et. al.*, 2013).

Para a lusofonia, comunidade feita de diferentes povos e nações unificados pela língua portuguesa, é um motivo de grande orgulho e satisfação saber que, nos dias que correm, o português, por um lado, se encontra entre as primeiras seis línguas mais faladas do mundo, facto que o torna uma língua global, e, por outro, entre as dez línguas maternas mais faladas do mundo, aparece na quarta posição, a seguir ao mandarim, espanhol e inglês, e é atualmente falado por 266 milhões de pessoas no mundo (cf. Reto, Machado & Esperança, 2018, p. 52).

Vale ainda dizer que o português é língua de comunicação e/ou de trabalho de que dezassete organizações internacionais se servem, nomeadamente: Organização dos Estados Americanos (OEA), Mercado Comum do Sul (Mercosul), Associação Latino-Americana de Investigação (ALADI), União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL), Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), União Africana (UA), Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), União Europeia (UE), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização Mundial da Saúde (OMS), Comunidade de Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Mercado Comum da África Ocidental e Austral (COMESA) (cf. Reto, Machado & Esperança, 2018, pp. 96-97).

2. Norma linguística

Naturalmente, toda a língua que desempenha a função de língua oficial, de escolaridade e de comunicação nacional é sempre um veículo de normalização linguística, porque visa estabelecer a comunicação entre todos os seus falantes, quer pela modalidade escrita, quer pela oralidade, embora a pressão normativa seja mais premente na escrita. A norma permite controlar os fenómenos da variação linguística, uniformizando, ou tentando uniformizar, o uso.

Castilho (2002, p. 29), ao abordar o conceito de norma, afirma que "há um conceito amplo e um conceito estrito. No primeiro caso, a norma é entendida como um factor da coesão social. No segundo, ela corresponde aos usos e aspirações da classe social de prestígio."

A língua portuguesa, em particular, apresenta duas normas oficialmente reconhecidas, a do PE e a do PB. As regiões que representam a norma culta do português, tanto em Portugal quanto no Brasil, são consideradas como as regiões de maior poder, sob o ponto de vista político, social, cultural e económico, associando-se também a norma às classes mais cultas dessas regiões.

Nesta ordem de ideias, a norma do PE corresponde às camadas urbanas ou aos traços linguísticos próximos da variedade urbana culta utilizada na área geográfica compreendida entre Lisboa e Coimbra, ao passo que a norma do PB corresponde às camadas urbanas mais cultas das regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo. Vale referir que, entre as duas variedades, considera-se a do PE como a dominante em relação à do PB, na medida em que o PB é variedade nativizada (estabelecida em contexto de colonização) e o PE a variedade nativa.

Nos países africanos de expressão portuguesa, a norma do português europeu é a vigente em todos os domínios da vida política, social e económica. Todavia, é um facto que o português falado nestas regiões não é igual ao de Portugal, na medida em que apresenta marcas próprias, fruto de contacto linguístico entre a língua portuguesa e as línguas locais, como o *kikongo* (uma das línguas de Angola), o *echirima* (de Moçambique), o *fula* (da Guiné-Bissau), entre outras línguas.

A norma linguística é escolhida por uma comunidade a fim de que sirva de modelo de comunicação, sobretudo no que à escrita diz respeito. A variedade correspondente à norma-padrão é geralmente mais valorizada do que outras maneiras de utilizar a língua. Essa valorização, no entanto, não se prende com fatores de ordem linguística, mas antes com fatores de ordem extralinguística.

Em Portugal, por exemplo, considera-se habitualmente que o português falado pelas classes cultas da região Coimbra-Lisboa e, de um modo geral, difundido pelos meios de comunicação social constitui o padrão do PE. Três dos traços em que se baseia esta identificação do português padrão são a não neutralização da oposição fonológica entre /b/ e /v/, que é feita em outras zonas de Portugal, a existência da versão centralizada do ditongo [ej] → [ej] e a versão monotongada do ditongo [ow] → [o].

A Linguística desvaloriza a ideia de que as variedades que não se identificam com a norma usam formas linguísticas menos boas, em relação às outras, e, por outro lado, a norma não é, de facto, do ponto de vista linguístico, melhor do que outras variedades, mas apenas aquela que foi eleita como "agregadora", controlando, assim, a heterogeneidade das línguas em todos os contextos formais. Conforme Miguel (2014, p.

35) afirma, "todos os falantes são pautados por um padrão linguístico, cuja correção requer obediência à norma."

Ainda assim, um dos maiores mal-entendidos sobre a norma linguística tem a ver com a ideia de que esta seja sinónimo de correção, ou seja, o correto, face ao incorreto, na língua. No entanto, norma não é sinónimo de correção, na medida em que corresponde a uma variedade, em todos os seus aspetos idêntica em importância às demais variedades da língua. Ela não é a melhor e não é a menos boa (cf. Castilho, 2002, p. 185). Os conceitos de norma e variação contrabalançam-se: se, por um lado, a norma linguística se revela como instância de unidade, a variação linguística, por sua vez, caracteriza-se como instância de diversidade, ou seja, existe um equilíbrio entre norma e variação. Em suma, a variação convive com a norma e, depois de um certo período de tempo, pode, ou não, alterar a própria norma.

2.1. Avaliação linguística

A forma como os falantes usam a língua é, em cada momento, indicativa da maneira como a língua evolui e a própria norma também muda, ou seja, muitas vezes, aquilo que começa por ser variação acaba por se transformar em mudança, que depois se cristaliza e se transforma em norma. No entanto, como acima se referiu, não é esta a perspetiva de muitos falantes sobre as relações entre norma e variação.

Segundo Mateus, Falé & Freitas (2005, p. 28), "...o conhecimento de uma língua exige o estudo objectivo e despreconceituado das diferentes áreas linguísticas...", mas a avaliação linguística traduz juízos de valor por parte do senso comum em relação ao uso da língua, na medida em que se acha que existe uma maneira única e correta de usá-la, esquecendo que toda a língua está sujeita à variação, a diferentes níveis e em diferentes áreas da gramática. Sobre as "...diversas formas de falar uma língua exercem-se, por vezes, julgamentos: certas pronúncias são desprestigiadas, outras risíveis, há quem considere que aqui se fala "bem" ou "corretamente" e que ali a língua é "deformada" ou "incorreta". Do ponto de vista estritamente linguístico, estas ideias não se justificam, na medida em que as diversas formas de fala são indicativas de uma língua que se quer sempre inovada" (Mateus, Falé & Freitas, 2005, p. 28).

Segundo Leite (2017, pp. 24-25), a atitude avaliativa sobre a fala do indivíduo envolve "...a discriminação silenciosa e sorrateira que [...] [se tem] em relação à linguagem do outro: é um não-gostar, um achar feio ou achar-errado um uso (ou uma

língua), sem discussão do contrário, daquilo que poderia configurar o que viesse a ser o bonito ou correto. É um não-gostar sem ação discursiva clara sobre o fato rejeitado."

A mesma autora (2017, p.13) faz também notar que uma ação preconceituosa "[...] é tão agressiva quanto outra qualquer, pois atinge o cerne das individualidades. A linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e o que representa a sua subjetividade. Não é exagero, portanto, dizer que uma crítica à linguagem do outro é uma arma que fere tanto quanto todas as armas."

Bagno (2007, p. 75), por sua vez, afirma que estes comportamentos "[...] impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo".

Esta atitude preconceituosa está, pois, enraizada na mente das pessoas e tende a ignorar os danos causados ao indivíduo sobre o qual ela recai, sendo a compreensão da variação a melhor forma de desconstruir o preconceito. Leite (2017, p.29) argumenta que só é possível desconstruírem-se atitudes preconceituosas "[...] se forem tomadas precauções relativas aos sentimentos positivos e negativos que se tiver previamente em relação a pessoas, fatos e ideias. Tomar precaução significa raciocinar, levantar pontos positivos e negativos, ponderar a respeito das pessoas, circunstâncias e ideias em julgamento, para que as ações (atos e opiniões) decorrentes da avaliação sejam justas."

Em termos gerais, não obstante a existência de uma norma, a variação linguística deve, pois, ser encarada como uma propriedade enriquecedora da língua e não como um fator negativo, de deterioração. As línguas variam porque as necessidades dos falantes variam, ou seja, a variação é inerente à língua e ao próprio falante.

No caso do Português, as questões levantadas pela variação multiplicam-se em função das diferentes variedades que este assume, enquanto língua pluricêntrica. Em Angola, os falantes do português que geralmente residem nas zonas urbanas de Luanda procuram aproximar-se do padrão europeu, socialmente valorizado, e tendem a manifestar preconceito em relação aos falantes menos escolarizados e/ou de outras regiões do país, como é o caso de Cabinda.

3. Situação e caracterização das línguas locais de Angola

As línguas locais de Angola⁵, frequentemente designadas como *Línguas Nacionais de Angola*, são as línguas ancestrais dos povos desta região africana de que

⁵ As línguas locais de Angola são ainda designadas línguas indígenas angolanas ou línguas africanas angolanas (cf. Adriano, 2015, p. 43).

os atuais habitantes se servem para comunicar no território angolano. Portanto, são línguas de carácter étnico-cultural que se utilizam na sua forma mais original. Se em Portugal se pode dizer que o português é a língua ancestral e naturalmente a sua língua oficial, no caso de Angola, esta realidade é diferente, na medida em que, não obstante a sua riqueza etnolinguística, Angola optou por uma língua estrangeira, a língua portuguesa, que funciona como oficial em todos os contextos da vida económica, social e política do país.

Antes da independência, as línguas locais de Angola não gozavam de nenhum prestígio na vida social dos cidadãos. Este facto fez com que diminuísse o número de falantes destas línguas e fez também com que estas corressem o risco de desaparecer, sob a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa. Miguel (2008, p. 39 *apud* Adriano, 2015, p. 45) refere que a língua portuguesa "... foi ganhando um grande ascendente sobre as outras línguas angolanas e a sua multifuncionalidade quase exclusiva trouxe, como consequência, a inibição do desejo de aprendizagem de línguas nacionais, porque muitos angolanos não lhes reconheciam nenhum valor funcional."

Após a independência, o primeiro presidente da República de Angola, entre 1975 - 1979, António Agostinho Neto, num dos seus discursos, proferido na União dos Escritores Angolanos, em 1977, afirmou que "o uso exclusivo da língua portuguesa como língua oficial, veicular e actualmente utilizável na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. [...] Tanto no ensino primário, como provavelmente no médio, será preciso usar as nossas línguas nacionais" (cf. Marques, 1983, p. 210; Costa, 2006, p. 46). Já o segundo Presidente, entre 1979 - 2017, José Eduardo dos Santos, num dos seus discursos, argumentou que "o emprego das línguas nacionais angolanas quase nunca transpõe o âmbito regional. Apenas o português pode fazê-lo". E, num outro discurso, isto é, no III Simpósio sobre Cultura Nacional, em 2006, disse que "devemos ter a coragem de assumir que a língua portuguesa, adoptada desde a nossa independência como língua oficial do país e que já é hoje língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como uma língua de dimensão nacional em Angola" (cf. Miguel, 2008, p. 38; Adriano 2015, pp. 43-44).

Entre estas duas posições – e apesar de não gozarem ainda de um estatuto definido, servindo somente de línguas de comunicação a micro-nível, quer dizer, entre os membros de um mesmo grupo etnolinguístico ou grupo de uma mesma comunidade linguística (cf. Fernandes & Ntongo, 2002, p.18) – aos poucos, as línguas de Angola têm vindo a merecer uma valorização cada vez maior por parte do executivo angolano, por se entender que estas são as línguas com que o seu povo melhor se identifica e,

sobretudo, uma das formas de se fazer valer a sua cultura. Todavia, a língua portuguesa continua a ser a mais valorizada, enquanto língua oficial, mas também enquanto língua de "unidade nacional", que permite a compreensão entre todos os angolanos, ainda que falantes de diferentes línguas nacionais. Num dos relatórios do Ministério da Cultura de Angola (2011, p. 2), lê-se que este ministério "pretende evidenciar a importância das línguas nacionais como veículo de cultura, instrumento de comunicação, meio de ensino, instrumento de relações sociais, políticas e económicas, assim como conferir às mesmas, o lugar e a dignidade que lhes cabe no país, na medida em que são resultado do esforço de adaptação do nosso povo aos diferentes processos históricos do país".

O feito mais aplaudido em Angola para a valorização das línguas locais foi a criação do *Instituto Nacional de Línguas*, em 1979, com o objetivo de, por um lado, velar pelo ensino das línguas estrangeiras e, por outro, velar pela investigação das línguas locais. Depois de quatro anos, este Instituto passou a responder por assuntos única e exclusivamente relacionados com as línguas locais, por se entender que estas línguas careciam de estudos e de divulgação mais eficazes e aprofundados. É assim que, em 1983, ganha a designação de *Instituto de Línguas Nacionais* (ILN). Neste novo contexto, foi realizado um estudo experimental que veio dar lugar aos seis sistemas linguísticos de origem bantu e seus alfabetos, nomeadamente as línguas *kikongo*, *kimbundu*, *umbundu*, *cokwe*, *kwanyama* e *mbundo*. De entre essas línguas, consideram-se hoje o *kimbundu*, o *umbundu* e o *kikongo* como as línguas locais com maior expressão no que respeita ao número de falantes.

Com a criação do ILN, o Estado angolano cumpre com uma das suas tarefas para com a Constituição da República (2010, p. 11), no artigo 19º, nº 2, onde se afirma que, não obstante o português ser língua oficial, "o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional", bem como com a Lei de Bases do Sistema de Educação de Angola (2001, p. 5), no artigo 9º, nº 2 e 3, onde se estabelece que "o Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais. [...] Sem prejuízo do nº 1 [ensino da LP] do presente artigo, particularmente no subsistema de educação de adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais".

A identidade de um povo está alicerçada na sua cultura, sobretudo linguística, pelo que é importante que os estados tenham um gosto, um interesse e uma consciência cada vez maiores da necessidade de preservação das suas línguas locais. Por essa razão, como refere Adriano (2015, p. 87), "... é preciso encontrar mecanismos que permitam a

sobrevivência das línguas africanas angolanas, mesmo que seja o português a língua tendencialmente nacional e transcendental em relação às suas fronteiras".

Como salientam Peres e Mória (1995, p. 13), "[toda língua] é um património de valor inestimável, fator de identidade cultural, de preservação e produção de valores que em muito transcendem a mera realidade linguística". Por isso, nenhuma língua/variedade deve ser subestimada; todas devem merecer valorização e respeito, independentemente do seu nível de prestígio.

4. Grupos etnolinguísticos de Angola

Um grupo étnico compreende um conjunto de indivíduos que partilham especificidades socioculturais e, porventura, biológicas. Segundo Poutignat & Streiff-Fenart (1995, pp. 189-190), "o termo grupo étnico [...] é geralmente entendido para designar uma população que:

- 1 – se perpetua biologicamente de modo amplo;
- 2 – compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais;
- 3 – constitui um campo de comunicação e de interação;
- 4 – possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo."

No caso concreto de Angola, trata-se de um país que se caracteriza por um mosaico etnolinguístico muito vasto. Este é formado por dois diferentes grupos de diferentes etnias e línguas. Referimo-nos, por um lado, ao grupo dos *bantu* e, por outro, ao grupo dos *não bantu*.

A origem do termo *bantu*, adotado em muitos trabalhos científicos que abordam as origens dos povos e línguas africanas no respeitante à sua etnografia, remonta ao século XIX, ao ano de 1851, quando o teólogo e linguista alemão Wilhelm Heinrich Immanuel Bleek desenvolve um importante estudo sobre as línguas africanas. Os resultados deste estudo foram tornados públicos em 1862. Tendo como objetivo compreender o nível de semelhança que existia entre as línguas *herero*, *sotho*, *tswana* e *whosa*, do sul de África, Bleek acabou por concluir que estas línguas partilhavam as mesmas características e se relacionavam umas com as outras, dado que partilhavam um

vasto sistema de classes nominais, com certos prefixos pares, tanto no singular quanto no plural. Face à evidente relação que ligava aquelas línguas, Bleek não teve dúvida de que estas pertenciam a um mesmo grupo. Por este facto, procurou um termo que as designasse e nasceu, então, o termo *bantu*. Desde o momento em que este estudo se tornou público, tal como afirma Zau (2011, p. 56), "[...] a história reservou-lhe o lugar de precursor no uso do termo *bantu*."⁶

Ainda, quanto ao termo *bantu*, Zau (op. cit.) especifica que:

foi [...] mesmo no ano de 1862 que [Bleek] introduziu a expressão bantu no vocabulário das ciências sociais, para se referir não só a uma língua, mas ao conjunto de línguas da mesma família, com características comuns, faladas maioritariamente na África subequatorial, a sul de uma linha divisória que vai desde os montes Camarões (África Ocidental) até à foz do rio Tana (África Oriental)....

Por outro lado, segundo Rego (2012, p. 66), o termo *bantu*:

...foi introduzido [por] Bleek [...] ao constatar [...] a existência de semelhanças lexicais e regularidades nos padrões flexionais em muitas línguas da África subsaariana, que o levaram a conceber um sistema comum de concordância por meio de prefixos e a pensar tratar-se de línguas relacionadas umas com as outras, designando-as por *pronominal prefix languages*....

Fernandes e Ntongo (2002, p. 35), por sua vez, explicam que falar de *Bantu* implica falar de um "... conjunto de povos (da África Central, da África Oriental e da África Austral) que, nas suas respectivas línguas, denominam o ser humano através do radical *ntu*. [...] A designação bantu é linguística."

No que à origem dos povos bantu diz respeito, em Fernandes e Ntongo (op. cit.) explica-se que "esses bantu partiram mais ou menos da região do Benue, hoje fronteira entre a República dos Camarões e a República da Nigéria, para Leste e para Sul do continente, alcançando a região da Bacia do Congo, do Planalto Luba e dos Grandes Lagos, de onde partiu a expansão para Angola."

As línguas *bantu* africanas foram, desde Bleek, estudadas por muitos outros investigadores, como Carl Meinhof, Malcon Guthrie, Achille Meeussen, Joseph Greenberg, entre outros, que também, de diferentes maneiras, foram desenvolvendo investigação relevante com vista a uma melhor compreensão deste conceito.

⁶ O termo *Bantu*, cujo singular é *muntu*, significa pessoas ou homens.

Hoje, é do consenso de todos que entre as línguas da grande família *bantu* existem, de facto, características muito próximas. Todavia, isto não traduz a ideia de que estas sejam uma única língua, pois, se o fossem, não se registariam as diferenças que as separam umas das outras.

Se tentarmos uma comparação, sob o ponto de vista estrutural, entre uma língua *bantu* (kikongo, por exemplo) e a língua portuguesa, perceberemos que elas se diferenciam em vários aspetos estruturais. Um exemplo evidente é a flexão de número nas categorias nominais. No português, o plural forma-se pelo acrescento do morfema sufixal S (embora existam exceções). Nas línguas bantu, além de a flexão de número ser prefixal, e não sufixal, existem diferentes prefixos nominais. A tabela que a seguir apresentamos pretende ilustrar esta realidade linguística.

Tabela n.º 1 – Flexão nominal (número): português / línguas bantu

Língua portuguesa (norma europeia)		Língua bantu (kikongo)	
Singular	Plural	Singular	Plural
<i>pessoa</i>	<i>pe^{so}as</i> (s – sufixo do plural)	<i><u>mu</u>ntu</i> – pessoa (mu - prefixo do singular)	<i><u>ba</u>ntu</i> (ba – prefixo do plural)
<i>carro</i>	<i>carro^s</i> (s – sufixo do plural)	<i><u>di</u>kalu</i> – carro (di –prefixo do singular)	<i><u>ma</u>kalu</i> (ma – prefixo do plural)

Fonte: autor

As línguas *bantu*⁷ possuem, pois, marcas próprias, facto que faz com que se distingam das outras grandes famílias de línguas. Entre estas marcas, destacam-se como as mais relevantes as seguintes (cf. adaptado de Santos, 2017, p.31):

- a. Os nomes são caracterizados por prefixos que indicam o singular e o plural (por exemplo, no kikongo: <**di**nkondo> [dĩ'kõdõ] *banana* – classe 5; <**ma**nkondo> [mæ'kõdõ] *bananas* – classe 6);
- b. Os nomes são classificados em função dos seus prefixos do singular e do plural (por exemplo, no kikongo: **di** – classe 5; **ma** – classe 6);

⁷ Há quem designe as línguas *bantu*, em português, por línguas *bantas*, com adaptação morfológica ao português (Andrade, 2007). Todavia, é este um assunto que não é pacífico (cf. por exemplo, Chicuna, 2014), pois muitos defendem que a adaptação desvirtua o termo.

- c. A maior parte das línguas *bantu* é tonal (a título de exemplo, no kikongo: <nzo> [ũ'zɔ] <casa>; <kingana> [kĩ'ganɛ] <provérbio>);
- d. A passagem de uma classe à outra faz-se através de dois processos: substituição de prefixos (por exemplo, no kikongo: **mu-** da classe 1 <mwana> ['mwanɛ] <criança> – e **a-** da classe 2 <ana> ['anɛ] <crianças>) e adição de prefixos (por exemplo, <nzo> [ũ'zɔ] <casa> - classe 9; <Zinzo> [zĩ'zɔ] <casas> - classe 10);
- e. Não existem artigos. A título de exemplo, dizer em português *o céu e a terra*, em kikongo seria Ø *zulu ye Ø ntoto* ['zuluyɛ'toto].

Em Angola, o grupo étnico *bantu* é formado por oito enormes subgrupos de povos, nomeadamente: Ambundu, Bakongo, Ovanyaneka-Nkhumbi, Ovahellelo, Ovambo, Ovimbundu, Tucokwe e Vangangela. O grupo étnico *não bantu* é, por sua vez, formado por dois (2) subgrupos, considerados minoritários: o dos *Khoisan* e o dos *Vátwa*; o subgrupo dos *Vátwa* é também designado *Kuroka* (cf. Neto, 2009, pp. 17-19).

Tabela n.º 2 - Grupo etnolinguístico *Bantu* e suas línguas

Nº	Grupo etnolinguístico	Língua	Fontes
1	Ambundu	Kimbundu	(Fernandes & Ntondo, 2002, p. 56; Neto, 2009, pp. 19-20)
2	Bakongo	Kikongo	
3	Tucokwe	Cokwe	
4	Vangangela	Ngangela	
5	Ovimbundu	Umbundu	
6	Ovanyaneka-Nkhumbi	Olunyaneka	
7	Ovahellelo	Oshihelelo	
8	Ovambo	Oshikwanyama Oshindonga	

Tabela n.º 3 - Grupo etnolinguístico não *Bantu* e suas línguas

Nº	Grupo	Subgrupo	Língua	Fontes
1	Khoisan	Vakankala (kamusekele ou bosquímane) Hotentote (ou kede)	Hotentote (koi)	(Fernandes & Ntondo, 2002, p. 56; Neto, 2009, pp. 19-20)
2	Vátwa ou Kuroka	Ovakwando (ou kwisi) Ovakwepe (ou kwepe)	Kankala (san)	

Estes grupos distribuem-se no território angolano conforme a figura a seguir:

Figura n.º 2 - Etnografia de Angola



Fonte: Fernandes, J. & Ntondo, Z. (2002, p. 57). Angola: Povos e Línguas. Nzila Editora. Luanda, Angola.

4.1. O kikongo (grupo etnolinguístico Bakongo)

Dos diferentes grupos etnolinguísticos bantu existentes em Angola, abordaremos aqui de forma mais aprofundada o grupo Bakongo, pelo facto de ser a este que pertencem os naturais de Cabinda.

Este grupo etnolinguístico cobre todas as regiões dos povos do norte da República de Angola, nomeadamente: as províncias de Cabinda, do Uíje e Zaire, que têm como língua o kikongo. O kikongo apresenta diferentes variedades dialetais, a saber: kimboma, kinzenge, kihungu, kinsoso, kipaka, kipombo, kisikongo, kisolongo, kiyaka, kizombo, kisuku, entre outras (cf. Fernandes & Ntongo, 2002, p. 46; Chicuna, 2018, p. 31).

No conjunto das línguas do grupo etnolinguístico *bantu* faladas em Angola, o kikongo ocupa a terceira posição nas línguas mais faladas, a seguir ao kimbundu e ao umbundu, sendo falado por "aproximadamente 480.000 pessoas no País" (Fernandes & Ntongo (op. cit).

4.1.1. O kikongo: Fonologia, Morfologia e Ortografia

4.1.1.1. Sistema fonológico do kikongo⁸

O facto de não termos encontrado bibliografia que descrevesse de maneira rigorosa o sistema fonológico do kikongo, levou-nos, enquanto falantes desta língua, a proceder a uma tentativa de descrição, com base no estabelecimento de oposições através de pares mínimos, de que resulta a identificação dos segmentos do kikongo, conforme as tabelas abaixo.

Tabela n.º 4 – Oposições fonológicas no kikongo (vogais breves)

kikongo	
/i/ < <u>t</u> ita> ['tita] - puxar	/e/ < <u>t</u> eta> ['teta] - cortar
/u/ < <u>t</u> ula> ['tula] - acampar	/o/ < <u>t</u> ola> ['tola] - barulhar
/a/ < <u>b</u> aka> ['baka] - deter	/o/ < <u>b</u> oka> ['boka] - clamar

⁸ Os dados das tabelas que aparecem nesta secção sem a indicação das fontes decorrem do conhecimento do autor como falante/conhecedor da língua kikongo.

/a/ < <u>s</u> ala> ['sala] - trabalhar	/ɛ/ < <u>s</u> ela> ['sela] - escolher
/o/ < <u>d</u> oda> ['doda] – picar (pássaro)	/ɔ/ < <u>d</u> oda> ['dɔda] - verter
/e/ < <u>kiab</u> eta> [kja'beta] - alto	/ɛ/ < <u>kiab</u> eta> [kja'beta] - extenso
/ɔ/< <u>o</u> koko> [ɔ'koko] – promessa	/e/ < <u>e</u> koko> [e'koko] – macho

A tabela anterior mostra que os sete segmentos fonológicos /i, e, ɛ, a, u, o, ɔ/ que se produzem na língua portuguesa também ocorre no Kikongo.

Por outro lado, ao contrário do português, o kikongo apresenta oposições fonológicas entre vogais breves e vogais longas, conforme se confirma na tabela abaixo.

Tabela n.º 5 – Oposições fonológicas no kikongo (vogais breves e longas)

kikongo	
/i/ < <u>d</u> ila> ['dila] - chorar	/ii/ < <u>d</u> iiila> [di'ila] - aproveitar
/e/ < <u>y</u> ela> [j'ɛla] - encher	/ee/ < <u>y</u> eela> [jɛ'ɛla] - adoecer
/a/ < <u>nka</u> ka> [nka'ka] - animal	/aa/ < <u>nka</u> aka> [nka'aka] - avô, avó
/u/ < <u>k</u> ula> [ku'ula] - expulsar	/uu/ < <u>K</u> uula> [ku'ula] - libertar
/o/ < <u>k</u> oko> [kɔku] - mão	/oo/ < <u>k</u> ooko> [kɔ'ɔku] – braço

Fonte: Adaptado de Quiala, 2013, p. 20

Tabela n.º 6 – Oposições fonológicas no kikongo (contraste de consoantes simples)

kikongo	
/p/ < <u>p</u> ika> ['pika] - crescer	/b/ < <u>b</u> ika> ['bika]- soltar
/t/ < <u>t</u> eka> ['teka] - buscar	/d/ < <u>d</u> eka> ['deka] - roer
/k/ < <u>k</u> anda> [kãda] - sepultar	/d/ < <u>d</u> anda> [dãda] – banhar
/f/ < <u>f</u> unda> [fũda] - denunciar	/v/ < <u>v</u> unda [vũda] – descansar
/s/ < <u>s</u> ala> ['sala] - trabalhar	/z/ < <u>z</u> ala> ['zala] - abarrotar
/l/ < <u>l</u> onga> [lõga]- ensinar	/n/ < <u>n</u> onga> [nõga]- alvejar
/m/ < <u>m</u> ona> [mona] - ver	/n/ < <u>n</u> ona> [nona] - congregar

A tabela 6, que acima se apresenta, ilustra pares mínimos que justificam a existência das consoantes simples do kikongo.

Ao contrário do português, o kikongo apresenta oposições fonológicas entre consoantes simples e consoantes compostas/pré-nasalizadas, conforme se constata na tabela abaixo.

Tabela n.º 7 – Lista de pares mínimos do kikongo (contraste de consoantes simples e compostas/pré-nasalizadas)

kikongo	
/p/ < p ambu> ['pābu] – saída	^m p/ < mp ambu> [^m pābu] – interseção
/b/ < b uta> ['buta] - grande	^m b/ < mb uta> [^m buta] – mais velho
/k/ < k aka> ['kaka] – único	ⁿ k/ < nk aka> [ⁿ kaka] - animal
/t/ < t ela> ['tela] – altura	ⁿ t/ < nt ela> [ⁿ tela] - idade
/d/ < d iba> ['diba] - dendê	ⁿ d/ < nd iba> [ⁿ diba] - massa
/f/ < f ulu> ['fulu] – região	^m f/ < mf ulu> [^m fulu] - cama
/v/ < v iva> ['viva] – atentar	^m v/ < mv iva> [^m viva] - lançar
/s/ < s uka> ['suka] – açúcar	ⁿ s/ < ns uka> [ⁿ suka] - fim
/z/ < z ola> ['zola] - amor	ⁿ z/ < nz ola> [ⁿ zola] - amizade
/l/ < l unga> [lũga] - cesto	ⁿ l/ < nl unga> [ⁿ lũga] - brinco

Em síntese, o sistema fonológico do kikongo é composto pelos seguintes segmentos, vocálicos e consonânticos: 14 vogais (7 breves /a, e, ε i, o, ɔ, u/ e 7 longas /a:, ε:, i:, ɔ:, u:, e:, o:/) e 23 consoantes (12 simples /b, p, t, d, k, f, v, s, z, m, n, l/ e 11 compostas/pré-nasalizadas /^mb, ^mf, ^mp, ^mv, ⁿd, ⁿk, ⁿg, ⁿl, ⁿs, ⁿt, ⁿz/).

Tal como ocorre na língua portuguesa, na língua kikongo, quando as vogais **i** e **u** se encontram junto de outras vogais, estas tornam-se semivogais ([j] e [w]), constituindo, assim, ditongos crescentes e decrescentes foneticamente. Vejam-se os seguintes exemplos, sendo de sublinhar que a ortografia adoptada para os ditongos decrescentes (<y>/<w>) difere da que é usada para os ditongos crescentes (<i>/<u>):

(i) Ditongos decrescentes

[j] <**nkai**> [^mkaj] - cabra
 <**vai**ka> ['vajka] – germinar

[w] <**nkau**> [ⁿkaw] – amendoim
 <**sau**ka> ['sawka] - adversidade

(ii) Ditongos crescentes

<**kyu**la> [ki'jula] -sapo
 <**kye**lo> ['kjɛlo] - porta

<**mwana**> ['mwana] - criança, filho/a
 <**weto**> ['wɛto]- nosso/a

4.1.1.2. Morfologia do kikongo

Do ponto de vista da morfologia, o kikongo é, tal como a grande maioria das línguas bantu, designada por muitos investigadores, como Quiala (2013, p. 24), Rego (2012, p. 66), entre outros, como *língua de prefixos*, dado que todas as flexões nominais e a concordância entre os constituintes da frase se fazem por prefixação, com base em classes indicativas do singular e plural. Nos casos em que o prefixo terminado em vogal se junta a uma base começada por vogal, a vogal do prefixo é representada por <y> ou <w>.

A tabela a seguir ilustra os prefixos nominais da língua kikongo.

Tabela n.º 8 – Prefixos nominais do kikongo

Classe	Prefixo	Exemplo	Tradução
1	mu- (sg.)	mwana	criança
2	a-, ba-, wa- (pl.)	ana, bana, wana	crianças
3	mu- (sg.)	mwanzi	raiz
4	mi- (pl.)	myanzi	raízes
5	di- (sg.)	dinkondo	banana
6	ma- (pl)	mankondo	bananas
7	ki- (sg.)	kingana	provérbio
8	i-, bi- (pl.)	ingana	provérbios
9	n- (sg.)	nzo	casa
10	(zi) n- (pl)	zinzo/nzo	casas
11	lu- (sg.)	luketo	anca
12	tu- (pl.)	tuketo	ancas
13	lo- (sg.)	longo	casamento
14	to- (pl.)	tongo	casamentos
Classe verbo-nominal			
15	ku- (sg.)	kwiza kulu	vir pé
Classes locativas			
16	va- (sobre, em cima de...)	vamfulu	sobre a cama
17	ku- (em direção a...)	kusikola	em direção à escola

18	mu- (dentro de...)	munzo	em casa
Classe de inferioridade			
19	fi-, bi- (diminutivo)	fimwana ou bimwana finzo fimbwa	criancinha casota cachorro

Fonte: Adaptado de Quivuna, 2013, pp. 86-87; Quiala, 2013, pp. 26-28.

4.1.1.3. Ortografia do kikongo

As primeiras tentativas de representação das línguas locais de Angola, e em particular do kikongo, partiram dos missionários europeus que se encontravam em Angola durante o período colonial. Os primeiros textos escritos em línguas locais de Angola aparecem no âmbito da igreja (cf. Mingas, 2002, p. 56). No kikongo, por isso, é utilizado um sistema alfabético de escrita, nomeadamente, o alfabeto latino. A versão atual do alfabeto da língua kikongo resulta do trabalho de investigação levado a cabo pelo *Instituto de Línguas de Angola*.

Tabela n.º 9 – Alfabeto do kikongo

Alfabeto		
a [a]	l [l]	t [t]
b [b]	m [m]	u [u]
d [d]	n [n]	v [v]
e [ɛ]	ng [ⁿ g] ⁹	w [w]
f [f]	o [ɔ]	y [j]
i [i]	p [p]	z [z]
k [k]	s [s]	

Fonte: Adaptado de Quiala, 2013, p. 19; Quivuna, 2013, p. 84

A observação da tabela n.º 9 permite ver que o alfabeto da língua kikongo se compõe de vinte grafemas, verificando-se a ausência dos grafemas <C, H, J, G, Q, R, X> do alfabeto latino. Dos vinte grafemas apresentados, cinco representam vogais <a, e, i, o, u> e dois semivogais <y, w>, os restantes correspondem a consoantes. É de salientar que no kikongo a consoante oclusiva /g/ não existe sem pré-nasalização, razão

⁹ Os autores consideram <ng> como uma consoante simples, uma vez que o <g> não existe no kikongo.

pela qual (certamente) é a única que os autores referem neste conjunto de grafemas para representação das unidades segmentais pré-nasalizadas do kikongo.

Estes grafemas são usados na escrita para representar os segmentos vocálicos breves e longos. As vogais longas são representadas graficamente por vogal dupla <aa, ee, ii, oo, uu> e as vogais breves são representadas por vogais simples <a, e, i, o, u>. Existem também, a par das consoantes simples, consoantes pré-nasalizadas, estas representadas graficamente por m/n e o grafema correspondente à consoante específica, por exemplo: <mb, nd, mf, nk, nl, mp, ns, nt, mv, nz>¹⁰. A anteposição de <m> à consoante ocorre só se esta for labial, ocorrendo a de <n> nos restantes casos.

Tabela n.º 10 – Correlações grafema-som-segmento fonológico no kikongo (vogais breves)

Grafema	Som	Segmento fonológico	Exemplo
<a>	[a]	/a/	< <u>a</u> b <u>a</u> la> [a'bala] - importante
<e>	[ɛ]	/ɛ/	<le <u>l</u> u <u>l</u> a> ['lɛlula] - suportar
<i>	[i]	/i/	<si <u>k</u> ama> ['sikama] - acordar
<o>	[ɔ]	/ɔ/	<zo <u>o</u> ko> ['zɔko] - pilão
<u>	[u]	/u/	<vu <u>u</u> vila> ['vuvila] - louvar
<e>	[e]	/e/	<Be <u>t</u> eka> [be'teka] - calar
<o>	[o]	/o/	<vo <u>o</u> ka> ['voka] - descer

¹⁰ No Kikongo, os pré-nasalizadores m/n das consoantes simples podem ou não ser seguidos de apóstrofo (m'n' ou m/n, por exemplo: <n'tinu> – governo; <ntinu>). Com o apóstrofo, o som é duro/forte (registar-se explosão da consoante) e, sem o apóstrofo, o som é brando/suave (não se regista explosão da consoante).

Tabela n.º 11 – Correlações grafema-som-segmento fonológico no kikongo (vogais longas)

Grafema	Som	Segmento fonológico	Exemplo
<aa>	[a'a]	/a:/	<y <u>aa</u> la> [ja'ala] – governar
<ee>	[ε'ε]	/ε:/	<w <u>ee</u> la> [we'ela] - doente
<ii>	[i'i]	/i:/	<ai <u>ii</u> tu> [aj'itu] familiar
<oo>	[ɔ'ɔ]	/ɔ:/	<k <u>oo</u> ko> [kɔ'ɔku] – braço
<uu>	[u'u]	/u:/	<ku <u>uu</u> lu> [ku'ulu] - pernas
<ee>	[e'e]	/e:/	V <u>ee</u> la [ve'ela] - roer
<oo>	[o'o]	/o:/	<do <u>oo</u> la> [do'ola] - verter

Tabela n.º 12 – Correlações grafema-som-segmento fonológico no kikongo (consoantes simples)

Grafema	som	Segmento fonológico	Exemplo
	[b]	/b/	<bada> ['bada] - contagiar
<p>	[p]	/p/	<pipa> ['pipa] – mentir
<t>	[t]	/t/	<tala> ['tala] – olhar
<d>	[d]	/d/	<doda> ['dɔda] – picar
<k>	[k]	/k/	<kandu> ['kãdu] – lei
<f>	[f]	/f/	<fundisa> ['fũdisa] – julgar
<v>	[v]	/v/	<vata> ['vata] – plantar
<s>	[s]	/s/	<seva> ['seva] – rir
<z>	[z]	/z/	<zandu> ['zãdu] - mercado
<m>	[m]	/m/	<muzuela> [mu'zwela]- pato
<n>	[n]	/n/	<nanika> ['nanika] - apertar
<l>	[l]	/l/	<landa> ['lãda] - seguir

Tabela n.º 13 – Correlações grafema-som-segmento fonológico no kikongo (consoantes compostas/pré-nasalizadas)

Grafema	som	Segmento fonológico	Exemplo
<mb>	[^m b]	/ ^m b/	<mbalala> [^m balala] - cemitério
<mf>	[^m f]	/ ^m f/	<mfumu> [^m fumu] - chefe
<mp>	[^m p]	/ ^m p/	<mpavala> [^m pavala] - nada
<mv>	[^m v]	/ ^m v/	<mvula> [^m vula] - chuva
<nd>	[ⁿ d]	/ ⁿ d/	<ndudi> [ⁿ dudi] - amargura
<nk>	[ⁿ k]	/ ⁿ k/	<nkundi> [ⁿ kūdi] - amigo/a
<nl>	[ⁿ l]	/ ⁿ l/	<nlangu> [ⁿ lāgu] - água
<ns>	[ⁿ s]	/ ⁿ s/	<nsuki> [ⁿ suki] - cabelo
<nt>	[ⁿ t]	/ ⁿ t/	<ntomo> [ⁿ tomo] - apetite
<nz>	[ⁿ z]	/ ⁿ z/	<nzila> [ⁿ zila] - via
<ng>	[ⁿ g]	/ ⁿ g/	<ngina> [ⁿ gina] – existo, estou, sou

No kikongo, em síntese:

1. Não existem nem encontros consonânticos em ataque ramificado, nem sequências de consoantes heterossilábicas, já que não existem consoantes em posição de coda silábica, mas apenas sílabas CV (como vemos nestas palavras: <balu> ['balu] - repulsa ; <tini> ['tini] - pedaço ; <zoko> ['zoko] - pilão; <vesene> ['venese] - fatia; <zulu> ['zulu] – céu);
2. As consoantes simples e as pré-nasalizadas ocorrem em oposições fonológicas como demonstrado pelos diversos pares de palavras com diferenciação de significado (entre elas, por exemplo, <kola> ['kola] – santo e <nkola> [ⁿkola] – forte);
3. É discutível se as semivogais correspondem obrigatoriamente a vogais ou a semivogais fonologicamente. À falta de mais informação e tendo em conta que as vogais podem emergir foneticamente antes e depois de vogal como semivogais, parece-nos pouco justificada a necessidade de as representar ortograficamente de modo distinto (i. é ora como vogal, ora como <y>/<w>) e de existirem semivogais fonologicamente.

5. Situação e caracterização da língua portuguesa em Angola

5.1. Os portugueses em Angola

Em vários estudos sobre os primeiros contactos de portugueses com autóctones angolanos, refere-se que estes aconteceram entre os anos 1482 e 1483, período em que Diogo Cão, navegador português, enviado por D. João II, então rei de Portugal, chega à foz do rio Kongo (atual Zaire) e entra em contacto com o rei do Kongo dia Ntotila¹¹, Nzinga a Nkuwu.

Os contactos entre os dois povos eram, então, permanentes e decorriam num clima de paz e concórdia. Estes contactos visavam favorecer as trocas comerciais entre ambas as partes. Nessa altura, segundo Fernandes & Ntondo (2002, p. 101), "estabeleceu-se uma aliança entre o reino de Portugal e o reino do Kongo."

Mais tarde, Paulo Dias de Novais, neto do navegador português Bartolomeu Dias, fundou a cidade de Luanda, a 11 de fevereiro de 1575. Desde então, o território angolano foi registando a chegada de mais portugueses e, assim, a comunidade foi crescendo consideravelmente. Segundo Fernandes & Ntondo (2002, p. 101),

em virtude das guerras que [os portugueses] tiveram que suportar e da inclemência do clima, não lhes foi possível materializar a intenção de instalar até 1581 cerca de cem (100) famílias portuguesas. [...] Só na segunda metade do século XX é que começou o afluxo da instalação de colonos portugueses no interior a partir dos núcleos de Lwanda (1575, Bengela (1617) e Namibe (1785).

Nestas novas circunstâncias, os autóctones angolanos, com os seus hábitos e costumes, foram, então, convidados a adaptar-se a novas realidades socioculturais. Uma destas realidades foi o uso obrigatório do português por todos. Fernandes & Ntondo (op. cit.) explicam que "os portugueses utilizaram como critério de comunicação, para imposição da língua portuguesa, o monolingüismo. Apesar de tudo, as línguas locais não foram abandonadas.". Segundo Miguel (2014, p. 14), "genericamente, a política colonial portuguesa pautou-se pela tentativa de integrar os angolanos na cultura europeia e, para este efeito, o recurso a um dos principais e mais poderosos meios de aculturação – a imposição da língua – era inevitável.". Assim, a língua portuguesa foi-se afirmando, em detrimento das línguas dos autóctones, que até hoje vivem um processo glotofágico.

¹¹ A região do Kongo dia Ntotila é também conhecida por Reino do Kongo ou Império do Kongo.

A ideia que o regime da época passava aos autóctones era a de que o conhecimento da língua portuguesa, língua de prestígio, seria a única via que lhes permitiria o acesso aos mais variados domínios da vida social, enquanto cidadãos daquele espaço territorial. Daí que Miguel (2014, p. 14) afirme que "[...] os pais esforçavam-se para que os filhos adquirissem a cultura e a língua do colonizador, pois só assim lhes seria permitida a ascensão na escala social."

Esta afirmação é corroborada por Mingas (2000, p. 32), que também reconhece que, efetivamente, "o bom conhecimento da língua portuguesa era a condição mais importante para aceder a qualquer cargo de destaque na sociedade colonial."

Nesta lógica colonial, o regime da época passou a distinguir dois grupos, entre os angolanos: o dos *assimilados* e o dos *não assimilados*. O grupo dos *assimilados*, que conseguiu adaptar-se à nova dinâmica cultural e linguística que se impunha, merecia uma atenção especial e gozava de privilégios interditos ao grupo dos *não assimilados*, que, mesmo com algum esforço, não conseguiu adaptar-se e, por este facto, era alvo de estigmatização social. Criou-se, assim, na nova realidade colonial de Angola, uma hierarquia: "... os habitantes de Angola podiam ser portugueses de 1ª classe (os nascidos em Portugal), de 2ª classe (portugueses nascidos em Angola) e de 3ª classe (os autóctones assimilados)." (Costa 2013, p.46).

A ascendência ao estatuto de *assimilado* dependia de vários fatores, entre os quais assumia especial relevância o domínio da língua portuguesa, mas não só. Por exemplo, os administradores dos bairros eram chamados a examinar os habitantes das suas zonas de jurisdição também em aspectos como a forma de se sentar à mesa, o aspeto geral da pessoa e outros comportamentos sociais (cf. Mingas, 2000, p. 47; Costa, 2013, p.46).

Porém, a instalação do regime colonial, extensão do regime ditatorial que se vivia em Portugal e que se verificou sobretudo a partir dos anos 50 do séc. XX, rapidamente começou a produzir movimentos de reação por parte das populações autóctones e, a partir de 1959, começam a surgir grupos organizados e ações militares contra o regime, que se intensificam a partir do ano 1961. No entanto, a luta dos povos indígenas angolanos pela autodeterminação só terminaria com a queda do regime na revolução que se deu a 25 de abril de 1974, em Portugal.

A revolução de abril permitiu que se abrisse caminho à independência das colónias portuguesas em África. No entanto, a independência de Angola foi a que mais tempo levou a negociar, pelo facto de existirem três movimentos de libertação nacional. Em todo o caso, Angola alcançou a independência no dia 11 de novembro de 1975.

Segundo Marques (2015, p. 15) "... [nesta data], Portugal reconheceu a independência de Angola, negociada a 15 de Janeiro desse ano no acordo de Alvor com os três movimentos: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA); e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)". Milhares de portugueses regressaram, então, a Portugal, sendo o número dos que ficaram reduzido. Só recentemente, terminado o longo período de cerca de 30 anos de guerra civil em Angola que se seguiu à independência, os portugueses começaram a voltar a Angola, agora um país irmão.

5.2. A língua portuguesa em Angola

Devido às suas vicissitudes históricas, Angola apresenta um contexto multicultural e multilinguístico, como acima se referiu: é habitada por falantes oriundos de povos não-bantu (Hotentote e Khoisan, sendo estes considerados os mais antigos), pré-bantu (Vátwa) e bantu e ainda por falantes do continente europeu (na sua grande maioria portugueses) e de outras regiões de África.

Tendo em conta a situação de multilinguismo existente em Angola e a proximidade histórica com a língua portuguesa, foi esta a escolhida como língua oficial da República de Angola após a independência. "Durante a colonização, o português foi a língua de comunicação e de ensino e, depois da independência (1975), o governo optou pela sua permanência, não só como veículo de ensino, mas também como língua oficial." (Costa 2015, p. 31). Por essa razão, na Constituição da República de Angola, artigo 19º (2010: p. 11), afirma-se que "a língua oficial da República de Angola é o português", na sua variedade europeia. Em função desta escolha, é essa a variedade que é preferida para difusão no ensino escolar e nos meios de comunicação social. Além de língua oficial, o português funciona também, como já foi referido, como "língua franca" para comunicação de populações com diferentes línguas maternas, como L1 para um número cada vez mais elevado de falantes e como L2 também para muitos outros.

A este propósito, Leiria (1999, p. 2) mencionava, há cerca de 20 anos, que "...é nos países africanos de língua oficial portuguesa que se encontra a maior parte de falantes de português como língua segunda...". No entanto, embora esta realidade não se tenha, entretanto, alterado, o número de falantes de português como L1 tem crescido exponencialmente desde o final da guerra civil e atualmente o número de angolanos que tem o português como língua materna é já de cerca de 71,%, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola, 2014.

Assim, o português em Angola foi e continua a ser, ainda que por motivos diferentes e em diferentes circunstâncias, um idioma de prestígio enorme. Isto acontece não só porque é língua oficial e porque todos os cidadãos são compelidos a atingir o seu nível padrão e culto, mas também por ser este um dos requisitos mais importantes para a ascensão na vida social e profissional; e, para além disso, por o português ser, no contexto multilingue de Angola, um elemento unificador dos diferentes povos de diferentes etnias, culturas e línguas.

No entanto, e apesar de a variedade do português eleita como língua oficial de Angola ser o português europeu, ao ser levado para Angola, um país com um património multicultural e multilinguístico muito rico, o português sofreu, e continua a sofrer, interferências das diferentes línguas com as quais passou a coabitar e apresenta-se hoje como uma variedade com características próprias, que a afastam das demais variedades, e internamente diferenciada, o que, a médio prazo, poderá levar ao estabelecimento de uma norma própria, à semelhança do que acontece no Brasil.

Miguel (2014, p. 11) afirma que:

qualquer língua viva é susceptível de mutações: novas características vão-se implantando, outras vão-se reformando. Esta dinâmica origina a transformação da língua e não se produz de idêntica maneira em todos os territórios onde ela seja actualizada. Quer dizer que, por exemplo, a tendência que o português de Angola tenha ou venha ter, não é, necessariamente, idêntica à do português falado noutros recantos. Daí a origem das variedades diatópicas.

A variação linguística no português de Angola não é, pois, casual, na medida em que tem como base as próprias circunstâncias da sua fixação nos novos territórios, que a tornaram outra. Este facto leva-nos a reiterar que este fenómeno, que torna o português em Angola um sistema linguístico diferente, deve ser pensado através de políticas linguísticas que assentem na sua descrição.

Miguel (2014, p. 11), observa ainda que "países com línguas comuns adotam padrões linguísticos que têm a ver com as suas próprias realidades sociolinguísticas e que, longe de porem em causa a unidade linguística do idioma, enriquecem-no." É esse o caso da língua portuguesa.

5.3. O português europeu

5.3.1. O Sistema fonológico do português europeu (PE)

A identificação do sistema fonológico das línguas pode ser feita a partir da oposição de significado reconhecível entre pares de palavras que possuem um único segmento diferente na mesma posição da palavra, pares mínimos.

5.3.1.1. Sistema vocálico do PE

O português europeu possui sete segmentos vocálicos em posição acentuada, nomeadamente: /i, e, ε, a, u, o, ɔ/, segundo Mateus *et al.* (2003, p. 1011), onde a comutação de uma só vogal na mesma posição da palavra permite perceber diferente significado. Trata-se, por isso, de oposições distintivas, conforme demonstram as palavras abaixo.

- i) /i/ <ti> e /u/ <tu>
- ii) /e/ <sede> (de água) e /ε/ <sede> (de uma empresa)
- iii) /ε/ <vela> e /a/ <vala>
- iv) /o/ <moça> e /ɔ/ <mossa>

As vogais /i, e, ε/ da série anterior (ou coronal) são produzidas sem recuo do dorso da língua e distinguem-se umas das outras pelo grau de abertura/fechamento (ou altura). /i/ é a mais fechada das três. /ε/ é a mais aberta das três e distinguem-se ambas do /e/ por este não implicar nem claro fechamento nem clara abertura da cavidade bucal (ou elevação/abaixamento do dorso da língua). São todas vogais não arredondadas.

Por seu lado, a vogal /a/ é a mais aberta de todas as vogais fonológicas, embora muitas vezes seja considerada em conjunto com as vogais /ε/ e /ɔ/, por forma a podermos classificar todas as vogais do sistema com base apenas nos valores de altura de dois traços, o traço alto e o traço baixo. Trata-se de uma vogal recuada (dorsal ou posterior) sem arredondamento dos lábios.

As restantes três vogais /u, o, ɔ/ são vogais labiais (i. é com arredondamento dos lábios) e implicam recuo cumulativamente e, por isso, pertencem, como o /a/, à série posterior. Tal como as vogais da série anterior /i, e, ε/, as vogais arredondadas

contrastam em abertura (ou altura), sendo /u/ a mais fechada de todas, /ɔ/ a mais aberta e o /o/ a vogal média (ou seja, sem fechamento nem abertura).

Tabela n.º 14 – Sistema vocálico do PE

Articulação		anterior	central	posterior
		[- recuado]	[+ recuado]	
traços de altura	altas	/i/ <f <u>i</u> la>		/u/ <fu <u>l</u> a>
	médias altas	/e/ <se <u>d</u> e>		/o/ <mo <u>ç</u> a>
	médias baixas	/ɛ/ <se <u>d</u> e>		/ɔ/ <mo <u>ç</u> sa>
	baixas		/a/ <al <u>a</u> >	
projeção dos lábios		não arredondada		arredondada

Este conjunto dos segmentos vocálicos dá origem a um maior número de unidades fonéticas, devido à intervenção de processos de transformação destas vogais. Entre os processos mais comuns a grande número de variedades do português, salientam-se o processo de nasalização e os de elevação e centralização das vogais não acentuadas. Em função desses processos, as sete vogais orais atrás referidas acabam por ser geralmente realizadas do seguinte modo:

- as vogais médias da série anterior (tanto as médias abertas, como as médias fechadas) se forem não acentuadas, são neutralizadas sob a forma [i] (vogal fechada recuada não arredondada) em posição não-inicial de palavra: *sede/sedento*, *sede/sediado*; em posição inicial, estão sujeitas a variação, embora no português europeu padrão sejam mais frequentemente realizadas como [i]: *herético*, *elevador*, *emissão*;

- as vogais médias labiais não acentuadas /o/ e /ɔ/ são neutralizadas sob a forma [u], em posição não inicial de palavra: *soco/socado*, *foco/focado*; em posição inicial, existe variação entre as realizações [o] e [ɔ]: *orientar*, *ocasião*, *olhar*;

- a vogal /a/ é realizada como [ɐ] (uma vogal média recuada) em qualquer posição da palavra, desde que seja não acentuada: *acabar*, *fala*;

- as vogais /i/ e /u/ são habitualmente realizadas em posição não acentuada como [i]/[u]: *afirmar*, *discriminação*, *subida*, *bétula* ou como as semivogais correspondentes [j]/[w], no caso de se encontrarem adjacentes a outras vogais: *secretária*, *ciência*, *saudade*, *suar*;

- as vogais fonológicas orais, se forem seguidas de uma consoante com o traço [+nasal] são realizadas com nasalização: *cinco*, *untar*, *ponto*, *vento*, *antes*, *canga*, *manhã*; as vogais nestas circunstâncias, no PE padrão, nunca são realizadas como vogais abertas (ou baixas); isto sucede tanto em posição acentuada como não acentuada, por ação de um fenómeno de elevação da vogal;

- se as vogais se encontrarem em sílaba final seguidas do traço nasal, em muitos casos existe inserção de uma semivogal, dando origem a um ditongo nasal não acentuado foneticamente: *andam*, *bebem*, *viagem* (Mateus & Andrade, 2000, p. 57); se a sílaba for acentuada, existem também ditongos que resultam da semivocalização de vogais fonológicas: *ação*, *coleção*, *irmão*. Apesar de serem foneticamente realizadas com o ditongo, presente em *irmão*, palavras como *pão*, *cão*, *leão* e *limão* são interpretadas fonologicamente como tendo sofrido a inserção da semivogal, em vez da semivocalização (Mateus & Andrade, 2000, p. 133).

Portanto, estas sete vogais fonológicas orais dão origem a nove fonéticas orais [i e ε a u o ɔ ɨ ʋ] e cinco nasais [ĩ, ê, õ, ã, õ] (catorze no total), sem contar com outras vogais que podem ocorrer em regiões ou falantes específicos.

Ao serem produzidas, as vogais distinguem-se umas das outras em função dos movimentos articulatorios no interior da cavidade bucal/lábios e da abertura com que são produzidas, permitindo que se classifiquem como fechadas, médias (médias abertas e médias fechadas) e abertas, embora frequentemente esta classificação seja substituída por recurso aos traços [alto] e [baixo], os quais remetem para a posição do dorso da língua na cavidade bucal. Se forem utilizados os traços [alto] e [baixo], as vogais abertas e médias abertas são distintas das restantes por serem [+ baixas], ao passo que as restantes são [-baixas].

Além disso, as vogais distinguem-se pelo articulador que em cada uma é mais influente, nomeadamente, os lábios (ativos nas vogais /u, o, ɔ/), a coroa (em /i, e, ε/) ou o dorso da língua (em /a/), embora isso também se possa converter numa classificação com base nos traços [recuado] e [arredondado], dependendo a perspetiva teórica adotada.

Tabela n.º 15 – Inventário das vogais fonéticas do PE

Estado do véu palatino		Vogais orais			Vogais nasais		
avanço/recuo do dorso da língua		não recuado	recuado		não recuado	recuado	
abertura/fechamento	fechada	[i] <ni <u>l</u> o>	[i] <se <u>ɨ</u> >	[u] <pu <u>l</u> o>	[ĩ] <fi <u>ɲ</u> >		[ũ] <atu <u>ɲ</u> >
	média	[e] <me <u>s</u> a>	[ɐ] <ma <u>l</u> a>	[o] <fo <u>f</u> o>	[ẽ] <de <u>n</u> te>	[ẽ̃] <â <u>n</u> sia>	[õ] <bo <u>m</u> >
	aberta	[ɛ] <se <u>ɛ</u> >	[a] <ma <u>l</u> >	[ɔ] <so <u>ɔ</u> >			
projeção dos lábios		não arredondada		arredondada	não arredondada		arredondada

De acordo com o que já foi referido acima e como afirmado em Freitas, Rodrigues, Costa & Castelo (2012, pp. 99-100), as vogais acentuadas mantêm a sua qualidade fonológica, enquanto as não acentuadas apresentam variantes reduzidas devido à elevação e centralização. As vogais baixas e médias não acentuadas elevam para vogais altas (/e/ e /ɛ/ para [i] e /o/ e /ɔ/ para [u]), exceto no caso de /a/, que só sobe um grau, ou seja transforma-se em [ɐ]; No caso das vogais /e/ e /ɛ/ para [i] existe cumulativamente um fenómeno de centralização, que pode culminar na elisão (como sugere Mateus, 2007, p. 9).

Segundo Freitas, Rodrigues, Costa & Castelo (2012, p. 100), "[este] processo [...] reduz de sete (/a, ɛ, e, ɔ, o, i, u/) para quatro [ɐ, i, u, i] o número de vogais que regularmente ocorrem em posição átona." A título de exemplo, veja-se a tabela que a seguir apresentamos.

Tabela n.º 16 – Redução das vogais em posição átona

a. posição tónica	b. posição átona
<me <u>l</u> > ['mɛɫ]	<me <u>l</u> ado> [mi'ladu]
<se <u>l</u> o> ['selu]	<se <u>l</u> ado> [si'ladu]
<sa <u>l</u> a> ['salɐ]	<sa <u>l</u> ão> [sɐ'lẽw̃]
<co <u>r</u> po> ['kɔɾpu]	<co <u>r</u> poral> [kuɾpu'raɫ]
<ro <u>d</u> a> ['Rɔdɐ]	<ro <u>d</u> ados> [Ru'dadu]
<li <u>v</u> ro> ['livru]	<li <u>v</u> raria> [livre'riɐ]
<mu <u>r</u> o> ['muru]	<mu <u>r</u> alha> [mu'raɫɐ]

Fonte: Freitas, Rodrigues, Costa & Castelo (2012, p. 98)

Apesar de a tendência de redução dos segmentos vocálicos em posição átona no português europeu ser cada vez mais evidente, de acordo com Mateus (2007, p. 9) e Freitas, Rodrigues, Costa & Castelo (2012, p. 107), existem casos excepcionais em que este processo não se aplica, nomeadamente:

- (i) Nos casos em que a vogal átona é seguida de consoante sonante em coda, quer seja a consoante lateral alveolar /l/ (velarizada foneticamente) ou a consoante vibrante alveolar /r/, conforme os exemplos: <relvado> [rɛl'vadu] e não *[rɛl'vadu], <moldado> [mo'l'vodu] e não *[mo'l'vodu], <maldade> [mal'dadi] e não *[mal'dadi]; <alcácer> [al'kasɛr] e não *[al'kasɛr], <amílcar> [ɐ'milkar] e não *[ɐ'milkar];
- (ii) Nos casos dos ditongos, as vogais átonas não se reduzem a [ɐ], [i] e [u], como podemos ver em: <pautado> [paw'tadu] e não *[pɐw'tadu], <endeusar> [ẽdew'zar] e não *[ẽdiw'zar], <foicinha> [foj'sijnɐ] e não *[fuj'sijnɐ], entre outros exemplos;
- (iii) Nos casos em que as vogais átonas se encontram em sílaba inicial de palavra sem qualquer segmento à sua esquerda, como se pode verificar nos seguintes exemplos: <olhar> [ɔ'lar] ou [o'lar] e não *[u'lar]¹², <ordenar> [ɔrdi'nar] ou [ordi'nar] e não *[urdi'nar];
- (iv) Nos casos de palavras derivadas por sufixação com sufixos z-avaliativos, como -zinho, -zita, -zona, e nos advérbios de modo com o sufixo -mente. A título de exemplo, atente-se nas palavras: <devagarzinho> [divegar'ziju] e não *[divegar'ziju], <florzita> [flor'zite] e não *[flur'zite], <mulherzona> [mulɛr'zõnɐ] e não *[mulɛr'zõnɐ], <atualmente> [ɛtwa'l'mɛti] e não *[ɛtwa'l'mɛti];
- (v) Nos casos em que, ao longo da história da palavra, o fenómeno foi bloqueado por algum fator como a elisão de uma consoante em coda ou de uma consoante em ataque que deixou duas vogais em hiato posteriormente fundido sob a forma de vogal aberta. Vejam-se, por exemplo, as palavras: <batista> [ba'tistɐ] e não *[bɐ'tistɐ], <corar> [kɔ'rar] e não *[ku'rar].

5.3.1.2. Sistema consonântico do PE

O sistema fonológico do português europeu, dependendo da perspetiva teórica a utilizar, apresenta os seguintes segmentos consonânticos: dezanove segmentos simples,

¹² Todavia, em certas regiões do norte de Portugal esta pronúncia é possível.

que são identificáveis através de pares mínimos, a saber: /p, b, t, d, k, g, f, v, s, z, ʃ, ʒ, ʎ, ʎ, r, R¹³, m, n, ɲ/ e mais três segmentos complexos/sequência de duas consoantes sucessivas: os labializados /k^w/ e /g^w/ e o africado /ks/. De acordo com a categorização articulatória tradicional, sugerida por Mateus, Falé & Freitas (2005, p. 189), estes segmentos classificam-se em função do modo de articulação, do ponto de articulação e do vozeamento como representado na tabela seguinte.

Tabela n.º 17 – Sistema consonântico do PE

Estado do véu palatino		Orais							Nasais
		oclusiva		africada	fricativa		vibrante	lateral	oclusiva
Modo de articulação		não vozeada	vozeada	não vozeada	não vozeada	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada
Ponto de articulação	bilabial	/p/ <pa <u>la</u> >	/b/ <ba <u>la</u> >						/m/ <ma <u>ta</u> >
	labiodental				/f/ <fi <u>la</u> >	/v/ <vi <u>la</u> >			
	dental	/t/ <te <u>la</u> >	/d/ <de <u>la</u> >		/s/ <ci <u>nco</u> >	/z/ <zi <u>nco</u> >			
	alveolar						/r/ <ca <u>ro</u> >	/l/ <fi <u>la</u> >	/n/ <na <u>ta</u> >
	palatal				/ʃ/ <ch <u>á</u> >	/ʒ/ <já>		/ʎ/ <fi <u>lha</u> >	/ɲ/ <ni <u>ho</u> >
	velar	/k/ <ca <u>bo</u> >	/g/ <ga <u>to</u> >						
	velar labializada	/k ^w / <qua <u>ta</u> >	/g ^w / <gua <u>rd</u> a>						
	velar dental			/ks/ <féni <u>x</u> >					
	uvular						/R/ <ca <u>rr</u> o>		

Fonte: Cf. Adaptado de Mateus, Falé & Freitas (2005)

O português possui as consoantes velares labializadas /k^w/ ou /g^w/ ¹⁴, como, por exemplo, nas palavras <quatro> /k^watro/ e <língua> /liNg^wa/. A tabela seguinte contém outros exemplos.

¹³ Alguns autores, como Mateus e Andrade (2000), defendem que o sistema fonológico não possui /R/ obrigatoriamente pois este só se distingue da vibrante simples no interior da palavra, e quase nunca é realizado sob essa forma fonética. Para eles, existe uma só vibrante fonológica /r/.

¹⁴ A labialização é uma articulação secundária dos segmentos consonânticos que implica o arredondamento dos lábios enquanto a consoante está a ser produzida. As mais comuns no português, como referido atrás, são as labializadas velares /k^w/ e /g^w/.

Tabela n.º 18 – Ditongos crescentes com o formato [wa]

[k ^w]	sílabas	[g ^w]	sílabas
<qual> [k ^w aɫ]	1	<guarda> [ˈg ^w arda]	2
<quarto> [k ^w artu]	2	<água> [ˈaɡ ^w ɐ]	2
<quadro> [k ^w adru]	2	<guardanapo> [g ^w ɛrdeˈnapu]	4
<qualidade> [k ^w ɛliˈdadɨ]	4	<guarnecer> [g ^w ɛrniˈsɛr]	3

Fonte: Freitas, Rodrigues, Costa & Castelo (2012, p. 110)

Vale notar que a natureza fonológica/fonética das consoantes vibrantes /r/ e /R/ do português europeu ainda divide opiniões dos investigadores. Para alguns, como Mateus & Andrade (2000, p. 36), Vigário (2003, p. 96), Rodrigues (2003, pp. 244-258), existe uma só vibrante fonológica /r/, enquanto outros (como Maria Helena Mateus em obras posteriores à de 2000 e Susana Rodrigues, 2015, p. 90) consideram a existência de duas: /r/ e /R/¹⁵.

Na primeira análise, em que se defende a existência de uma só vibrante fonológica /r/, explica-se que todos os sons róticos derivam ou de um /r/ (como em <por, porta, cara, roxo> - em *roxo* o /r/ tornando-se forte por um processo de reforço inicial) ou de uma sequência de dois /r/ (por exemplo, <carro>, segundo Mateus & Andrade, 2000). No primeiro caso, a produção esperada é [r] por defeito, exceto em posição inicial; e, no segundo, no PE, é [R] ou outras variantes fonéticas fortes como [r, ʁ, χ, ř, ʀ]. Entende-se que o /r/ em início de palavra sofre um fenómeno de reforço, transformando-se, por isso, em [r] - que posteriormente dá origem à vibrante posterior [R] ou a uma das outras formas mais frequentes hoje em dia: [ʁ, χ, ř, ʀ]¹⁶. Nos casos de contextos como os de <tenro, israelita, melro> o alofone forte resulta do facto de ele seguir uma coda ou uma vogal nasal, o que também pode ser entendido como um contexto que carece de reforço idêntico ao do início de palavra.

Na segunda análise, em que se afirma existirem dois segmentos fonológicos /r/ e /R/, defende-se que o /r/ surge em coda e ataque com diversas formas [r, ɾ, ɹ, ɽ] (como em <ser, meter, falecer, par, for>), em ataque simples no interior da palavra

¹⁵ Para começar uma reflexão acerca da complexidade desta questão convém consultar Rennie (2016: p.76), Bonet & Mascariò (1997).

¹⁶ A forma anterior [r] é considerada mais antiga do que as formas posteriores da vibrante múltipla. As formas posteriores parecem ter começado com a forma [R], por isso o símbolo que é escolhido na segunda análise para a questão propõe o símbolo fonológico /R/. Nos dias que correm, essa forma é cada vez menos frequente, sendo substituída por uma das outras variantes já referidas: [ʁ, χ, ř, ʀ].

(<missionária, arado, vários, areia>) e em ataques ramificados (<prato, praga, bruxa, branco, criar>), ainda que a mais frequente seja [r]. O /r/, por sua vez, surge em ataques iniciais de palavra (<rato, roer>) e nos contextos onde o [r] não pode surgir no interior da palavra: <melro, carro, Israel, honra>. Este segmento pode ser realizado também com as formas fonéticas [ʁ, ʁ̃, ʁ̄].

É ainda possível considerar, na linguística funcionalista de André Martinet, que existe uma oposição fonológica entre /r/ e /ʁ/ ([ˈkɐʁu] / [ˈkɐru]) que se neutraliza em determinados contextos, nomeadamente em ataque inicial, onde apenas se encontra /r/, e em coda, onde apenas se encontra /r/.

No domínio fonético, o português europeu apresenta um número de consoantes ilimitado, uma vez que cada indivíduo é diferente fisicamente dos outros e por isso a gama de segmentos que produz é sempre diferente das dos restantes. Todavia, consideram-se dezanove as mais comuns e conhecidas, nomeadamente: [p, b, t, d, k, g, f, v, s, z, ʃ, ʒ, m, n, ɲ, l, ʎ, r, ʁ¹⁷], segundo o inventário apresentado por Mateus & Andrade (2000, pp. 10-11); igualmente classificam-se pelo modo e ponto de articulação dentro da cavidade bucal: oral e nasal.

No conjunto das consoantes fonológicas do português europeu, há umas que assumem uma só realização fonética e outras com mais do que uma realização, isto é, com diferentes alofones (a comutação entre estes elementos não produz alteração de significado). Eis alguns casos de alofonia:

- (i) O caso de [vˈbalɐ]/[vˈβalɐ] - /b/, [ˈdedu]/[ˈdeðu] - /d/ e [vˈɡoʃtu]/[vˈɣoʃtu] - /g/;
- (ii) O caso da consoante lateral alveolar /l/, que assume duas formas [l] – lateral alveolar e [ɫ] - lateral velarizada; estas consoantes ocorrem em contextos diferenciados, o [l] só se encontra em ataque (como em <lago> [ˈlagu]), e o [ɫ] em coda silábica (por exemplo, <maldade> [maɫˈdadɨ]).

5.3.1.3. Segmentos do PE na sílaba e na palavra

As sílabas¹⁸ em português, um dos constituintes da estrutura prosódica, são formadas por: (i) Ataque (vazio, simples ou ramificado); (ii) Rima (não ramificada ou

¹⁷ As vibrantes são também chamadas róticos, e a vibrante múltipla uvular [ʁ], em particular, é frequentemente designada como <r> rolado ou gargantado (cf. Malmberg, 1954, p. 82).

¹⁸ As sílabas são agrupamentos prosódicos que reúnem segmentos, de tal maneira que existe um aumento de sonoridade até ao pico da sílaba e depois decréscimo de sonoridade a partir desse pico. As sílabas

ramificada); (iii) Núcleo (vazio, não ramificado ou ramificado; (iv) Coda (não ramificada). Se, por um lado, as vogais são produzidas no Núcleo de cada sílaba, as consoantes são produzidas em Ataque silábico ou em Coda silábica, dependendo da sua natureza e da estrutura da palavra.

Todos os segmentos consonânticos do português europeu podem surgir em Ataque silábico simples, em posição inicial ou medial de palavra, excepto os segmentos /ʎ, ɲ/, que nunca ocupam a posição inicial de palavra. Se se considerar que o /r/ existe em posição inicial de palavra, há que ter em atenção que aí ele se realiza com umas das suas formas fortes, quer seja anterior ou posterior. Em posição de Ataque ramificado, as sequências fonológicas existentes possuem consoantes oclusivas ou fricativas labiais seguidas das consoantes líquidas anteriores /l/ e /r/ (como, por exemplo, *plural* ou *flauta*). A Coda é um constituinte silábico que é opcional em português e que só pode ser ocupado por um dos três segmentos fonológicos /l, r, s¹⁹/ com realizações específicas: /l/ é realizado como [ɫ] (*real*), /r/ como [r] (*ver*) e /s/ em palavras como *paz/mas* com representações fonéticas: [ʃ] antes consoantes não vozeadas ou em final de frase, [ʒ] antes de consoantes vozeadas e [z] antes de vogal (se for reestruturado silabicamente como ataque).

As consoantes do português europeu possuem uma distribuição condicionada pelas suas características dentro da sílaba. Assim, elas podem estar em posição inicial, medial ou final de sílaba. Consideram-se consoantes iniciais as seguintes: [p, t, k, b, d, g, f, s, ʃ, v, z, ʒ, m, n, l, R]; mediais: [p, t, k, b, d, g, f, s, ʃ, v, z, ʒ, l, ʎ, m, n, ɲ, r, R]; finais: [ɫ, r, ʃ], como ilustra a tabela abaixo.

Tabela n.º 19 – Distribuição das consoantes do PE na sílaba

Posição inicial	Posição medial	Posição final
<pa la > ['paɫɐ]	<ca ç a> ['kaʒɐ]	<ma l > ['maɫ]
<ja ç > ['ʒa]	<ra s ga> ['raʒgɐ]	<ma r > ['maɾ]
<ma t a> ['maɫɐ]	<sa n ha> ['sɐɲɐ]	<ma s > ['maʃ]
<va l a> ['vaɫɐ]	<ma l ha> ['maɫɐ]	

Fonte: Mateus et al. (2003, pp. 992-993)

apresentam assim uma determinada ordem dos segmentos vocálicos e consonânticos em função da sonoridade relativa desses segmentos. Os segmentos com mais sonoridade são as vogais e os com menos sonoridade são as consoantes – tendo no extremo as consoantes oclusivas não vozeadas.

¹⁹ Em posição de Coda, a fricativa /s/ tem a representação fonética em [ʃ] e [ʒ], dependendo o seu vozeamento do contexto. A título de exemplo, vejam-se as palavras <pe**s**te> /peste/ ['peʃti] e <li**s**boa> /lisboa/ [liʒ'boɐ].

Em relação aos segmentos vocálicos, estes ocupam a posição do núcleo silábico não ramificado (como em <*pata*> ['patɐ]; <*mito*> ['mitu]); este núcleo pode ser ramificado nos casos de ditongos decrescentes. A título de exemplo, vejam-se as palavras: <*lei*> ['lej] ou <*pau*> ['paw].

5.4. O sistema fonológico da variedade angolana do português (VAP) em relação à norma do PE

Em função da convivência diária do português com as línguas locais de Angola e o seu afastamento geográfico face a Portugal, não é possível evitar a existência de diferenças no português de Angola face ao português europeu, ou seja, a existência de variação. Essa variação acaba por atingir todos os domínios da gramática. De acordo com Undolo (2016, p. 143), independentemente do nível de escolaridade, estatuto social ou outros fatores, o domínio fonético-fonológico, a par do lexical, é um dos que melhor atesta as diferenças entre variedades; este domínio fonético-fonológico torna evidentes as marcas distintivas de uma língua com vários centros difusores.

A par das especificidades da variação linguística do português no domínio fonético-fonológico que se possam estudar em cada grupo étnico de Angola, existem aspetos que se consideram transversais a todos os falantes da variedade angolana do português.

5.4.1. Vocalismo da VAP

Na variedade angolana do português existe a tendência para uma maior abertura dos segmentos vocálicos, quer estes estejam em posição acentuada, quer estejam em posição não acentuada, por parte de todos os falantes, o que representa uma assinalável diferença em relação à norma do português europeu, onde como já vimos predominam processos de fechamento de vogais átonas.

A título de exemplo, veja-se a tabela abaixo.

Tabela n.º 20 – Tendência para abertura das vogais na VAP

VAP	PE	Fontes
<beleza> [be'leza]	[bi'leze]	(Undolo, 2016, pp. 144-147)
<ânsia> ['ãsja]	['ẽsjɐ]	
<desgosto> [deʒ'gɔʃtu]	[diʒ'goʃtu]	
<casa> ['kaza]	['kazɐ]	
<namorar> [namo'rar]	[nɐmu'rar]	
<necessidade> [nɛsɛsi'dade]	[nisisi'dadi]	(Nzau, 2011, p. 65)
<bonito> [bɔ'nitu]	[bu'nitu]	
<dedo> ['dɛdu]	['dedu]	

Por outro lado, a bibliografia existente sobre o uso do português em Angola dá conta de que os seus falantes usam apenas treze vogais fonéticas, dos quais oito orais e cinco nasais, facto que pode vir a variar com futuras investigações, tendo em conta que a VAP não se constitui ainda em norma legítima. Esta característica linguística contrasta com o português europeu, por este apresentar catorze vogais fonéticas, conforme referido na secção anterior²⁰.

Tabela n.º 21 – Vogais fonéticas da VAP

Estado do véu palatino		Vogais orais			Vogais nasais		
avanço/recuo do dorso da língua		não recuado	recuado		não recuado	recuado	
abertura/fechamento	fechada	[i]	[i]	[u]	[ĩ]		[ũ]
		<ap <u>i</u> to>	<pe <u>g</u> ar>	<lu <u>m</u> e>	<fin <u>d</u> ar>		<mun <u>do</u> >
	média	[e]		[o]	[ẽ]		[õ]
		<me <u>t</u> er>		<ad <u>o</u> rar>	<de <u>n</u> te>		<pon <u>t</u> o>
	aberta	[ɛ]	[a]	[ɔ]		[ã]	
		<pe <u>l</u> e>	<ma <u>t</u> o>	<d <u>ó</u> >		<dan <u>ça</u> >	
Projeção dos lábios		não arredondada		arredondada	não arredondada		arredondada

Na VAP existe a tendência para a monotongação dos ditongos decrescentes orais e nasais. Os ditongos em posição medial ou final de palavra são reduzidos a vogais simples, como se pode verificar na tabela que se segue.

²⁰ Cf. Undolo 2016, p. 147.

Tabela n.º 22 – Tendência para a monotongação dos ditongos na VAP

VAP	PE	Fontes
<dinheiro> [di'ɲeru]	[di'ɲɛjru]	(Undolo, 2016, p. 147)
<depois> [de'poʃ]	[di'poʃ]	(Chavagne, 2005, pp.100-105)
<ontem> [õ'ti]	['õtẽj]	
<homem> ['õmi] ou ['õmi]	['õmẽj]	(Mendes, 1985, p. 158)

Outras características linguísticas relativas às vogais que os falantes da VAP apresentam consistem em:

- (i) Fazer a paragoge de [i] a seguir à consoante /r/ em posição de coda externa. Em outros casos, verifica-se a apócope de [r] em coda externa, conforme os exemplos que a seguir apresentamos.

Tabela n.º 23 – Tendência para paragoge ou para apócope

VAP	PE	Fontes
Paragoge de [i] a seguir /r/ em coda		
<chorar> [ʃo'raɾi]	[ʃu'rar]	(Costa, 2013, p. 20)
<vir> ['viri]	['vir]	(Mendes, 1985, p. 159)
Apócope de /r/ em coda		
<levar> [le'va]	[li'var]	(Costa, 2013, p. 20)
<ir> ['i]	['i]	

- (ii) Fazer a paragoge de [e] a seguir às consoantes /l/ e /s/ em coda silábica. A paragoge a seguir a /l/ leva a que a realização deste seja [l]. A paragoge de [e], ao deixar o [ʃ] em posição intervocálica, provoca a sua sonorização em [ʒ].

Tabela n.º 24 – Tendência para a paragoge de [e] a seguir a /l/ e /ʃ/ em coda

VAP	PE	Fonte
<final> [fi'nale]	[fi'nal]	(Mendes, 1985, p. 159)
<rapaz> [ra'paʒe]	[rɐ'paʃ]	

(iii) Fazer aférese das vogais átonas em posição inicial de palavra.

Tabela n.º 25 – Tendência para a aférese

VAP	PE	Fonte
<apitou> [pi'to]	[ɛpi'to]	(Mendes, 1985, p. 158)
<arranja> ['rɛ̃ʒa]	[ɛ'rɛ̃ʒɐ]	
<assanhada> [sa'ɲada]	[ɛsɐ'ɲadɐ]	

5.4.2. Consonantismo da VAP

De acordo com Undolo (2016, p. 149), a variedade angolana do português apresenta vinte e quatro consoantes, dos quais dezasseis orais [p, b, t, d, k, g, f, v, s, z, ʒ, ʒ, l, r, R, Λ] e oito nasais: [m, n, ɲ, ^mb, ⁿd, ⁿz, ⁿʒ, ⁿg], conforme a tabela que abaixo apresentamos. É de notar que as consoantes pré-nasalizadas existem fundamentalmente em palavras que não são de origem portuguesa, apesar de também poder haver pré-nasalização de consoantes em palavras portuguesas, por vezes.

Tabela n.º 26 – Consoantes da VAP

Estado do véu palatino		Orais						Nasais ²¹	
Modo de articulação		oclusiva		fricativa		vibrante	lateral	oclusiva	fricativa
		não vozeada	vozeada	não vozeada	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada
Ponto de articulação	bilabial	[p] <pauta>	[b] <bolo>					[m] <mesa>	[^m b] <mbandi ²² >
	labiodental			[f] <fala>	[v] <verso>				
	dental	[t] <tela>	[d] <deter>	[s] <sala>	[z] <zona>			[ⁿ d] <ndalu>	[ⁿ z] <nzinga>
	alveolar					[r] <corda>	[l] <ligar>	[n] <nada>	
	palatal			[ʃ] <chave>	[ʒ] <janela>	[R] ²³ <rádio>	[Λ] <filha>	[ɲ] <tenho>	[ⁿ ʒ] <nginga>
	velar	[k] <caça>	[g] <golo>					[ⁿ g] <ngina>	

Fonte: Adaptado de Undolo (2016, p. 150)

²¹ A par destas 5 pré-nasalizadas, mais frequentes, que Undolo apresenta, existem ainda as seguintes: [^mv, ⁿs, ⁿt, ⁿk, ⁿl], num total de 10 (cf. Chavagne, 2005; Costa, 2013; Inverno, 2018).

²² Tradução para português europeu: <mbandi> [^mbãdi] - inverno; <ndalu> [ⁿdalɐ] - fogo; <nzinga> [ⁿzĩga] - guerrear; <nginga> [ⁿʒĩga] - escorpião; <ngina> [ⁿgina] - existo/estou.

²³ O uso das vibrantes múltiplas [r] (alveolar) e [R] (palatal) estão em variação na VAP. Todavia, a alveolar [r] é a mais difundida entre os falantes.

Tal como na reflexão sobre o comportamento das vogais, em relação ao sistema consonântico da variedade angolana do português, a nossa atenção incide sobre os casos mais evidentes que tornam a VAP diferente do português europeu, conforme a explanação que a seguir apresentamos:

1) Fricativa palatal não vozeada [ʃ]

Em algumas palavras com sequência de fricativas (uma em coda e outra em ataque), a pronúncia da fricativa em coda pode ser [j], em resultado de um processo de semivocalização (como em <nascer, descer e pescar>), ou seja, a semivogal criada forma com a vogal à sua esquerda um ditongo decrescente, [ej] (neste caso).

Tabela n.º 27 – Fricativa palatal não vozeada [ʃ]

VAP	PE ²⁴	Fonte
<cre scer > [krej'sɛɾ]/[kre'ʃɛɾ]	[kriʃ'sɛɾ]	(Undolo, 2016, p. 148)
<de scer > [dekrej'sɛɾ]/[dekre'ʃɛɾ]	[dikriʃ'sɛɾ]	

2) Vibrantes simples [ɾ] e múltipla [ʀ]

As vibrantes como as do português (independentemente de se tratar de um ou de dois segmentos fonológicos diferentes) não são comuns em muitas línguas africanas, sobretudo nas línguas bantu. Os falantes dessas línguas, principalmente os de baixo nível de escolaridade, substituem os segmentos desta classe por [l] com relativa frequência. É de sublinhar que tal acontece mais frequentemente entre os falantes do centro e sul do país, cuja língua de base é o umbundu. A título de exemplo, veja-se a tabela a seguir.

²⁴ Note-se que, além das formas registadas por Undolo para o PE, que são as da norma, é possível dizer-se, em determinadas variedades, [kri'sɛɾ] ou [kri'ʃɛɾ].

Tabela n.º 28 – Vibrantes simples [r] e múltipla [ʀ]

VAP	PE	Fontes
<morreu> [mo'lew]	[mu'rew]	(Nzau, 2011, p. 66)
<carro> ['kalu]	['kaʀu]	
<rato> ['latu]	['ʀatu]	(Costa, 2013, p. 19)
<Teresa> [tɛ'leza]	[tɨ'rezɐ]	
<doutor> [do'tol]	[do'tor]	(Mendes, 1985, p. 158)

3) Fricativas palatais [ʃ] e [ʒ]

De acordo com Costa (2013, p. 19), os falantes da variedade angolana do português, particularmente da região norte de Angola, de língua de base nativa kikongo, utilizam uma forma fonética diferente das consoantes orais fricativas palatais [ʃ] e [ʒ], devido ao facto de estas não serem muito comuns no kikongo. Quer estas consoantes estejam em coda, quer estejam em ataque, são sempre anteriorizadas para a fricativa dental [z], conforme a tabela que se segue.

Tabela n.º 29 – Fricativas palatais [ʃ] e [ʒ]

VAP	PE	Fonte
<luz> ['luz]	['luʃ]	(Costa, 2013, p. 21)
<José> [zɔ'zɛ]	[ʒu'zɛ]	

4) Consoantes pré-nasalizadas da VAP

A par das consoantes [m, n, ɲ], consideradas como as únicas nasais no português europeu, os falantes da VAP, principalmente os das regiões centro e sul do país, de língua de base umbundu, tendem a pré-nasalizar as consoantes do português [b, d, g, v, z, s, t, k, l] para [ᵐb, ᵐd, ᵐg, ᵐv, ᵐz, ᵐs, ᵐt, ᵐk, ᵐl], o que não acontece em PE. De acordo com Inverno (2018, p. 123), isto resulta de uma influência das línguas bantu.

Tabela n.º 30 – Pré-nasalização das consoantes do PE

VAP	PE	Fontes
<bunda> [ᵐbũda]	[ˈbũdɐ]	(Chavagne, 2005, p. 111)
<dizer> [ᵐdiˈzɛɾ]	[diˈzɛɾ]	
<tiver> [ᵐtiˈvɛɾ]	[tiˈvɛɾ]	
<sangue> [ᵐsãge]	[ˈsɛ̃gi]	
<sotaque> [sɔᵐtake]	[suˈtaki]	
<gozo> [ᵐgɔzu]	[ˈgozu]	(Costa, 2013, p. 20)
<bomba> [ᵐbõba]	[ˈbõbɐ]	

5) Estrutura silábica na VAP

Diferentemente do que sucede no português europeu, na variedade angolana do português existe modificação da estrutura silábica nos casos de sequências de consoantes, como em *gnomo*, *absurdo*²⁵, sendo usual a inserção dos segmentos vocálicos [e] e [i] entre os elementos de uma sequência de duas consoantes: [gi'nomo], [abi'surdo]. De acordo com Undolo (2016, pp. 151-153), esta inserção processa-se da seguinte maneira: em <pn> insere-se [e], em <ps> [i], em <bl> [i], em <bs> [i], em <bt> [i], em <tm> [i], em <tn> [i], em <dv> [i], em <dm> [i], em <dk> [i] e em <gn> [i]. É de sublinhar que, no acréscimo que é feito do [e] ou [i], o [i] é o privilegiado na grande maioria dos casos, conforme a tabela que se segue.

Tabela n.º 31 – Simplificação da estrutura silábica na VAP

VAP	PE	Fonte
<pneumonia> [penewmoˈnia]	[pnewmuˈniɐ]	(Undolo, 2016, pp. 151-153)
<psicologia> [pisikoloˈgia]	[psikuluˈgiɐ]	
<obstruir> [ɔbiʃtruˈiɾ]	[ɔbʃtruˈiɾ]	
<obter> [ɔbiˈtɛɾ]	[ɔbˈtɛɾ]	
<ritmo> [ˈritimu]	[ˈritmu]	
<advertência> [adiverˈtɛ̃sja]	[ɛ̃dvirˈtɛ̃sjɐ]	
<adquirir> [adikiˈriɾ]	[ɛ̃dkiˈriɾ]	
<digno> [ˈdiginu]	[ˈdignu]	

²⁵ Este fenómeno é também comum no português do Brasil, maioritariamente, com a inserção de [i].

Em síntese, no plano fonético, a variedade angolana do português apresenta 13 vogais: oito vogais orais ([i, í, u, e, o, ε, a, ɔ]) e cinco nasais [ĩ, ã, õ, ã, õ], enquanto que a variedade europeia integra 14 vogais: nove vogais orais ([i, í, u, e, o, ε, a, ɐ, ɔ]) e cinco nasais [ĩ, ã, ã, ã, õ], sendo a principal diferença a inexistência, no PA, de [ɐ] e de [ã]. Em relação às consoantes, a variedade angolana apresenta um conjunto de 16 consoantes orais: [p, b, t, d, k, g, f, v, s, z, ʃ, ʒ, l, r, R, Λ] e 13 nasais: [m, n, ɲ, mb, nd, nz, nʒ, ng, mv, ns, nt, nk, nl], que se diferencia da variedade europeia essencialmente pela existência de 10 consoantes pré-nasalizadas.

5.5. O enclave de Cabinda

Os povos de Cabinda são, como acima se referiu, de origem *Bantu* e a sua ascendência étnica encontra-se no antigo Reino do Congo. Este Reino situava-se no sudoeste da África, território que hoje cobre o nordeste de Angola (incluindo Cabinda), a República do Congo, a parte ocidental da República Democrática do Congo e a parte centro-sul do Gabão.²⁶

A afirmação de Cabinda como região independente do Reino do Congo implicou a junção de três reinos, nomeadamente: Ngoyo, Kakongo e Lwango, que inicialmente eram reinos autónomos do antigo reino do Kongo-dia-Ntolila (atual Mbanza-Congo). Por esta razão, a cidade de Cabinda é formada por três grandes reinos, nomeadamente: Mangoyo, Makongo e Malwango.

O povo da província de Cabinda faz parte da etnia Bakongo, conforme acima se referiu. Este povo, por sua vez, subdivide-se em sete diferentes tribos.²⁷

...os povos do Distrito de Cabinda (abrangendo todo o Enclave) eram povos bantos da tribo Bakongo, do Reino do Congo. Mas a tribo Bakongo tem vários clãs. E, no Enclave, encontramos os seguintes: Bauoio, Bakongo, Balinge, Baluango, Basundi, Baiombi, Bavili e um mui pequeno clã, praticamente desaparecido e do qual pouco ou nada se fala, o Bakoki, que vivia ao longo da costa marítima, dado à pesca, começando junto à foz do Lulondo, no Buku-Mazi, até quase à lagoa do Massabi. (Martins, 1972, p. 69).

O facto de Cabinda possuir várias tribos torna-a uma província bastante rica sob o ponto de vista cultural. Esse multiculturalismo, que é característico ao povo de

²⁶ *Etnia* ou, se se preferir, grupo étnico consiste no conjunto de indivíduos que partilham uma mesma herança sociocultural (por exemplo, língua e/ou *modus vivendi*).

²⁷ *Tribo* remete para a ideia de um grupo de indivíduos que envolve diferentes famílias dentro de uma mesma região. *Clã*, termo referido por Martins (1972), é um conjunto de indivíduos que partilham um mesmo ancestral, ou seja, esses indivíduos têm um mesmo fundador. Em suma, os povos organizam-se em etnias, as etnias organizam-se em tribos e as tribos, por sua vez, organizam-se em clãs.

Cabinda, passa pelo vestuário, pela gastronomia, pela música tradicional e pelos rituais tradicionais, com destaque para o *Tchikumbi* (casa de tinta) e os célebres festejos dos *Bakamas*.²⁸

Figura n.º 3 – Bakamas de Cabinda



Fonte: <https://www.google.com/search?q=imagens+de+bakamas+de+Cabinda>

Figura n.º 4 – Cerimónia do Tchikumbi em Cabinda



Fonte: <https://www.google.com/search?q=imagens+de+bakamas+de+cabinda>

²⁸*Tchikumbi* é uma cerimónia praticada apenas por algumas tribos, como: Balinji, Bawoyo, Bakoci e Bakwakongo. Esta cerimónia simboliza a transição de uma rapariga, sobretudo virgem, da fase de adolescência para a fase adulta e enche de enorme alegria os familiares, por entenderem que ganham uma nova mulher que vem dar mais vida e continuidade à família. Os *Bakamas* são um grupo tradicional que permite a comunicação entre as pessoas vivas e os espíritos ocultos dos deuses e dos ancestrais de Cabinda. Os agentes culturais de Cabinda acreditam que essa seja a melhor maneira de se promover a reconciliação entre os mortos e os vivos.

No domínio do turismo, a província de Cabinda apresenta-se com diferentes pontos de atração turística e histórica, nomeadamente: o Resort Mayombe, o Marco Histórico do Tratado de Simulambuco, o Embarque de Escravos de Chinfuca, a Gruta de Malembo, o Museu de Cabinda, a Igreja da Missão Evangélica Ntendekele, a Igreja de Lândana, a Igreja Católica Nossa Senhora Rainha do Mundo, a Igreja Católica Imaculada Conceição, o Cemitério dos Nobres, o Cemitério dos Reis de Cabinda, o Centro Turístico do Mbande, a Reserva Florestal de Cacongo, o Palácio do Povo, a Igreja de S. Tiago Maior de Lândana, entre outros.

5.5.1. O ibinda

O povo de Cabinda²⁹ tem uma maneira muito própria de manter viva a sua cultura em todos os domínios, e, como é óbvio, a língua local não é exceção à regra. Segundo Silva (1993, p. 5) *apud* Chicuna (2018, p. 35), "os Cabindas constituem um povo considerado, por norma, pelos investigadores e pessoas que com eles contactam, tanto no passado como no presente, com tradições próprias bem marcadas..."

A língua local de Cabinda, que é língua materna da maioria da população de Cabinda, é o ibinda. No entanto, durante o período colonial (1882-1975), o regime utilizou o termo *fiote* para se referir à língua local da região de Cabinda. Este "termo [...] resulta do aportuguesamento do vocábulo local (*ki*)*ifiote*, [que] significa, para os cabindenses, a cultura negro-africana, o modo de ser e de estar do negro africano. Por exemplo, o indivíduo de raça negra é designado *m'fiote* (*bafiote*, no plural). Então, os cabindas são *bafiote*, mas não falam *fiote*" (Milando, 2013, p. 29).

De acordo com Mazunga (2015, pp. 17-18), o regime da época colonial aplicou o termo *fiote* para se referir à língua do povo *bakongo*. No entanto, não se percebe as razões por que o termo ficou somente ligado ao povo de Cabinda e foi utilizado durante décadas sem nenhum questionamento sob o ponto de vista do seu valor semântico.

A seguir à independência de Angola, o termo *fiote* continuou a ser usado entre os cidadãos, nos *media* angolanos (sobretudo na TPA e na Rádio Nacional de Angola), até mesmo entre os membros do Governo local de Cabinda. Esta realidade tem feito com

²⁹ Os naturais de Cabinda podem ser chamados Cabindas, Cabindenses, Cabindeses, Cabindianos ou Mbinda (cf. Milando, 2013, pp. 43-44; Chicuna, 2018, pp. 33-34). Todavia, o adjetivo gentílico que mais se aplica a este povo, tanto a nível interno quanto externo, é Cabindas, e está atestado nos Dicionários da Língua Portuguesa, particularmente no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* da Porto Editora (2010, p. 272).

que este termo continue a ser comumente usado para designar a língua dos naturais de Cabinda.

No entanto, de acordo com Obenga (1985, p. 21), o nome das etnias no continente africano coincide sempre com as línguas locais com que estas comunicam. Em função disto, Chicuna (2018, p. 34) afirma que "em Cabinda não existe nenhuma etnia que se designe por *Bafiote* e que, em consequência, se expresse em *fiote*. [Nesta medida], essa língua [...] não existe.". Assim, e tendo também em conta que o termo *fiote* (*negro, preto, escuro*) aplicado à língua local de Cabinda envolve algum sentido pejorativo, vários investigadores nativos de Cabinda, e não só, têm rejeitado esta designação. Segundo Milando (2013, pp. 29-30), "o termo *ibinda* começou a ser usado para designar a língua em que se exprimem os cabindenses, em finais dos anos 60, no seio dos primeiros intelectuais nativos locais, formados na/pela igreja católica."

Assim, considera-se atualmente que o povo de Cabinda, parte do grupo étnico Bakongo, tem como língua local o *ibinda*, um subdialecto da língua kikongo. O *ibinda* pode ser caracterizado como um conjunto de sete variedades difundidas em diferentes pontos de Cabinda, a saber: *kiyombe, kisundi, kivili, kilinji, kikoci, kikwakongo e iwoyo*. De acordo com Chicuna (2018, p. 36), todas estas variedades são faladas com frequência na cidade de Cabinda, onde, apesar da diversidade linguística, se verifica uma intercompreensão entre os seus falantes, pois são línguas irmãs.

As diferentes variedades do *ibinda* apresentam a seguinte distribuição:

- O *kisundi* é a língua falada pelos *Basundi*, originários da etnia *Sundi*, habitantes do Alto Sundi (Mikonje), região mais ao norte de Cabinda. O *Kisundi* também é língua nativa de algumas regiões do Congo e da República Democrática do Congo.
- O *kiyombe* é a língua dos descendentes da etnia *Yombe*, os *Bayombe*. Fala-se no Mayombe, norte de Cabinda, abarcando as regiões do Necuto, Buco-Zau, Belize e Luali. A língua *kiyombe* também é falada na República Democrática do Congo (nas regiões de Matadi, Tshela, Boma, Mwanda, Tseka Mbanza), na República do Congo (nas regiões de Kwilu e Kimongo) e, finalmente, em Gabão (na região do Mayombe de Nzambi).
- O *kilinji* é a língua dos *Balinji*, oriundos da etnia *Ndinji*. É a língua falada nas regiões de Dinje (Ndinji) e do Inhuca (Nyuka).

- O *kivili* é a língua dos *Bavili*, da etnia *Vili*. É a língua da região de Massabi e também é língua nativa da região de Ponta negra, no Congo.
- O *kikwakongo* é a língua dos *Bakwakongo*, da etnia *Kwakongo*. É falado no Ntando-Nzinzi, no Nzenze Lukulu e em algumas regiões de Cacongo.
- O *kikoci* é a língua dos *Bakoci*, da etnia *Koci*, habitantes da costa ocidental, Lândana e Malembo.
- O *iwoyo* é a língua dos *Bawoyo*, descendentes da etnia *Woyo*, do antigo reino do *Ngoyo*. Fala-se na parte sul de Cabinda. O *iwoyo* é também língua nativa da região de Matadi, na República Democrática do Congo. (Chicuna, 2018, p. 36).

Apesar de todos os esforços que até aqui têm sido empreendidos por alguns investigadores no sentido de desenvolverem um sistema de escrita oficial para o ibinda, o facto é que esta língua continua ágrafa. Dito de outra forma, o ibinda continua a ser apenas uma língua oral, o que constitui um perigo para a sua subsistência nos dias que correm, sendo, por isso, desejável que sejam tomadas medidas para a sua preservação. Não obstante ser falado pela grande maioria da população nativa de Cabinda, o ibinda não goza de nenhum estatuto importante na província; nem a nível da administração pública, nem a nível do ensino. Segundo Chicuna (2018, 37), as variantes do ibinda servem apenas de "... veículo de informação nos *media* (Rádio e TV) [...]. De salientar, contudo, que elas são línguas locais, línguas de comunicação na família, das tradições orais, das situações informais de comunicação, veículos de comunicação entre os *Cabindas*..."

A afirmação de Chicuna apresenta as variantes do ibinda como aceites e massificadas pelos meios de comunicação social. Estamos em crer, no entanto, que a massificação não é assim tão abrangente. Pelo contrário, as variantes do ibinda ocorrem em circunstâncias particulares e com pouca frequência, o que propicia alguma estigmatização.

5.5.2. O português em Cabinda

Conforme já referimos, em Angola, o português coabita com diversas línguas nativas, e essa realidade não é diferente na Província de Cabinda, onde convive sobretudo com as sete variedades do ibinda.

Do ponto de vista do estatuto, o português, em relação ao ibinda, tal como em relação a todas as línguas nativas de Angola, goza de alto prestígio e as funções que desempenha na Província de Cabinda são idênticas às que desempenha em todo o território angolano, tendo em conta a política linguística pós-independência vigente no país. No entanto, nesta região, o português funciona como língua primeira (L1) apenas para uma minoria dos falantes, sendo o ibinda a língua materna da maioria da população, e como língua segunda (L2) para a grande maioria dos falantes, além de língua oficial, língua de escolaridade e língua veicular. Esta situação é diferente da de outras regiões de Angola, onde o português é maioritariamente L1, por exemplo Luanda, e apresenta uma situação de contacto específica, que tem como resultado características próprias.

Não obstante a afirmação, na Constituição da República de Angola (2010: p. 11), no seu 19º artigo, de que o português é "língua oficial da República de Angola" e a constatação, pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola, em resultados definitivos do último Censo realizado (2016: p. 51)", de que o português é falado por mais de metade da população angolana", em Cabinda, é ainda notório, em círculos escolares e fora destes, que a língua que as crianças, adolescentes ou adultos usam informalmente é a sua língua materna, o ibinda, e não o português, reservado maioritariamente aos contextos formais.

Além do ibinda, que é a sua maior influência, em Cabinda, o português entra ainda em contacto, nesta região, com a língua inglesa, devido ao contacto com os trabalhadores do campo petrolífero do Malongo (campo gerido por Americanos), e com o francês e línguas nativas faladas nas vizinhas Repúblicas do Congo Brazzaville e Democrático, países com que Cabinda faz fronteira. Portanto, podemos dizer que o povo de Cabinda se encontra num contexto poliglótico, onde várias línguas coabitam, e que este povo, ao comunicar em português, apresenta marcas sensíveis da influência dessas línguas, com destaque para o ibinda, língua materna da maior parte dos falantes. Assim, o português falado em Cabinda é necessariamente, não só diferente do de Portugal, mas também do de outras regiões de Angola.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

1. Local de pesquisa

O nosso local de pesquisa é a Província de Cabinda, concretamente o Centro de Produção da TPA em Cabinda.

1.1. Cabinda

Com cerca de 7.283 Km² de superfície, Cabinda é uma das províncias da República de Angola e constitui-se a 18^a (décima oitava) província do país. Dentro do espaço territorial angolano, esta província é localizada mais ao norte e, a nível continental, na África Central.

A província de Cabinda tem fronteira terrestre com os dois Congos, nomeadamente a República Democrática do Congo, ao sul e este, e a República do Congo Brazzaville, ao norte. A oeste, Cabinda é limitada pelo oceano atlântico. Portanto, as suas coordenadas geográficas passam pelos paralelos 4° 25' e 5° 45' de latitude Sul e os meridianos 12° e 13° de longitude Este.

Os resultados definitivos do último Censo Populacional e da Habitação realizado em Angola no ano de 2014 dão conta de que, dos vinte e cinco milhões setecentos e oitenta e nove mil e vinte e quatro (25.789.024) habitantes que compõem a população angolana, sessenta e três por cento (63%) reside na área urbana e trinta e sete por cento (37%) na área rural (Cf. INE, RGPH, Resultados Definitivos do Censo 2014, p. 8).

A província de Cabinda, em particular, possui uma densidade populacional avaliada em setecentos e dezasseis mil e setenta e seis (716.076) habitantes, representando, assim, três por cento (3%) do universo da população de Angola (Cf. INE, RGPH, Resultados Definitivos do Censo 2014, p.9).

A província de Cabinda não se liga ao resto do território angolano via terrestre, devido à sua descontinuidade geográfica. Esta realidade faz com que a sua população, principalmente os comerciantes, se depare com enormes dificuldades de circulação de pessoas e bens para os diferentes pontos do país.

A segunda maior floresta do mundo, a seguir à Amazónia, localiza-se na província de Cabinda e denomina-se Floresta do Mayombe. Esta floresta é tropical, húmida, rica em fauna e flora. Apresenta uma densa vegetação, com árvores gigantescas, como: pau-rosa, ngulo-mazi, nkambala e outros, que chegam atingir quarenta a cinquenta metros de altura. A sua fauna apresenta-se com uma diversidade bastante significativa de animais, como: elefantes, rinocerontes, pacaças, vários

primatas, como os gorilas, chimpanzés, pequenos macacos e preguiças, vários tipos de roedores, aves raras, como o papagaio cinzento e periquitos, etc.

A principal atividade económica do povo de Cabinda, além do comércio, centra-se nos recursos naturais que a sua superfície oferece, tanto no solo quanto no subsolo, nomeadamente, exploração de madeira, exploração de petróleo, caça, agricultura e pesca.

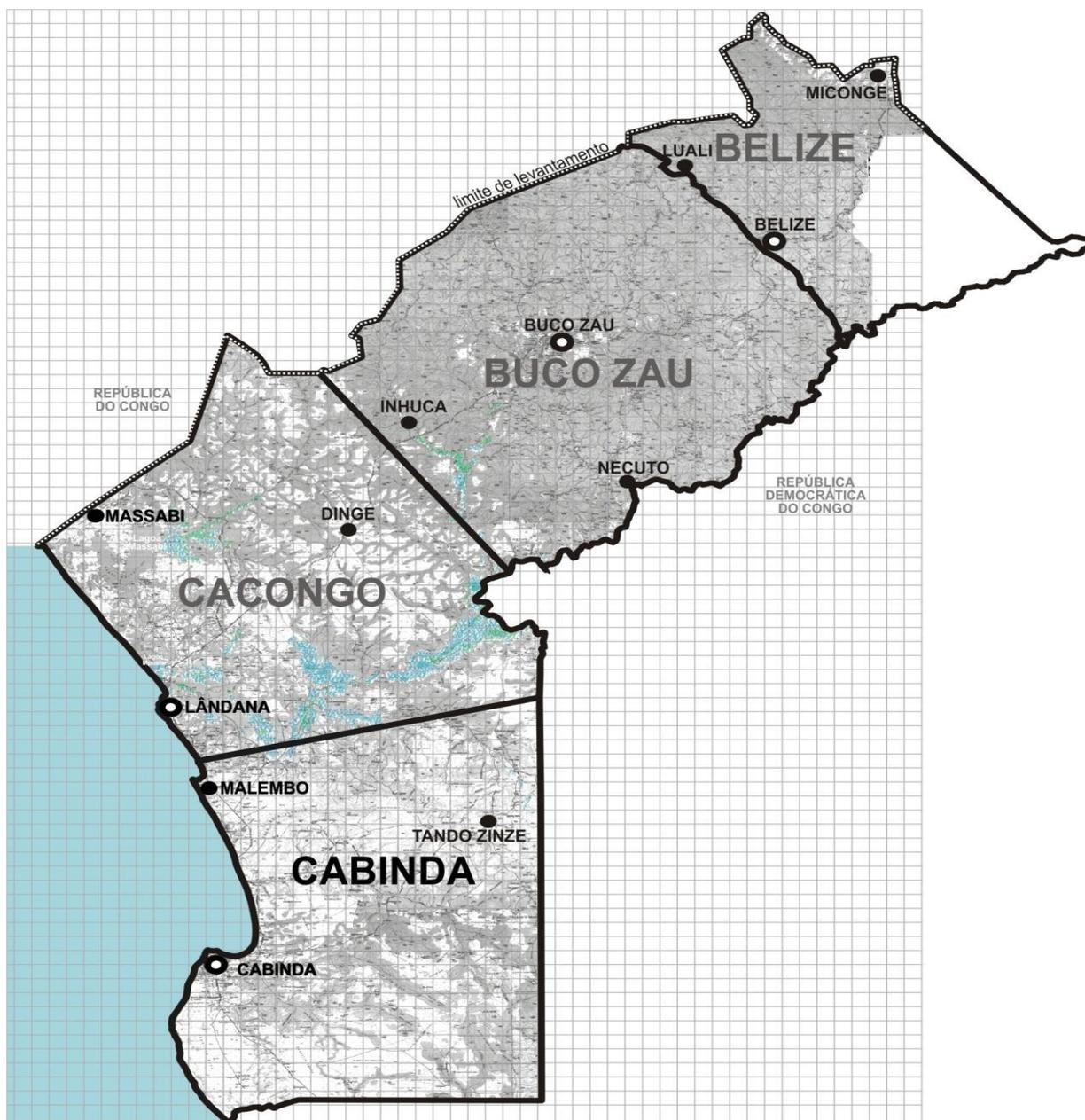
Os recursos naturais, sobretudo o riquíssimo subsolo (petróleo, fosfato, ouro, manganês, quartzo, urânio e potássio) tornam a província de Cabinda uma região rica. Em particular, o petróleo atrai importante investimento estrangeiro, que contribui de forma decisiva para a economia angolana.

Do ponto de vista administrativo, a cidade capital tem o mesmo nome da província: Cabinda³⁰, tendo ascendido à categoria de cidade no dia 28 de maio de 1956, ainda no período colonial.

A província de Cabinda dispõe de quatro municípios, nomeadamente: o município de Cabinda, o município de Cacongo, o município de Buco-Zau e o município de Belize. A província dispõe também de um total de oito comunas, tendo cada um dos municípios duas comunas sob sua jurisdição. Assim, Cabinda (município sede) controla as comunas de Tando-zinze e Malembo, Cacongo controla as comunas de Dinge e Massabi, Buco-Zau controla as comunas de Necuto e Nhuca e, por último, o município de Belize controla as comunas de Luali e Miconje, conforme o mapa que se segue.

³⁰A atual cidade, pós-independência, que hoje se designa Cabinda (localmente cidade Cowa [ˈtʃowɐ], nome dado pelos primeiros autóctones desta região), no século XIX primeiro respondia pelo nome de Porto Rico, isto em 1885 e, mais tarde, em 1896, de Vila Amélia.

Figura n.º 5 - Municípios e comunas de Cabinda



Fonte: Plano de Desenvolvimento da Província de Cabinda 2013 – 2017, pp.31-32, Junho de 2013. Disponível em: https://us.search.yahoo.com/yhs/search?hspart=comodo&hsimp=yhscom_chrome&type=33010001006_10.1.0.6474_i_ds_sp&p=Plano+de+Desenvolvimento+da+Prov%C3%ADncia+de+Cabinda+2013+%E2%80%93+2017%2C+pp.31-32%2C+Junho+de+2013.

1.2. A TPA

Desde o seu passado até ao momento atual, a Televisão Pública de Angola tem perseguido os seguintes objetivos:

- contribuir para a informação do público dentro do território nacional e além-fronteiras;
- garantir aos mais variados atores sociais o direito de se informar sobre os diferentes acontecimentos em Angola e no mundo;
- velar pela promoção da angolanidade e refletir todos os valores inerentes à defesa da soberania e integridade nacionais;
- produzir matérias de interesse desportivo, cultural, social e científico;
- mostrar Angola ao mundo e trazer o Mundo para Angola através da partilha da informação.

O percurso da afirmação da TPA em Angola parte precisamente da situação sociopolítica que o país viveu durante o período da colonização. Nesse período, as entidades portuguesas consideravam que permitir a existência de uma cadeia televisiva naquela região não era boa ideia (cf. Coelho, 1999, pp.144-147).

Ainda assim, um grupo de profissionais corajosos, com vontade de colocar a operar um canal de televisão em Angola permitiu que acontecessem as primeiras experiências de uma emissão televisiva nesta região, em 1962. Estas experiências ocorreram na cidade do Huambo e, na altura, foram apenas passadas imagens no *Stand da Phillips* da Feira Oficial de Nova Lisboa.

Já em 1972, esse grupo de profissionais angolanos tentou avançar com um projeto de televisão em Angola, que se denominaria TVA (TV de Angola), importando equipamentos em segunda mão da África do Sul. Sendo a televisão um trabalho de equipa, esses profissionais sentiram a necessidade de contratar algumas pessoas, a fim de se juntarem ao projeto. A essas pessoas, foi dada uma formação nas mais variadas áreas que tornam uma cadeia televisiva funcional.

No entanto, as entidades da época frustraram sempre a intenção destes profissionais, por entenderem que, com a RTP já instalada em Portugal, não havia necessidade de existirem mais cadeias televisivas nas colónias; e o projeto não vingou.

Em julho de 1974, após o 25 de abril, a RTP (Rádio e Televisão de Portugal) instalou-se finalmente em Angola, com quadros portugueses das mais variadas áreas. Nessa época, foram recrutados alguns quadros angolanos que já tinham algum conhecimento sobre o funcionamento de uma televisão. Foi assim criada a RTPA (Rádio Televisão Portuguesa de Angola), fundada pelo ainda então Governo colonial português.

Com o início dos confrontos em Luanda, nos primeiros meses de 1975, os quadros portugueses regressaram, na sua maioria, a Portugal e a RTP deixou de ter interesse em manter-se em Angola. Em função desta decisão, o Governo angolano nacionalizou a estação, que passa, então, a chamar-se RTPA (Radiotelevisão Popular de Angola, isto entre junho-agosto de 1975).

Em setembro de 1975, em reunião de trabalhadores, foi decidido que a empresa fosse denominada RPA (Radiotelevisão Popular de Angola), designação que se manteve até à independência (11 de novembro de 1975). No entanto, como a sigla era idêntica à da República Popular de Angola, foi decidido alterar a designação para Televisão Popular de Angola, TPA, mantendo-se esta designação até ao início dos anos 90, altura em que a designação foi alterada para Televisão Pública de Angola, nome que se mantém até à presente data, mantendo-se também a sigla.

O 18 de Outubro de 1975 é uma data especial na vida da TPA, por ser a data em que o primeiro Presidente de Angola, António Agostinho Neto, visitou a sua sede. A partir de então, este dia passou a ser comemorado como o dia da TPA. Foi precisamente nesta data que a TPA iniciou as emissões propriamente ditas em Angola. Na altura, a TPA só podia emitir a partir de Luanda.

Figura n.º 6 – Logótipo da Televisão Pública de Angola



Fonte: <https://angorussia.com/noticias/tpa-celebra-43o-aniversario>

Vale lembrar que, nos primeiros oito anos, a TPA emitia a preto e branco (até 1983), tendo então começado a emitir a cores. Por outro lado, na tentativa de emitir a

partir dos diferentes pontos do país, a TPA começou com um processo de expansão via satélite para fora da província de Luanda, sede da TPA.

Assim, entre as várias províncias de Angola, Benguela foi a primeira a beneficiar dessa extensão do canal da TPA, isto em 1979. Depois desta, seguiram-se as demais províncias, de maneira faseada. Em Cabinda (nosso campo de pesquisa), só a partir de 1990 é que o primeiro jornal de notícias foi aí apresentado, pelo renomado jornalista angolano Ernesto Bartolomeu.

Com os avanços da tecnologia, a TPA faz surgir, em 2000, um novo canal, que se denomina TPA 2 e que, até hoje, só emite a partir de Luanda. Em 2003, a TPA faz surgir um terceiro canal, a TPA Internacional, que passou a ser transmitido para a Europa via satélite, a partir de 2008 e pode ser recebido através da rede de cabo em diferentes partes do mundo.

Atualmente, a TPA é vista em três canais, nomeadamente os canais: 1, 2 e Internacional, nos quais podem ser vistos programas noticiosos e programas de entretenimento em português³¹.

Figura n.º 7 – Logótipos da TPA 1, 2 e Internacional



Fonte: <https://www.google.com/search?q=logotipos+da+tpa&tbm>

³¹*Tpa somos todos nós* - constituiu o slogan da Televisão Pública de Angola

Na grelha de programação da Televisão Pública de Angola, além dos programas em português, são também transmitidos magazines informativos em línguas locais de Angola, nomeadamente em: kimbundu, umbundu, kikongo, cokwe, ngangela, entre outras. A realidade da inserção dessas línguas na programação não é apenas notória na TPA, mas também em rádios público-privadas de Angola.

Como referido no capítulo I, as línguas locais de Angola têm vindo a ser cada vez mais valorizadas pelo Estado angolano, um facto consagrado na Constituição da República de Angola, no artigo 19º, nº 2. Por esse motivo, o governo tem dado especial atenção a essas línguas, enquanto línguas de comunicação e de cultura autóctones.

Assim, a TPA, enquanto órgão de comunicação social e principal parceiro do governo na divulgação e utilização dessas línguas, tem a missão de colocar os falantes em contacto com as línguas nativas através da informação, desde as zonas mais próximas às mais recônditas, cobrindo, assim, o país.

Os magazines em línguas locais são transmitidos de segunda a sexta-feira, em direto, a partir das 12h00, no canal 1. Essas emissões vão para o ar de maneira intercalada nas diferentes línguas. De ressaltar ainda que cada magazine é passado em reposição no dia seguinte, no Canal 2, a partir das 7h00 da manhã.

Os dirigentes da TPA, apercebendo-se do quão importante é manter estes magazines, sentem, no entanto, que, apesar de estes terem já um espaço próprio de emissão, o tempo que lhes é dedicado nas emissões é claramente insuficiente. Por este facto, entenderam inserir as línguas locais também no maior espaço alargado de notícias em português da TPA, o *Bom Dia Angola*. Neste espaço, são vistos os apresentadores das diferentes línguas locais a ler as notícias de maior destaque.

Face a essa dinâmica de promoção das línguas locais que a TPA tem imprimido nas suas emissões, os telespectadores têm reagido da melhor forma, visto que a grande maioria do povo angolano comunica com maior facilidade através dessas línguas, de acordo com a região a que cada falante pertence.

Assim, a Televisão Pública de Angola permite que os seus telespetadores se mantenham cada vez mais próximos dos diferentes sistemas linguísticos em contacto: essencialmente, o português, por um lado, e as línguas de Angola, por outro.

1.2.1. A TPA em Cabinda

O Centro de produção da TPA em Cabinda foi fundado no dia 22 de junho de 1990, pelo, então, Ministro da Cultura, Boaventura Cardoso, e situa-se no município sede da cidade de Cabinda, bairro Amílcar Cabral, Avenida Rui de Sousa.

Figura nº. 8 – Centro de Produção da TPA em Cabinda



Fonte: autor

A TPA em Cabinda conta com (74) setenta e quatro funcionários, dos quais (54) cinquenta e quatro do sexo masculino e (20) vinte do sexo feminino. Entre eles, incluem-se: membros da direção, jornalistas, operadores de câmara, editores de imagem, técnicos de equipamento, operadores de régie, realizadores, motoristas, seguranças e auxiliares de limpeza.

2. População e amostra

Os termos *população* e *amostra* são indispensáveis num trabalho de investigação científica que envolve indivíduos das mais variadas franjas de uma dada sociedade. Marconi e Lakatos (2003: p. 223) afirmam que a população consiste num "[...] conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. [...] A delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenómenos, etc. serão pesquisados, enumerando suas características comuns, como, por

exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem, etc."

A amostra, por sua vez, é definida por Reis (2018, p. 87) como "um subconjunto da população alvo, que tem de ser representativa de todas as suas características e sobre a qual será feito o estudo. As vantagens na utilização de uma amostra em relação à população alvo são a sua mais fácil exequibilidade e menos onerosidade."

Assim, a diferença mais evidente entre população e amostra é a seguinte: se, por um lado, a população ou universo tem a ver com o número real de indivíduos de uma dada comunidade, a amostra tem a ver com os dados recolhidos a partir de entrevistas com alguns falantes de um dado perfil existentes na comunidade.

Assim, para o caso particular do nosso trabalho, temos como população os falantes de português em Cabinda, de que são amostra dezassete funcionários do Centro de Produção da Televisão Pública de Angola em Cabinda: dois membros da direção e quinze jornalistas. Os membros da direção apenas gravaram entrevistas em resposta ao inquérito por nós formulado. Quanto aos jornalistas, quinze responderam ao inquérito e fizeram leituras em voz alta de textos jornalísticos.

Apresentam-se em seguida os dados pessoais e o contexto linguístico em que se inserem os nossos informantes, a partir do inquérito aplicado (ver anexos).

Tabela n.º 32 - Dados pessoais dos informantes

Informantes	Género	Idade	Habilitações Literárias	Área de Formação	Tempo de Serviço
1	Feminino	32	Licenciatura	Direito	8 anos
2	Feminino	34	Ensino secundário	Ciências físicas e biológicas	9 anos
3	Masculino	51	Licenciatura	Jornalismo	16 anos
4	Feminino	29	Licenciatura	Gestão de empresas	5 anos
5	Masculino	47	Licenciatura	Psicologia	15 anos
6	Masculino	36	Licenciatura	Psicologia	14 anos
7	Masculino	31	Licenciatura	Direito	9 anos
8	Masculino	50	Ensino secundário	Geo-história	18 anos
9	Masculino	43	Ensino secundário	Ciências humanas	17 anos
10	Masculino	49	Licenciatura	Psicologia	27 anos
11	Masculino	43	Ensino secundário	Ciências humanas	16 anos
12	Masculino	30	Licenciatura	Psicologia	8 anos
13	Masculino	36	Licenciatura	Relações internacionais	15 anos
14	Masculino	41	Licenciatura	Relações internacionais	15 anos

15	Masculino	48	Licenciatura	Relações públicas	11 anos
16	Masculino	50	Licentuará	Psicologia	18 anos
17	Masculino	48	Ensino secundário	Geo-história	24 anos

Fonte: autor

Tabela n.º 33 – Situação linguística dos informantes

Informantes	L1	L2	Idade de aquisição PL2	Lugar de aquisição PL2	Contextos de uso do Português	Outras Línguas do Informante	Variedade do Português que utiliza
1	Kikongo	Português	2 anos	Seio familiar (na cidade)	Em todos os contextos	Ibinda	PE
2	Cokwe	Português	3 anos	Seio familiar (na cidade)	Em todos os contextos	Umbundu	PE
3	Português	Espanhol			Em todos os contextos	Russo	PE
4	Português	Ibinda			Em todos os contextos		PE
5	Ibinda	Português	12 anos	Escola (na aldeia)	Profissional e académico	Lingala	PE
6	Ibinda	Português	5 anos	Escola (na aldeia)	Profissional e académico	Inglês e Kikongo	PE
7	Ibinda	Português	3 anos	Seio familiar (na cidade)	Em todos os contextos	Inglês e Francês	PE
8	Ibinda	Português	5 anos	Escola (na aldeia)	Profissional e académico	Inglês, Francês, Lingala e Kikongo	PE
9	Ibinda	Português	5 anos	Escola (na aldeia)	Profissional e académico	Francês, Lingala e Kikongo	VAP
10	Ibinda	Português	5 anos	Escola (na aldeia)	Profissional e académico	Lingala	PE
11	Ibinda	Português	9 anos	Escola (na aldeia)	Profissional	Lingala e Inglês	PE
12	Ibinda	Português	2 anos	Seio familiar (na cidade)	Profissional e académico	Inglês, Lingala e Kikongo	PE
13	Ibinda	Português	5 anos	Escola (na aldeia)	Profissional e académico	Inglês e Francês	PE
14	Ibinda	Português	5 anos	Escola (na aldeia)	Profissional e académico	Inglês, Kikongo e Lingala	PE

15	Ibinda	Português	10 anos	Escola (na aldeia)	Profissional e acadêmico	Francês	PE
16	Ibinda	Português	5 anos	Escola (na aldeia)	Em todos os contextos	Francês	PE
17	Ibinda	Português	8 anos	Escola (na aldeia)	Em contextos profissionais	Inglês	PE

Fonte: autor

2.1. Constituição dos *corpora*

Se, por um lado, o uso de *corpora* permite que se realizem descrições linguísticas de base empírica, por outro, promove a discussão de questões teóricas solidamente fundamentadas (cf. Nascimento, 2002, p. 601).

O levamento dos dados que constituem os nossos *corpora*, um oral (gravação áudio) e um escrito (questionário e textos escritos pelos jornalistas), em anexo, decorreu durante o primeiro trimestre do ano 2019.

2.1.1. Produção oral (gravação)

A produção oral comporta a gravação de quinze jornalistas e dois membros da direção da TPA em Cabinda. Os quinze jornalistas, em particular, efetuaram leitura de textos e gravaram testemunhos sobre a avaliação que fazem da sua produção oral, conforme a ordem e o tempo de duração que abaixo são apresentados.

a) As leituras dos jornalistas

1. 1º jornalista – 8 minutos
2. 2º jornalista - 5 minutos
3. 3º jornalista - 6 minutos
4. 4º jornalista - 7 minutos
5. 5º jornalista - 11 minutos
6. 6º jornalista - 11 minutos
7. 7º jornalista - 10 minutos
8. 8º jornalista - 9 minutos
9. 9º jornalista - 12 minutos
10. 10º jornalista - 8 minutos
11. 11º jornalista - 8 minutos

12. 12º jornalista - 10 minutos
13. 13º jornalista - 9 minutos
14. 14º jornalista - 9 minutos
15. 15º jornalista - 9 minutos

b) As entrevistas aos jornalistas

1. 1º jornalista – 4 minutos
2. 2º jornalista – 6 minutos
3. 3º jornalista – 5 minutos
4. 4º jornalista – 7 minutos
5. 5º jornalista – 4 minutos
6. 6º jornalista – 4 minutos
7. 7º jornalista – 10 minutos
8. 8º jornalista – 10 minutos
9. 9º jornalista – 10 minutos
10. 10º jornalista – 4 minutos
11. 11º jornalista – 6 minutos
12. 12º jornalista – 3 minutos
13. 13º jornalista – 4 minutos
14. 14º jornalista – 8 minutos
15. 15º jornalista – 3 minutos

A produção oral dos dois (2) membros da direção da TPA inclui apenas uma entrevista a cada um sobre a avaliação que fazem da produção oral dos jornalistas de Cabinda:

c) As entrevistas aos membros da direção

1. 1º - Subdiretor para Área da Informação – 4 minutos
2. 2º - Chefe para o Setor dos Programas – 11 minutos

Os dados orais relativos à leitura das notícias por parte dos jornalistas da TPA em Cabinda foram transcritos foneticamente por nós, com base nos símbolos do Alfabeto Fonético Internacional usados para a transcrição dos sons da língua portuguesa, e revistos por dois portugueses, especialistas em fonética e fonologia. A

lista de textos lidos e as transcrições fonéticas integrais das entrevistas realizadas são apresentadas em anexo.

2.1.2. Amostra de produção escrita

O corpus escrito do presente trabalho comporta um questionário (em anexo) aplicado a jornalistas da TPA em Cabinda e textos redigidos pelos jornalistas cuja produção oral está em análise neste trabalho.

O questionário é constituído por duas partes. A primeira parte serviu de meio de obtenção de dados pessoais dos inquiridos (género, idade, língua materna, etc.). A segunda parte apresenta diferentes questões, subdivididas em secções e subsecções, incidindo sobre os juízos de valor que são feitos em relação à sua fala e o que sabem sobre o fenómeno da variação linguística. Os dados obtidos na primeira parte, apresentados sob a forma de tabelas, foram incluídos neste capítulo, e os dados obtidos na segunda parte, relativos aos juízos de valor sobre a fala dos jornalistas, são apresentados no terceiro capítulo, dedicado à apresentação e análise de dados.

As questões, abertas e fechadas, permitiram-nos averiguar as características linguísticas da escrita dos nossos informantes e também o nível de aceitação da variação linguística do português entre os jornalistas da Televisão Pública de Angola em Cabinda.

Os textos, por sua vez, serviram de base para as leituras gravadas dos jornalistas, tendo em vista a descrição das particularidades fonético-fonológicas do português falado por estes profissionais face à norma do português europeu, que constitui o principal objectivo deste trabalho.

3. Tratamento dos dados

O tratamento dos dados, em qualquer trabalho de investigação, requer o uso de métodos apropriados e eficazes que permitam ao investigador cumprir os objetivos que se propõe atingir. No domínio das ciências humanas, em particular das línguas, tem sido corrente e notório o uso das abordagens quantitativa e qualitativa por parte dos investigadores, sobretudo linguistas.

Se, por um lado, a abordagem quantitativa implica um estudo estatístico dos dados, a abordagem qualitativa implica um estudo descritivo e explicativo. Apesar de

ambas as abordagens serem diferentes do ponto de vista conceptual, estas complementam-se (cf. Gonçalves, 2010, p. 85; Prodanov & Freitas, 2013, pp. 69-70).

Assim, no presente trabalho de investigação, utilizaremos, de forma complementar, as duas abordagens (quantitativa e qualitativa), quer para os dados da produção oral, quer para os dados da produção escrita. A abordagem quantitativa será utilizada no tratamento estatístico dos dados, com recurso ao programa Excel, e a qualitativa na sua descrição e análise, recorrendo a fatores internos e externos à língua.

Nesta medida, as abordagens quantitativa e qualitativa, no seu conjunto, permitirão, desejavelmente, uma análise rigorosa dos dados, que permitirá a identificação, descrição básica e explicação dos fenómenos fonéticos mais representados nas leituras dos textos pelos jornalistas da TPA, bem como a extração de algumas ilações sobre avaliação e juízos de valor acerca da pronúncia dos jornalistas da TPA Cabinda.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

1. Resultados referentes às estruturas linguísticas observadas nas leituras

Nesta secção (1), são apresentados e discutidos os dados das estruturas fonológicas observadas nas leituras. Estas estruturas, que abaixo se apresentam, foram assinaladas com o intuito de podermos facilmente fazer perceber em que medida os falantes/jornalistas da TPA em Cabinda em estudo (representantes da norma culta do português nesta região) se aproximam ou não da norma europeia. Nesta medida, cada uma das estruturas é apresentada e discutida nos seguintes termos:

1. /e/ átona inicial - (PE [i])

A vogal átona /e/ no PE ganha diferentes formas fonéticas, de acordo com o seu posicionamento na palavra. Em posição inicial, esta é realizada [i] (como, por exemplo, <eficaz> [ifi'kaʃ]). Todavia, na VPC (Variedade do Português de Cabinda), /e/ pode apresentar outras realizações (como, por exemplo, [ifi'kaʃ], [efi'kaʃ], [ɛfi'kaʃ] ou ainda registar-se o seu apagamento [fi'kaʃ]). A tabela abaixo ilustra as ocorrências desta realidade linguística.

Tabela nº 34 – Ocorrência do /e/ átono inicial - (PE [i])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
	299	
	nº total de ocorrências das variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[i]	194	65%
[ɨ]	19	6%
[e]	78	26%
[ɛ]	6	2%
∅	2	1%

A tabela 34 ilustra os resultados da realização do /e/ átono em posição inicial, onde, de acordo com o padrão, seria expectável uma produção de 299 [i] (100%). No entanto, como se pode verificar, esse número sofreu alterações pelo facto de os informantes terem produzido outras variantes fonéticas: de acordo com o padrão, o /e/

registra 65% de realizações de [i], e, em relação às realizações não padrão, registam-se 6% de [i̥] (impossível em português europeu nesta posição da palavra), 26% de [e] (possível em variedades de PE), 2% de [ɛ] (impossível em PE) e 1% de apagamento da vogal (impossível em PE).

Em síntese, no que se refere a /e/ átono em posição inicial, observamos que a forma mais produtiva nos nossos dados é [i], com 65%, apesar do registo de outras variantes fonéticas não padrão em percentagem expressiva com [i̥], [e], [ɛ] e com elisão. É de notar que, no caso das realizações não padrão, o [e] se destaca em maior escala, com 26%, em relação às demais e ocorre mais no informante 10, com a percentagem de 61% (ver em anexo: tabela geral das ocorrências por informante, página 169, tabela nº 34).

A elevada percentagem de [e] do informante 10 deve suscitar da nossa parte interrogações. Entendemos que as melhores respostas para o efeito são encontradas no seu perfil sociolinguístico. Apesar de ser um informante com uma larga experiência profissional, de 27 anos, tem como L1 o ibinda e só comunica em português em contextos de trabalho e académico (ver, no capítulo da metodologia: tabela 32 - dados pessoais dos informantes e tabela 33 - situação linguística dos informantes). Assim, podemos deduzir que o baixo grau de conhecimento do português europeu contemporâneo deste informante concorre para esta percentagem elevada de [e], dado que o informante em questão comunica mais em ibinda do que em português; o ibinda, uma língua de base kikongo, não possui uma regra de elevação como a das átonas do português.

2. /e/ átona medial - (PE [i̥])

Em posição medial, a vogal /e/ átona no PE realiza-se [i̥] (como, por exemplo, <pe^{soa}> [pi̥'soə]). No entanto, na VPC, o /e/ nesta posição silábica pode admitir outras realizações fonéticas (como, por exemplo, [pi̥j'soə], [pi̥'soə], [pe'soə], [pɛ'soə], [p'soə]), conforme a tabela que a seguir apresentamos.

Tabela nº 35 – Ocorrência do /e/ átono medial - (PE [i])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
2153		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[i]	1275	59%
[ij]	13	1%
[i]	36	2%
[e]	664	31%
[ɛ]	15	1%
Ø	150	7%

Na tabela 35, constata-se que, para as ocorrências de /e/ átona em posição medial, esperava-se que os nossos informantes produzissem nas leituras 2153 [i], que equivalem a 100%. Porém, o resultado das diferentes realizações fonéticas revela uma outra realidade, tendo-se registado apenas 59% de realizações de [i] (ou seja, conforme o padrão), e outras formas não padrão: 1% de [ij], 2% de [i], 31% de [e], 1% de [ɛ] e 7% de Ø. Das formas não padrão, destaca-se a realização do [e], que é mais frequente nos informantes 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13, cujo valor percentual oscila entre 50% e 79% nos diversos informantes (ver em anexo: tabela geral das ocorrências por informante). De acordo com o perfil sociolinguístico destes informantes, verifica-se que todos têm o ibinda como L1, a experiência profissional varia entre 6 a 27 anos e todos eles, excepto o informante 7, só comunicam em português em assuntos de trabalho ou académicos; fora destes ambientes, comunicam em ibinda (ver no capítulo da metodologia: tabela 32 - dados pessoais dos informantes e tabela 33 - situação linguística dos informantes). Isto leva-nos a dizer que, não obstante a larga experiência que possuem em fazer televisão, ainda assim se demarcam da norma europeia no que respeita à estrutura em análise.

Em síntese, no que diz respeito à realização do /e/ átono em posição medial, percebemos que a forma padrão [i] se realiza em maior escala (59%), apesar de a forma não padrão [e], com 31%, ser também muito frequente, sobretudo em alguns dos falantes com maior uso diário do ibinda. A presença da realização da vogal como [e] consiste numa marca reconhecida da variedade angolana do português.

3. /e/ átona final - (PE [i])

De acordo com a norma do PE, a vogal átona /e/ em posição final de palavra realiza-se [i] (como, por exemplo, <crise> ['krizɨ]), mas a VPC pode assumir diferentes realizações fonéticas (como, por exemplo, ['krizɛ], ['krizɨ], ['kriz^h], ['krizu], ['kriz]), conforme se observa nos dados que a seguir apresentamos.

Tabela nº 36 – Ocorrência do /e/ átono final - (PE [i])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
888		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[i]	413	47%
[ɛ]	10	1%
[i]	95	11%
[^h]	11	1%
[u]	8	1%
∅	351	39%

A tabela 36 abrange um total de 888 ocorrências, previsivelmente realizadas como [i] (ou seja 100%) em posição final. Nos dados observados, a realização desta vogal por parte dos nossos informantes está em variação pelo facto de se registarem apenas 47% de produções com [i], e, além delas, se registarem outras produções fonéticas, como: 1% de [ɛ], 11% de [i], 1% de [^h], 1% de [u] e 39% de elisão da vogal.

Em síntese, no que concerne à realização fonética do /e/ átono em posição final de palavra, entendemos que a forma privilegiada dos nossos informantes é [i], mas apenas com 47%, embora essa forma seja contrabalançada pelo frequente apagamento da vogal numa margem de 39%, como de resto também acontece em PE. A forma [i], com 11% das ocorrências, é inesperada, sobretudo se for comparada com a variedade padrão do PE.

4. /ɛ/ átona medial – (PE [ɛ])

No PE, certas palavras com a vogal átona /ɛ/ em posição medial são exceções à aplicação da regra de elevação e centralização das vogais átonas para [i]; o /ɛ/ mantém a sua qualidade fonológica ao ser realizado foneticamente como [ɛ] (como, por exemplo, <efetivo> [ifɛ'tivu]). A manutenção da vogal [ɛ] na VPC nem sempre acontece, pois registam-se reduções como, por exemplo, [ifi'tivu] e [ife'tivu], o que demonstra que certos falantes não têm conhecimento das exceções lexicais a que a regra de elevação e centralização está sujeita (provavelmente, pelo seu estatuto de aquisição do português).

A tabela a seguir ilustra isto mesmo, segundo os dados observados nas leituras dos nossos informantes.

Tabela nº 37 – Ocorrência do /ɛ/ átono medial – (PE [ɛ])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
	127	
	nº total de variantes fonéticas	Porcentagem (100%)
[ɛ]	44	35%
[i]	25	20%
[e]	57	45%

De acordo com a tabela 37, nota-se que a produção fonética prevista nas leituras dos nossos informantes era de 127 ocorrências de /ɛ/. Todavia, o [ɛ] só se registou em 35% das ocorrências; as formas não padrão (65%) apresentam dois graus de redução vocálica, nomeadamente 20% de [i] e 45% de [e], mostrando que a elevação e centralização pode ser aplicada por uma generalização contextual a todo o léxico na VPC.

Com base nestes dados, os nossos informantes, em certa medida, demarcam-se do padrão europeu em relação à estrutura em análise e privilegiam o [e], que se apresenta em 45% das ocorrências possíveis. É de sublinhar que essa redução (que não atinge o limite, por não culminar sempre em [i]) ocorre mais nos informantes 4, 6, 7, 8, 13, 14 e 15, cujas percentagens variam entre 50% e 89% (ver em anexo: tabela geral das ocorrências por informante, página 171, tabela nº 37).

De acordo com o perfil sociolinguístico destes informantes (excepto um informante que tem o português como L1 e a utiliza em todos os contextos de comunicação e que, mesmo assim, se demarca do padrão), todos têm o ibinda como L1, e só utilizam o português em contextos profissionais e académicos, e todos têm uma margem de experiência profissional que varia entre 5 a 18 anos (ver no capítulo da metodologia: tabela 32 - dados pessoais dos informantes e tabela 33 - situação linguística dos informantes). Deduz-se, assim, que a baixa frequência de comunicação em português pode concorrer para a mais alta percentagem destes informantes de formas diferentes do padrão (a par do informante 4, que é um caso à parte), face aos restantes informantes.

5. /a/ átona inicial – (PE [ɐ])

Na norma do PE, a vogal oral átona /a/ é realizada com elevação para [ɐ], ou seja, com redução independentemente da posição que ocupe dentro da palavra, à exceção de sílabas finais com coda sonante (açúcar, Aníbal). Nesta medida, em posição inicial, é realizada [ɐ] (como, por exemplo, <aberta> [ɐ'bertɐ]), mas, na VPC, o /a/ pode não registar redução (como, por exemplo, [a'bertɐ], conforme os dados na tabela abaixo).

Tabela nº 38 – Ocorrência do /a/ átono inicial – (PE [ɐ])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
535		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[ɐ]	281	53%
[a]	253	47%

A tabela 38 ilustra que, no conjunto das leituras efetuadas pelos nossos informantes, esperava-se que a vogal /a/ átona em posição inicial ocorresse 535 vezes, um número que equivale a 100%. No entanto, os dados apresentados na tabela mostram que essa expectativa não foi atingida, pois conforme o português padrão houve o registo de apenas 53% de [ɐ] e diferentemente dele 47% de [a] (separando-se apenas por 6%, portanto). Isto permite concluir que a forma privilegiada dos nossos informantes é a do

português padrão europeu ([ɐ]), mas com uma grande margem de produção da vogal aberta.

6. /a/ átona medial – (PE [ɐ])

A norma do português europeu prevê que a vogal oral /a/ átona em posição medial de palavra se realize como [ɐ] (conforme o exemplo <capacidade> [kɐpɐsi'dadɨ]). Porém, na VPC pode surgir, além de [ɐ] (83%), a vogal [a] com 17%, além de raríssimas ocorrências sem vogal (como, por exemplo, [kapasi'dadɨ], [kpsi'dadɨ]), como se pode constatar os dados na tabela a seguir.

Tabela nº 39 – Ocorrência do /a/ átono medial – (PE [ɐ])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
2769		
	nº total de variantes fonéticas	Porcentagem (100%)
[ɐ]	2288	83%
[a]	466	16%
Ø	15	1%

A tabela 39 mostra que as 2769 ocorrências do /a/ átono em posição medial são maioritariamente realizadas como no PE. 83% das formas estão efetivamente conforme o padrão, demonstrando claramente que a forma mais frequente nos nossos informantes possui elevação da vogal – com apenas 16% de formas com [a] e 1% com o seu apagamento.

7. /a/ átona final - (PE [ɐ])

Em PE, a realização comum da vogal oral /a/ átona em posição final de sílaba é [ɐ] (como, por exemplo, <empresa> [ẽ'prezɐ]). Apesar disso, os dados na tabela abaixo evidenciam que a VPC permite que esta vogal também se realize de maneira aberta [a] (por exemplo [ẽ'preza]).

Tabela nº 40 – Ocorrência do /a/ átono final - (PE [ɐ])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
2731		
	nº total de variantes fonéticas	Porcentagem (100%)
[ɐ]	2683	98%
[a]	47	2%

De acordo com a tabela 40, esperava-se que os locutores do Centro de Produção da TPA em Cabinda produzissem 2731 ocorrências do /a/ átono em posição final de sílaba como [ɐ], com a percentagem de 100%. Como se pode verificar na tabela, não obstante, a vogal [a] surge em 2% das ocorrências. Percebe-se, assim, que os nossos informantes locutores estão muito próximos do português europeu padrão, com 98% de formas de acordo com o esperado no que se refere à vogal /a/ final.

8. /o/ átona inicial - (PE [o])

No português europeu, a vogal média /o/ átona em posição inicial admite em certas palavras³² uma realização exclusiva com [o], ou seja, do ponto de vista fonético, esta vogal tende a manter a sua qualidade fonológica (como, por exemplo, <olho> ['oʎu]) e não permite elevação para [u]. Em Freitas, Rodrigues, Costa & Castelo (2012, p. 107) explica-se que "...as vogais átonas bloqueiam o processo de elevação e centralização porque se encontram em início absoluto de palavra (sem qualquer segmento à sua esquerda)."

Todavia, a variedade do português de Cabinda pode permitir que esta vogal /o/ se realize como aberta [ɔ] (a título de exemplo, veja-se ['ɔʎu]), conforme o resultado dos dados na tabela a seguir.

³² Em outras palavras, como <ocupação>, <orientação> ou <oportunidade>, admite-se que esta vogal /o/ se realize tanto [ɔ] quanto [o], nomeadamente [ɔkupu'sẽw̃] ou [okupu'sẽw̃], [ɔɾjẽtẽ'sẽw̃] ou [ɔɾjẽtẽ'sẽw̃], [ɔpurtunidadi] ou [opurtunidadi], respectivamente.

Tabela nº 41 – Ocorrência do /o/ átono inicial - (PE [o])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
	64	
	nº total de variantes fonéticas	Porcentagem (100%)
[o]	18	28%
[ɔ]	46	72%

A tabela 41 mostra que a vogal /o/ átona em posição inicial ocorre 64 vezes. Todavia, o que se observa nos dados é uma divisão percentual em que se percebe que a forma mais frequente nos nossos informantes é a forma [ɔ], com 72%, forma não prevista na estrutura em análise, seguida da prevista [o], com 28%. É de sublinhar que a forma [ɔ] está mais presente nos informantes 1, 4, 5, 8, 9, 10, 12, 13, 14 e 15, cuja carga percentual varia entre 50% a 100% (ver em anexo: tabela geral das ocorrências por informante, página 172, tabela nº 41).

Estes informantes, de acordo com o seu perfil sociolinguístico, têm uma experiência profissional que varia entre 5 a 27 anos, o informante 1 tem o kikongo como L1 mas utiliza o português em todos os contextos de comunicação, o informante 4 tem o português como L1 e utiliza-a em todos os ambientes de comunicação, os restantes informantes têm o ibinda como L1 e só comunicam em português em questões de trabalho e academia (ver no capítulo da metodologia: tabela 32 - dados pessoais dos informantes e tabela 33 - situação linguística dos informantes).

Como se pode constatar, trata-se de informantes com sistemas linguísticos de bases diferentes. Portanto, a instabilidade no português, em particular, deve-se a um insuficiente grau de domínio desta língua.

9. /ɔ/ átona medial - (PE [ɔ])

Na norma do português europeu, a vogal átona /ɔ/ em posição medial apresenta exceções à regra de elevação e centralização das vogais átonas para [u]; o /ɔ/ mantém a sua qualidade ao ser realizado foneticamente [ɔ] (como, por exemplo, <soamente> [sɔ'mêti]). Esta manutenção na VPC pode não ocorrer em grande medida, ou registar-se redução para [o] (como, por exemplo, [so'mêti]). A tabela que a seguir apresentamos mostra o resultado dos dados observados nas leituras dos nossos informantes.

Tabela nº 42 – Ocorrência do /ɔ/ átono medial - (PE [ɔ])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
24		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[ɔ]	3	13%
[o]	21	87%

Observa-se na tabela 42 a existência de 24 ocorrências do /ɔ/ átono em posição medial que são exceções à regra de elevação em PE nas leituras dos jornalistas da TPA em Cabinda. No entanto, estes resultados dão evidências bastante claras de que a forma fonética mais frequente nos informantes é a da vogal média, com uma percentagem de 87% de ocorrências, enquanto que a forma aberta apresenta apenas 13%. Vale a pena dizer que a forma [o] está presente na grande maioria dos informantes, com uma percentagem que varia entre 50% e 100%, exceptuando os informantes 2, 3, 6, 7 e 11, cujas percentagens se situam entre 0% a 40% (ver em anexo: tabela geral das ocorrências por informante, página 173, tabela nº 42).

10. /o/ átono medial - (PE [u])

De acordo com a norma do português europeu, a vogal oral /o/ átona em posição medial altera a sua qualidade para [u] (como, por exemplo, <projeto> [pru'zɛtu]). Mas a VPC pode permitir outras formas, nomeadamente [o], [ɔ] ou surgir a queda da vogal (como, por exemplo, [pro'zɛtu], [prɔ'zɛtu] ou [pr'zɛtu]). A tabela que segue pretende mostrar o resultado dos dados observados nas leituras.

Tabela nº 43 – Ocorrência do /o/ átono medial - (PE [u])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
1926		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[u]	1347	70%
[o]	555	28%
[ɔ]	14	1%
Ø	10	1%

Na tabela 43, constata-se que, para a vogal /o/ átona em posição medial, existem 1926 ocorrências, que se esperaria fossem realizadas com [u]. Como se pode observar através dos dados na tabela, os nossos informantes produzem cerca de 70% de [u] e cerca de 30% de [o] (com 0,36% de [ɔ] e 0,10% de apagamento da vogal). Esta diferença percentual leva-nos a concluir que a elevação para [u] é a privilegiada pelos jornalistas da TPA em Cabinda, seguida de [o], forma que não se encontra em PE padrão.

11. /o/ átona final - (PE [u])

O mais normal em português europeu é que a vogal oral /o/ átona em posição final se realize como [u] (a título de exemplo, veja-se <encerramento> [ẽsɪrɐ'mẽtu]). Na VPC, registam-se, por um lado, a forma fonética [w] (vogal [u] que se ouve mal) e, por outro, o apagamento da vogal (conforme os exemplos [ẽsɪrɐ'mẽt^w] e [ẽsɪrɐ'mẽt]). A seguir, apresentamos em tabela o resultado dos dados observados.

Tabela nº 44 – Ocorrência do /o/ átono final - (PE [u])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
1855		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[u]	1808	97%
[^w]	36	2%
Ø	11	1%

Das leituras efetuadas pelos nossos informantes, tal como se pode confirmar na tabela 44, era possível que se produzissem 1855 [u]s em posição final de palavra, 100%. A produção [u] é, de facto, quase sistemática, porquanto apenas existem 2% de [^w] e 1% de elisão de /o/ final. Isto mostra que a redução em posição final é mais abrangente do que em posição interna, à semelhança do que acontece em PE.

12. /i/ átona em posição inicial - (PE [i])

Em português europeu, a vogal oral /i/ átona em posição inicial possui uma única realização, [i] (conforme o exemplo <idade> [i'dadɨ]). O resultado dos dados

observados revela que na VPC esta vogal também se realiza sem variação, conforme o padrão, tal como se pode verificar na tabela abaixo.

Tabela nº 45 – Ocorrência do /i/ átono inicial - (PE [i])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
145		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[i]	145	100%

Com base no que se pode observar na tabela 45, as 145 ocorrências de /i/ em posição inicial de palavra foram produzidas como [i] pelos locutores do Centro de Produção da TPA em Cabinda.

13. /i/ átona em posição medial - (PE [i])

A norma do português europeu prevê que a vogal oral /i/ átona em posição medial se deva realizar de maneira categórica como [i] (a título de exemplo, veja-se a palavra <culinária> [kuli'narjɐ]). Em todo o caso, a VPC admite a realização de outras formas fonéticas, a saber: [ɨ] ou a sua queda (como, por exemplo, [kuli'narjɐ], [kul'narjɐ]). A tabela abaixo pretende evidenciar o resultado dos dados observados nas leituras dos locutores da TPA.

Tabela nº 46 – Ocorrência do /i/ átono medial - (PE [i])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
3277		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[i]	3176	97%
[ɨ]	77	2%
Ø	24	1%

Na tabela 46, constata-se a existência de 3277 ocorrências da vogal /i/ átona em posição medial de palavra nos dados dos jornalistas da TPA na província de Cabinda.

Apesar de não terem atingido o máximo dos 100%, deve-se dizer que estão muito próximos do modelo do português europeu, dado que a forma padrão [i] regista uma percentagem de 97%, seguida das não padrão 2% de [i̥] e 1% de Ø (apagamento da vogal).

14. /ɛ/ acentuada medial - (PE [ɛ])

A vogal oral /ɛ/ acentuada em posição medial é categoricamente realizada como [ɛ] no português europeu (a título de exemplo, veja-se <palestra> [pɐ'leʃtrɐ]). Nos dados dos jornalistas da TPA em Cabinda observam-se outras realizações, com [i̥] (embora em percentagem pouco expressiva) e [e] (conforme os exemplos [pɐ'liʃtrɐ] e [pɐ'leʃtrɐ]), como se pode constatar na tabela que a seguir apresentamos.

Tabela nº 47 – Ocorrência do /ɛ/ acentuado medial - (PE [ɛ])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
448		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[ɛ]	392	88%
[i̥]	6	1%
[e]	50	11%

Na tabela 47, verifica-se que as leituras efetuadas pelos nossos informantes apresentam 88% de realizações com [ɛ], além das formas não padrão, com as seguintes percentagens: 1% de [i̥] e 11% de [e]. Com esta diferença percentual significativa, concluímos que a forma típica nos nossos informantes é a prevista pela norma europeia, [ɛ], apesar da variação que existe com a vogal [e].

15. /e/ acentuada em posição medial - (PE [e])

Segundo a norma do português europeu, a vogal oral /e/ acentuada em posição medial produz-se sempre como [e] (como, por exemplo, <acontecer> [ɐkõtʃi'sɛr]), mas na VPC pode admitir outras realizações fonéticas, nomeadamente com [ɛ] e [i̥]

(conforme o exemplo [ɛkõti'sɛr] ou [ɛkõti'sir]), como se pode observar nos dados da tabela abaixo.

Tabela nº 48 – Ocorrência do /e/ acentuado medial - (PE [e])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
457		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[e]	349	76%
[ɛ]	101	22%
[i]	7	2%

De acordo com a tabela 48, a expectativa era de que a vogal oral /e/ acentuada em posição medial se realizasse como [e] 457 vezes, 100%. Na realidade, o que se observa na tabela acima indica que a forma mais frequente nos nossos informantes é efetivamente [e] (com 76% de realizações), seguida por percentagens não tão significativas de [ɛ] (22%) e de [i] (2%). Ou seja, também neste caso parece existir grande liberdade de uso entre as realizações médias e abertas das vogais.

16. /a/ acentuada em posição medial - (PE [a])

Na norma padrão do português europeu, a vogal oral /a/ acentuada em posição medial é sempre realizada como [a] (como, por exemplo, <informática> [ĩfur'matikɐ]), mas na VPC admite cumulativamente outras realizações, nomeadamente com [ɐ], conforme o exemplo [ĩfur'mɐtikɐ]. A tabela seguinte pretende ilustrar o resultado dos dados observados nas leituras dos locutores da TPA em Cabinda.

Tabela nº 49 – Ocorrência do /a/ acentuado medial - (PE [a])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
2215		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[a]	2172	98%
[ɐ]	43	2%

Conforme a tabela 49, das 2215 ocorrências, 98% são realizados como [a] e somente 2% como [ɐ]. Esta diferença percentual permite-nos facilmente concluir que a forma mais produtiva nos jornalistas da TPA em Cabinda é a do padrão em PE.

17. /ɔ/ acentuada em posição inicial - (PE [ɔ])

A vogal oral /ɔ/ acentuada em posição inicial, no português padrão europeu, é categoricamente realizada como [ɔ] (como, por exemplo, <óbito> ['ɔbitu]). No entanto, a VPC pode apresentar outras formas fonéticas, com [o] (a título de exemplo, veja-se ['obitu]), conforme os dados na tabela abaixo.

Tabela nº 50 – Ocorrência do /ɔ/ acentuada inicial - (PE [ɔ])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
53		
	nº total de variantes fonéticas	Porcentagem (100%)
[ɔ]	39	74%
[o]	14	26%

De acordo com a tabela 50, para a estrutura que acima se apresenta, esperava-se que a vogal /ɔ/ acentuada em posição inicial de palavra se realizasse 53 vezes como [ɔ], correspondente a 100%. O que sucedeu, porém, foi que só 74% das formas foram realizadas como no português europeu padrão, realizando-se com [o] 26% das vezes. A forma mais frequente nos nossos locutores é, pois, a padrão, com [ɔ]. Em todo o caso, a oscilação na pronúncia com a vogal [o] mostra a instabilidade do sistema nestes locutores, mesmo em posição acentuada.

18. /ɔ/ acentuada em posição medial - (PE [ɔ])

A norma do português europeu tem a vogal oral /ɔ/ acentuada em posição medial sempre realizada como [ɔ] em palavras como (<escola> [ʃ'kɔlɐ]). Na VPC, contudo, as formas com [o] são admitidas (a título de exemplo, veja-se [ʃ'kolɐ]), tal como se pode observar na tabela que a seguir apresentamos.

Tabela nº 51 – Ocorrência do /ɔ/ acentuado medial - (PE [ɔ])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
515		
	nº total de variantes fonéticas	Porcentagem (100%)
[ɔ]	312	61%
[o]	203	39%

A tabela 51, no conjunto das leituras efetuadas pelos jornalistas do Centro de Produção da TPA em Cabinda, indica que se esperava existirem 515 [ɔ], ou seja, 100%. Como se pode constatar nos dados expostos na tabela, a vogal [ɔ] registou apenas 61% de realizações. Além de [ɔ], ocorre 39% de [o], uma forma não padrão em PE. Este resultado permite concluir que a forma privilegiada nos nossos informantes é a padrão, com [ɔ], apesar de sujeita a substituição por [o] muitas vezes – comprovando, mais uma vez, que a alternância entre a produção de vogais médias e abertas é típica desta variedade ou se deve a um conhecimento ainda instável do PE.

19. /o/ acentuada em posição medial - (PE [o])

A vogal oral /o/ acentuada em posição medial no português padrão europeu prevê uma realização categórica com [o] (a título de exemplo, veja-se <governador> [ɡuvɨɾnɐˈdɔɾ]), mas na VPC pode existir [ɔ] (como se pode ver no exemplo [ɡuvɨɾnɐˈdɔɾ]), conforme os dados na tabela que a seguir apresentamos.

Tabela nº 52 – Ocorrência do /o/ acentuada medial - (PE [o])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
547		
	nº total de variantes fonéticas	Porcentagem (100%)
[o]	396	72%
[ɔ]	151	28%

A leitura que podemos fazer da tabela 52 é a seguinte: era suposto que a vogal oral /o/ acentuada em posição medial fosse produzida 547 vezes como [o],

correspondentes a 100%. Efetivamente, os nossos informantes produziram a forma padrão [o] 72% das vezes, enquanto que a vogal arredondada aberta surgiu 28% das vezes. Em síntese, as evidências mostram que a forma mais frequente nos nossos informantes é a padrão, com [o], apesar de existir uma tendência para a abertura da vogal /o/ para [ɔ] – que, como já dissemos ao longo desta secção, é muito comum nesta variedade da língua.

20. Ditongo oral decrescente <ei> - (PE [ɐj])

Como referido no capítulo I desta dissertação, considera-se como norma padrão do PE o português falado pelas classes cultas da zona Coimbra-Lisboa e o difundido pelos meios de comunicação social. De acordo com esta norma, o ditongo decrescente <ei> é categoricamente realizado como [ɐj], ou seja, é-lhe aplicado um processo de centralização (a título de exemplo, vejam-se <primeiro> [pri'mɐjru], <perfeito> [piɾ'fɐjtu]). Na variedade do PC, admitem-se, porém, outras realizações, nomeadamente com [ej] e [e] (como, por exemplo, [pri'mejru] ou [pri'meru], [piɾ'fejtu] ou [piɾ'fetu]), como se pode observar nos dados da tabela a seguir³³.

Tabela nº 53 – Ocorrência do ditongo oral decrescente <ei> - (PE [ɐj])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
235		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[ɐj]	13	5%
[ej]	51	22%
[e]	171	73%

Na tabela 53, constata-se que, das leituras efetuadas pelos jornalistas do Centro de produção da TPA em Cabinda, esperava-se que o ditongo oral decrescente <ei> fosse centralizado e por tanto realizado [ɐj] em 235 ocasiões. Porém, para esta estrutura, como se verifica na tabela, realizaram-se 73% de formas com [e] e 22% com [ej], ao passo que com a forma padrão ([ɐj]) se registaram apenas 5% das formas. Portanto, neste

³³ Estas realizações também se encontram em variedades não padrão do PE.

caso, a maior parte das ocorrências não é centralizada, ao contrário do que sucede em PE na variedade padrão.

21. Ditongo oral decrescente <ou> - (PE [o])

De acordo com o previsto pela norma padrão do PE, o ditongo oral decrescente <ou> é realizado como [o] (ou seja, a monotongação é categórica nesta variedade do ditongo <ou> para [o]³⁴. Veja-se, por exemplo, <outro> ['otru], <pouco> ['poku]. Todavia, na VPC pode existir o ditongo original [ow] (por exemplo ['owtru], ['powku]), conforme os dados na tabela que segue.

Tabela nº 54 – Ocorrência do ditongo oral decrescente <ou> - (PE [o])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
238		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[ow]	48	20%
[o]	189	80%

Como se pode observar na tabela 54, a nossa expectativa era de que o ditongo oral decrescente <ou> fosse monotongado 238 vezes, o que corresponderia a 100%. No entanto, não obstante os nossos informantes terem atingido a margem dos 80% desta variante, existe a tendência para se manter o ditongo [ow], com a margem percentual de 20%. Desta sorte, percebemos que a forma mais frequente nos nossos informantes é a prevista pela norma europeia, a de monotongação para [o], ainda que a forma conservadora se possa manter.

22. Ditongo oral decrescente <ai> - (PE [aj])

O ditongo oral decrescente <ai> realiza-se [aj] no padrão do português europeu (como se pode ver nos exemplos <marginais> [mæɾzi'naj], <locais> [lu'kaj]). No entanto, a VPC pode assumir outras realizações, nomeadamente com a monotongação

³⁴ É de notar que noutras regiões de Portugal, fora da região Lisboa-Coimbra, se registam as realizações dos ditongos decrescentes [ej] <sei>, [ow] <deixou>, [ẽj] <tem>, etc.

deste ditongo para [a] (a título de exemplo, vejam-se as palavras [marzi'naʃ], [lo'kaʃ]), conforme os dados na tabela abaixo.

Tabela nº 55 – Ocorrência do ditongo oral decrescente <ai> - (PE [aj])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
271		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[aj]	94	35%
[a]	177	65%

Tal como se pode verificar na tabela 55, era esperado que o ditongo oral decrescente <ai> ocorresse nas leituras dos nossos informantes como [aj] 271 vezes, o que perfaz um total de 100%. Como se compreende a partir da tabela acima exposta, os nossos informantes demarcam-se da norma europeia em relação à estrutura em análise por terem realizado 65% de [a], ou seja, registou-se uma monotongação do [aj] para [a] em 65% das vezes, ao passo que [aj] ocorreu apenas 35% das vezes. Esta diferença percentual permite-nos afirmar que a forma mais frequente nos nossos informantes é não padrão, com a monotongação, não prevista pela norma do PE, do ditongo [aj] para [a].

Vale sublinhar que todos os informantes, excepto o informante 10, apresentam uma percentagem significativa que contribuiu para o desvio à norma registado na estrutura em análise; esta percentagem varia entre 55% a 90% (ver em anexo: tabela geral das ocorrências por informante).

O perfil sociolinguístico destes informantes é diferenciado, dado que integra falantes de bases linguísticas primárias diferentes, possuindo, no entanto, todos uma longa experiência profissional em televisão, entre 5 e 18 anos (ver no capítulo da metodologia: tabela 32 - dados pessoais dos informantes e tabela 33 - situação linguística dos informantes).

23. Ditongo oral decrescente <oi> - (PE [oj])

Tendo em atenção a norma padrão do português europeu, o ditongo oral decrescente <oi> é categoricamente produzido como [oj] (como, por exemplo, em

<dois> ['doj], <depois> [di'poj]), mas, na VPC, esta realização pode ganhar outras formas fonéticas, com a monotongação deste ditongo para [o] (conforme os exemplos ['do], [de'po]). A tabela abaixo pretende ilustrar o resultado dos dados observados nas leituras.

Tabela nº 56 – Ocorrência do ditongo oral decrescente <oi> - (PE [oj])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
	214	
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[oj]	205	96%
[o]	9	4%

De acordo com a tabela 56, constata-se que, na atividade de leitura desenvolvida pelos nossos informantes, era expectável que o ditongo oral decrescente <oi> se realizasse como [oj] em 214 ocasiões, o que corresponde a 100%. Apesar de os informantes não terem atingido esse valor, os 96% de realizações com [oj] (conforme o padrão) dão evidências mais do que suficientes de que esta forma é a mais frequente nestes informantes. Houve apenas um pequeno desvio à norma (na ordem dos 4%) de realizações do ditongo [oj] monotongado para [o].

24. Ditongo nasal decrescente <õe> - (PE [õj])

O ditongo nasal decrescente <õe>, no padrão do português europeu, tem uma realização categórica como [õj] (como se observa nos exemplos <soluções> [sulu'sõj]), <eleições> [ilej'sõj]), mas esta estrutura, na VPC, apresenta também outras realizações, nomeadamente com [õ] (a título de exemplo, vejam-se as realizações fonéticas [solu'sõj], [ile'sõj]), conforme se pode ver na tabela abaixo.

Tabela nº 57 – Ocorrência do ditongo nasal decrescente <õe> - (PE [õj])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
	146	
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[õj]	61	42%
[õ]	85	58%

Tal como se pode constatar na tabela 57, esperava-se que os jornalistas da TPA em Cabinda realizassem 146 vezes o ditongo nasal decrescente <õe> como [õj]. A distribuição percentual que se observa na tabela, porém, dá a entender que a forma mais frequente na locução dos jornalistas da TPA é a não padrão [õ], que regista uma percentagem de 58%, seguida da forma padrão [õj], com a percentagem de 42%. É de notar que esta frequência de desvio à norma padrão está mais presente nos informantes 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, com uma carga percentual que varia entre 50% a 100% (ver em anexo: tabela geral das ocorrências por informante, página 178, tabela nº 57).

De acordo com o perfil sociolinguístico destes informantes (ver no capítulo da metodologia: tabela 32 - dados pessoais dos informantes e tabela 33 - situação linguística dos informantes), trata-se de informantes sem formação em jornalismo (excepto o informante 4, que a possui); têm uma experiência profissional que varia entre 5 a 27 anos; todos (excepto o informante 2, que tem como L1 o Cokwe e utiliza o português em todos os contextos de comunicação e o informante 4, que tem como L1 o português e o utiliza em todos os contextos de comunicação) têm o ibinda como L1 e só comunicam em português em ambientes de trabalho e de academia, exceptuando o informante 7 que, não obstante ter o ibinda como L1, utiliza o português em todos os contextos de comunicação. Vale a pena destacar o informante 4, que possui formação em jornalismo, tem o português como L1 e utiliza-o em todos os ambientes de comunicação, mas, ainda assim, se demarca do padrão europeu em relação à estrutura em análise, na qual realizou 100% de [õ], o que leva a concluir que ele e os restantes informantes privilegiam a forma não padrão [õ].

25. Ditongo nasal decrescente - (PE [ẽj])

Tendo em atenção a norma do português europeu, o ditongo nasal decrescente é realizado como [ẽj] (com centralização, por exemplo, <cem> ['sẽj], <também> [tẽ'bẽj]). No entanto, a VPC pode admitir outras formas fonéticas, sem centralização, nomeadamente [ẽj] e [ẽ] (conforme os exemplos ['sẽj] ou ['sẽ], [tẽ'bẽj] ou [tẽ'bẽ]), tal como se pode observar na tabela abaixo.

Tabela nº 58 – Ocorrência do ditongo nasal decrescente - (PE [ẽĩ])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
160		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[ẽĩ]	14	8%
[ẽj]	65	41%
[ẽ]	81	51%

Com efeito, como se pode verificar na tabela 58, nas leituras efetuadas pelos nossos informantes, era expectável que o ditongo nasal decrescente como [ẽĩ] ocorresse em 160 ocasiões, o que perfaz 100%. Porém, o que se observa na tabela é que a forma padrão regista apenas 8%. Além de [ẽĩ], ocorrem percentagens significativas de outras realizações: 51% de [ẽ] e 41% de [ẽj]. A partir destas percentagens, compreende-se que as formas mais frequentes nos jornalistas da TPA em Cabinda são as não padrão: [ẽ], com percentagem mais alta, e [ẽj], menos frequentemente.

26. Ditongo nasal decrescente <ão> - (PE [ẽw̃])

O ditongo nasal decrescente <ão> é categoricamente produzido como [ẽw̃] no padrão do português europeu (a título de exemplo, vejam-se as palavras <administração> [ɛdminiʃtrɛ'sẽw̃], <sensibilização> [sɛsibilizɛ'sẽw̃], <não> ['nẽw̃]), mas a VPC pode realizar a sua monotongação, nomeadamente sob a forma [ã] (como, por exemplo, [ɛdminiʃtrɛ'sẽ], [sɛsibilizɛ'sẽ], ['nẽ]), tal como se podem constatar na tabela a seguir.

Tabela nº 59 – Ocorrência do ditongo nasal decrescente <ão> - (PE [ẽw̃])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
877		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[ẽw̃]	830	95%
[ẽ]	47	5%

De acordo com a tabela 59, no conjunto das leituras efetuadas pelos jornalistas do Centro de Produção da TPA em Cabinda, tinha-se a expectativa de o ditongo nasal decrescente <ão> se realizar como [ẽw̃] 877 vezes, que correspondem a 100%. Tal como se pode perceber na tabela que acima se apresenta, realizaram-se 95% de [ẽw̃] (ou seja, conforme o padrão) e 5% de [ẽ] relativas à forma não padrão. Esta realidade permite-nos concluir que a forma mais frequente nos nossos informantes é a padrão [ẽw̃].

27. Realização da consoante palatal /ɲ/ - (PE [ɲ])

A consoante palatal /ɲ/ em PE é categórica como [ɲ] e só ocorre em posição de ataque medial e sempre em ataques simples (a título de exemplo, veja-se <testemunha> [tʲɪʔi' muɲɐ]), mas na VPC pode assumir outras realizações, nomeadamente [j] (como, por exemplo, [tʲɪʔi' mujɐ]), como se observa nos dados apresentados a seguir.

Tabela nº 60 – Ocorrência da consoante palatal /ɲ/ - (PE [ɲ])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
	164	
	nº total de variantes fonéticas	Porcentagem (100%)
[ɲ]	118	72%
[j]	46	28%

A tabela 60 dá conta de que, nas leituras efetuadas pelos jornalistas da TPA, o /ɲ/ poderia ter sido realizado em 164 ocasiões. No entanto, como se constata, este segmento regista apenas 72% de realizações com [ɲ], isto é, conforme o português padrão. A forma não padrão de /ɲ/, [j], ocorre em 28% das ocorrências - o que sugere, para além da existência de variação no PC, a existência de uma eventual reestruturação silábica, dado que o segmento alterou a sua qualidade (consoante → semivogal). É de notar que, no conjunto dos informantes, há 3 que apresentam o [j] com bastante frequência, a saber: o informante 4, 7 e 12, com uma margem percentual que varia entre 50% a 64% (ver em anexo: tabela geral das ocorrências por informante).

Em síntese, no que se refere a /ɲ/, observámos que a forma mais produtiva nos dados é [ɲ], apesar de haver alguns informantes que apresentam frequência alta de [j]. O

facto de existirem informantes com um comportamento distinto dos restantes leva-nos a pensar que haja uma relação com o seu perfil sociolinguístico particular. Cf. questionário (parte 1); no capítulo da metodologia as tabelas 32 (dados pessoais dos informantes) e 33 (situação linguística dos informantes).

O informante 4, não obstante ser falante de português L1, apresenta a mais alta percentagem de [j], se comparado com os restantes informantes. Este tem apenas 5 anos de experiência profissional, ao passo que quase todos os outros têm mais de 10 anos de experiência profissional, o que reforça a interpretação e discussão dos resultados acima sugerida.

28. Realização da consoante /ʎ/ - (PE [ʎ])

De acordo com a norma do português europeu, a consoante palatal /ʎ/ realiza-se única e exclusivamente como [ʎ] e só se observa em posição medial de sílaba e em ataque simples (conforme o exemplo <trabalho> [trɐ'baʎu]). No entanto, a VPC admite a forma fonética com [j] (como, por exemplo, [trɐ'baju]), como se pode verificar na tabela abaixo.

Tabela nº 61 – Ocorrência da consoante palatal /ʎ/ - (PE [ʎ])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
73		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[ʎ]	69	95%
[j]	4	5%

Na tabela 61, observa-se que, nas leituras efetuadas pelos nossos informantes, era expectável a consoante palatal /ʎ/ registar 73 ocorrências. No entanto, apesar de os informantes terem atingido uma margem percentual de 95% de [ʎ] (conforme o padrão), regista-se um ligeiro desvio de 5% de realização do /ʎ/ como [j], ou seja, o segmento /ʎ/ alterou a sua qualidade fonológica (consoante → semivogal). Em suma, concluímos que os locutores da TPA em Cabinda estão muito próximos da norma europeia no que à realização da consoante palatal /ʎ/ diz respeito, apesar da escassa margem de variação encontrada.

29. Realização do /r/ ataque inicial – (PE r forte)

A consoante vibrante (/r/, segundo alguns linguistas - por exemplo, Mateus & Andrade 2000 - ou /R/, segundo outros, conforme dissemos anteriormente) em posição de ataque simples inicial no português europeu realiza-se com uma das variantes do r forte, [R] ou uma das variantes [ʁ], [r], [χ], [ʀ] e [ʁ̥] (a título de exemplo, vejam-se <resultado> [Rizul'tadu], <realização> [Rjɛlizɐ'sẽw̃]). Porém, a VPC pode registar [r] (como, por exemplo, [rizul'tadu], [rjɛlizɐ'sẽw̃]), como se pode constatar nos dados da tabela abaixo. Quer se expliquem as realizações fonéticas da estrutura por ação de processo de reforço inicial, quer por intermédio da existência fonológica de um r forte em português, o que é novo nos nossos dados nesta posição da palavra é a existência de [r], ou seja, a variante fonética mais próxima do segmento /r/.

Tabela nº 62 – Ocorrência do /r/ em ataque inicial – (PE r forte)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
285		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[R]	14	5%
[ʁ]	67	24%
[r]	175	61%
[χ]	5	2%
[r̥]	24	8%

Segundo a tabela 62, a expectativa era de que a consoante vibrante /r/ em posição de ataque simples inicial ocorresse como r forte, [R], por 285 vezes, que correspondem a 100%. No entanto, como se pode averiguar na tabela, registou-se 61% de [r] (a forma mais conservadora em PE) e 24% de [ʁ] (uma forma mais inovadora ainda do que [R]). A forma [R] foi registada em apenas 5% das ocorrências em posição inicial, sendo a segunda variante com percentagem menos expressiva nos dados. [χ] é a variante menos representada nos dados com somente 2% de ocorrências. A par de [R], [ʁ], [r] e [χ], ocorre a forma [r̥], inexistente em PE neste contexto, com 8%.

Em síntese, observámos que a realização mais comum nas leituras dos jornalistas da TPA em Cabinda é [r] com uma percentagem elevada e, de todas, a forma específica da VPC é a variante [r] que atinge 8% das ocorrências.

30. Realização do /r/ em ataque medial – (PE r forte)

No português europeu, a consoante vibrante em ataque medial em palavras como <corrupção> [kuru'psẽw̃], <terrorismo> [tĩru'rizmu]) é realizada como [R], [ʁ], [r], [χ], [ʀ] ou [ʁ̥]. Nessa variedade linguística, [r] é a forma conservadora e cada vez menos utilizada. Este é o único contexto de ocorrência da vibrante em que se pode argumentar que existe contraste fonológico entre as vibrantes em português europeu. No entanto, existem autores que explicam que as formas da vibrante neste contexto têm na sua base uma sequência de [r.r], primeiro, realizada como [r] e, posteriormente, realizada com mais frequência com variantes posteriores e em ataque silábico, devido a uma mudança de ponto de articulação e perda da distinção de duração (Mateus & Andrade, 2000, por exemplo). Todavia, na VPC este contexto admite (tal como o contexto inicial de palavra) [r], resultando, assim, em fenómeno de neutralização de pretensa oposição fonológica, conforme os exemplos [kuru'psẽw̃], [tĩru'rizmu]. A tabela a seguir contém os resultados observados nas leituras dos nossos informantes.

Tabela nº 63 – Ocorrência do /r/ em ataque medial – (PE r forte)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
	140	
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[R]	11	8%
[ʁ]	23	16%
[r]	94	67%
[χ]	1	1%
[r̥]	11	8%

De acordo com o que se pode verificar na tabela 63, foram observadas 140 ocorrências desta estrutura. Dessas ocorrências, vemos que 67% possuem [r], 16% [ʁ], 8% [R], 1% [χ], mas, além dessas variantes, foram registados 8% de [r̥],

inesperadamente. As diferenças percentuais que aqui se expõem para cada uma das formas fonéticas levam-nos a assumir que a forma mais frequente nas leituras dos jornalistas do Centro de Produção da TPA em Cabinda no que se refere à estrutura em análise e discussão é a forma mais conservadora [r], seguida por [ʁ].

31. Realização do /r/ em ataque ramificado – (PE [r])

A consoante vibrante /r/ em posição de ataque ramificado no português europeu é categórica, do ponto de vista fonético, como [r] (como, por exemplo, <província> [pru'vĩsjɐ], <petrolífero> [pĩtru'lifĩru]), mas na VPC podem surgir outras realizações, com [ʁ] (conforme os exemplos [pʁu'vĩsjɐ], [pĩʁu'lifĩʁu]). A tabela abaixo pretende dar a conhecer o resultado dos dados obtidos nas leituras dos nossos informantes.

Tabela nº 64 – Ocorrência do /r/ em posição de ataque ramificado – (PE [r])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
1593		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[r]	1498	94%
[ʁ]	95	6%

Na tabela 64, verificamos que, nas leituras dos jornalistas da TPA em Cabinda, a vibrante /r/ em posição de ataque ramificado se encontra 1593 vezes, que correspondem a 100%. Segundo os dados que se podem extrair da tabela, percebe-se que a forma padrão [r] é a mais frequentemente produzida nas leituras dos informantes em estudo (94%), seguindo-se o [ʁ] com apenas 6% de ocorrências.

A forma inesperada [ʁ] só ocorre nos informantes 11 (com a margem percentual de 100%) e 13 (com 1%), facto que pode ser confirmado na tabela geral das ocorrências por informante, em anexo. Vale destacar o perfil sociolinguístico (ver no capítulo da metodologia: tabela 32 - dados pessoais dos informantes e tabela 33 - situação linguística dos informantes) do informante 11, que se revela distinto, tanto do informante 1, com 1% de [ʁ], quanto dos restantes informantes, com 0% de [ʁ]: trata-se de um informante de 43 anos de idade, sem formação em jornalismo, trabalha como jornalista há 16 anos, tem apenas o 12º ano concluído, tem o ibinda como L1 (língua

sem sons vibrantes), só adquiriu o português como L2 a partir dos 9 anos de idade (na escola, numa aldeia de onde é oriundo) e só a utiliza em ambientes de trabalho; a conjugação destas características pode concorrer para a dificuldade que este informante (11) apresenta na realização da estrutura em análise. Este informante adota uma forma do r forte num contexto onde apenas o r fraco seria de esperar, o que mostra uma preferência pessoal por realizações fortes do mesmo, contrariamente ao que se passa com os informantes de modo geral nos contextos do r forte quando adotam o [r].

32. Realização do /r/ em ataque simples medial /interno – (PE [r])

No português, a consoante vibrante /r/ em ataque simples interno só se produz como [r] (tal como os exemplos <consideravelmente> [kõsidiraveɫ'mêti], <zero> ['zɛru]). Isto não se verifica na VPC, por esta permitir outras realizações com [r] e com [ʁ] (a título de exemplo, vejam-se as realizações fonéticas [kõsidiraveɫ'mêti] ou [kõsidiʁaveɫ'mêti], ['zɛru] ou ['zɛʁu]), conforme os dados na tabela a seguir.

Tabela nº 65 – Ocorrência do /r/ em ataque simples medial /interno – (PE [r])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
1261		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[r]	1161	92%
[r]	11	1%
[ʁ]	89	7%

A tabela 65, com 1261 ocorrências da consoante vibrante /r/ em ataque simples interno como [r], mostra que, não obstante os informantes terem ficado muito próximos do previsto pelo padrão, com 92% de [r], existe uma certa tendência para realizar o /r/ como [r] 1% e, sobretudo, com [ʁ] 7%. De maneira sumária, podemos dizer que a forma mais comum nas leituras dos jornalistas da TPA em Cabinda é a padrão [r] pela elevada margem percentual com que ocorre, apesar de haver mais de 7% de formas fortes do r fraco neste contexto.

Cabe-nos esclarecer que [ʁ] só surge no informante 11. Esta é, aliás, a sua forma preferida neste contexto, com 97% das suas ocorrências (ver em anexo: tabela geral das

ocorrências por informante, página 181, tabela nº 65). Assim, consideramos que a forma [ʁ] é quase categórica neste informante, dado que apresenta a mesma dificuldade que na estrutura anterior desta secção, que, como referido, se associa à sua realidade ou perfil sociolinguístico.

33. Realização do /r/ coda – (PE [r])

A consoante vibrante /r/ em posição de coda silábica no português realiza-se como [r] (como, por exemplo, <turbulência> [turbu'lêsjɐ], <preservação> [prizivɐ'sêw]), mas esta forma, nesta posição silábica, pode concorrer ainda com as formas [ɾ], [ɹ] e [ʀ]. A par das formas previstas, a VPC pode registar outras formas, nomeadamente com [r] e com [ʁ] (a título de exemplo, vejam-se [turbu'lêsjɐ] ou [tuʁbu'lêsjɐ], [prizivɐ'sêw] ou [prizivɐ'sêw]), conforme os dados na tabela que a seguir apresentamos.

Tabela nº 66 – Ocorrência do /r/ em coda – (PE [r])

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
1464		
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[r]	1146	78%
[ɾ]	222	15%
[ʁ]	97	7%

Na tabela 66, podemos ver que nas leituras efetuadas pelos jornalistas do Centro de Produção da TPA em Cabinda se registaram 1464 ocorrências do /r/ em posição de coda silábica. A forma mais frequente nos nossos informantes é [r], com 78%. Além do [r], registam-se as formas fortes do r, com 15% de [ɾ] e 7% de [ʁ].

De acordo com a tabela geral das ocorrências por informante (ver em anexo), os desvios com a forma [r] estão presentes na leitura de todos os informantes e a frequência relativa a cada informante oscila entre 1% e 24%.

Todavia, os desvios com a forma [ʁ] permitem destacar dois dos informantes, o 1 e o 11 – o que para o informante 11 não constitui surpresa, dado que concluímos anteriormente, nesta secção, que o [ʁ] é a sua forma privilegiada de realizar a vibrante

fonológica /r/). Em relação ao informante 1, apesar de a percentagem que apresenta não ser particularmente elevada, temos de ter presente o seu perfil sociolinguístico. Trata-se de um informante/jornalista cuja L1 é o kikongo (língua sem sons vibrantes), adquiriu o português aos 2 anos no seio familiar e utiliza-a em todos os ambientes de comunicação, não tem formação em jornalismo, não tem formação em língua portuguesa, é licenciado numa área que nada tem a ver com a televisão e trabalha na televisão há 8 anos. Podemos deduzir que, não obstante este informante utilizar o português em todos os contextos de comunicação, se demarca do padrão em relação à estrutura em análise pela ausência das consoantes vibrantes na sua língua de base, por não possuir uma formação especializada no trabalho que faz no seu dia-a-dia e por falta de uma formação consolidada em português padrão europeu, L2, o que o leva a utilizar a forma forte, em vez da forma fraca.

Em síntese conclusiva desta secção (1), compreende-se o seguinte:

i) Vogais átonas

De acordo com os dados observados, a VPC regista alguma tendência de sistematicidade na elevação e centralização das vogais orais átonas (conforme o previsto pela norma do português europeu). Todavia, do ponto de vista da realização na palavra, em posição pretónica essas vogais não reduzem tanto como na norma do PE, ou seja, não se regista grande redução do /e/ para [i] ou [i], /a/ para [ɐ], /o/ ou /ɔ/ para [u], enquanto que em posição pós-tónica se notam reduções significativas, tal como se realizam no PE, ou seja, reduzem em quase todos os casos. Esta assimetria entre a posição final e não final regista-se também em PE, no entanto o que diferencia a VPC é o facto de as vogais átonas iniciais e não iniciais excetuando as finais admitirem realizações com qualidade diferente do PE.

Estes resultados relativos às vogais átonas na VPC são diferentes daquilo que foi observado por outros autores, como Zau (2011) e Undolo (2016), que observaram realidades diferentes em Angola. Na obra de Undolo (2016), em particular, defende-se a tese da inexistência da vogal oral central média [ɐ] no português falado em Angola, mas os dados da nossa pesquisa provam que esta realidade não é extensiva a todos os falantes angolanos; na variedade do PC, pelo menos, essa vogal [ɐ] existe.

ii) Vogais acentuadas

No que concerne às vogais acentuadas, regista-se alguma alternância entre [e] e [ɛ], entre [o] e [ɔ] e também entre [a] e [ɐ]. A título de exemplo, <êxito> pode surgir como [ɛ]xito ou [e]xito, e <foi> pode ocorrer como f[o]j ou como f[ɔ]j, entre outros casos. Por outro lado, é de destacar a ocorrência esporádica de [i] em posição tónica (como em <defesa> [di'fize]), o que é difícil de explicar, tendo em conta o que é sabido acerca do PE.

iii) Ditongos e ditongação

O ditongo <ou> no PE padrão é um monotongo [o], mantendo-se a ditongação ainda presente nos dialetos setentrionais do PE, mas em Cabinda parece ser frequentemente [ow]. O ditongo [ej] é por vezes mantido em VPC, outras vezes, ainda que poucas, monotongado para [e] e ainda outras vezes realizado com dissimilação como no PE padrão de Lisboa, [ɛj].

Há ditongação das vogais [u] e [a] antes de uma fricativa palatal em VPC, como em <dos> [duj] ou em <as> [aj]. A vogal nasal [ẽ] é frequentemente ditongada para [ẽj] mesmo no interior de palavra, como em <insistência> [ĩsi'tẽjsjɐ] – diferentemente do que se passa em PE. Outros falantes, no entanto, realizam a monotongação do ditongo [ẽj], como na preposição que pode ser realizada simplesmente como [ẽ].

Na VPC existem ocorrências esporádicas de, por um lado, ditongação do [i] para [ij] (como, por exemplo, <dificuldade> [dijfiku'l'dadi], <minuto> [mij'nutu]) e, por outro, de ditongação de [i] para [i:] (como em <peçoia> [pi:'soi]), ditongos alheios ao PE.

iv) Monotongação

Existem alguns casos de monotongação diferentemente do PE, nomeadamente:

<ei> - (PE padrão [ɛj]) para [e] como em <seis> ['sej];

<ai> - (PE [aj]) para [a] como em <principais> [prĩsi'pa];

 - (PE padrão [ẽj]) para [ẽ] como em <tem> [tẽ];

<oi> - ([oj]) para [o] como em <depois> [di'poj];

<õe>- (PE [õj]) para [õ] como em <leões> ['ljõ].

iv) Consoantes

Na VPC há registo de, por um lado, a nasal palatal [ɲ] ocorrer muitas vezes como aproximante palatal nasal [j̃] nasalizando a vogal anterior, como em <Agostinho>, <nenhum> ([ɛɡuʃ'tĩ̃ju], [ni'jũ̃]) e, por outro, de a consoante lateral palatal /ʎ/ se realizar como aproximante palatal oral [j], como em <evangelho> [ivẽ'ʒɛju].

As consoantes róticas³⁵ apresentam grande variação na VPC, a saber:

- Em alguns informantes não se regista a realização de nenhuma variante anterior com [r] ou com [ʀ]. Realizam-se única e exclusivamente as variantes posteriores [ʀ] ou [ʁ];

- Em outros informantes ainda se regista um fenómeno de neutralização da oposição fonológica porque não distinguem o [r] do [ʀ], o [r] do [ʀ]/[ʁ], e vice versa; indiscriminadamente, usa-se mais a forma [ʁ], com destaque para o informante 11. A título de exemplo, uma palavra como <segurança> pode ser realizada como [segu'rẽsɐ], [segu'rẽsɐ], [segu'ʀẽsɐ] ou [segu'ʁẽsɐ];

- Nos informantes 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 15 regista-se a vibrante múltipla alveolar [r] (forma conservadora em PE), a par da simples alveolar [r] para os contextos onde esta surge no PE (a título de exemplo, vejam-se <carro>['karu] e <caro> ['karu]), enquanto que os falantes que mais divergem do PE são os informantes 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14, tal como se pode constatar na tabela geral das ocorrências por informante (ver em anexo, páginas 180-181).

2. Resultados obtidos no questionário e nas entrevistas

Nesta secção (2), vamos apresentar e discutir os dados obtidos em duas partes essenciais dos nossos materiais:

- i) a que se relaciona com as respostas à 2ª parte do questionário, com perguntas relacionadas com a avaliação linguística dos jornalistas do Centro de Produção da TPA em Cabinda;
- ii) a que foi obtida nas entrevistas complementares realizadas por dois membros de direção da TPA em Cabinda e por cada um dos informantes/jornalistas.

³⁵ Das vibrantes múltiplas, a mais frequente na fala dos jornalistas da TPA em Cabinda é a alveolar [r].

É de notar que a informação é não só quantitativa, no que se refere às perguntas da 2ª parte do questionário, mas sobretudo qualitativa no que se refere às entrevistas.

2.1. Os resultados obtidos no questionário

Tabela nº 67 – Pergunta 2 do questionário: Acha que existe juízo de valor negativo em relação à fala dos jornalistas por parte dos membros de direção da TPA em Cabinda?

Frequência de ocorrências	Resposta	Percentagem	Total
13	▪ Sim	87%	100%
2	▪ Não	13%	

De acordo com o que se observa nesta tabela 67, percebe-se através da margem percentual que, dos jornalistas do Centro de Produção da TPA em Cabinda que responderam à pergunta, 13, correspondendo a 87%, disseram *Sim*, e 2 (equivalendo a 12%) disseram *Não*. Isto leva-nos a concluir que na TPA os jornalistas consideram existir discriminação de base linguística por parte dos diretores desta estação televisiva.

Tabela nº 68 - Pergunta 3 do questionário: Se considera que existem juízos de valor negativo relativamente ao modo de usar o português na televisão, em que se pode basear esse eventual juízo (A. Domínio do léxico, B. Domínio de aspetos morfológicos e sintáticos, C. Domínio de aspetos fonéticos e fonológicos ou D. Outros)?

Frequência de ocorrências	Resposta	Percentagem	Total
15	▪ C. Domínio de aspetos fonéticos e fonológicos.	100%	100%

Nos dados que se verificam na tabela 68, compreende-se que os 15 jornalistas que responderam a pergunta 3, o equivalente a 100%, foram unânimes a afirmar que o aspeto gramatical que os membros de direção do Centro de Produção da TPA em Cabinda consideram menos consolidado na sua produção linguística é o *fonético-fonológico*, facto que faz com que alguns sejam excluídos da leitura das notícias.

A falta de domínio dos aspetos fonético-fonológicos do português que se apontam aos jornalistas de Cabinda pode ser justificada através do perfil

sociolinguístico desses profissionais (ver no capítulo da metodologia: tabela 33 - situação linguística dos informantes). Deste perfil sociolinguístico percebe-se que a grande maioria dos jornalistas não tem o português como L1, mas, sim, línguas *bantu*, que registam a ausência de certos sons do português, como [k, ʒ, ʃ, ɾ, r, R, ʁ].

Tabela nº 69 - Pergunta 4 do questionário: Encontra uma relação entre juízos de valor negativo em relação à fala e algum dos factores como: A- Género, B- Idade ou C- Outros?

Frequência de ocorrências	Resposta	Percentagem	Total
12	▪ A - Género	80%	100%
3	▪ B - Idade	20%	

A tabela 69 quer ilustrar que os 12 jornalistas do sexo masculino participantes no estudo, numa margem percentual de 80%, consideram que o seu género é o que mais é prejudicado com a avaliação linguística negativa feita pelos diretores da TPA em Cabinda, enquanto que os 3 jornalistas do sexo feminino, com a percentagem de 20%, acham que não é o género, mas sim o factor idade que mais justifica esta atitude, ou seja, os homens acham que a discriminação tem por base o género, enquanto as mulheres apontam o factor idade.

A resposta com a maior carga percentual (80% de A - Género) dada pelos informantes do género masculino não é significativa, dado que os informantes do género feminino são poucos em termos de representatividade numérica.

Tabela nº 70 – Pergunta 5 do questionário: Sente-se ou não excluído pelos dirigentes da TPA em função da sua leitura?

Frequência de ocorrências	Resposta	Percentagem	Total
11	▪ Sim	73%	100%
4	▪ Não	27%	

De acordo com o resultado dos dados que se verificam na tabela 70, dos 15 jornalistas/informantes, 11 disseram *Sim*, perfazendo 73%, à pergunta, e 5 disseram *Não*, o equivalente a 27%. A diferença percentual elevada de 73% de *Sim*, permite-nos

assumir que a grande maioria dos jornalistas do Centro de Produção da TPA em Cabinda já foi vítima de exclusão no que a leitura das peças noticiosas diz respeito.

É de notar que dos 4 informantes que disseram *Não* na pergunta 5, 3 são do género feminino, que de acordo com a resposta da pergunta anterior (a pergunta 4) as mesmas afirmaram não se sentirem discriminadas. As respostas que elas deram tanto na pergunta 4 quanto na pergunta 5 reforça a ideia de que os homens são os únicos que sofrem exclusão de leitura na TPA.

Tabela nº 71 – Pergunta 6 do questionário: Qual é o aspeto, nomeadamente A- Interferência do *ibinda*, B- Interferência de outras línguas nativas, C- Interferência do Português do Brasil ou D- Outras, que considera ser mais influenciador do português que fala e este ser a base de exclusão de leitura?

Frequência de ocorrências	Resposta	Percentagem	Total
10	▪ A- Interferência do <i>ibinda</i>	67%	100%
5	▪ B- Interferência de outras línguas nativas	33%	

A tabela 71 pretende ilustrar que, dos 15 informantes que responderam à pergunta 6, 10 assinalaram a alternativa **A- Interferência do *ibinda***, correspondendo a 67%, e 5 assinalaram a alternativa **B- Interferência de outras línguas nativas bantu**, de 33%. Desta sorte, percebe-se que a leitura dos jornalistas da TPA em Cabinda pode sofrer, aparentemente em grande escala, a interferência do *ibinda* e em menor escala as interferências de outras línguas locais angolanas do grupo *bantu*. O que podemos apurar, em síntese, é que a coabitação diária do português com as línguas locais de Angola, em particular o *ibinda*, constitui a causa da interferência linguística apontada às leituras dos profissionais de Cabinda.

Tabela nº 72 – Pergunta 7 do questionário: O facto de alguns jornalistas lerem e os outros não, que ambiente cria entre os profissionais da TPA em Cabinda?

Frequência de ocorrências	Resposta	Percentagem	Total
6	▪ Mau	40%	100%
9	▪ Muito mau	60%	

Na tabela 72, está subjacente a seguinte informação: do conjunto dos informantes que respondeu à pergunta 7 do questionário, 6, equivalente a 40%, disseram ser **Mau** e 60% afirmaram ser **Muito mau**. Nesta medida, compreende-se que a maior parte dos informantes prefere responder **Muito mau** (60%), o que nos permite muito facilmente assumir que os jornalistas de Cabinda se sentem bastante constrangidos com a ideia de a uns ser permitido ler as notícias e a outros (a grande maioria) não, o que cria um ambiente desagradável entre os profissionais.

Tabela nº 73 - Pergunta 8 do questionário: Que *feedback* recebem da sociedade em relação à diversidade de vozes na TPA?

Frequência de ocorrências	Resposta	Percentagem	Total
1	▪ Razoável	7%	100%
2	▪ Bom	13%	
12	▪ Muito bom	80%	

Os jornalistas do Centro de Produção da TPA em Cabinda, quando questionados sobre o feedback que recebem dos telespetadores em relação ao seu desempenho na televisão, apresentaram os seguintes resultados: 1, correspondente a 7%, disse ser um feedback com o reflexo de **Razoável**, 2, com a margem percentual de 13%, afirmaram receber um **Bom** feedback e 12, equivalente a 80%, apontaram para a alternativa **Muito bom** como sendo o nível de satisfação que recebem do público.

Tendo em conta as percentagens que aqui se apresentam, percebe-se de maneira clara que o facto de os jornalistas da TPA possuírem características linguísticas próximas dos telespectadores de Cabinda que os ouvem, faz com que a sua locução seja vista como algo positivo (**Muito bom**).

Tabela nº 74 – Pergunta 9 do questionário: O que deve/pode ser feito para que os fenómenos da variação linguística sejam bem vistos pelo senso comum?

Frequência de ocorrências	Resumo das opiniões	Porcentagem	Total
1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deve haver mais divulgação em relação à variação linguística, no sentido de se acabar com princípios preconceituosos, que em muito constroem os falantes que deles são vítimas. 	7%	100%
2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deve-se trabalhar mais na educação linguística, para que a sociedade conheça as causas da variação. 	13%	
12	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deve-se sensibilizar as pessoas no sentido de ganharem consciência e respeito em relação às peculiaridades linguísticas de cada região. 	80%	

Do resumo das opiniões dadas pelos nossos informantes/jornalistas, expostas na tabela 74, compreende-se que 80% (12 informantes) refere a sensibilização geral acerca do respeito que todas as variedades linguísticas merecem, seguida da opinião de 2 informantes (13%) que indica que deveria haver mais educação linguística para que houvesse mais conhecimento das causas da variação e o registo de um informante (7%) que refere que deveria haver mais divulgação desta temática, para que deixasse de existir estigmatização.

Independentemente da diferença percentual presente na tabela, verifica-se que existe um interesse dos nossos informantes em chamar a atenção para os fenómenos da variação linguística como algo presente no uso diário de todos os falantes das diferentes comunidades linguísticas de todas as línguas vivas.

Síntese conclusiva

Em síntese conclusiva desta parte relativa aos resultados obtidos no questionário, constatámos a seguinte realidade sociolinguística no Centro de Produção da TPA em Cabinda:

i) Na TPA, segundo os jornalistas inquiridos, existe juízo de valor negativo relativamente à locução dos profissionais/jornalistas desta cadeia televisiva por parte dos membros de direcção e a maioria dos jornalistas já foi vítima de exclusão de leitura;

ii) O domínio fonético-fonológico é o que mais é referido como a causa da exclusão da locução por parte da direcção da TPA, porque se estabelece um padrão único de leitura e a grande maioria dos jornalistas não atinge essa expectativa;

iii) Os jornalistas que mais se queixam do juízo de valor negativo na TPA são do género masculino. No entanto, há que atender ao facto de a maioria dos informantes serem homens – só foram entrevistadas 3 informantes do género feminino;

iv) Os nossos informantes defendem a existência de mais estudos relativos à variação linguística, no sentido de o senso comum saber que as línguas variam pelas particularidades socioculturais de cada região linguística e que isso faz parte da natureza intrínseca de qualquer língua, constituindo uma das características essenciais da sua vitalidade.

2.2. Os resultados obtidos nas entrevistas

Para maior clareza, separámos as repostas que foram dadas pelos membros de direcção da TPA das que foram dadas pelos jornalistas, conforme se pode constatar na abordagem que abaixo se apresenta.

Resumo das repostas dadas por dois membros de direcção da TPA em Cabinda nas entrevistas.

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: Em geral, os membros de direcção da TPA disseram que, do conjunto dos jornalistas que compõem o leque dos profissionais de Cabinda, apenas cinco têm a possibilidade de colocar voz nas matérias noticiosas. Para os autorizados a efetuar leituras, a avaliação é positiva no que concerne à locução.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda não leem os textos que produzem?

Resposta: Em sùmula, os membros de direcção da TPA afirmaram que, inicialmente, todos os jornalistas de Cabinda liam as matérias noticiosas, mas, ao longo do tempo, notou-se que a maneira como alguns deles produziam certos sons do português se demarcava significativamente do padrão, fruto de interferência das línguas

locais angolanas, particularmente do *ibinda*. Tratando-se da TPA, um órgão que representa a norma culta do português falado em Angola e em Cabinda em particular, a direção local entendeu encaminhar estes profissionais/jornalistas à direção central da TPA em Luanda, para que todos participassem de um teste de locução. Assim, aconteceu que a grande maioria reprovou e, desde então, só os jornalistas que obtiveram aprovação (5) é que passaram a ler as matérias em Cabinda, situação que se mantém até ao momento.

Os membros da direção entrevistados disseram ainda que o grupo de jornalistas que compõe o Centro de Produção da TPA em Cabinda se subdivide em jornalistas "completos" e jornalistas "incompletos". Os completos são os que têm a capacidade de reportar os factos, redigi-los e posteriormente lê-los, enquanto que os não completos fazem um trabalho inacabado, ou seja, são bons repórteres, vão ao terreno, trazem boa matéria, escrevem muito bem, mas não têm a capacidade de leitura exigida e comprovada; apresentam uma pronúncia muito longe do esperado, ou seja, do português europeu padrão.

3ª Pergunta - O que pode ser feito para que os jornalistas que não leem melhoram a sua capacidade de leitura?

Resposta: Em resposta a esta pergunta, os membros de direção da TPA entendem que a base para estes jornalistas melhorarem é a formação, ou seja, devem procurar fazer especializações em jornalismo e em língua portuguesa. A par disto, devem optar pelo treino diário das vozes, tanto em estúdio quanto fora deste, e ter a força de vontade de vencer que lhes permita ultrapassar essa dificuldade. Com isto bem consolidado, pode consumir-se o facto de que estão bem e que já podem ler os textos/offers.

Resumo das respostas dadas por quinze jornalistas da TPA em Cabinda nas entrevistas

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos seus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: No cômputo geral, em resposta a esta pergunta, os jornalistas disseram que a locução dos profissionais da TPA em Cabinda é boa, apesar do registo de alguma variação nas leituras. Mas essa variação deve ser considerada normal, ainda que por vezes seja associada a características das línguas locais.

O Centro de Produção da TPA em Cabinda tem bons profissionais e estes têm evidenciado um esforço muito grande para superar as expectativas do corpo diretivo da empresa e dos telespectadores. No entanto, às vezes, esse esforço tem sido em vão, dado que se exige perfeição linguística no uso do PE padrão, uma língua que não conhecem desde o berço.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: De maneira geral, os jornalistas da TPA afirmaram que as entidades com o poder de decisão na empresa já têm definido um padrão único para as leituras e esse padrão remete para uma pronúncia que muito se aproxima da dos falantes portugueses cultos. Portanto, alguns jornalistas são impedidos de ler porque não atingem essa expectativa; a direção alega existir má produção de certos sons do português, em particular do <r>; essa "má" produção é associada à interferência linguística entre o português e as línguas locais de Angola, o ibinda em particular – embora se deva também à aquisição do português como segunda língua.

Contudo, seria necessário que a direção repensasse esta situação para permitir alguma abertura para os novos/futuros potenciais leitores das notícias em Cabinda, mesmo que a sua pronúncia de certos segmentos seja mais próxima das línguas locais de cultura, por beneficiarem a compreensão dos telespetadores e por, do ponto de vista linguístico, terem valor. Os jornalistas 4 e 5, em particular, disseram que as características linguístico-culturais de um povo não devem ser levadas em conta quando se trata da língua veicular (o português no nosso caso) e que o mais importante é o facto de o jornalista, ao ler, pronunciar bem as palavras perante o telespectador, sem ruído na sua leitura, para que o telespectador entenda o que ouve.

3ª Pergunta - Como avalia o nível de juízos de valor na TPA em Cabinda?

Resposta: Em observância a esta pergunta, os jornalistas da TPA em Cabinda defenderam que o juízo de valor negativo em relação às locuções na TPA em Cabinda se encontra num nível alto, já que a grande maioria dos jornalistas não pode fazer a locução das matérias noticiosas por alegada má pronúncia das palavras.

No entanto, os jornalistas 1, 11 e 13 disseram que esse juízo não se encontra num nível tão acentuado como disseram os demais jornalistas; entendem que a direção da TPA tem tido a preocupação de seleccionar os melhores do conjunto para oferecer aos telespectadores peças noticiosas de qualidade, sob o ponto de vista da imagem e do som

(leitura) e que alguns jornalistas não se esforçam e é por isso que não são chamados a integrar a equipa dos que leem. Por outro lado, cada profissional devia fazer uma auto-avaliação da sua leitura e, quando perceber que não está em condições, deve ter a hombridade e coragem de se abster de o fazer, procurando fazer mais exercícios no sentido de melhorar ou procurando ajuda. Caso não melhore, tem de consentir que, entretanto, os outros colegas possam ler os textos que produz.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que este juízo de valor se minimize na TPA em Cabinda?

Resposta: Em resposta a pergunta 4, os jornalistas da TPA em Cabinda foram unânimes em dizer que os que têm o poder de decisão devem estar cientes de que a maneira como os jornalistas de Cabinda leem as notícias nunca vai ser igual à dos falantes ou jornalistas portugueses, porque, apesar de todos falarem o português, se encontram em contextos sociais e geolinguísticos diferentes e não são todos falantes nativos desta língua. Portanto, as marcas que tornam autêntico o português falado na região de Cabinda não devem ser mal vistas e, sim, ser aceites, desde que sejam boas para a compreensão dos telespectadores; só assim teremos uma televisão diversificada e verdadeiramente angolana, não a que temos hoje.

Os jornalistas disseram ainda o seguinte: já que a direção da TPA diz conhecer a principal dificuldade da grande maioria dos leitores de Cabinda que, à partida, incide sobre a produção de certos sons do português, deveria promover algumas ações de formação no sentido de ajudar os seus profissionais a minimizar o problema que apresentam, em vez de se limitar a discriminar linguisticamente os seus jornalistas, com consequências no exercício das suas funções.

Síntese conclusiva

Os resultados obtidos nas entrevistas realizadas pelos membros de direção da TPA em Cabinda e jornalistas revelam uma divisão de opiniões entre os dois grupos (o dos membros de direção e o dos jornalistas).

A maioria dos jornalistas defende que o quadro que hoje se verifica na TPA, impedindo que a maioria deles leia as peças noticiosas, deve mudar, mesmo que exista interferência linguística nas suas locuções, enquanto que a direção entende que um profissional de televisão não deve ser tido como um falante comum, e, portanto, este deve evidenciar um elevado nível de competência nos aspetos básicos de fonética e

fonologia da língua portuguesa padrão. Dito de outra maneira, estes profissionais precisam de ferramentas que permitam melhorar o exercício da sua função enquanto representantes da norma culta do português em todos os domínios da gramática, e o domínio fonético-fonológico parece ser o mais importante.

CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES

Com este trabalho de investigação, intitulado "*Variação fonético-fonológica no português de Angola: características da variedade falada em Cabinda e suas implicações profissionais na TPA*", procurámos apresentar uma reflexão que tivesse em consideração a variação sincrónica diatópica do português, nomeadamente sobre a variedade angolana, na região de Cabinda, em particular, centrada sobre o estudo das particularidades fonético-fonológicas desta variedade manifestadas pelos jornalistas do Centro de Produção da TPA em Cabinda que, de acordo com os dados obtidos, estão na base de juízos de valor negativos por parte dos membros de direção desta cadeia televisiva relativamente à pronúncia de alguns jornalistas da TPA em Cabinda.

Tendo em atenção a complexidade do tema e, sobretudo, os objetivos, as perguntas de partida e as hipóteses definidas para o trabalho, foi necessário compulsar bibliografia de diferentes áreas de conhecimento, nomeadamente de natureza linguística e outras de natureza histórica e social (enquadramento histórico da TPA; situação linguística em Angola e em Cabinda; estatuto do português em Angola e suas características, em particular, em Cabinda; características linguísticas básicas da pronúncia do português padrão europeu, tida como modelo nos meios de comunicação social de Angola...).

O nosso trabalho tem como fundamentação os dados factuais objetivos recolhidos dos informantes, quer se trate das informações obtidas nas entrevistas, quer nas gravações que foram recolhidas. Assim, em face dos resultados observados, já descritos, é possível extrair algumas conclusões, que permitem responder às nossas 3 questões de partida, nomeadamente 1 - Existem diferenças sensíveis do português de Cabinda em relação ao português europeu e ao de outras regiões de Angola?; 2 - Se sim, em que áreas da gramática essas diferenças são mais sensíveis?; 3 - Essas diferenças são reconhecidas e valorizadas ou desvalorizadas pelos falantes?:

- a) Dos dados observados nas leituras efetuadas pelos jornalistas da TPA em Cabinda (representantes da norma culta do português falado nesta região), constatou-se que:

- Vogais acentuadas

As vogais acentuadas apresentam uma tendência de instabilidade de produção, demarcando-se do previsto pela norma do português europeu. [e] e

[ɛ] variam quer se trate da vogal /e/ ou da vogal /ɛ/; [o] e [ɔ] concorrem tanto para a realização de /o/ como de /ɔ /; e [a] e [ɐ] concorrem para a realização de /a/;

- Vogais não acentuadas

As vogais não acentuadas em posição pretónica não registam grande elevação e centralização, nomeadamente /e/ para [i] ou [i̠], /a/ para [ɐ], /o/ ou /ɔ/ para [u], como ocorre no PE, mas em posição pós-tónica essas vogais registam uma redução bastante significativa, justamente como acontece em PE;

- Ditongos

(i) Há tendência para a ditongação do [u] para [uj], em sílabas átonas, nomeadamente em diversas palavras funcionais, [a] para [aj], [ẽ] para [ẽj];

(ii) Há tendência para a monotongação do [ej] para [e], [aj] para [a], [oj] para [o], [õj] para [õ], [ẽj] para [ẽ], [ẽj] para [ẽ];

- Consoantes

(i) A consoante nasal palatal [ɲ] realiza-se [j];

(ii) A consoante lateral palatal /ʎ/ realiza-se [j];

(iii) O r forte realiza-se como vibrante anterior [r] em variação com os segmentos posteriores [R], [ʁ] e [χ] no mesmo discurso;

(iv) Há, por vezes, neutralização de uma hipotética oposição fonológica entre /r/ e /R/: em posições de ataque ramificado ou coda silábica podem ser utilizadas as formas do r forte, mas do mesmo modo a forma fraca pode ocorrer em posição inicial de palavra e em contexto medial como o de "carro".

A realidade observada nas leituras dos jornalistas permitiu-nos, assim, concluir que a variedade do português que se difunde no Centro de Produção da TPA em Cabinda regista diversos fenómenos em que as variantes não padrão surgem em abundância - o que explica, em certa medida, a discriminação linguística de que a grande maioria destes profissionais é alvo. Isto, apesar de

algumas marcas fonéticas características serem pouco repetidas durante as leituras, sobretudo nas leituras dos jornalistas com mais anos de trabalho como locutores da TPA. Este resultado, por um lado, infirma a hipótese 1 (*Os traços fonéticos das leituras dos jornalistas da TPA divergentes do PE são em número reduzido*) levantada na parte inicial deste trabalho e, por outro, confirma por um lado, mas infirma parcialmente a hipótese 2 (*A frequência dos traços divergentes face ao PE das leituras efetuadas pelos jornalistas da TPA é baixa, não justificando a discriminação de que se sentem alvo*), dado que, conforme o fenómeno, há percentagem alta ou baixa de formas não padrão na VPC.

É de realçar que os dados foram obtidos num ambiente de discurso formal, cuidado e, sobretudo, jornalístico. Se esses dados tivessem sido recolhidos em um ambiente menos formal, obteríamos outros resultados, certamente diferentes dos que encontrámos neste estudo.

b) Quanto aos dados observados nos questionários escritos, respondidos apenas pelos jornalistas, percebeu-se que: (i) 87% de *Sim* contra 13% de *Não* dão conta de que existe juízo de valor negativo por parte dos membros de direção em relação às leituras dos profissionais do Centro de Produção da TPA em Cabinda; (ii) através do resumo das respostas de uma das perguntas, que correspondeu a 100%, percebeu-se que o aspeto gramatical que faz com que alguns jornalistas sejam excluídos das leituras é o *fonético-fonológico*; (iii) a diferença percentual entre 73% de *Sim* e 27% de *Não* permitiu concluir que a grande maioria já foi vítima de exclusão das leituras; (iv) a margem percentual de 80%, permite perceber que os jornalistas que mais se queixam deste tipo de discriminação são do género masculino, maioritário entre os nossos informantes.

c) Em relação aos dados observados nas entrevistas realizadas pelos membros de direção da TPA e jornalistas, percebe-se que: (i) da parte dos membros de direção, existe uma exigência clara de os seus jornalistas de Cabinda não apresentarem uma produção linguística do português com marcas/influências das línguas locais angolanas, do *ibinda*, em particular, mas, sim, uma produção com as características do português padrão europeu, ou seja, as locuções não devem ser aceites tal como são produzidas pelos jornalistas, por estes possuírem um papel modelar

dentro da sociedade Cabindense. Por outro lado, os membros da direção assumem uma posição de diferenciação dos jornalistas da TPA, em função das leituras que estes profissionais do Centro de Produção da TPA em Cabinda são capazes de fazer, tendo por base os resultados de uma formação que foi feita em Luanda, admitindo que alguns, por não terem aprovação nessa formação, ficaram excluídos das leituras; definiram como alvo um padrão de realização próximo do português europeu para leituras, o que nem sempre é atingido pelos jornalistas, que maioritariamente adquiriram o português como L2; (ii) os jornalistas rebateram esse argumento dizendo que essas marcas se devem fazer sentir e ser respeitadas, porque são as que particularizam a fala dos profissionais de Cabinda e melhor servem a inteligibilidade dos seus ouvintes. O facto expresso neste parágrafo permite confirmar a hipótese 3 (*Os fenómenos da variação linguística observados nas entrevistas analisadas são avaliados negativamente pelos membros de direção da TPA*) levantada neste trabalho.

Enquanto investigadores desta tese e parte da equipa dos profissionais do Centro de Produção da TPA em Cabinda, percebemos a ansiedade que estes jornalistas têm por quererem ler as notícias que escrevem e não o poderem fazer. Todavia, compreendemos também, no actual contexto, em que o português padrão em Angola é o europeu, a posição dos membros da direção, dado que: (i) têm a responsabilidade de fazer com que a TPA seja um meio de difundir o português padrão, como língua de união de todos os falantes em Angola; (ii) têm a obrigação/responsabilidade de avaliar a produção dos jornalistas, na medida em que esta chega a todos os telespectadores que os ouvem em Angola e não só.

Para terminar, esperamos que o nosso trabalho de investigação contribua para um melhor conhecimento do fenómeno de variação da língua portuguesa em Angola, em particular na província de Cabinda e no Centro de Produção da TPA em Cabinda, pois acreditamos que só um melhor conhecimento do fenómeno da variação poderá promover a sua aceitação, minimizando a existência de situações de discriminação linguística e permitindo a definição de uma política linguística verdadeiramente pluricêntrica, a qual deverá assumir, por um lado que a presença da variação nas línguas vivas não implica que as variedades não padrão sejam inferiores à variedade padrão, antes mostra a sua vitalidade, e, por outro, que é possível o estabelecimento de

diferentes normas em diferentes variedades, correspondentes aos diversos contextos geográficos e sociolinguísticos em que a língua é utilizada, sem prejuízo da unidade fundamental da língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

- Adriano, P. S. (2015). *A Crise Normativa do Português em Angola: cliticização e regência verbal: que atitude normativa para o professor e o revisor* (1ª edição). Luanda, Angola: Mayamba Editora.
- Bagno, M. (2007). *Preconceito Linguístico, o que é, como se faz* (48ª Edição). São Paulo, Brasil: Loyola.
- Banza, A. P. & Gonçalves, M. F. (2018). *Roteiro de História da Língua Portuguesa*. Cátedra UNESCO, Universidade de Évora, Portugal.
- Banza, A. P. (2014). O Português em Angola: Uma Questão de Política Linguística”. In Fiéis, Alexandra et alii (2014), *O Universal e o Particular*. Lisboa: Colibri. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/16291>.
- Cambuta, J. (2014). *A Formação de Verbos no Português de Angola: para um estudo comparativo entre o Português Europeu e o Português de Angola*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Castilho, A.T. (2002). Variação Dialectal e Ensino Institucionalizado da Língua Portuguesa. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da Norma* (1ª edição). São Paulo, Brasil: Loyola.
- Chavagne, J. P. (2005). *La Langue Portugaise d'Angola: Etude des Écarts par Rapport à la Norme Européenne du portugais*. (Unpublished doctoral dissertation). Lyon, France: Université Lumière Lyon 2, Faculté de Langues.
- Chicuna, A. M. (2018). *Portuguesismos nas Línguas Bantu: para um dicionário Português-Kiyombe* (3ª edição). Lisboa, Portugal: Edições Colibri.
- Clyne, M. (1992). *Pluricentric Languages: differing norms in diferente nations*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Coelho, S. (1999). *Angola: História e Estórias da Informação*. Luanda, Angola: Ed. Executive Center.
- Costa, A. F. (2006). *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola: para uma análise diferencial*. Luanda, Angola: Universidade Católica de Angola.
- Costa, T. (2013). *Os Empréstimos das Línguas Bantu no Português Falado em Angola: Um Estudo Lexicológico da Variante Angolana* (1ª Edição). Luanda, Angola.

- Costa, T. (2015). *Umbundismos no Português de Angola: Proposta de um dicionário de umbundismo*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Cunha, C. & Cintra, L. (2014). *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (21ª edição). Lisboa, Portugal: João Sá da Costa.
- Fernandes, J. & Ntongo, Z. (2002). *Angola: Povos e Línguas*. Luanda, Angola: Nzila Editora.
- Freitas, J. F., Rodrigues, C., Costa, T. & Castelo, A. (2012). *Os Sons que Estão Dentro das Palavras: Descrição e implicações para o ensino do português como língua materna*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri e Associação de Professores de Português.
- Gonçalves, P. (2010). *A Génese do Português de Moçambique* (1ª edição). Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A.
- Inverno, L. (2018). Angolan Portuguese. In López, L. Á., Gonçalves, P. & Avelar, J. O. (eds). *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil* (pp. 110-133), Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, *Issues in Hispanic and Lusophone Linguistics* 20.
- Leiria, I. (1999). *Português Língua Segunda e Língua Estrangeira: Investigação e ensino*. Lisboa, Portugal: Departamento de Linguística Geral e Românica da Universidade de Lisboa: Disponível em: <http://cvc.instituto-pt/idiomatico/03/portuguesLSeLE.pdf>.
- Leite, M. Q. (2017). *Preconceito e Intolerância na Linguagem* (2ª Edição). São Paulo, Brasil: Coleção Linguagem & Ensino - Editora Contexto.
- Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª Edição). São Paulo, Brasil: Editora Atlas, S.A.
- Marques, I. G. (1983). Algumas Considerações sobre a Problemática Linguística em Angola. In: Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo (Actas, vol. I, 2ª ed.). Lisboa, Portugal: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Marques, J. F. M. (2015). *Os Militares e o Processo de Descolonização Portuguesa em África*. Portugal: Instituto de Estudos Superiores Militares, Curso de Estado Maior Conjunto. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/17417/1/TII%20%20Os%20militares%20e%20o%20processo%20de%20descoloniza%C3%A7%C3%A3o%20portuguesa%20de%20%C3%81frica%20%28final%29.pdf>.
- Martinet, A. (1985). *Elementos de Linguística Geral*. Lisboa, Portugal: Sá da Costa.

- Martins, J. (1972). *Cabindas: história, crença, usos e costumes*. Cabinda, Angola: Comissão de Turismo da Câmara Municipal de Cabinda.
- Mateus, M. H. M. & Andrade, E. (2000). *The Phonology of Portuguese*. Oxford: University Press.
- Mateus, M. H. M. & Carneira, E. (2007). *Norma e Variação: O essencial sobre Língua Portuguesa*. Luanda, Angola: Editorial Nzila.
- Mateus, M. H. M. & Nascimento, F. B. (2005). *A Língua Portuguesa em Mudança*. Lisboa, Portugal: Editorial Caminho, SA.
- Mateus, M. H. M. (2007). A Contribuição do Estudo dos Sons para a Aprendizagem da Língua. Texto apresentado no 7º Encontro Nacional da Associação de Professores de Português: Saber Ouvir/Saber falar, Coimbra-Portugal. Disponível em: <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2007-mhmateus-congresso7-app.pdf>.
- Mateus, M. H. M. et al. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa* (6ª edição). Lisboa, Portugal: Editorial Caminho, SA.
- Mateus, M. H. M., Falé, I. & Freitas, M. J. (2005). *Fonética e Fonologia do Português*. Lisboa-Portugal: Universidade Aberta.
- Mazunga, J. S. (2015). *Dicionário de Verbos: Português – Ibinda* (1ª Edição). Cabinda, Angola: Diocese de Cabinda.
- Mendes, B. C. (1985). *Contributo para o Estudo da Língua Portuguesa em Angola*. Lisboa, Portugal: Instituto de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Miguel, M. H. (2014). *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda* (1ª Edição). Luanda, Angola: Mayamba Editora.
- Milando, J. (2013). *Desenvolvimento e Resiliência Social em África: Dinâmicas Rurais de Cabinda* (1ª Edição). Luanda, Angola: Mayamba Editora.
- Mingas, A. (2000). *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*. Luanda, Angola: Edições Chá de Caxinde.
- Mingas, A. (2002). O Ensino da Língua Portuguesa no Contexto de Angola. In: Mira Mateus (ed.) *Uma Política da Língua para o Português*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri.
- Muhr, R. (Ed.) (2012). Non-dominant Varieties of Pluricentric Languages Getting the Picture. In Memory of Michael Clyne. In collaboration with Catrin Norrby, Leo Kretzenbacher, Carla Amorós Negre. Frankfurt a.M./Wien. Peter Lang Verlag.

- Nascimento, M. F. B. do (2002). *O Lugar do Corpus na Investigação Linguística*. In: Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa, Portugal: APL (601-605).
- Neto, C. G. (2009). *O Perfil Linguístico e Comunicativo dos Alunos da Escola de Formação de Professores Garcia Neto - Luanda, Angola*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal.
- Obenga, T. (1985). *Les Bantu: langue – Peuples et Civilisations*. France: Présence Africaine.
- Peres, J. A. & Mória, T. (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa, Portugal: Editorial Caminho, SA.
- Poutignat, P. & Streiff-Fenart, J. (1995). *Teorias da Etnicidade*. Editora Afiliada: Associação Brasileira de Editores Universitários. Rio de Janeiro, Brasil.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. de (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico (2ª edição)*. Rio Grande do Sul, Brasil: Novo Hamburgo.
- Quiala, M. B. (2013). *Longoka Kikongo: Aprenda Kikongo (1ª Edição)*. Luanda-Angola: Mayamba Editora.
- Quivuna, M. (2013). *Lexicologia Aplicada ao Ensino do Léxico em Português Língua Não Materna: Estudo de caso na escola do 2º Ciclo da cidade do Wizi*. Tese de Doutoramento em Linguística apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Raposo, E. B. P., et. al. (2013). *Gramática do Português (Vol. I)*. Coimbra, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rego, S. V. (2012). *Descrição Sistémico-Funcional da Gramática do Modo Oracional das Orações em Nyungwe*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal.
- Reis, F. L. dos (2018). *Investigação Científica e Trabalhos Académicos - Guia Prático (1ª edição)*. Lisboa, Portugal: Edições Silabo, Lda. 1ª Edição.
- Rennicke, I. (2016). Representação Fonológica dos Róticos do Português Brasileiro: Uma abordagem à base de exemplos. Belo Horizonte, Brasil: SCRIPA, v.20, n. 38, p. 70-79.
- Reto, L. A., Machado, F. L. & Esperança, J. P. (2018). *Novo Atlas da Língua Portuguesa. New Atlas of the Portuguese Language (2ª edição)*. Lisboa, Portugal.

- Rodrigues, C. (2003). *Lisboa e Braga: Fonologia e Variação*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Rodrigues, S. (2015). *Caracterização Acústica das Consoantes Líquidas do Português Europeu*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, Portugal.
- Santos, F. M. (2017). *Contribuições Léxico-Semânticas para o Português Angolano: Um estudo antroponímico na província de Benguela*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Évora, Portugal.
- Scherre, M. M. (2005). *Doa-se Lindos Filhotes de Poodle: Variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo, Brasil: Parábola Editorial.
- Undolo, M. (2016). *A Norma do Português em Angola: Subsídios para o seu estudo*. Caxito, Angola: ESP-Bengo (Escola Superior Pedagógica do Bengo).
- Vigário, M. (2003). *The Prosodic Word in European Portuguese*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Xavier, M. F. & Mateus, M. H. M. (2007). *Dicionário de Termos Linguísticos*. Lisboa, Portugal.
- Zau, D. G. (2011). *A Língua Portuguesa em Angola: Um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Beira Interior, Portugal.

Outros documentos

- Assembleia Nacional (2001). *Lei de Bases do Sistema de Educação da República de Angola*. Luanda, Angola.
- Assembleia Nacional (2010). *Constituição da República de Angola (3ª versão)*. EN-EP, Luanda, Angola.
- Assembleia Nacional (2011). *Projecto de Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais: Relatório*. Luanda, Angola: Ministério da Cultura da República de Angola.
- Censo 2014 (2016). *Recenseamento Geral da População e Habitação: Resultados Definitivos*. Luanda, Angola: Instituto Nacional de Estatística, Governo de Angola.
- <https://www.google.com/search?q=imagens+de+bakamas+de+Cabinda>, consultado aos 18 de março de 2019.
- https://us.search.yahoo.com/yhs/search?hspart=comodo&hsimp=yhscom_chrome&type=33010001006_10.1.0.6474_i_ds_sp&p=Plano+deDesenvolvimento+da+Pr

ov%C3%ADncia+de+Cabinda+2013+%E2%80%93+2017%2C+pp.31-32%2C+Junho+de+2013, consultado aos 11 de maio de 2018.

<https://www.google.com/search?q=imagens+de+bakamas+de+cabinda>, consultado aos 6 de abril de 2018.

<https://angorussia.com/noticias/tpa-celebra-43o-aniversario>, consultado aos 25 de Setembro de 2018.

<https://www.google.com/search?q=logotipos+da+tpa&tbm>, consultado aos 21 de janeiro de 2018.

<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/index.html>, consultado aos 10 de dezembro de 2018.

ANEXOS

Anexo I - Transcrição ortográfica dos textos lidos pelos jornalistas

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

A congregação das irmãs de São José de Cluny em Lândana, município do Cacongo em Cabinda foi fundada em 1883 por missionárias francesas. Há cento e trinta e cinco anos que trabalha na propagação do evangelho e na prestação de acções de solidariedade às comunidades. Além da escola missionária aberta para o público interessado, a congregação oferece cursos de pastelaria, culinária, língua inglesa e informática. No seu interior existe um internato que acolhe crianças órfãs e desfavorecidas. Sara da Conceição é uma delas. Veio da província do Cunene há seis anos. SOM...

Entretanto, no internato há muito que a vida deixou de sorrir para a Sara e suas colegas. As dificuldades são de toda a natureza. A irmã superior relata que por falta de alimentação, o internato com capacidade para cem crianças alberga actualmente 20. SOM....

No passado, o internato era apoiado por uma empresa petrolífera. Essa deixou de ajudar alegando a crise económica. Por isso a missionária clama por ajuda de pessoas colectivas e singulares para o sustento do projecto. A não acontecer, o internato será a primeira área da missão feminina a fechar as portas. SOM....

Internato das irmãs de São José de Cluny em Lândana pode fechar as portas por falta de comida.

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

Os meses de Fevereiro e Março, foram de alguma turbulência para as populações de Cabinda. Marginais, tidos pela polícia Nacional como altamente perigosos, tiraram a vida com arma de fogo, a dois cidadãos nos bairros Cabassango e Buco-ngoio e ainda violaram jovens sob ameaça também de arma de fogo.

Face as reclamações da população por causa da insegurança, a polícia nacional investigou e os caminhos levaram ao desmantelamento de uma rede de fornecedores de armas de fogo, aos marginais.

António Agostinho conhecido por “Cabucado” suposto efectivo das forças armadas angolanas em Cabinda, é acusado de ser um dos fornecedores de armas aos meliantes. SOM....

O caso é esclarecido numa altura em que os órgãos que intervêm na administração da justiça, testemunham os trinta e nove anos da PGR.

O Subprocurador Geral da República em Cabinda, António Nito apelou ao encerramento da semana da legalidade, ao espírito de denúncia tendo referenciado existirem casos de corrupção que brevemente virão à tona. SOM....

Crimes como branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo são punidos nos termos da lei, até aos 24 anos de prisão. O vice-governador para a área política e social, que presidiu ao encerramento, disse que as denúncias em muito vão ajudar a sociedade e as autoridades policiais e judiciais, a esclarecerem os crimes. SOM....

A detenção da rede que realizava assaltos à mão armada e fornecia armas aos marginais em Cabinda, marca a semana da legalidade na província.

Texto 3 – Autarquias locais: campanha de sensibilização

Eleições autárquicas, o assunto do momento para o desenvolvimento das comunidades. Todas as forças vivas da nação, são chamadas a contribuir para o êxito do processo. As igrejas como parceiras do Governo não fogem à regra. A IEBA, Igreja Evangélica Baptista em Angola, já trabalha na sensibilização da população sobre a importância das autarquias locais. Garantiu o secretário geral e representante legal da congregação religiosa, a saída da audiência concedida pelo Governador de Cabinda, Eugénio Laborinho. SOM....

Em trânsito para a cidade de Ponta Negra República do Congo Brazzaville, para o cumprimento de mais uma missão pastoral, o Reverendo Mbungo David falou do desenvolvimento da província, fruto da paz efectiva em todo o país. SOM....

A Igreja Evangélica Baptista em Angola, também quer contribuir no desenvolvimento da província, nos sectores da educação e saúde. SOM....

A província de Cabinda, pode contar nos próximos dias com unidades sanitárias e escolas construídas, pela igreja Evangélica Baptista em Angola.

Texto 4 - Deputados da UNITA falam da vida socioeconómica de Cabinda

No quadro das visitas de controlo e fiscalização dos programas sociais, o grupo parlamentar da UNITA círculo de Cabinda, visitou os quatro municípios da província.

No Belize, os deputados constataram a realidade dos sectores da saúde, educação e outras obras públicas. Os políticos, não gostaram do que viram. SOM....

Buco Zau está sem luz eléctrica há três meses. O facto está a dificultar a vida das populações. SOM....

No Cacongo, a delegação da UNITA mostrou-se constrangida com o desabamento do edifício da Igreja católica. Por ser património cultural, a sua manutenção e preservação deve ser preocupação de todos. SOM....

Cabinda, município sede, congrega maior densidade populacional e mais serviços. Os deputados incentivam a execução de mais projectos para o bem das populações. SOM....

Raúl Danda, chefe do grupo parlamentar da UNITA para a província de Cabinda, orientou ainda uma palestra sobre as autarquias locais. SOM....

Os deputados da UNITA, regressam a Luanda, e levam as preocupações da província ao parlamento para discussões e possíveis soluções.

Texto 5 – Girabola zap 2018: Sporting de Cabinda vence Recreativo do Libolo da Lunda-sul

Nem a febre do mundial de futebol, impediu que o público se apresentasse em massa nas bancadas do estádio municipal do Tafe. Sporting de Cabinda e Recreativo do Libolo, realizaram uma boa partida.

A turma verde e branca, que jogou na condição de visitada, entrou tímida, tendo entregado o domínio dos primeiros 20 minutos, à turma que viajou de Calulu, província do Kwanza-sul.

Mas a ascensão do Libolo, na partida, foi sol de pouca dura. Os leões do Norte, inverteram o rumo dos acontecimentos e chegaram ao golo aos 26 minutos iniciais por intermédio de Owen. O cruzamento de Nani, foi perfeito, concluído com o magnífico cabeceamento do ataque da equipa de Emena Kwanzambi.

Depois do 1 – 0, o Libolo, procurou correr atrás do prejuízo, mas foi pouco eficaz na concretização das oportunidades obtidas. E porque quem não marca sofre, o Sporting, elevou o placar numa jogada de insistência. O também reforço Jó, teve a frieza necessária para fazer o 2 – 0 para a sua formação, decorridos 45 minutos da primeira metade.

No reatamento, o Recreativo do Libolo, subiu as linhas. Infelizmente o Sporting, fechou-se na sua zona mais recuada, muito bem comandada pelos defesas, Simão, Tchingani e Naní.

Mesmo com a turma forasteira a enveredar pelo futebol ofensivo, foi sempre o Sporting, quem esteve melhor na contenda. Só não ganhou por muito mais, porque os seus atacantes desperdiçaram enormes oportunidades. 2 – 0 Foi o resultado final, da partida ajuizada pelo internacional, Pedro dos Santos. SOM....

Com esta vitória o Sporting de Cabinda, totaliza 25 pontos e ocupa um dos lugares mais cómodos no meio da tabela de classificação do Girabola-Zap 2018.

Texto 6 – Saúde: abertura da campanha de vacinação contra o sarampo

Sarampo é uma doença infecto contagiosa causada por um vírus chamado morbilivírus. A transmissão é directamente de pessoa a pessoa, por meio das secreções do nariz e da boca expelidas pelo doente ao tossir, respirar ou falar. Nos últimos anos a província de Cabinda foi assolada com surtos de sarampo causando vários óbitos principalmente nas crianças menores de cinco anos de idade. SOM....

A esperança de vida ao nascer é o primeiro compromisso assumido pelo executivo angolano no quadro dos onze para com a criança. Esta linha de estratégia eleva a criança como prioridade absoluta.

Por isto, foram lançadas várias campanhas de sensibilização e vacinação contra o sarampo em todo o país. Gracias a estas campanhas a situação epidemiológica do sarampo na província de Cabinda tem estado a diminuir consideravelmente. SOM....

Através do sector da saúde e parceiros, o governo de Cabinda pretende atingir a meta de nenhum caso do sarampo na província. Na presente campanha aberta oficialmente pela governadora da província, prevê-se vacinar mais de cento e oitenta mil crianças nos quatro municípios. Dai que a governante apelou aos técnicos de saúde a redobrem os esforços para que esta cifra seja atingida. Para tal, Aldina da Lomba Catembo, exortou também aos pais e encarregados de educação a levarem as crianças aos postos de vacinação. SOM....

Cerca de duzentas e trinta equipas foram criadas em Cabinda que vão durante catorze dias administrar as vacinas contra sarampo, poliomielite e vitamina A as crianças de zero a menores de dez anos de idade. As equipas vão deslocar-se porta a porta e terão outras fixas nas casas dos coordenadores dos bairros e nas unidades sanitárias da província de Cabinda.

Texto 7 – PGR: apresentação do novo Delegado provincial

Cabinda, conta a partir de agora com um novo Subprocurador Geral da República. Luís Ferreira Benza Zenga é quadro ligado a jurisprudência a mais de quinze anos e foi apresentado pelo Procurador Geral da República Hélder Pita Groz. SOM....

Durante a sua apresentação aos quadros da procuradoria, o novo titular da PGR em Cabinda, falou das principais linhas de acção do seu mandato. SOM....

Benza Zenga, substitui assim do cargo António Nito.

Para além de apresentar o novo Subprocurador Geral da República em Cabinda, Procurador Geral da República Hélder Pita Groz, manteve um encontro de cortesia com o Governador Eugénio Laborinho, visitou a PGR e reuniu-se com a classe de magistrados.

Observação:

É de notar que os locutores 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 15 só leram 6 textos, nomeadamente os textos 1, 2, 3, 4, 5 e 6, enquanto que os outros locutores leram os textos de maneira aleatória, ou seja, o locutor 2 leu os textos 1, 2, 3 e 7, o locutor 3 leu os textos 1, 2, 3 e 4, o locutor 11 leu os textos 1, 2, 3, 5 e 6, e, por último, o locutor 14 leu os textos 1, 2, 3, 4, 5 e 7.

Anexo II - Transcrição Fonética dos textos lidos por cada jornalista

1º Locutor

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

[akõgrigə'sẽwðezir'mẽzdi'sẽwzu'zediklu'niẽ'lẽdɛnɛ|muni'sipjudika'kõguẽjke'bĩdɛ|
'fojfu'dadɛẽj'milojtu'sɛtuzjoj'tɛtɛi'trɛʃpurmisjo'narjɛʃfrɛ'sezɛj||asɛtui'trĩtɛi'sĩku'ɛnuʃkitrɛ'
baʎɛnɛpropeɣe'sẽwðwivẽ'zɛʎuineprijtɛ'sẽwðjɛ'sõjzdisulidɛrjɛ'diãʃkumuni'dadʃ||a'lẽjɛʃk
ɔlɛmisjo'narjɛ'bertɛpɛrɛu'publikuĩtir'i'sadu|ɛkõgrigə'sẽwðfi'risi'kursuzdipaʃtɛ'riɛ|kuli'na
rjɛ||ĩg^waĩ'glezɛiĩfur'matikɛ||nu'sewĩtir'i'ori'ziʃtiũĩtir'naturkɛ'koʎikri'ẽjse'zɔrfɛzidiʃfevorĩ'si
dɛj||sarɛdɛkõsej'sẽw'ɛumɛ'delɛj||vejudepru'vĩsjɛduku'neni'a'sej'zɛnuʃ||]

[ẽritrĩtu|nuĩtir'nat^w|a'mũjtukia'vidɛde'ʃodisu'ɛirpɛ'sarɛisuaʃku'legɛj||ɛzɔdifiku'dad
ʃsẽwðdi'todɛnɛtu'rezɛ||ɛir'mɛsupir'jor|ri'latakɛpur'faltɛdjalimɛtɛ'sẽw|wĩtir'naturkõkɛpesi'dɛ
dipɛrɛ'sẽjkrĩ'ẽsɛʃa'bergatwa'l'mɛti||a'penaʃ'vĩti||]

[nupɛ'sadu|wĩtir'natu'ɛrɛpoj'adupur'umɛɛ'prɛzɛpetro'lifirɛ||ɛʃtɛd'ʃodazu'darali'gɛð
wɛ'kriziku'nõmikɛ||pu'risuɛmisjo'narjɛ'klɛmɛpɛrɛ'zudɛdp'soɛʃkule'tivezisĩgu'larʃpɛrɛusuʃ
'tɛtudupru'zet^w||a'nẽwɛkõti'ser|wĩtir'natusi'rapri'mejrɛ'arjɛdɛmi'sẽwfi'mi'ninɛfi'ʃarɛʃ'pɔɛtɛʃ
||][ĩtir'naturɛzɛir'mẽzdi'sẽzu'zediklu'niẽ'lẽdɛnɛ'podifi'ʃarɛʃ'pɔɛtɛʃpur'faltɛdɛiku'midɛ||]

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

[uʒ'meziʒdiʃvi'rejrui'marsu'forẽwɔja'gumeturbu'lẽsjepereʃpupule'sõʒʒdike'bĩde||
mẽrzi'nẽʃ||'tiduʃpelẽpu'lisjenesju'na'komualte'mẽtipiri'gozuʃti'rarẽwẽ'videkõ'armẽdi'fog
ua'doʃʃside'dẽwɔduz'bajkuʃkẽbe'sẽw|ibukũ'goju|ie'ĩdevjo'larẽw'zovẽʃʃsobe'mjasetẽ'bẽjdi'a
rmẽd'fogu||]

[fãszẽkleme'sõʒʒdepopule'sẽwpu'rkawzedeĩsigu'rẽse|ẽpu'lisjenesju'na'ĩvĩʃti'go
iuʃkẽ'mĩjzi'varẽwẽwɔmẽtele'mẽtudjumẽ'rediidifornese'doriʒdj'armẽzdi'foguẽwɔmẽrzi'
nẽʃ||]

[ẽ'tõnjuẽguʃ'tĩ^w|kũni'sidupurkabu'kadu|su'poʃtuife'tivudeʃ'fõrsezer'madezẽgu'len
ezẽjke'bĩde'|ẽku'zadudi'serũduʃfurnisi'doriʒdi'armẽʃ|awɔmi'ljẽtʃ||]

[u'kazu'eijklari'sidu'numa'tureẽjkiu'zõĩgẽwɔʃkiĩtir'vẽjẽnadiminiʃtre'sẽwdezuʃ'tiseti
ʃti'mũjẽwuʃ'trĩteʃ'no'vẽnuʒde'pe'zẽ'ẽri||]

[usubprõkura'dorzi'raĩdezi'publikeẽke'bĩde|ẽ'tõnju'nitu|ẽpi'lownuẽsire'mẽtudesi'm
anedaligali'dad|awĩʃ'piritudidi'nũsjẽ'tẽdukiĩrẽ'sjaduiziʃ'tirẽj'kazuzdikubup'sẽwkiĩri'vi'mẽ
tĩvi'rẽwẽ'tõnẽ||]

[krimĩʃ'komubrẽkje'mẽtudikẽpi'taʃ|iĩfinẽsie'mẽtuawtiru'rizmu'sẽwpu'niduznuʃ'tẽr
muzde'lej|a'tẽwɔ'vĩti'k^watrw'ẽnuʒdi'pri'zẽw||uvisẽguvĩrẽ'dorpra'arjẽpu'litikeiso'sja|kipri
zi'diwẽwẽsire'mẽtu'disiãzdi'nũsjẽʃ'ẽ'mũjtu'vẽwẽɔu'daresosje'dad|jazawturi'dadiʃpuli'sjaʃ
izudi'sjaʃ|aiʃklõre'serẽjuʃ'krimĩʃ||]

[aditẽ'sẽwde'bedikiĩjali'zavẽ'saʃtuʃ|a'mẽwẽr'made|i'furni'sje'armẽʃ'ẽwɔmẽrzi'najzẽ
jke'bĩde'|markesi'menedaligali'dad|nẽpru'vĩsjẽ||]

Texto 3 – Autarquias locais: campanha de sensibilização

[ẽlej'sõʃʃew'tarkikeʃ|wẽ'sũtudumu'mẽtu'pẽkẽudzẽvõvi'mẽtudeʃkumuni'dadʃ||
'todẽzeʃ'fõrseʒ'viveʒdene'sẽw|sẽwʃe'madezẽkõtri'bwĩrẽrẽu'ezitudupru'sesu||ezi'grẽzeʃ'k
omupẽr'sejrẽzdu'gũ'vẽnu'nẽw'fõzẽjẽ'ẽgrẽ||ẽ'jẽbe|i'grẽzẽvẽ'zẽlikebe'tiʃtẽjẽ'gõle'zatrẽ'ba
ãnesẽsibilize'sẽwdepopule'sẽw'sõbriẽĩpok'tẽsjẽdezawtẽ'kieʒlu'kajʃ|gẽrẽ'tiwsikr'i'tarjuzi'
raĩkiĩri'zẽ'tẽtili'gãdẽkõgrĩgẽ'sẽwĩliʒ'õzẽ|asẽsa'idẽdũ'ẽkõtrukõuguvĩrẽ'dõrdikẽbĩde|ẽw'
zĩnjulebu'ĩjũ||]

[ẽ'trẽzĩtupẽresi'dad'põtẽ'negrẽ|ẽ'publikedu'kõgubrẽzẽ'vĩ|'pẽrẽukũpri'mẽtudi'majz
umemi'sẽwpeʃtu'raʃ|uĩvi'rẽduũ'bũgude'vidife'loɔdudzẽvõvi'mẽtudepru'vĩsjẽ|'frutude'paʃ|e
fe'tivẽẽ'todupa'ĩʃ||]

[aj'grẽzẽvẽ'zẽlikeba'tiʃtẽjẽ'gõletẽ'bẽj'kẽrkõtri'bwĩrnudzẽvõvi'mẽtudepru'vĩsjẽnuj
ʃsi'toriʒdiiduke'sẽwĩsẽ'ud||]

[apru'vĩsjɛdika'bĩdɛ'podkɔ'tarnuʃ'pɾɔsimuz'diɛʃkomuni'dadʃsani'tarjɛʃi'kɔlɛʃkɔʃ'tr
widɛʃpelɛi'grɛzɛivɛ'zɛlikɛba'tiʃtɛɛʃɛ'gɔlɛ||]

Texto 4 - Deputados da UNITA falam da vida socioeconómica de Cabinda

[nu'k^wadrudɛzvi'zitezɔdikɔ'troluifj'kalize'sɛʃwɔduʃ'pɾo'grɛmɛʃsu'sjaɪʃ|u'grupurɛɔlɛm
ɛ'tardɛw'nitɛ|sirkuludikɛ'bĩdɛ|vizi'towʃk^watrumuni'sipjuʒdɛpru'vĩsjɛ||nubi'lizi|uzɔdipu'tad
uʃkɔʃtɛ'tarɛʃwɛkjalidadiʃsɛ'torizɔdɛsɛ'ud|idukɛ'sɛʃwi'jotrɛj'zɔbrɛʃpublikɛʃ||uʃpu'litikuʒ'n
ɛʃwɔguɪʃ'tarɛʃwɔduki'virɛʃw||]

[buku'zawʃ'tasɛʃ'luzi'lɛtrikɛa'trɛz'mɛziʃ||u'faktuiʃ'tɛdifiku'tarɛ'vidɛdɛʃpopulɛ'sɔʃ
||]

[nuke'kɔgu|ɛdiligɛ'sɛʃwɔdɛw'nitɛmoʃ'trowsikɔʃtrɛ'zidɛ'kɔʃdzɛbɛ'mɛtuduidi'fisjudɛj'
grɛzɛkɛ'tɔlikɛ||pur'sɛrɛpɛtri'monjukuʃtu'raʃ|a'suɛmɛnutɛ'sɛʃwɔipɾizivɛ'sɛʃwɔ'dɛvi'sɛrɛrjɔkup
ɛ'sɛʃwɔdi'toduʃ||]

[kɛ'bĩdɛ|muni'sipju'sɛd|kɔʃgrɛgɛmɛj'ɔrdɛsi'dadi'populɛsju'naʃ|i'majʃsɪr'visuʃ||uzɔdip
u'taduʃisɛʃ'tivɛʃwɛiziku'sɛʃwɔdi'majʃpɾu'zɛtuʃ'pɛrɛu'bɛʃdɛʃpopulɛ'sɔʃ||]

[rɛ'uʃ'dɛdɛ|ʃɛfdu'grupurɛlɛ'mɛtardɛw'nitɛ'pɛrɛpru'vĩsjadika'bĩdɛ|ɔrjɛ'towɛ'ɪdɛu
mɛpɛ'lɛʃtrɛ'sɔbrɪawtɛr'kiɛzlu'kajʃ||]

[uzɔdipu'taduzɔdaw'nitɛkɪ'grɛsɛʃwɔ'lwɛdɛi'lɛvɛʃwɛʃpɾjɔkupɛ'sɔʃʒdɛpru'vĩsjawpaɔlɛ'
mɛtu'pɛrɛdiʃku'sɔzipo'sivɛʃsolu'sɔʃ||]

Texto 5 – Girabola zap 2018: Sporting de Cabinda vence recreativo do Libolo da Lunda-sul

[nɛʃɛ'fɛbridumũ'djaʃdɪfuti'bɔʃ|ɪpɪ'diwkuu'publikusjɛprizɛ'tasiɛʃ'masɛnɛzɔbɛ'kadɛzduʃ'ta
djumunisi'paʃdu'taf||s'pɔkɪtɪgdikɛ'bĩdɛi'ɪkɪrɛ'tivuduli'bolurjaʃi'zarɛʃwɔumɛ'boɛpɛk'tidɛ||]

[a'turɛv'vɪkɪdi'brɛkɛ|kɪzɔ'gonɛkɔdi'sɛʃwɔdivizi'tadɛ|ɛ'tro'timidɛ|tɛdɛɛtri'gadu'minju
duʃpɾi'mɛjɾuz'vɪtimi'nutuʃ|a'turɛkɪvɛ'zɔdikɛ'lulu|pɾo'vĩsjɛdu'k^wɛzɛ'suʃ||]

[majʃaajʃsɛʃ'sɛʃwɔduli'bolu|nɛpɛɔ'tidɛ|foj'sɔdɪ'pokɛ'durɛ||uz'liɔzdu'nɔkɪvɪvɪ'tɛrɛʃw
u'rumuduzakɔtsi'mɛtuʃ|iʃi'garɛʃwɛw'goluwɔz'vɪti'sɛjzmi'nutuzini'sjaɪʃpɾɪtir'mɛdjɪdi'ɔwɛ
n||ukɾuzɛ'mɛtudinɛ'ni'fojɪr'fɛjtu|kɔ'klwidukɔʃmɛg'niki'fukɛbisjɛ'mɛtuduɛ'takidɛi'kipɛdi'e
mi'nak^wɛ^mzɛbi||]

[di'pozdu'ũ'zɛru|uli'bolu|pɾoku'rowku'rɪra'trazɔdupɾɛ'zɔwizu|majʃfoj'pokui'fi'kajzɛk
ɔkɾitizɛ'sɛʃwɔdɛzɔpɔkɪtuni'dadzɔbi'tidɛʃ||ipurki'kɛʃnɛʃwɔ'markɛ'sɔfrɪ|us'pɔkɪtɪgɪli'voupla'kar'
numɛzɔ'gadɛdi'isiʃ'tɛʃsɛʃ||utɛ'bɛʃri'forsu'zɔ|tɛvɛ'frjɛzɛnisi'sarjɛ'pɛrɛfɛ'zɛru'dojʒ'zɛrupɛrɛs
wɛfurɛmɛ'sɛʃwɔ|dɪku'riduʃk^wɛ'rɛtɛi'sɪkumi'nutuzɔdɛpɾi'mɛjɾɛmɛ'tad||]

[nurjete'mētu|urikrje'tivuduli'bolu|su'biwəz'liŋje]'tēdukōzu'gadəz|ējvōl'vējtij|prok
u'radufi'garəw'gōlu||ifiliz'mēt|us'pōwtigfe'fōwsnəswe'zōnə'majzri'kwade'mūjtu'bējkomē'd
adə'peluzdi'fezəfsi'mēw|tʃi'gani|ina'ni||]

[mezmukoa'turməfurej'tejrēviri'darpilufuti'bōlōfēj'sivu|fōj'sēprius'pōwtig'kēj'tev
ime'ʎōmakō'tēdē|sō'nēw'gē'jōwpur'mūjtu'maj'purkiuj'sewzete'kētizdi'pikdi'sarēw'i'nōrm
ijōpōwtuni'dadij||'doj'zēru'fōjuwizu'tadufi'nałdēpək'tidēzwi'zadēpeluītirnesjo'nał'pedrudu
jj'sētufj|]

[kō'ɛstəvi'tōrjə|us'pōwtigdi'kē'bīdētote'lize'vīti'sīku'pōtu|io'kupēūduzlu'gariz'maj'
komuduznu'mejudete'bēlēdiklēsifikē'tivaduzire'bōlē'zapī'dojz'milidi'zōjtu||]

Texto 6 – Saúde: abertura da campanha de vacinação contra o sarampo

[sə'rēpu'ɛ'uməd'wēsəkōte'zjōzəkəw'zadepurū'viruʃe'madumorbili'viruʃ||atrēzmi'sē
w'edirete'mētidi'pī'soepi'soē|pur'mejudeʃsekre'sōjzduna'rizidē'bokəʃpeli'didēj|]

[serkədīdu'zētēzi'trīte'i'kipəʃ'forēw'kri'adēzēj'kē'bīdēki'vēw'du'rētiket'orzi'diēʃēdim
iniʃ'trarezve'sinēʃ'kōtresē'rēpu|pōliomje'lit|ivite'minē'akri'ēšezdu'zēruami'nōrizdi|]

2º Locutor

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

[əkōgrige'sēw'dezir'mējzdi'sēzu'zediklu'niē'lēdene|muni'sipjuduka'kōgu|foj'fū'dad
eē'milojtu'sētuzioj'tētēi'treʃpurmisju'narjeʃfrē'sezəʃ||'a'sētwi'trītej'si'ku'ēnuʃkitre'baʎenep
opege'sēw'dwi'vē'zēʎuinepreʃte'sēw'da'sōjzdisulidarje'dad'əʃkumuni'dadʃ||a'lēdēʃ'kōlēm
isj
o'narjea'bertepereu'publikuītiri'sadu|əkōgrige'sēw'ofī'resikursuzdipeʃtīle'riē|kuli'narje|līg^w
aī'glezeiifur'matikē||nu'sewītir'iori'zifitūītir'naturkje'kōʎi'krjēse'zōr'fēzid'fēvuri'sidēʃ||sare
dēkōsej'sēw'ɛ'umə'delēʃ||vējudepru'vīsje'duku'nenie'sej'zēnuʃ|]

[ētri'tētū|nwi'tir'natu'a'mūjtukie'vidēdej'fowdisu'rirpere'sareiswafku'legeʃ||aʃfikul'd
adʃ'sēw'di'tōdenetu'reze|eir'mēsupir'jori'latēkipur'fałtdialimēte'sēw|uītir'natukōkēpesi'dēd
ipere'sēj'kri'ējseʃał'bergetwsał'mētē'penēz'vīt|]

[nupē'sadu|uītir'natu'erepo'jadupur'umēē'prezēpitru'lifire||ɛstēdej'fowdēzu'daraʃi'g
ēdu'kriziiku'nōmike||pu'risuemisjo'narje'klamēpure'zudēdipi'soēʃkule'tivezisigu'larij|pere
usuʃ'tētudupru'zētu|e'nēw'ekōti'ser|uītir'natusi'rapri'mejre'ariēdemi'sēw'fimi'ninafi'fareʃ'pō
rteʃ|][itir'natudazir'mējzdi'sēw'zu'zediklu'niē'lēdene'podif'fareʃ'pōrteʃpur'fałtdalimēte'sēw|]

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

[uz'mezizdi'fiv'rejru'i'marsu'forēw'diā'gumētrubu'lēsjeperēʃpopule'sōjzdi'kē'bīdē||
mērczi'nējj|'tiduʃpīlēpu'lisjenesju'nał'komuałte'mētpiri'gozuʃ'ti'rarēw'e'videkō'armēdi'fogu

e'dojfsidē'dēw̃zduz' bajru|kēbe'sēwibūkū'gojui'īdevjo'larēw̃'zovēj'sobe'mjasetē'bēj'djarme
dī'fogu||]

[fasezɪklemə'sōjzdepopule'sēw̃pur'kawzēdaīsigu'rēse|epu'lisjenesju'nał|īvī|'tiw'j
u|kē'mījnuzī'varēw̃ēwdz mētilē'mētudjume'redīfurnisi'dorizdi'arme3di'foguawzmerzi'nejf
||]

[ē'tonjuēgu|'tījukūji'sidupurukabu'kadu|su'poftife'tiv^wdē|'forsēzer'madēzēgu'lanēf
|ēj|kē'bīdē|'ēku'zadud'serūdu|furnisi'dorizdi'arme|awz mīli'ēt|]

[u'kazu'ε|k|l|e|r|'sidu'numa|'tureējkiu'zorgēw̃|k|ī|t|ī|'vējēnēdmini|f|t|rē'sēw̃dēzū|'tisete|f
tī'mūjēw̃u|'t|ī|t|ī'|n|o|v'|ēnuzde'pe'ze'ε|j|]

[u|subprokure'dorzi'ra|dare'publikeēj|kē'bīdē|ē'tonju'ni|tu|ap|'lonuēsire'mētudēsi'ma
nēdaligali'dadi|ēwī|'p|iritudidi'nūsje'tēduri|f|rē'sjaduizī|'t|irēj|kazu3dikurup'sēw̃kibrevi'mēt|
vi'rēwa'tone|]

['krimi|'komubrēk|je'mēt^wdkēpi'taj|f|inēse'mētawtīru'rizmu'sēw̃pu'niduznu|'termu
zde'lej|ē'teawz'vīti'k^watrw'ēn^wzdpri'zēw̃||u|visēguvīrne'dorpra'arjēpu'litikeisu'sja|k|iprizi'di
wawēsire'mētul'disīazdi'nūsje|ē'mūjtu'vēw̃ēzu'daresusje'dad|jazawturi'dadi|puli'sjajzizud
i'sjai|f|k|l|e|r|'serēu|'krimi|f|]

[ēditē'sēw̃dē'redīkirjali'zava'sa|tuzē'mēw̃ēr'madēfurni'sie'arme|f|ēwzmerzi'naj|f|kē'
bīdē|'markēsi'mēnaligali'dad|nēpru'vīsje|]

Texto 3 – Autarquias locais: campanha de sensibilização

[ilej'sōzaw'tarkike|j|uē'sūtudumu'mētū'pērēudzēvo|vi'mētude|kumuni'dad|f|'tode|f|f
orzejz'vivezde'ne'sēw̃'sēw̃|fē'madē|f|ēkōtri'bwirpēre'ezitudupru'sesu||ēzi'grezē|'komupēr's
ejrēzdu'gū'vernu'nēw̃'fozējē'regrē||ē|jēbē|i'grezēivē'zēlikebē'ti|f|tējē'gōlē|'zatre'ba|λēnesēsib
lize'sēw̃dēpupule'sēw̃'sobreīpur'tēsje'dezawtēr'kiezlu'kaj|f|gērē'tiwsikri'tarjuzi'ra|'iriprizē't
ētīlī'ga|dēkōgrige'sēw̃rīli'zjozēzēwse'irduguvīrne'dordike'bīdē|ēw'zenjulabu'rījnu|]

[ēj'trēsitupēresi'dadi'pōtē'negrē|rī'publikedu'kōgubrazē'vi|pērēukūpri'mētū'majzu
memi'sēw̃pē|to'ra|u|vī'rēdū'būgudē'vidīfē'lod^wdzēvō|vi'mētudēpru'vīsje|'frutudē'pazife'tiv
ēē'todupē'ij|]

[ēi'grezēvē'zēlikebē'ti|f|tēē'gōlētē'bēj'kerkōtri'bwirnudzēvō|vi'mēt^wdēpro'vīsje|'se'tori
zdeiduke'sēw̃ise'ud|]

[apru'vīsje|dike'bīdē'podīkō'tarnu|'p|rosimuz'diē|komuni'dadijseni'tarjē|j|'kōlē|kō
|f|trwidē|p|lēi'grezēvē'zēlikebē'ti|f|tējē'gōlē|]

Texto 7 – PGR: apresentação do novo Delegado provincial

[kə'bīde'kōtəpər'tirdjə'gōrəkōū'novusubprōkure'dorzi'raḷdərī'publikə||lu'ijfī'rējre'b
ēzə'zēgə'ε'k^wadrulī'gaduazur'pru'dēsje'a'majzdi'kīzj'enuj|i'fojəprizē'tadupeluprōkure'dorz
i'raḷdərī'publikə'elder'pitra'grɔj||]

[du'rētə'suaprizētə'sēwēw'k^wadrudzaprōkurdu'riə|u'novutitu'larde'pe'ze'eriējkə'bī
dfe'lodejprīsi'pajz'lijnəzde'sēwdu'sewmē'datu||]

[bēzə'zēgəsujtitu'iwe'sīdu'karguē'tənju'nitu||]

[prə'lējdaprizē'taru'novusubprōkure'dorzi'raḷdərī'publikəēkə'bīde|uprōkure'dorze'r
aḷdərī'publikə'elder'pitra'grɔj|mē'tevīūē'kōtrudikurti'ziəkōuguvimə'dōriw'zənjuləbu'rīju|
vizi'towə'pe'ze'eriiriw'niwkōē'klasidimēzi'f'radu||]

3º Locutor

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

[akōgrigə'sēwdezir'mēzdi'sēwzu'zediklu'niē'lēdene|muni'sipjudika'kūguēkə'bīde|
fojfü'dadeē'miōjtu'sētuzioj'tētēi'tre'fjurmisju'narjə'frē'sezej||a'sētwi'trītēj'sīku'ēnu'kitrə'b
aḷenaprupəgə'sēwduivē'ze'luineprijtə'sēwdie'sōjzdisolidarje'dada'ajkumuni'daɟj||a'lējdəj'
kōləmisju'narjə'bertə'awu'publikuītir'sadu|əkōgrigə'sēwɔf'res'kursuzdipejtilə'rie|kuli'narj
e'līgwaī'glezēiifur'matikə||nu'sewītr'jori'zifitūītir'naturikə'kōlikri'ēsə'zōrfēj'idijfēvuri'side
j||sarədekōsej'sēw'e'umə'deləj||vəjudəpru'vīsjeḍuku'neni'a'sejz'enuj||]

[ētrī'tētū|wītir'natu'e'mūjtukie'vidədi'j'fowdisu'birpərə'sarəiswajku'legəj||ezdifiku'
dadij'sēwdi'todenetu'reze||eir'mēsupir'jorəri'latekipur'faltetədime'te'sēw|wītir'naturikəpə
si'dedipərə'sējkj'ēsəzə'bergetwa' mēte'vīt||]

[nupə'sadu|wītir'natu'erepo'jadupur'umēē'prezəpitru'lifirə||ε'fstedəj'fodəzu'dara'gē
duē'kriziku'nōmikə||pu'risuemisju'narjə'klaməpure'zudədi'p'soə'kole'tivezisīgu'larifj'pərəus
u'f'tētudupru'zetu||p'nēwākōt'ser|wītir'natusi'raepri'mejrə'arjedemi'sēwfimi'ninafi'fərəj'pōrt
e'j||[ītir'naturəzir'mēzdi'sēwzu'zediklu'niē'lēdene'pōdif'fərəj'pōrtə'f'pur'faltetəiku'mide||]

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

[u'z'mezizdifiv'rejri'marsu'forēwda'guməturbu'lēsjeperə'fpopulə'sōzdi'kə'bīde||mər
zi'nəj'f'tiduf'pləpu'lisjenesjo'na'komua'te'mētīpīri'gozuj'ti'rarēwē'vidəkō'armədi'fogua'doj
fside'dēwznu'z'bjaru'kəbē'sēguibukū'gujuie'idevju'larēw'zōvēj'subə'mjasətē'bēj'darmə'ɟ'f
ogu||]

[fasiəz'kikləmē'sōjzdepopulə'sēw'pur'kawzədə'isigu'rēsə'pəpu'lisjenesju'na'fifiti'goi
u'kə'mīnju'zli'varēwēwdizmētīlē'mētudjume'redidifurnisi'dorizdi'arməzdi'foguəwz'mərzi'n
ejj||]

[ɛ'tɔnjueɣuʃ'tɪjrukũɲi'sidupurkɛbu'kadu|su'pɔʃtuife'tivudeʃ'fɔrsɛzɛr'madɛzɛgo'lane
ʃɛkɛ'bĩdɛ|'ɛɛku'zadudi'serũduʃfurnisi'dorz'darmɛʃ'ɛwzmiɭ'ɛt||]

[u'kazu'ɛʃklɛrɛ'sidu'numaɫ'turɛɛkiu'zɔrgɛw̃ʃkĩti'r'vɛʃnɛdminiʃtre'sɛw̃dɛzɔʃ'tisɛtiʃti'
mũɲɛw̃ʃ'trĩtɛi'nɔ'vɛnuzɔpɛ'zɛ'æχ||]

[uʃubprukurɛ'dorz'i'raɫdɛri'publikɛɛʃkɛ'bĩdɛ|ɛ'tɔnju'nitu|ɛpi'lɔnuɛsɪkɛ'mɛtudeʃi'ma
nɛdaligali'dadi|awʃ'pɪritudidi'nũsɲɛ'tɛduʃi'fɛrɛ'sjadueziʃ'tirɛʃ'kazuʒdikoʒup'sɛw̃kibɛvi'mɛt
|vi'rɛw̃a'tɔnɛ||]

['krimiʃ'komubrɛkɲɛ'mɛtudikɛpi'tajʃi'finɛʃɲɛ'mɛtuawtɛu'riʒmu'sɛw̃pu'niduznuʃ'tɛr
muzdɛ'lej|ɛ'tɛawʒ'vĩti'k^w'atru'anuzdĩpri'zɛw̃||u'viseɣu'vɪrɛ'dɔrpɛrɛ'ajɛpu'litikisu'sjaɫ'prizi'
diwawɛsiχɛ'mɛtu|'disiʒdi'nũsɲɛʃ|ɛ'mũjtu'vɛw̃ɛzɔ'darɛsusɲɛ'dad|jazawturi'dadʃpuli'sjajziʒ
udi'sjaiʃ|aʃklarɛ'sɛrɛʃuʃ'krimiʃ||]

[ɛdĩtɛʃ'sɛw̃dɛ'rɛdikɪɲjali'zavɛ'saɫtuza'mɛw̃ɛr'madɛifurni'sɲɛ'armɛʃ'ɛwzɛrzi'najzɛʃ
kɛ'bĩdɛ|'markɛsi'manɛdaligali'dad|nɛpru'vĩsɲɛ||]

Texto 3 – Autarquias locais: campanha de sensibilização

[ilej'sɔʃʃ'ɛw'tarkikɛʃ|wɛ'sũtudumu'mɛtu'pɛrɛudzɛvɔvi'mɛtudeʃkumuni'datʃ||
'todɛzɛʃ'fɔrsɛʒ'vivizɔnɛ'sɛw̃'sɛw̃ʃɛ'madɛʃ'akɔtri'bwirɛʃ'pɛrɛu'ɛjzitudupru'sɛsu||ɛzi'gɛzɛʃ
'komupɛr'sɛjɛzɔdugu'vɛrnu'nɛw̃'fɔʒɛɛ'ɛɛgɛ||ɛ'jɛbɛ|i'gɛzɛɛvɛ'zɛlikɛbɛ'tiʃtɛɛʃɛ'gɔɛ|'zɛtrɛ'b
aɫɛnɛsɛsiblizɛ'sɛw̃dɛpupulɛ'sɛw̃'sɔbrɛɪpur'tɛsɲɛdɛzawtɛr'kiɛʒlu'kajʃ||gɛrɛ'tiwosɪkri'tarjuzi
'raɫ|iɛpɪrɪzɛ'tɛtili'galdɛkɔgriɲɛ'sɛw̃ɪli'zjɔzɛsɛ'idɛdɛw'djɛsɲɛkɔsi'didɛpɪlugu'vɪrɛ'dɔrdikɛ'
bĩdɛ|ɛw'zɛɲjulabu'rĩɲu||]

[ɛ'trɛzitudupɛrɛsi'dad'pɔtɛ'nɛgɛrɛ|ɛ'publikɛdu'kɔgubrazɛ'viɫ|pɛrɛukũpri'mɛtudi'majz
umɛmi'sɛw̃pɛʃto'raɫ|uri'vi'rɛdu'ũbũgudɛ'vid|fɛ'lodudzɛvɔvi'mɛtudeʃpru'vĩsɲɛ|'frutudɛ'pazif
ɛ'tivɛɛ'todupɛ'ɪʃ||]

[ɛi'gɛzɛɛvɛ'zɛlikɛbɛ'tiʃtɛɛʃɛ'gɔɛtɛ'w̃bɛʃ'kɛrɫɔtri'bwɪrɛnudzɛvɔvi'mɛtudeʃpru'vĩsɲɛ
uʃʃɛ'tɔriʒdɛdukɛ'sɛw̃isɛ'ud||]

[ɛpru'vĩsɲɛdikɛ'bĩdɛ'pɔdkɔ'tarnuʃ'pɔsɪmuz'diɛʃkɔuni'dadiʃsɛni'tarjɛʃ|iʃ'kɔɛʃkɔʃ'tr
widɛʃplɛi'gɛzɛivɛ'zɛlikɛbɛ'tiʃtɛɛʃɛ'gɔɛ||]

Texto 4 - Deputados da UNITA falam da vida socioeconómica de Cabinda

[nu'k^w'adrudɛʒvi'zitezɔkɔ'troluifɪʃkalizɛ'sɛw̃duʃʃpru'gɛrɛmɛʃsu'sjajʃ|u'grɔpupɛrlɛm
ɛ'tardɛu'nitɛ|'sɪrkuludikɛ'bĩdɛ|vizi'touʃ'k^w'atrumuni'sipjuʒdɛpru'vĩsɲɛ||nubɛ'lizɪ|uzdĩpu'tadu
ʃkũʃtɛ'tarɛw̃ɛrɲali'dadiʒduʃʃɛ'tɔriʒdɛsɛ'udi|iɪdukɛ'sɛw̃i'ɔbrɛʃpɛrali'zadɛʃ||uʃʃɔ'litikuʒ'nɛw̃g
uʃ'tarɛw̃duki'virɛw̃||]

[boku'zawʃ'ta'sɛ'luzi'lɛtrikɛ'tɛrɛsɪ'mɛnɛʃ||u'faktuʃ'tadifikuɫ'tarɛ'vidɛdɛʃpupulɛ'sɔʃʃ||]

[nukə'kɔgu|ədiligə'sẽw̃dɛu'nitɛmoʃ'troskɔʃtrẽ'zidɛ'kɔwdizɛbɛ'mɛtuduidi'fisjudɛj'grɛzɛkɛ't
ɔlikɛ||pur'sɛrɛpɛtri'monjukuʃtu'raʃ|ɛ'suɛmɛnutɛj'sẽw̃iprɪzɪrvɛ'sẽw̃'dɛvi'sɛrpriokupɛ'sẽw̃di't
odʷʃ||]

[kɛ'bĩdɛ|muni'sipju'sedi|kɔ'grɛgɛmɛj'ɔrdɛsi'dadipopulɛsju'nafi'majsir'visoʃ||uzdip
u'taduʃ|ĩsɛ'tivẽw̃ɛiziku'sẽw̃di'majʃpru'zɛtuʃpɛrɛubɛjʃ'tardɛʃpupulɛ'sɔjʃ||]

[rɛ'ul'dɛdɛ|ʃɛfdu'grupupɛrlɛ'mɛtardɛu'nitɛ'pɛrɛpru'vĩsjadikɛ'bĩdɛ|ɔrjɛ'towɛ'ĩdɛum
ɛpɛ'lɛʃtrɛ'sobriɛzawtɛr'kiɛzlu'kajʃ||]

[uzdipu'taduzdaw'nitɛri'grɛsẽw̃a'lwɛdɛi'levẽw̃ɛʃpɪjokupɛ'sɔjʃzɛpru'vĩsjawpɛrlɛ'm
ɛtu'pɛrɛdiʃku'sɔjʃipɛ'sivɛjʃsulu'sɔjʃ||]

4º Locutor

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

[ɛkɔ'grigɛ'sẽw̃dɛzir'mɛzdi'sɛzu'zɛdiklu'niɛ'lɛdɛnɛ|muni'sipjudikɛbĩdɛ|'fojʃfũ'dadɛɛj
'milojtu'sɛtuzjoj'tɛtɛi'trɛʃpurmɪsju'narjɛʃfrɛ'sɛzɛʃ||'a'sɛti'trĩti'sĩ'kw'ɛnuʃkitrɛ'baʃɛnɛprupɛg
ɛ'sẽw̃divẽ'zɛʃuɛnɛpɪʃtɛ'sẽw̃djɛ'sɔjʃzɛsulidarjɛ'daɔ'ɛʃkumuni'daɔʃ||a'lɛjɛʃ'kɔlɛmɪsju'narjɛ
'bɛrtɛ'pɛrɛu'publikuĩtir'i'sadʷ|ɛkɔ'grigɛ'sẽw̃ɔfi'rɛsi'kursuzdipɛʃtɛlɛ'riɛ|kuli'narjɛ|'lĩgʷ'aĩ'glɛz
ɛĩʃur'matikɛ||nu'sewĩtir'iori'ziʃtiũɛtir'natukjɛ'kɔʃikɪj'ɛsɛʃ'ɔrfɛʃidiʃfɛvori'sidɛʃ||sɛrɛdɛkɔsɛ
j'sẽw̃ɛ'umɛ'dɛlɛʃ||'vɛjudɛpru'vĩsjɛduku'neni'a'sɛj'zɛnuʃ||]

[ɛtrɪ'tɛtʷ|nwiĩtir'natʷ|'ɛ'mũjʃtukjɛ'vidɛdɛj'ʃodɪsu'riɪpɛrɛ'sarɛi'suɛʃku'lɛgɛʃ||aʃɔʃfikul'd
adʃ'sẽw̃di'todɛnɛtu'rezɛ||ɛir'mɛsu'pɪjɔw̃i'latɛkipur'fɛʃtɛdjɛlimɛtɛ'sẽw̃|wĩtir'natukɔkɛpɛsi'dɛ
dipɛrɛ'sɛjʃkɪj'ɛsɛʃ|aʃ'bɛrɛɔtwaʃ'mɛtɛpɛnɛz'vĩt||]

[nupɛ'sadʷ|wĩtir'natu'ɛrɛpɔ'jadupurumɛɛ'prɛzɛpɪtru'liʃirɛ||'ɛʃtɛdɛj'ʃodjazu'dara'gɛd
uɛ'kriziku'nɔmɪkɛ||pu'risuɛmɪsju'narjɛ'klɛmɛpɛrɛ'zudɛdipɪ'soɛʃkule'tivɛʃ|isɪgu'larɪʃpɛrɛusuf
'tɛtudupru'zɛtu||ɛ'nɛw̃ɛkɔt'sɛr|wĩtir'natusi'rapri'mɛrɛ'arjɛdɛmi'sẽw̃fimi'ninɛfi'ʃarɛʃ'portɛʃ||]

[ĩtir'natudɛzir'mɛzdi'sẽw̃zu'zɛdiklu'niɛ'lɛdɛnɛmuni'sipjudika'kɔguɛjʃkɛ'bĩdɛ'pɔdiʃfi
ʃarɛʃ'portɛʃpur'fɛʃtɛdɪku'midɛ||]

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

[uz'mɛziʃdiʃiv'rejrui'marsu'forɛw̃djaʃ'gumɛturbu'lɛsjɛpɛrɛʃpupulɛ'sɔjʃzɛdikɛ'bĩdɛ||
mɛrzi'naʃʃtiduʃpɪlɛpu'lisjɛnɛsju'naʃ'komuaʃtɛ'mɛtɪpɪri'gozuʃ|ti'rarɛw̃ɛ'vidɛkɔ'armɛdi'foguɛ
'dojʃside'dɛw̃znuz'baʃkɪʃkɛbɛ'sɛgwiʃbukũ'gojuɛ'ĩdɛvjo'larɛw̃'zɔvɛjʃsubɛ'mjasɛtɛ'bɛjʃdj'ar
mɛzɔ'fogu||]

[ʃasiɛzɪklɛmɛ'sɔjʃzɛpupulɛ'sẽw̃pur'kawzɛdɛɪsɪgu'rɛsɛʃɛpu'lisjɛnɛsju'naʃ|ĩviʃti'go
|iʃkɛ'mĩjuʃli'varɛw̃awdiʃmɛtɪlɛ'mɛtudjɛmɛ'kɛdidiʃurnisi'doriʃzɛdi'armɛzdi'foguawzɛmɛrzi
'nɛjʃ||]

[ɛ'tɔnjueɣuʃ'tɪŋukũje'sidupurukɛbu'kadu|su'pɔʃtuife'tivudeʃ'forsɛzɛr'madɛzɛgu'lɛn
ɛzɛʃkɛ'bɪdɛ|'ɛku'zadudi'serũduʃfurnisi'doriz'djarmɛʃɛwzmi'ljɛtʃ||]

[u'kazu'ɛʃklɛri'sidu'numaʃ'turɛʃkiu'zɔrgɛwʃkɪtir'vejɲadminiʃtre'sɛwɲɛzɔʃ'tisɛɛsin
alɛwʃ'trɪtɛi'nɔv'ɛnuʒdɛprɔkuredo'riɛzi'raɪdɛɛ'publikɛ||]

[uʃubprɔkure'doriz'i'raɪdɛɛ'publikɛʃkɛ'bɪdɛ|ɛ'tɔnju'nitu|ɛpɛ'lonuɪsɪrɛ'mɛtudes'mɛ
nɛdɛlegali'daɖ|awʃ'pɪritudidi'nũsjɛ'tɛduriʃrɛ'sjaduizɪʃ'tirɛʃ'kazuʒdikurup'sɛwʃkɪbrevi'mɛtv
i'rɛwʃa'tonɛ||]

['krimiʃkomubrɛkʃjɛ'mɛtudikɛpi'tajʃiʃinɛsɪɛ'mɛtuɛwtɪkɔ'riʒmu'sɛwʃpu'niduznuʃ'tɛr
muzdɛ'lej|ɛ'tɛawʒ'vɪti'k^watrɛ'ɛnuʒdɪpri'zɛwʃ||uvisɛguvɪrɛ'dorprɛ'arjɛpu'litikisu'sjaʃ|kɪprɪz
i'diwawɪsɪrɛ'mɛt^w|'diskɪɛʒdi'nũsjɛʃ|ɛmũjtu'vewʃɛʒu'darɛsusʃi'dadieʒawturi'daɖʃpuli'sjaʃʃiʒ
udi'sjaʃ|aʃklɛri'sɛrɛʃjuʃ'krimʃ||]

[ɛdɪtɛʃ'sɛwɲdɛ'kɛdikɪkɛjɛli'zavɛɛ'saɪtuʒɛ'mɛwʃar'madɛiʃurni'siɛ'armɛzawʒmɛrzi'najʒ
ɛʃkɛ'bɪdɛ|'markasi'mɛnɛdɛlegɛli'daɖ|nɛpru'vɪsjɛ||]

Texto 5 – Girabola zap 2018: Sporting de Cabinda vence recreativo do Libolo da Lunda-sul

[nɛʃɛ'fɛbrɪdumũ'djaɪdɪfuti'bɔʃɪpi'diɛkiu'publikusjɛprɪzɛ'tasiɛʃ'masɛnɛʒbɛ'kadɛʒdu
ʃ'taɖjumunisi'paɪdu'taʃi||s'pɔrtɪɣtkɛ'bɪdɛiʃkriɛ'tivuduli'bolurjali'zarɛwʃumɛ'boɛpɛr'tidɛ||]

[ɛ'turmɛ'verdi'brɛkɛ|kɪʒo'gowɛkɔdi'sɛwɲdivɪzi'tadɛ|ɛ'tro'timidɛ|tɛduɪri'gaduudu'
minjuduʃpri'mɛjruʒ'vɪtmi'nutuʃ|ɛ'turmɛkɪvʃjɛ'zodikɛ'lulu|pru'vɪsjɛdu'k^wɛzɛ'suʃ||]

[maʒaʃsɛ'sɛwɲduli'bolu|nɛpɛr'tidɛ|'foj'sɔɪdi'poke'durɛ||uʒ'ljɔʃʒdu'nɔrtɪɪvɪr'tɛrɛwʃu'ru
muduzɛkɔtesɪ'mɛt^wʃ|ɪʃ'garɛwʃaw'goluwʒ'vɪti'sɛʒmi'nutuzini'sjaʃpuɪtir'mɛdjudi'ow'en||u
kruʒɛ'mɛtudɪnɛ'ni'fojpiɪr'fɛjtu|kɔ'klwidukɔũmɛg'nikiʃukɛbesjɛ'mɛtudue'takidɛi'kipɛdi'em
a'ne|ema'nɛk^wɛ'zɛbi||]

[dɪ'pɔʒdi'ũ'zɛru|uli'bolu|proku'roku'rɛrɛ'traʒdupri'zwizu|mɛʃ'foj'powkuifi'kazɲɛkɔ
kritizɛ'sɛwɲdɛzɔpurtuni'dadʒɔb'tidɛʃ||ipurki'kɛʃ'nɛwʃ'mɛrɛkɛ'sɔʃri|ues'pɔrtɪɣ|iɪi'voupla'kar'nu
mɛʒu'gadɛdiʃisɪʃ'tɛsjɛ||utɛ'bɛʃri'forsu'ʒɔ|'teviɛfr'jeʒɛnisi'sarjɛ'pɛrɛfɛdoj'zɛru'zɛrupɛrɛ'uɛwɛf
urɛmɛ'sɛwʃ|diku'riduʃkɛ'rɛtɛi'sɪkumi'nutuʒdɛpri'mɛjɛmɛ'taɖ||]

[nurjɛtɛ'mɛtu|urɪkɪjɛ'tivuduli'bolu|su'biwɛʒ'liɲɛʃ||iʃɪliʒ'mɛti|us'pɔrtɪɣfɛ'ʃosɪnɛ'sue'
zɔnɛ'majʒɪrɪk'uadɛ'mũjtu'bɛʃkumɛ'dadɛ'peluʒdi'feʒɛʃsi'mɛwʃ|tʃi'gɛni|inɛ'ni||]

['mɛʒmukɔɛ'turmɛforeʃ'tɛjɛrɛvɪri'darpɪlufuti'bɔɪfɛ'sivu|'foj'sɛprus'pɔrtɪɣ'kɛʃ'tevi
mi'ɔɔnɛkɔ'tɛdɛ|sɔ'nɛgɛʃɔpur'mũjtu'maʃpurkiuʃ'sɛwzɛtɛ'kɛʃtʃ|dɪʃpɪrɪdi'sarɛwʃi'nɔɔmɪzɔpurt
uni'daɖʃ||doj'zɛrufojurɪzu'tadufi'naɪdɛpɛr'tidɛʒwi'zadɛpɪluɪtirɛsjo'naʃ|'pɛdruduʃ'sɛt^wʃ||]

[kɔ'ɛʃtɛvi'tɔrjɛ|ues'pɔrtɪɣdikɛ'bɪdɛtute'lizɛ'vɪt'sɪku'pɔtuʃiɔ'kupeũduʒlu'gariʒ'maʃ'k
omuduʃ|nu'mɛjudɛtɛ'bɛlɛdikɪlɛsɪʃikɛ'sɛwɲdu'zɪrɛ'bɔlɛ'zap'dojʒ'milid'zoj^wtʃ||]

Texto 6 – Saúde: abertura da campanha de vacinação contra o sarampo

[sɛ'rɛpu'eumɛ'dwɛsɛi'fɛtɔkɔtɛ'zjozɛkaw'zadɛpurũ'viru'fa'madumɔrbili'viru]||atrɛz
mi'sɛw̃'ɛdirɛtɛ'mɛtidip'soap'soɛpur'mejudisikri'sɔjzɔdunɛ'ri]||idɛ'bokɛɛ]pi'lidɛ]pelu'dwɛt|a
wtu'sir|ri]pi'raro'fɛ'lari|nu'zuɫtimu'zɛnuzɛpru'vɪs]jɛdikɛ'bɪdɛ'fojasu'ladekɔ'surtuzɔdisɛ'rɛp^wk
aw'zɛdu'varju'zɔbit^w]||prɪsipaɫ'mɛtine]f'krjɛsɛzmi'nɔri]zɔdi'sɪku'ɛnu]zɔdi'daɔ||]

[ɛ]pi'rɛsɛdi'vidɛwnɛ]f'ser'eupri'mejrukɔpru'misue]su'midupeluziku'tivuɛgu'lɛnnunu
'k^wadrudu'zɔzɪpærækɔɛ'krjɛsɛ|ɛfta'lɪjɛdɪ]ftrɛ'tɛz]jɛi'levɛ'krjɛsɛkomupr]juri'dadiɛ]bsu'lutɛ||p
u'risu'forɛw̃lɛ'sadɛz'varjɛ]kɛ'pɛjɛzɔdisɛsibiliza'sɛw̃|ivasine'sɛw̃'kɔtrɛuse'rɛpuɛ'todu]pɛ'ij]||k
ɔ'ɛftɛ]kɛ'pɛjɛ]ɛsitwɛ'sɛɛpidɛmj'u'ɔzɪkɛɔsɛ'rɛpunɛpru'vɪs]jɛdikɛ'bɪdɛtɛj]f'tadwɛdimi'nwɪrk
ɔs'diravɛt'mɛti||]

[ɛtrɛ'vezɔdusɛ'tordɛsɛ'udi]ipɛr'sɛjru]||ugu'vernudikɛ'bɪdɛpri'tɛdɛtɪ'zire'mɛtɛdini'nũ'k
azudisɛ'rɛpunɛpru'vɪs]jɛ||napri'zɛtkɛ'pɛjɛ'berɛtɔfsjaɫ'mɛt]plagu]virne'doredɛpru'vɪs]jɛpri'ves
ivasi'narmazɔdi'sɛtu]jɔj'tɛtɛ'miɫ'krjɛsɛznu]f'k^watrumuni'sipju]||dɛ'ikiɛgu]vɪ'nɛtɛpɛ'loaw]f'tɛk
nikuzɔdisɛ'udiɛridu'brarɛj]uzi]f'forsu]pɛrɛki'ɛftɛ'sifrɛ'sɛzɛtɪ'zidɛ||pɛrɛ'ta|aɫ'dinɛdɛ'lɔbɛkɛ'tɛ
buizur'totɛ'bɛjɛw]f'pajz]ɛkɛri'gaduzɔdidukɛ'sɛw̃ɛli'varɛjɛ]f'krjɛsɛ]fɛw]f'po]ftuzɔdivɛsinɛ'sɛw̃||]

[sɛrkɛdidu'zɛtɛ]i'trɪtɛi'ki]pɛ]f'forɛw̃kri'adezɛj]kɛ'bɪdɛki'vɛw̃du'rɛtkɛ'torzi'diɛ]||admi
ni]f'trarɛz]vɛ'sinɛ]f'kɔtrɛsɛ'rɛpu|pɔli]ɔmjɛ'lit|ivitɛ'mine'a]ɛ]krj'ɛsɛzdu]z'zɛruɛmi'nɔri]zɔdi'dɛ]z'e
nu]zɔdi'daɔ||azi'ki]pɛz'vɛw̃diz]lo'karsi'portɛ'portɛiti'rɛw̃'otrɛ]f'fikɛ]ɛ]nɛ]f'kazɛzdu]f'kurɔdine'dor
izdu]z'bajru]||inɛzuni'daɔ]sɛni'tarjɛzɔdɛpru'vɪs]jɛdikɛ'bɪdɛ||]

5º Locutor

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

[akɔgrɪgɛ'sɛw̃dɛ]f'ir'mɛzɔdi'sɛ]zu'zɛdiklu'niɛj'lɛdɛnɛ|muni'sipju]dukɛ'kɔgu|'foj]fũ'dad
vɛj]milo]jtusɛtu]j]jɔj'tɛtɛi'trɛ]pormis]jo'narjɛ]f'rɛ'sɛzɛ]||a'sɛtwi'trɪti'si'kwɛn]kɪtrɛ'ba]ɛnapru
pɛgɛ'sɛw̃dwivɛ'zɛ]ɫuinapri]f'tɛ'sɛw̃djɛ'sɔjzɔdisɔlidɛr]jɛ'daɔ]ɛ]f'kumuni'dadi]f'||a'lɛj]dɛi]f'kɔlɛmis]j
o'narjɛa'berɛtɛpɛrɛu'publi]ku]tɪr'sadu]ɛkɔgrɪgɛ'sɛw̃ɔfɪ'rɛsi'kursuzɔdɪpa]tɪlɛ'riɛ|kuli'narjɛ'lɪg^w
aɪ'glezɛi]ifur'matikɛ||nu'sɛw̃iti'r]jɔri'zi]fɪ]tɪr'naturikɛ'ko]ɫi'krjɛsɛ]f'ɔr]fɛ]j]id]f'fɛvori'sidɛ]f'||sarɛ
dɛkɔsɛj'sɛw̃'eumɛ'dɛlɛ]f'vɛ]judɛpru'vɪs]jɛdu]ku'nɛniɛ'sɛj'zɛnu]f'||]

[ɛtrɪ'tɛtu|nwɪtɪr'natu|'ɛ'mũ]jtukɛ'vidɛdɛj]fow]disu'rɪr]pɛrɛ'sarɛi'suɛ]f'ku'lɛgɛ]f'||ɛzɔdi]fik
uɫ'dadi]f'sɛw̃di'todɛnɛtu'rɛzɛ||ɛir'mɛsupir'jɔrɛrɛ'latekɪpur'faltɛd]jɛ]mɛtɛ'sɛw̃|wɪtɛr'naturikɛ
ɛpɛsi'dɛdɪpɛrɛ'sɛj]krjɛsɛ]f'aɫ'ber]gɛtwaɫ'mɛtɛ'pɛnɛz'vɪti||]

[nupɛ'sadu|wɪtɛr'natu'ɛrɛpo]jadupurumɛɛ'prɛzɛpɛtrɛ'lifɪrɛ||'ɛftɛdɛj]fɔdazu'darali'gɛ
duɛ'krizɪ]iku'nɔmikɛ||pu'risu]ɛmis]jo'narjɛ'klɛmɛpɛrɛ'zudɛdɪp'soɛ]f'kule'tivɛzɪsɪ]gu'lar]spɛrɛu
su]f'tɛtudu]pru'zɛtu]||ɛ'nɛw̃ɛkɔt'sɛr|wɪtɛr'natusi'rapri'mɛj]rɛ'ar]jɛdɛmi'sɛw̃fimi'ninɛfɛ]f'arɛ]f'pɔrɛ]f'||]
[ɪtɛr'naturɛ]f'ir'mɛ]f'di'sɛ]zu'zɛdiklu'niɛj'lɛdɛnɛ|pɔdɪfɛ]f'arɛ]f'portɛ]f]pur'faltɛdɪku'midɛ||]

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

[uz'mezizdifevi'rejrui'marsu'forẽw'dia'gumeturbu'lẽsjepere'fpupule'sõjz'dike'bĩde||
mẽrzi'najj|'tidu'plẽpu'lisjenesju'naikoumuatẽ'mẽtipiri'gõzuj|ti'rarẽw'videkõ'armedi'fogu
a'dojfside'dẽw'znu'z'bjaru'kẽbe'sẽguibukũ'goju|ie'ĩdevjo'larẽw'zõvẽjjsobe'mjasetẽ'bẽjdi'ar
medi'fogu||]

['fasi|azrẽklẽmẽ'sõjzdepupule'sẽw'pur'kawzedeĩsigu'rẽse|apu'lisjenesju'na|'ĩvĩfti'g
ow|ju'kẽ'mĩjuzi'ĩ'varẽwawdizmẽtilẽ'mẽtudjume'redidi'fornisi'dorizdi'armẽzdi'foguawzme
rzi'nejj||]

[ẽ'tonjuẽg'w'f'ĩnjukũni'sidupurkẽbu'kadu|su'po'stuefe'tivudẽ'forsẽj|er'madẽj|ẽgu'len
ẽj|ẽjke'bĩde'|ẽku'zadudi'serũdu'fornisi'dorizdi'armẽfawzmi'ĩtĩj||]

[u'kazu'eij'klẽri'sidunuma'tureẽjkiuj|'õrgẽw'kĩtir'vẽjẽnadministre'sẽw'dẽzuj'tiseti'f
ĩ'mupẽwuj'trĩtei'nõv'enuzde'pe'ze'eri||]

[usubprukure'dorzi'raĩderi'publikeẽjke'bĩde|ẽ'tõnju'nitu|epi'lonwĩsire'mẽtudes'men
ẽdelegali'dadi|awij'piritudidi'nũsjetẽduri'firẽ'sjaduizi'fĩrẽj'kazuzdikorup'sẽw'kibrevi'mẽtiv
ĩ'rẽw'tone||]

['krimij'komubrẽkje'mẽtudikẽpi'tajjĩfinẽsjẽ'mẽtuẽwteru'rizmu'sẽw'pu'niduznu'f
ter
muzde'lej|e'tẽawz'vĩti'k^w'atru'enuzdi'pri'zẽw||uvisguvirne'dorpre'arjẽpu'litikisu'sja|kĩpri'zi'
diwawĩsere'mẽtu|disikurezde'nũsjẽj|ẽ'mũjtu'vẽwẽzu'daresosje'dad|jẽzawturi'dad|puli'sjaj
j|izudi'sjaj|aj'klẽri'serẽju'krimij||]

[ẽditẽj'sẽw'de'redikirjali'zavẽ'saũtu|e'mẽw'ar'madẽifurni'sie'armẽzawzme'zi'najj|ẽj
kẽ'bĩde'|markẽesi'menẽdeligeli'dadi|napru'vĩsjẽ||]

Texto 3 – Autarquias locais: campanha de sensibilização

[ilej'sõj|]ew'tarkikej|wẽ'sũtudumu'mẽtu'pẽrẽudizẽvo'vi'mẽtudẽ'kumuni'dadij||'tod
ẽzẽ'forsẽz'vivezde'ne'sẽw'sẽw'jẽ'madẽj'ekõtri'bwirpẽre'ezitudupru'sesuj|ezi'grẽzẽj'komu
pẽr'sejrẽzdu'g'u'vẽnu'nẽw'fozẽjẽ'regrẽ||e'jẽbe|i'grẽzẽvẽ'zẽlikẽbe'ti'fẽjẽ'gõle|'zẽtrẽ'ba'lene
sẽsibilizẽ'sẽw'dapupule'sẽw'sobreĩpur'tẽsjedẽj|awter'kiezlu'kajj|egẽr'ẽ'tie'edusikri'tarjuzi'r
a'ĩri'pizẽ'tẽtili'gaĩde'kõgrigẽ'sẽw'rili'zjõzese'idẽdew'djẽsjekõsi'didẽpelugu'virne'dordike'bĩ
de|ew'zẽnjulabu'rĩju||]

[ẽj'trẽjzitu'pẽresi'dad'põte'negrẽ|ri'publike'du'kõgubrezẽ'vili|'pẽrẽukũpri'mẽtudi'ma
j|umemi'sẽw'pẽsto'raĩ||]

[ẽpru'vĩsjedike'bĩde'podikõ'tarnu'f'prosimuz'die'kõuni'dadi'seni'tarjẽj|'kõlẽj'kõf'tr
widẽ'plẽi'grẽzẽivẽ'zẽlikẽbe'ti'fẽjẽ'gõle||]

Texto 4 - Deputados da UNITA falam da vida socioeconómica de Cabinda

[nu'k^wadrudɛzvi'zitezdikō'trōlu|ifi|kalize'sẽw̃du|spru'gremɛ|so'sjaj|u'grupuperlɛm
ẽ'tardeu'nite|'sirkuludike'bĩde|vizi'touf'k^watrumuni'sipju'zdepru'vĩsje||nubi'lizi|uzdipu'tadu
|kō|stɛ'tarẽw̃erjeli'dadidu'se'torizdese'udi|iduke'sẽwi'i'owtrɛ|'ɔbrɛ|publike|u|fpu'litiku'z'n
ẽw̃gu|'tarẽw̃duki'virẽw̃||]

[boku'zaw|'tasɛ'lu|'i'letrike'a'trez'mezi|'u'faktu|'tadifiku|'tare'vide|ɛ|spupule'sōj|']

[nukɛ'kōgu|adilige'sẽw̃deu'nitemu|'trowskō|trẽ'zide'kōudzabɛ'mɛtuededi'fisjudɛ|'
grezɛke'tolike||pur'serpatri'mɔnjuku|tu'ra|'e'suɛmɛnutɛ|'sẽw̃iprizirvɛ'sẽw̃'devi'serpriokup
e'sẽw̃di'todu|']

[kɛ'bĩde|muni'sipju'sedi|kō'gɛgɛmɛj'ɔrdɛsi'dadipopulɛsju'nal|i'maj|sɪr'visoj||uzdi
pu'tadu|'ĩsɛ'tivẽw̃ɛiziku'sẽw̃di'maj|spru'zɛtu|pɛrɛu'bɛ|'da|spupule'sōj|']

[rɛ'ul'dɛde|'fɛfidu'grupuperlɛ'mɛtardeu'nitepɛrɛpru'vĩsjadike'bĩde|ɔrjɛ'towɛ'ĩdeum
ɛpɛ'lɛ|trɛ'sobriawtɛr'kiezlu'kaj|']

[uzdipu'taduzdaw'niteri'gresẽw̃a'lwɛde|i'levẽw̃ɛ|prjokupɛ'sōjzdepru'vĩsjawpɛrɛ'
mɛtupɛrɛdi|ku'sōj|'ipu'sivɛj|solu'sōj|']

Texto 5 – Girabola zap 2018: Sporting de Cabinda vence recreativo do Libolo da Lunda-sul

[nɛjɛ'febridumũ'dja|di'futi'bo|'ipi'diwkju'publikusiɛprizɛ'tasiɛ|'masɛnɛzɔbɛ'kadɛzd
u|'tadjumunisi'pa|du'tafɪ||s'portĩgdike'bĩdeirikjɛ'tivuduli'bolurjali'zarẽw̃mɛ'boɛpɛr'tide||]

[a'turmɛ'verdi'brɛke|kizo'gɔwnɛkōdi'sẽw̃divizi'tade|ɛ|trow'timide|'tɛduɛtri'gadudu
'minjudu|pri'mɛjru'z'vĩtmi'nutu|'ɛ'turmɛki'vje'zowdike'lulu|pru'vĩsjɛdu'k^wɛzɛ'su|']

[maj|aasɛ'sẽw̃duli'bolu|nɛpɛr'tide|'foj'sodi'pokɛdure'sẽw̃||uz'ljɔzdu'nortĩvir'terɛ
w̃u'rumuduzɛkōtisi'mɛtu|f|i|f'garẽw̃ɛw'goluwɛz'vĩti'sɛjzmi'nutuzini'sjaj|spurĩtir'mɛdjudi'ɔ
w'ɪn||ukruze'mɛtudine'ni'foj|pɪr'fɛjtu|kō'klwidukōumɛg'niki'fukɛbɪsje'mɛtudue'takidei'kipɛ
die'mɛnɛk^wɛ'zɛbi|']

[di'pojzdi'ũ'zɛru|uli'bolu|proku'rowku'rɛrɛ'trazdupri'zwizu|mɛ|foj'powkuifi'kaznɛ
kōkritize'sẽw̃de|ɔpurtuni'dad|job'tide|'ipurkikɛj̃nɛw̃'mɛrke'sofri|us'pɔrtĩgi|eli'vɔwplɛ'kar'
numɛzu'gadɛdi'ĩsi|'tɛsjɛ||utɛ'bɛjri'forsu'zɔ|'teviɛfr'jɛzenisi'sa|jɛpɛrɛfɛ'zɛru'doj|'zɛrupɛ'suɛ
furmɛ'sẽw̃|diku'ridu|k^wa'rɛtɛi'sikumi'nutuzdapri'mɛjremi'tadi|']

[nurjɛtɛ'mɛtu|urikjɛ'tivuduli'bolu|su'biwɛz'ljɛ|'tɛdukōzu'gadɛzɛvo|'vɛti|'pruku'r
adu|fɛ'garɛw'golu|'ĩfɪ|iz'mɛti|us'portĩgfe|'fowsinɛ'suɛ'zone'maj|'riku'ade'mũjtu'bɛj|kumɛ|da
dɛpeluzdi'fɛzɛ|si'mɛw̃|'fɪ'gɛnɪ|inɛ'ni|']

[mɛzmukōɛ'turmɛfore|'tejrɛɛjviri'darpelufuti'bo|lofɛn'sivul'foj'sɛprius'portĩgi'kɛj|'
tevim'i'ɔɔrnakō'tɛde|'so'nɛw̃gɛ'jɔwpur'mũjtu'maj|'purkiu|'ɛtɛ'kɛtizdi|pɪr|di'sarẽw̃i'nɔrmi|ɔ

purtuni'dadɔ||dojz'zeru'fojuzeru'tadufi'naɫdeper'tidezwi'zadepeluĩtirnesju'naɫ|'pedruduɟ's
ẽtuɟ||

[kõ'ɛftɛvi'tɔrjɛ|us'pɔrtĩgdike'bĩdetotɛ'lizevĩt'sĩku'põtuɟ|io'kupuẽduzlu'gariz'majɟ'ko
muduɟnu'mɛjudɛtɛ'beɫedikɫɛsfikɛ'sẽw̃du'zire'bolɛ'zapĩ'dojz'milid'zojtu||

Texto 6 – Saúde: abertura da campanha de vacinação contra o sarampo

[sɛ'rẽpu|'eumɛ'dwẽsɛĩ'fɛktukõte'zjɔzɛ|kɛw'zadɛpurũ'viruɟ|ɟ'e'madu|mɔrbilĩ'viruɟ|ɛt
rẽzmi'sẽw̃'ɛdirɛtɛ'mɛtidip'soɛp'soɛ|pur'mɛjudɛɟsikri'sõĩzdunɛ'riɟ|idɛ'bɔkɛ|ɟpi'lidɛɟpelu'dw
ẽtiɛwtu'sir|riɟpi'rar'owfɛ'lar|nuɟ'uɫtimu'zɛnuzɛpru'vĩsjɛdikɛ'bĩdɛ'fojaso'ladekõ'surtuzdise'r
ẽpukɛw'zẽdu'varjɟ|'obitɟ|pĩrĩspaɫ'mɛtinɛɟkri'ẽsɛzmi'nɔriɟdi'sĩku'anuzdi'dadi||

[ɟpi'rẽsɛdi'vidɛwɛɟ|ser'ɛwprĩ'mɛjrukõpru'misuesu'midupeluziku'tivũɛgu'ɫɛnunu'
k^wadruduɟ'õzikõpro'misɟpɛrɛkõɛ'krjɛsɛ|'ɛfta'lĩɟɛdiɟtrɛ'tɛzjɛi'levɛ'krjɛsɛkomuprjori'dadiɛ
bsu'lutɛ|pu'risu|'forẽw̃lɛ'sadɛz'varjɛkɛ'pɛɟɛzdisɛsibiliza'sẽw̃ivasinɛ'sẽw̃'kõtrɛusɛ'rẽpuɛɟ'
todupe'ij||gɛrɛɟ'ɛɟɟkɛ'pɛɟɟ|ɛsitwɛ'sẽw̃ɛpidimju'lɔzikɛdusɛ'rẽpunɛpru'vĩsjɛdikɛ'bĩdɛ|tɛĩ
ɟ'taduɛdimi'nũirkõsdiravɛɫ'mɛti||

[ɛtrɛ'vezɛdusɛ'tordɛsɛ'udĩpɛr'sɛjruɟ|ugu'vernudikɛ'bĩdɛpri'tɛdɛtĩ'zire'mɛtɛdine'nũ'k
azudisɛ'rẽpunɛpru'vĩsjɛ||nɛpri'zɛtkɛ'pɛɟna'bertɛɔfsjaɫ'mɛtipilaguvirnɛ'dɔrɛdɛpru'vĩsjɛpri'v
ɛsivɛsi'nar'majɟdi'sɛtɟɟ'ɛtɛi'mil'krjɛsɛznuɟ'k^watrumuni'sipjuɟ|dɛ'ikɛguvir'nɛtape'lo
wawɟ'tɛknikuzdisa'udiaredu'brarɛĩuzɟ|forsuɟpɛrɛkɛɛɟtɛ'sifɛrɛ'sɛzɛtĩ'zidɛ||pɛrɛ'taɫ|aɫ'dinɛdɛ'
lõbɛkɛ'tɛbuizor'totɛ'bɛɟɛwɟ'pajɟ|jɛkɛri'gaduzdidukɛ'sẽw̃ɛli'varɛɟɟ'krjɛsɛɟwɟ'poɟtuzdives
inɛ'sẽw̃||

[sɛrkɛdidu'zɛtɛɟi'trĩtɛi'kipɛɟ'forẽw̃'krjadɛɟ|ɛɟkɛ'bĩdɛkĩ'vew̃du'rɛtkɛ'torzi'diɛɟ|adim
niɟ'trarɛzve'sinɛɟ'kõtrɛsɛ'rẽpu|poljɟomjɛ'liti|ivite'minɛ|ɟ'krjɛsɛzduz'zɛruɛmi'nɔriɟdi'dɛj'zɛ
nuɟdi'dadi||ɛzi'kipɛz'vew̃diɟzlo'karsi'portɛ'portɛiti'rẽw̃'owtrɛɟ'fikɛɟ|nɛɟ'kazɛzduɟkwordine
'dɔriɟduz'baĩruɟ|inɛzuni'dadiɟsɛni'tarjɛznapru'vĩsjɛdikɛ'bĩdɛ||

6º Locutor

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

[akõgrigɛ'sẽw̃dɛzir'mɛzdi'sɛzu'zɛdiklu'niɛɟ'lɛdɛnɛ|muni'sipjudukɛ'kõgu|'fojɟũ'dad
ɛɟ'milojtu'sɛtuzɟɟ'tɛtɛi'trɛɟpɛrɛmisju'narjɛɟfrɛ'sɛzɛɟ||a'sɛtwi'trĩtɛj'sĩ'kwɛnuɟkĩtrɛ'baɫjɛnɛp
rupɛgɛ'sẽw̃dwivɛ'zɛɫuinapɛrɛtɛ'sẽw̃dɟɛ'sõĩzdesulidarjɛ'daɟɟkumuni'dadɟ||a'lɛɟdɟ'kɔɫɛmi
sjɟ'narjɛa'bertɛ'pɛrɛu'publikuĩtɛrɛ'sadu|ɛkõgrigɛ'sẽw̃ɔfɛ'rɛsi'kursuzdipɛɟtɛrɛ'riɛ|kuli'narjɛ|
lĩg^waĩ'glɛzɛĩĩfur'matikɛ||nu'sewĩti'rjori'ziɟtiũɛtir'nat^wkjɛ'kɔɫi'krjɛsɛz'ɔrfɛɟ|diɟfɛvɔrɛ'sidɛɟ||
'sarɛdɛkõsɛj'sẽw̃'eumɛ'dɛɫɟ||vɛjudɛpru'vĩsjɛduku'nenĩ'a'sɛj'zɛnuɟ||

[ẽtrítẽt^w|nwĩtir'nat^w|'e'mũjtukue'videdej'fodisu'rirpẽrẽ'sarei'suejku'legej||azdifiku
f'dad'f'sẽwĩdi'todanetu'reze||eir'mẽsupir'jori'latẽkipur'fałtedjalimẽta'sẽw|wĩtir'natukõkẽpesi
'deđpẽrẽ'sẽj'krjẽsejał'bergetwał'mẽt^h|e'penej|vĩt^h||]

[nupe'sadu|wĩtir'natu'ere'pojadupurumeĩ'prezepetru'lifere||'estedej'fodiazu'darali'g
ẽduẽ'kriziku'nõmikẽ||pu'risuẽmisju'narje'klẽmẽ|pure'zudedip'soej'kule'tivej|isĩgu'larĩj'pẽrẽ
usu'f'tẽtudupru'zẽtu||e'nẽwẽkõt'ser|wĩtir'natuse'rapri'mẽjre'arjedẽmi'sẽwĩfimi'ninefi'farej'po
rtej||]

[ĩtir'natudajzir'mẽzdi'sẽwĩzu'zediklu'niẽ'lẽdenẽmuni'sipjudika'kõguẽjkebĩde'podfe'
farej'portej'pur'fałtedeku'mide||]

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

[uz'mezizdi'fiv'rẽjruimarsu'forẽwĩdjał'gumẽturbu'lẽsjepẽra'fpupule'sõzdike'bĩde||m
erzi'naj|'tidu'felapu'lisjẽnesju'nał'kumuałte'mẽtipiri'gõzuj|ti'rarẽwa'videkõ'armẽdi'fogue'
doj|side'dẽwĩznu'z'bjaru'kẽbe'sãguibukũ'gojuie'ĩdevjo'larẽw'zovẽj|sob|e'mjasetẽ'bẽj|dj'ar
mẽdi'fogu||]

['fasezri'klẽme'sõjzdepupule'sẽwĩpur'kawzedeĩsigu'rãse|ẽpu'lisjẽnesju'nał'ĩvi'fi'ti'go
w|ju'kẽ'mĩnu'zle'varẽwawdzmẽtele'mẽtudjumẽ'redidifurnesi'dori|dj'armẽzde'foguawzme
rzi'nẽj||]

[ẽ'tõnjuẽgu'f'ĩnjukũni'sidupurukabu'kadu|su'põj'tuefi'tivuda'f'forsẽze'madezẽgu'lehezẽjke'
bĩde'|ẽku'zadudi'serũdu'furnese'dori'z'armẽj'ewzmi'ljẽti||]

[u'kazuej'klẽri'sidu'numał'tureẽj'kuu'zõrgẽwĩ'kiĩtir'vẽjnadmini'ftrẽ'sẽwĩde'zuj'tistej't
e'mupẽwũ'f'trĩtei'no'vjẽnu'zda'pe'ze'eri||]

[usubprukure'dori'ze'rałdare'publikeẽjke'bĩde|ẽ'tõnju'nitu|ẽpe'lonuĩsire'mẽtudesi'm
enẽdeligali'dađ|aw'f'pĩritudidi'nũsjẽ'tẽdurifirẽ'sjaduizi'f'tirẽj'kazu'zdi'kurup'sẽwĩkubrevi'mẽ
tvi'rẽwa'tõne||]

['krimi'j'komubirẽk'jẽ'mẽtudikepi'ta'j'ivinẽsjẽ'mẽtuẽwtĩru'rizmu'sẽwĩpu'nidu'j|nu'f'ter
muzde'lej|e'teawz'vĩti'k^w'a'trwe'nu'zdi'pri'zẽwĩ||uvisẽguvĩrne'dorpre'arjẽpu'litikisu'sjał|kupri
zi'diwawĩsire'mẽtu'|disikiazvi'nũsjẽ|ẽj'mũjtu'vẽwẽz'u'dare'jsusje'dađ|ie'zawturi'dađ'puli'sj
a'jizudi'sjai|ai'j'klẽre'serẽju'f'krimi'j||]

[ẽdetẽj'sẽwĩde'redikirjali'zave'e'sałtuzẽ'mẽwĩar'madeifurni'sie'armẽj'zawzme'rzzi'naj|
ẽjke'bĩde'|markẽasi'menẽdeligeli'dad|napru'vĩsjẽ||]

Texto 3 – Autarquias locais: campanha de sensibilização

[ilej'sõj'f'ew'tarkikej'w'e'sũtudumu'mẽtupẽreudizẽvõvi'mẽtudẽ'kumuni'dad'f||'todz
ẽj'forsẽz'vivez'dene'sẽw'ẽw'j'e'madezakõtri'bwirpẽrẽu'ezitudupru'sesu||ezi'grezẽj'kumupẽ

r'sejrezdugu'vernu'nẽw'fɔzĩa'regre||e'jebẽ|i'grezeivẽ'zɛlikẽbẽ'tiʃtẽẽjẽ'gɔlẽ|'zatre'baʎenasẽsi
bĩlizẽ'sẽw'dẽpupulẽ'sẽw'sobrẽĩpur'tẽsjẽdezawter'kiẽzlu'kajj||usikri'tarjuzĩ'raʎ|iri'prizẽ'tẽtili'
gaʎdẽkɔgrigẽ'sẽw'rili'zjɔzẽasẽ'idẽdẽawdi'ẽsjẽkɔsi'didẽpeluguvirne'dordikẽ'bĩdẽ|ew'zẽnjul
abu'rĩju||

[ẽ'trẽzitupẽresi'dadpɔtẽ'nẽgre|rĩ'publikẽdu'kɔgubrazã'vi|pẽraukũpri'mẽtudi'majzu
mẽmi'sẽw'pẽʃtu'raʎ|uri'vi'rẽduũ'bũgudẽ'vid|fẽ'lodudzẽvoʎvi'mẽtudẽpru'vĩsjẽ|'frutudẽ'paʎ|ef
ə'tivẽẽj'todupẽ'ij||

[ei'grezẽvẽ'zɛlikẽbẽ'tiʃtẽẽjẽ'gɔlẽtẽ'bẽj'kerkɔtri'bwirnudzẽvoʎvi'mẽtudẽpru'vĩsjẽnu
jʃsẽ'torizdaidukẽ'sẽw'isẽ'uđ||

[apru'vĩsjẽdikẽ'bĩdẽ'pɔdikɔ'tarnuʃ'pɔsimuz' diẽ'kɔuni'dadiʃsẽni'tarjẽj|ĩ'kɔlẽ'kɔʃ't
rwidẽʃpẽlẽi'grezẽvẽ'zɛlikẽba'tiʃtẽẽjẽ'gɔlẽ||

Texto 4 - Deputados da UNITA falam da vida socioeconómica de Cabinda

[nu'k^wadrudẽjzvi'zitezdikɔ'tɔlũifĩ'kalizẽ'sẽw'duʃpu'grẽmẽʃsu'sjaʃ|u'grupupẽrlẽm
ẽ'tardẽu'nitẽ|'sirkuludikẽ'bĩdẽ|v'zi'touʃ'k^watrumuni'sipju'zẽdẽpru'vĩsjẽ||nubi'lizi|uzdĩpu'taduʃ
kũʃtẽ'tarẽwẽrjali'dadidũjʃsẽ'torizdasẽ'udĩ|idukẽ'sẽw'i'ɔbrẽʃ'publikẽj||uuʃpu'litikuz'nẽw'gɔʃ't
arẽwũduki'virẽwũ||

[boku'zawʃ'tasẽ'luzi'letrikẽ'a'trez'meziʃ|u'faktuʃ'taadifikuʃ'tarẽ'vidẽdẽʃpupulẽ'sɔjʃ||

[nukẽ'kɔgu|ẽdeligẽ'sẽw'dẽu'nitẽmoʃ'trowskɔʃtrẽ'zidẽkɔudzabẽ'mẽtuduedi'fisjudẽj'
grezẽkẽ'tɔlikẽ||pur'serpẽtri'monjukuʃtu'raʎ|e'suẽmẽnũtẽj'sẽw'iprizervẽ'sẽw'devi'serprjokup
e'sẽw'di'toduʃ||

[kẽ'bĩdẽ|muni'sipju'sedi|kɔ'grẽgẽmẽ'jordẽsi'dadipupulẽsju'naʃi'majʃsĩr'visuʃ||uzdĩp
u'taduʃ|ĩsẽ'tivẽwẽiziku'sẽw'di'majʃpu'zẽtuʃpẽrũ'bẽjʃ'tardaʃpupulẽ'sɔjʃ||

[rẽ'uʃ'dãdẽ|ʃẽfidu'grupupẽrlẽ'mẽtarde'nitẽprẽpru'vĩsjadikẽ'bĩdẽ|orjẽ'towẽ'ĩdẽumẽp
e'lẽʃtrẽ'sobrẽwter'kiẽzlu'kajj||

[uzdĩpu'taduzdaw'nitẽri'grẽsẽwã'lwẽdẽi'levẽwãʃprjokupẽ'sɔjʃzẽdẽpru'vĩsjawpẽrlẽ'm
ẽtupẽrẽdĩ'ku'sɔjʃ|ipɔ'sivẽjʃsolu'sɔjʃ||

Texto 5 – Girabola zap 2018: Sporting de Cabinda vence recreativo do Libolo da Lunda-sul

[nẽjẽ'fẽbridumũ'djaʎdĩfuti'bɔʎ|ĩpi'di'wkuu'publikusjaprizẽ'tasẽj'masẽnẽzẽbẽ'kadẽzduʃ'ta
djumunisi'paʎdu'tafu||s'pɔrtĩgdikẽ'bĩdẽirikjẽ'tivuduli'bolũjali'zarẽwẽmẽ'boẽpẽr'tidẽ||

[e'turmẽ'verdi'brẽkẽ|kizɔ'gonakɔdi'sẽw'divizi'tadẽ|ẽj'tro'timidu|tẽduẽtre'gadu'minjũ
duʃpri'mẽjru'z'vĩtĩmi'nutuʃ|a'turmẽku'vjẽ'zodukẽ'lulu|pro'vĩsjẽdu'k^wẽzẽ'suʃ||

[məfejjsē'sēw̃duli'bolu|nəpər'tidə|'foj'soldi'pokə'durə||uz'ljōzdu'nortivir'terēw̃u'ru muduzəkōtsi'mētuf|jif'garēw̃ew'goluəwz'vīti'sejzmi'nutuzini'sjafpuritir'mədjudi'ɔnje||ukr uzə'mēt^wdina'ni'fojpir'fejtu|kō'klwidukōmag'niki'fukəbesi'e'mētudueta'kētide'e'kipədu'em e'nak^w'ē'zēbi||]

[di'pojz'djū'zəru|uli'bolu|proku'rowku'rera'trazdupre'zɔwizu|bɛf'foj'powkuefi'kazna kōkretizə'sēw̃dɛf|opurtun'dadʃɔb'tidɛf||ipurki'kē'nēw̃'məkə'sɔfri|us'pɔrtig|ili'vowplə'karn uməzɔ'gadəduisif'tɛsɟə||utē'bēʃri'forsu'zɔ|'teve'frjɛzənəsi'sarjɛpərəfə'zəru'dɔj'zərupərə'su ɛfurmə'sēw̃|deku'ridufk^w'a'rētəi'sīkumi'nutuzdɛpri'merəme'tadi||]

[nurjɛtə'mɛjtu|urikrjɛ'tivuduli'bolu|su'biwəz'lījɛf||ifiliz'mēti|us'pɔrtigfə'fowsina'su ɛ'zɔnə'majzri'kwadə'mūjtu'bēʃkomē'dadɛpɪluzdi'fɛzɛfsi'mēw̃|tʃɛ'ganiina'ni||]

[mɛzmukōɛ'turmɛfuref'tejrēviri'darpɪlufuti'bɔl'ɔfē'sivu|'foj'sɛprius'pɔrtigkuɟ'tev imi'ʌɔrnakō'tɛdɛ|'so'nēw̃gɛ'jɔwpur'mūjtu'majpurkiujf'sewzɛtə'kētizdi'ʃpiti'sarēw̃i'nɔrmiz ɔpurtuni'dadʃ||dɔj'zəru'fojɟɛzuz'tad^w'fi'nalɛpər'tidəzwi'zadɛpeluɪtirɛsɟɔ'nal'pɛdrudujf' sētuf||]

[kō'ɛjstəvi'tɔrjɛ|us'pɔrtigdikə'bīdɛtutə'lizə'vīt'sīkupɔtu|jɔ'kupɛūduzlu'garizmajf'kɔ muduf nu'mɛjudɛtə'bɛlɛdɛklɛsfikə'sēw̃du'zire'bɔlɛ'zapɪdɔjzi'milidɪ'zɔjtu||]

Texto 6 – Saúde: abertura da campanha de vacinação contra o sarampo

[sɛ'rɛpu'ɛumə'dwɛsɛifɛk'sjɔzɛ'zakōtɛ'zjɔzɛkɛw'zadɛpurū'virufa'madumɔrbiɪ'viruf|| atrɛzmi'sēw̃'ɛdirɛtɛ'mētidi'p'soap'sɔɛpur'mɛjudafsekɛ'sōjzɔnɛ'riʃidɛ'bokɛ|ɛʃpɛ'lidɛʃpelu 'dwētɪawtɔ'sir|rɛʃpi'rarowfɛ'lar|nuz'uɪtɪmu'zɛnuʃ|ɛpru'vīsɟɛdikə'bīdɛ'fojasɔ'ladɛkō'surtuzd uɛsɛ'rɛpukaw'zɛdu'varjuf|'obituf|pɪrɪ'spaɪ'mēt'nɛʃkri'ɛsɛzɛmɛ'nɔrɪzdi'sīku'ɛnuzdi'dad||]

[iʃpɛ'rɛsɛdi'vidɛwnajf'ser'ɛupri'mɛjrukōpru'misuasu'midupeluiziku'tivuɛgu'lɛnun u'k^w'adruduf|'ōzikōpru'misufpɛrɛkōɛkri'ɛsɛ|'ɛʃta'lījɛdɪʃtrɛ'tɛzɛi'leva'krjɛsɛkɔmuprjɔri'dadi ɛbsu'lutɛ||pu'risu'fɔrēw̃lɛ'sadɛz'varjɛkɛ'pɛjɛzdisɛsɪbliza'sēw̃i'vɛsɪnɛ'sēw̃'kōtrɛusɛ'rɛpuɛj't odupɛ'ɪʃ||kō'ɛʃtɛkɛ'pɛjɛʃasɪtwɛ'sɛɛpidɪmju'lɔzɪkɛdusɛ'rɛpɛnɛpru'vīsɟɛdikə'bīdɛ'tɛjʃ'tadw ɛdɪmi'nwɪrkōsɪdɪrɛvɛl'mētɪ||]

[ɛtrɛ'vezɔdusɛ'tɔrdɛsɛ'udɪpɛr'sejruʃ|ugu'vernudikə'bīdɛpri'tɛdati'zɪrɛmɛ'tɛdɛnɛ'jū'k azudɪsɛ'rɛpɛnɛpro'vīsɟɛ||napri'zɛtɪkɛ'pɛjɛ'bertɔfsjaf'mētɪpɛlɛguvɪrɛ'dɔrɛdɛpru'vīsɟɛpri'v ɛsɪvasɪ'nar'majzdi'sētuiɔj'tɛtɛj'mɪtkri'ɛsɛzɛnuʃk^w'atrumuni'sipjuʃ||dɛ'ikwagu'vir'nɛtɛpɛ'loaw ʃ'tɛknɪkuʃdɪsɛ'udɪɛrɛdu'brarɛjuzɪʃ'forsufpɛrɛkɛ'ɛʃtɛ'sɪfrɛ'sejzɛtɪ'zɪdɛ||pɛrɛ'ta|af'dɪnɛdɛ'lō bɛkɛ'tɛbuɪzɔr'tɔtɛ'bɛjɛuʃ'pajʃ|jɛkɛri'gaduzdidukɛ'sēw̃ɛlɛ'varɛjɛʃkri'ɛsɛʃ'awʃ'pɔʃtu'zɪvɛsɪn ɛ'sēw̃||]

[sɛrkɛdɪdu'zɛtɛzi'trɪtɛi'kipɛʃ'fɔrēw̃kri'adɛzɛjɛ'kɛ'bīdɛku'vɛw̃du'rɛtkɛ'tɔrzi'dɪɛʃ|adm ɪniʃ'trarajzɛvɛ'sɪnɛʃ'kōtrɛsɛ'rɛpu|pɔljɔmi'lɪti'ivɪtɛ'mɪnɛ'a|af'krjɛsɛzɪz'zɛruɛ'dɛj'zɛnu'zɪdi'da

dĩ|ezi'kipej'vẽwdezdo'brarsi'porte'portete'rẽw'owtrej'fiksej]nef'kazezdujkuordine'dorizd
uz'bajruj]inezuni'dadijseni'tarjezdepru'vĩsjedike'bĩde||]

7º Locutor

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

[akõgrige'sẽwdezir'mẽjzdi'sẽzu'zediklu'niẽ'lẽdene|muni'sipjuduke'kõgu'fojfü'dad
eẽ'milojt^w'sẽtuzoj'tẽtẽi'trejpurmisjo'narjejfrẽ'sezej]a'sẽtwi'trĩti'sĩ'k^wenujkitre'baʎenaprup
rege'sẽwdwivẽ'zeʎuinapri]tẽ'sẽwdea'sõjzdisoliderje'dadi'ajkumuni'dađ]a'lẽjda]kõlemisj
o'narjea'bertepereu'publikuiter'sadu|akõgriga'sẽwõf'resi'kursuzdipa]tĩle'riekuli'narje'lĩg
^w'aĩglezeiĩfur'matikẽ]nu'sewĩti'rjori'zifitĩĩtir'natukia'kolĩ'krjẽsej'õrfẽj]id]f়েবরি'sidej]sar
edakõsej'sẽw'eume'delẽj]vẽjudẽpru'vĩsjeduku'nene'e'sej'zenuj]||]

[ẽtre'tẽ^w|nwĩtir'natu'a'mũjtukue'videdej]fodisu'rirpere'sarei'suejku'legej]azdfikuł
'dadi]sẽwđi'todenetu'reze]eir'mẽsupĩ'rjorri'latekipur'fałtedjelimẽte'sẽw|wĩtir'natukõkẽpes
i'dadipere'sẽj'krjẽse]a]b'bergetwał'mẽ^h'e'penez'vĩ^h||]

[nup'e'sadu|wĩtir'natu'erepoj'adupurumẽ'prezẽputru'li]firẽ]e]stedej]fodiazu'darali]g
ẽdu'e'kriziku'nõmikẽ]pu'risuemisjo'narje'klẽmẽpura'zudẽdip'soẽjkule'tivej]isĩgu'lar]pẽre
su]tẽtudupru'zetu]e'nẽwẽkõti'ser|wĩtir'natusi'rapri'mejre'arjedemi'sẽwfimi'ninefe]fare]põ
rte]||]

[ĩter'natudezir'mẽj]di'sẽzu'zediklu'niẽ'lẽdene'podife]fare]põrte]pur'fałtediku'mide]||]

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

[uz'mezizdi]fiv'rejrui'marsu'forẽwdea'gumeturbu'lẽsjepere]spupule'sõjzdi]ke'bĩde||
mẽrzi'naj]t'itud]pelẽpu'lisjenesju'nał'komuałte'mẽtipiri'gozu]ti'rarẽwẽ'vidẽkõ'armẽde'fog
ua'do]jside'dẽwznuz' bajru]kẽbe'sãgu|ibukũ'goju]ie'ĩdevjo'larẽw'zovẽj]sobe'mjasetẽ'bẽjdi'
armẽzdi'fogu]||]

[f'asiazrikłẽmẽ'sõjzdepupule'sẽwpur'kawzede]segu'rẽse]epu'lisjenesju'nał]ĩvi]ti'go
iu]ke'mĩnuz]levẽwawdi]zmẽtĩle'mẽtudũmẽ'redi]di]furnisi'dorizdi'armẽzde'foguawz]mẽrzi'n
ej]||]

[ẽ'tõnju]egu]t'ĩ]pukũ]ĩ'sidupurukabu'kadu|su'põ]stuefe'tivude]f'forsẽzer'madẽzẽgu'lẽn
e]f]ẽjke'bĩde]'ẽku'zadudi'serũdu]ffurnisi'dorizdi'armẽ]f]ewzmi'l]jẽti]f]||]

[u'kazu'e]jklẽre'sidunumał'ture]ẽjkiu'zõrgẽw]jkuĩtir've]jnadmni]tre'sẽwdezuj]tisẽsite
]te'mupẽwũ]f'trĩtẽi'no'vẽnu]zde'pe'ze'eri]||]

[u]f]subprokure'dorize'rałdare'publike]ẽjke'bĩde]ẽ'tõnju'nitu]pẽ'lonui]ẽsĩre'mẽtudẽsi'
mẽnede]ligali'dađ]aw]f]piritudidi'nũsjẽ'tẽduri]firẽ'sjaduizi]f'tirẽj'kazu]zdikurup'sẽw]kibrevi'm
ẽ^h'vi'rẽwã'tone]||]

['krimi] komubrēk j e' mētudik epi' taj] i finēsj e' mēt u e w t i r o' r i z m u' s ē w p u' n i d u z n u f' t e r m u z d e' l e j' e' t e a w z' v i t i' k^w a t r u' e n u z d i p r i' z ē w̃ || u v i s i g u v i r n e' d o r p e r e' a r j e p u' l i t i k i s u' s j a l | k i p r i z i' d i w a w i s i r e' m ē t^w | d i s i k u a z d i' n ū s j e] ē' m ū j t u' v ē w ē z u' d a r e s o s j e' d a d | j a z a w t u r i' d a d i] p u l i' s j a j] i z u d i' s j a i] a j k l a r e' s e r ē j u f' k r i m i' []]

[e d i t ē j' s ē w d e' r e d i k i r i e l i' z a v e e' s a t u j] e' m ē w a r' m a d e i f o r n e' s i e' a r m e z a w z m e r z i' n a j z ē j k e' b i d e' e' | m a r k a s i' m e n e d e l e g e l i' d a d | n e p r u' v i s j e' []]

Texto 3 – Autarquias locais: campanha de sensibilização

[i l e j' s o j] a w' t a r k i k e j] w e' s ū t u d u m u' m ē t u' p e r e u d z ē v o l v i' m ē t u d e j] k o m u n i' d a t] | ' t o d e z e j' f o r s e z' v i v e z d e n e' s ē w̃' s ē w̃ j e' m a d e z a k o t r i' b w i r p e r e u' e z i t u d u p r u' s e s u || a z i' g r e z e j' k o m u p e r' s e r e z d u g u' v e r n u' n ē w̃' f o z ē a' r e g r e | e' j e b e | i' g r e z e i v ē' z e l i k e b a' t i f t e ē j ē' g o l e' | z e t r e' b a l e n e s ē s i b i l i z e' s ē w̃ d e p o p u l e' s ē w̃' s o b r e i p u r' t ē s j e d e z a w' t a r k i k e z l u' k a j] | g e r ē' t i w o s e k r i' t a r j u z i' r a l | i r i p r i z ē' t ē t i l i' g a l d e k o g r i g e' s ē w̃ r i l i' z j o z e | a s e' i d e d e w' d j e s j e k o s i' d i d e p e l u g u' v i r n e' d o r d i k e' b i d e | e w' z e n j u l a b u' r i j n u' []]

[ē' t r e z i t u p e r e s i' d a d p ū t e' n e g r e | r e' p u b l i k e d u' k o g u b r a z e' v i l' | p e r e u k ū p r i' m ē t u d i' m a j] u m e m i' s ē w̃ p a f t o' r a l | u r i' v i' r ē d u ū m' b ū g u d e' v i d | f e' l o w d u d i z ē v o l v i' m ē t u d e p r u' v i s j e' | f r u t u d e' p a j] i f e' t i v e ē' t o d^w p e' i] []]

[e i' g r e z e v e ē' z e l i k e b e' t i f t e ē j ē' g o l e t ē' b ē j' k e r k o t r i' b w i r n u d i z ē v o l v i' m ē t u d e p r u' v i s j e n u j] s e' t o r i z d e d u k e' s ē w̃ i s e' u d] []]

[a p r u' v i s j e d i k e' b i d e' p o d k o' t a r n u j' p r o s i m' z' d i e j k o u n i' d a d i j] s a n i' t a r j e j] i i j' k o l e j k o j' t r w i d e j p e l e i' g r e z e i v ē' z e l i k e b e' t i f t e ē j ē' g o l e' []]

Texto 4 - Deputados da UNITA falam da vida socioeconómica de Cabinda

[n u' k^w a d r u d e z v i' z i t e z d i k o' t r o l u | i f i] k a l i z e' s ē w̃ d u j p r u' g r e m e j s u' s j a j] u' g r u p u p e r l e m ē' t a r d e u' n i t e' | s i r k u l u d i k e' b i d e | v i z i' t o w u j' k^w a t r u m u n i' s i p j u z d e p r u' v i s j e | n u b i' l i z i | u z d i p u' t a d u j k o j' t e' t a r ē w e r j a l i' d a d i d u j s e' t o r i z d e s e' u d | i d u k e' s ē w̃ | o b r e j' p u b l i k e j] i' o t r u j | u j p u' l i t i k u z' n ē w̃ g o j' t a r ē w̃ d u k i' v i r e w̃ []]

[b u k u' z a w j' t a s ē' l u z i' l e t r i k e j' a' t r e z' m e z i j] u' f a k t u j' t a d i f i k u l' t a r e' v i d e d e j p o p u l e' s o j] []]

[n u k e' k o g u | e d i l i g e' s ē w̃ d e u' n i t e m o j' t r o s i k o j' t r e' z i d e k o u d z a b e' m ē t u d u i d i' f i s j u d e j' g r e z e k e' t o l i k e | p u r' s e r p a t r i' m o n j u k u l t u' r a l | e' s u e m e n u t ē' s ē w̃ i p r i z e r v e' s ē w̃ d e v i' s i r p r i o k u p e' s ē w̃ d i' t o d u j] []]

[k e' b i d e | m u n i' s i p j u' s e d i | k o' g r e g e m e' j o r d e s i' d a d i p o p u l e s j u' n a l | i' m a j s i r' v i s u j] | u z d e p u' t a d u j s e' t i v e w̃ a i z e k u' s ē w̃ d i' m a j s p r u' z e t u j' p e r e u' b ē j' d e j p o p u l e' s o j] []]

[r a' u l' d a d e | j e f i d u' g r u p u p e r l e' m ē t a r d e w' n i t e p e r a p r u' v i s j a d i k e' b i d e | o r j e' t o w e' i d e u m e p e' l e j t r e' s o b r i a w t a r' k i k e z l u' k a j] []]

[u3depu'tadu3deu'niteri'gresẽwã'lwẽdei'levẽwẽjspreokupe'sõj3depru'vĩsjawperle'm
ẽtupereɔi]ku'sõj]ipu'sivej]solu'sõj]||]

Texto 5 – Girabola zap 2018: Sporting de Cabinda vence recreativo do Libolo da Lunda-sul

[nẽjẽ'febrĩdumũ'djaɔɔifuti'bõlĩpi'diwkju'publikuseprizẽ'tasẽ'masene3bẽ'kadẽ3duj't
adjumunisi'paɔdu'tafu||s'põrtĩgdike'bĩdeirikje'tivuduli'bolurjali'zarẽwẽme'boeper'tide||]

[e'turmẽ'verɔdi'brẽkẽ|kĩ3u'gonekõdi'sẽwẽdevizi'tadẽ|ẽ'tro'timide|tẽduĩri'gaduudu'm
injudu]pri'mejru3'vĩtimi'nutu]a'turmekivje'zodika'lulu|pru'vĩsjeɔdu'k^wẽze'su||]

[mẽj]aa]ẽ'sẽwẽduli'bõlu|nẽper'tide|foj'sõɔdi'poke'dure||u3'ljõ3du'nõrtiĩvir'terẽwũ'ru
muduzekõtsi'mẽtu]i]fĩ'garẽwẽw'golua3'vĩti'se]mi'nutu]ini'sja]puĩri'medjude'õw'ẽn||u
kruze'mẽtudine'ni'fojpi'r'fejtu|kõ'klwidukõmag'niki'fukabesje'mẽtudue'te'kẽt^h|kidei'kipedi'
emi'nak^wẽ'zẽbi||]

[de'poj3'diũ'zẽru|uli'bolu|proku'roko'rere'trazdupri'3wizu|mẽjfoj'pokuefi'kaznakõ
kretize'sẽwẽde]õpurtuni'dadi]õb'tide]||ipurki'kẽ'nẽw'merkẽ'sõfri|us'põrtĩg|le'vowplẽ'kar'nu
mẽ3o'gadediĩsi]f'tẽsje||utẽ'bẽjri'fõrsu'3õ|tevie'frjezenese'sarjẽperẽfezeru'doj3'zẽrupera'sue
furmẽ'sẽwẽ|deku'ridu]k^w'ẽ'rẽtei'sĩkumi'nutu3depri'mejrẽme'tadi||]

[nurjete'mẽtu|urikje'tivuduli'bolu|su'biwaz'li]nẽj]i]fili3'mẽti|us'põrtĩgfe'fowsina'su
e'zone'maj3ri'kwade'mũjtu'bẽjkomẽ'dadẽpelu3di'feze]si'mẽw'fi'gẽnine'ni||]

[mezmukõẽ'turmẽfore]f'tejrẽĩvere'darpeɔlufuti'bõwfe'sivu|foj'sẽprius'põrtĩgki]f'tevi
mi'õwnekõ'tẽde|sõ'nẽw'g'e]nopur'mũjtu'maj]purkuu]sewzete'kẽti3di]pĩr'di'sarẽwĩ'nõrmi]õ
portuni'da]d]||doj'zẽru'fojurizul'tadu]fi'naɔdeper'tide3zwi'zadẽpeluĩtirnasjo'naɔ|pedrudu]s'ẽt
u]||]

[kõ'ẽstevi'tõrje|us'põrtĩgdike'bĩdetote'lize'vĩti'sĩku'põtu]õ'kupeũdu3lu'gari3'maj]k
omudu]nu'mejudete'bẽɔdiklẽsifikẽ'sẽwẽdu'zire'bõle'zap'doj3'mi]idi'zõjtu||]

Texto 6 – Saúde: abertura da campanha de vacinação contra o sarampo

[s'e'rẽpu'eumẽdu'ẽseĩ'fetukõte'3jõzẽkaw'zadẽpurũ'viru]fa'madumõrbili'viru]||atrẽ3m
i'sẽw'edirete'mẽtidipi'sõẽparepi'sõẽpur'mejudi]sikri'sõj3duna'ri]i]idekẽ'bese]i]j]pe'lidẽ]pelu'
dwẽt^h|awtu'sir]ri]pi'rar'o]fe'lar|nu'zuɔtĩmu'zenu]apru'vĩsjeɔdike'bĩde'fojasu'ladekõ'su.tuj3di
se'rẽpukaw'zẽdu'varju'zõbitu]p]rĩsipal'mẽt^hnẽj]kri'ẽse3mi'nõri3disĩku'anuzdi'da]d]||]

[a]j]pi'rẽsedi'vidẽwne]j'ser'eupri'mejrukõpru'misuẽsu'midupeluiziku'tivuẽgu'lẽnun
u'k^wadrudu'zõzikõpru'misu]pẽrekõekri'ẽse]e]stali]nede]stre'tezẽi'leve]kri'ẽse]komup]jori'da
d]absu'lute]pu'risu'fõrẽwĩlẽ'sadẽ3'varje]kẽ'pẽjẽ3disẽsibiliza'sẽwĩ'vesine'sẽw'kõtreuse'rẽpu

ētod^wpe'j|kō'εftεjkē'pējēfēsītwe'sēwēpidimo'lōzīkēduse'rēpunēpru'vīsjeđīke'bīde'tējftad
w|ēđīmi'nwīrkōsīđīravef'mēt^h||

[vtrē'vezduše'tordese'ut^h|īper'sejru|uqu'vernudīke'bīdeprī'tēde'tī'zīreme'tēđīnī'nū'k
azudīse'rēpu|nēpru'vīsje|naprī'zētkē'pējē'bertēofisja'mētīpelagovīrne'doredēpru'vīsjeprī'
vesīvasī'nar'majzđī'sētujōj'tēte'mītkrī'ēsežnu'k^watrumunī'sipju|de'ikēguvīr'nē^h|apī'loa
w|teknīkuzđīsa'udīarīdo'brarējuzīf'forsu|pērekj'εftē'sīfrē'sezetī'zīde|pēre'ta|a|dīnēde'lōb
ekē'tēbuīzor'totē'bējēu'paj|jēkēri'gaduzđīduke'sēwālī'varējēkri'ēsej|ēw|pōstuzdevesīne'
sēw||

[serkēđīdu'zēte'fī'trīte'kīpe'fōrēw'krjadē|ējke'bīdeki'vēwdu'rētkē'torzi'dīe|adīmī
nī'trarēzve'sīne'f'kōtrēse'rēpu|poljōmī'lītu|ivīte'mīne'a|ajkri'ēsežduz'zeruēmī'nōrīzđī'dej'z
ēnuzđī'dadī|azī'kīpe'k'vēwđīzlo'karsī'pōrte'pōrteitī'rēw'otrē'fīkse|nē'kazēzdu|kurdīne'd
orīzduz' bajru|īnezunī'dadī'senī'tarjēznapru'vīsjeđīke'bīde||

8° Locutor

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

[akōgrīge'sēwēđēzīr'mējzđī'sēwžu'zedīklu'niē'lēđēne|munī'sipjuduka'kōgu'fojfu'da
dej'mī|ōjtu'sētuzjōj'tēte'trej|purmīsjō'narjēf'rē'sezēj||a'sētui'trīte'sī'kwēnu'kītre'ba'λēp
rōpege'sēwđūivē'ze'λjūīnēpre'fē'sēwđīe'sōjzđīsolīdarje'dj'ajkumunī'dad|a'lējđāi'kōlēmī
jō'narja'bertēpareu'publīkūītere'sadu|akōgrīge'sēwōfī'resī'kursuzdepe'fīle'riē'kulī'narjē'lī
g^w aī'glezēīīfor'matīke||nu'sewīteri'orī'zīfīūīter'naturkje'kō'λīkri'ēse'zōrfēzīdīfēvōre'sīde|j||
sarēde'kōsej'sēwēume'dē|ēj||vejudepre'vīsjeđūku'nenīj'a'sej'zēnu||

[ētrī'tētu|nuīter'natu'a'mūjtukje'vidēdej'fōdīsū'rīrēpē're'sarēi'sua'fku'lēge|a|zđīfīku'đ
adīj'sēwđī'tōđēnētu'rezē||ēir'mēsūpī'rjōrī'latekīpur'fāltēđjalīmēte'sēw|wīter'naturkōkēpesī'
dēđīpara'sēj'kri'ēse'fā'bergetwāl'mētjēje'penēz'vītī||

[nupē'sadu|wīter'natu'erepoj'adupurūmēč'preze'petro'līfere||εftēde'fōđjēzū'darāfē'g
ēdwe'krīzīku'nōmīkē||pu'risuēmīsjō'narjē'klamēpure'zudēđīp'sōē'kule'tivēzīsīgu'lar'fpareu
su'f'tētudupru'zētu||ē'nēwēkōtī'ser|wīter'natuse'raprī'mejrē'arjēđēmi'sēw'fīmī'nīnāfē'fāre'f'p
ortē||

[īter'naturdazīr'mējzđī'sēwžu'zedīklu'niē'lēđēne'pōdīfe'fāre'f'pōrte'f'pur'fāltēđīku'mīde||

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

[uz'mezīzđīfīvī'rejri'marsu'forēwđja'gumēturbu'lēsje'pēra'fpopulē'sōjzđīke'bīde||m
erzi'nēj|tīdu'plēpu'līsje'nesju'na'komwālte'mētīpīrī'gozū|tī'rarēwē'vidēkō'armēđī'fōgua'
doj'sīde'đēwžnuz' bajru'kēbe'sēguībukū'gojuīe'īđēvjo'larēw'zōvēj'sōbe'mjasēte'bējđī'arm
ēđī'fogu||

[fasiazriklemə'sōjzdapopule'sēw̃pur'kawzedeĩsigu'rēse|əpu'lisjenesju'nalivifti'go
wiufkə'mĩnjuze'varēw̃ewdizmētelə'mētudjume'redidifurnesi'doriz'djarmezdi'foguəwzmer
zi'nej]]

[ē'tonjuəgu'fĩnukũpe'sidupurkabu'kadu|su'poftuife'tivudaf'forsəzer'madēzēgo'lan
ezējkə'bīdē|'ejeku'zadudi'serūdu'furnisi'dorizdi'ermē]əwzmi'ljētĩ]]

[u'kazu'eijklere'sidu'numa'tureēkiu'zorgēw̃jkiĩter'vējēnaadministre'sēw̃dēzuj'tisət
ĩftimũ'jērēw̃f'trĩtei'no'vjanuzdē'pē'zē'eri]]

[usubprokure'dorzi'rałdere'publikēēkə'bīdē|ē'tonju'nitu|epi'lownuēsire'mētudesi'm
anedałgali'dađ|aw'pĩritudidi'nūsje'tēdurifĩrē'sjaduizij'tirē'kazuzdikorup'sēw̃kibrevi'mēti
vi'rēw̃a'tone]]

['krimij'komubrēkjə'mētudikēpi'tajjĩfinēsje'mētuewteru'rizmu'sēw̃pu'niduznu'f'et
muzdē'lej|e'tejewz'vĩti'k^w'a'trwanuzdĩpri'zēw̃||uvisēguvĩrē'dorperē'arjēpu'litikeiso'sjałipu'
litike|kĩprezi'diwawēsire'mētu|'disikiazdi'nūsje]ē'mũjtu'vēw̃ēzu'daresosje'dađ|iazawturi'd
ađ]puli'sja]j]izudi'sjai]ai]kləri'serēju'krimij]]

[ēditē'sēw̃dē'redikirjali'zavē'sałtuza'mēw̃er'madēifurne'sie'armēzēwzmarzi'najzēj
kə'bīdē|'markese'manēdalegali'dadinapro'vĩsje]]

Texto 3 – Autarquias locais: campanha de sensibilização

[ilej'sōzaw'tarkikē]j|uē'sūtudumu'mētupereudizēvołvi'mētudē]kumuni'dadi]]|todiz
ē]forsəz'vivezdene'sēw̃'sēw̃jē'madēz'akōtri'bwĩrperēu'ezitudupru'sesu|ēzi'grezē]komup
er'sejrēzdugu'vernunēw̃'fozēa'rēgre|ē]jēbē|i'grezeivē'zēlikēbē'ti]tēējē'gōlē|'zatrē'bal'enesē
sibilizē'sēw̃dēpopule'sēw̃'sobrĩēpor'tēdjēdazawtē'kiezlo'kaj]]|gērē'tiwusekre'tarjuze'rał|i
rĩprizē'tētĩli'gałdēkōgrigē'sēw̃rili'zjōzē|asē'idēdaw'djēkōsi'didēpĩlugu'verē'dordikē'bīdē|e
w'zēnjulebu'rĩju]]

[ē'trēzituperesi'dadipōtē'negrē|rĩ'publikēdu'kōgubrezē'vili|'parēukũpri'mētudi'maj
zumemi'sēw̃pē]tu'rał|urivi'rēduũ'būgudē'vidfē'luwdudizēvołvi'mētudēpru'vĩsje|'frutudē'p
azife'tiveē'todupē'ij]]

[ai'grezeivē'zēlikēba'ti]tēējē'gōlētē'bēj'kerkōtri'bwĩrnudizēvołvi'mētudēpro'vĩsjenu
j]sē'torizdaidukē'sēw̃ise'udi]]

[ēpro'vĩsjēdeka'bīdē'podikō'tarnu]f'p̄rosimuz'diē]kōuni'dadi]sani'tarjezie]kōlē]kōj'
trwidē]pĩlēi'grezeivē'zēlikēbē'ti]tēējē'gōlē]]

Texto 4 - Deputados da UNITA falam da vida socioeconómica de Cabinda

[nu'k^w'adrudazvi'zitezdikō'trōlifij]kalizē'sēw̃du]spro'grēmē]so'sja]j]u'grupupērlēmē't
ardēw'nitē|'sirkuludikē'bīdē|vizi'tou]f'k^w'atrumuni'sipjuzdapro'vĩsje||nubi'lizi|uzdĩpu'tadu]k

õfʃte'tarẽwẽrjeli'dadidujʃsẽ'torizdese'udi|iduke'sẽwi'obreʃ'publikeʃ||uʃpu'litikuʒ'nẽwguʃ'tar
ẽwũduki'virẽwũ||

[boku'zaweʃ'tasẽ'luzi'letri'ke'trez'meziʃ||u'faktueʃ'taadifiku'tare'videdeʃ'popule'sõjʃ||]

[nukẽ'kõgu|edilige'sẽwũdau'nitemoj'trowsikõʃtrẽ'zide'kõudizabe'mẽtudwidi'fisjudẽ
i'grezẽke'tõlike||pur'serpẽtri'monjukuʃtu'raʃ|ẽ'suẽmẽnutẽ'sẽwĩprezi'vẽ'sẽw'devi'serpri'oku
pẽ'sẽwũdi'toduʃ||]

[ka'bĩde|muni'sipju'sedi|kõ'gřegemẽj'õrdẽsi'dadipopulesju'naʃ|i'majʃsĩr'visuʃ||uzdi
pu'taduzĩsẽ'tivẽwẽezeku'sẽwũdi'majʃpru'zẽtuʃ'pẽrẽu||bẽjdeʃ'popule'sõjʃ||]

[rẽ'uʃ'dẽde'ʃẽfdu'grupupẽrlemẽ'tardẽw'nitẽpẽrẽpro'vĩsjadake'bĩde|õrjẽ'tõẽ'ĩdeumẽ
pa'leʃtrẽ'sobrjawtẽr'kiezlo'kajʃ||]

[uzdi'pu'taduzdau'niteri'gřesẽwẽ'lwẽdei'levẽwẽʃ'prijõkupẽ'sõjzdepru'vĩsjẽwperle'mẽ
tu'pẽrẽdiʃku'sõʃipo'sivejʃsolu'sõjʃ||]

Texto 5 – Girabola zap 2018: Sporting de Cabinda vence recreativo do Libolo da Lunda-sul

[nẽẽ'febridumũ'djaʃdi'futi'bõlĩpe'di'wkiu'publikusjẽprezẽ'tasjẽ'masẽnẽzẽbẽ'kadẽzdu
ẽʃ'tadjumunisi'paʃdu'taʃi||s'põrtĩgdike'bĩdeirĩkri'je'tivuduli'bolurjali'zarõumẽ'boẽpẽr'tide||]

[rẽ'turmẽ'verdi'brẽke|kizõ'gonẽkõdi'sẽwũdivizi'tadẽ|ẽtro'timide|tẽduẽtre'gadu|udu'm
injuduʃpri'mejruʒ'vĩtmi'nutuza'turmẽkĩvje'zõdike'lulu|pro'vĩsjẽdu'k^wẽzẽ'suʃ||]

[mazasẽ'sẽwũduli'bolu|nẽpẽr'tide|foj'sõdi'poke'durẽ||uz'ljõjzdi'nõrtiĩvẽr'terẽwũ'ru
muduzekõtisi'mẽtuʃ|i'je'garẽwaw'goluaaw'z'vĩti'sejzmi'nutuzini'sjajʃpuĩter'mẽdjudi'owen||
ukruze'mẽtudĩnẽ'ni'fojper'fejtu|kõkl'widukõũmẽg'niki'fukẽbesiẽ'mẽtude'etakidei'kipẽdiẽ
mi'nak^wẽ'zẽbi||]

[de'pojzdiũ'zẽru|uli'bolu|proku'roku'rere'trazdupre'z'wizu|mẽʃfoj'pokwefi'kaznẽkõ
kritize'sẽwũdeʒzõportuni'dadizob'tideʃ||ipurki'kẽ'nẽw'mærkẽ'sõfri|us'põrtĩg|ele'vouplẽ'kar'n
umẽzõ'gadẽdiĩsi'ĩtẽsjẽ||utẽ'bẽri'forsu'zõ|tevjẽfr'jezẽnese'sarjẽpẽrẽfẽ'zẽrudõj'zẽrupẽrẽ'suẽf
õrmẽ'sẽwũ|deku'ridu|k^wẽ'rẽtẽi'sĩkumij'nutuzdapri'mejrẽmẽ'tađ||]

[nurjẽtẽ'mẽtu|urikri'je'tivuduli'bolu|su'biwẽz'liĩnẽʃ|i'feliz'mẽtus'põrtĩgfw'fõwsina'su
ẽ'zone'majzri'kwadẽ'mũjtu'bẽjkomẽ'dadẽ'pelujzdi'fezẽjʃsi'mẽwũ|tẽgã'ni.inẽ'ni||]

[mẽzmukõẽ'turmẽfureʃ'tejrẽviri'darpeʃlufuti'bõlofẽ'sivu|foj'sẽprius'põrtĩg'kẽjẽʃ'te
vimi'ʃõrnẽkõ'tẽde|nẽw'sõgẽ'jõpur'mũjtu'majʃpurkiuʃ'sewzata'kẽtẽzdi'pẽrdi'sarẽwi'ĩnõrm
izõportuni'dadĩʃ||dojz'zẽru'fojũrezuʃ'taduʃi'naʃdapẽr'tideʒwi'zadẽpeluĩti'ĩnẽsjõ'naʃ|pẽdrud
uʃ'sẽtuʃ||]

[kõ'ẽʃtẽvi'tõrjẽ|us'põrtĩgdike'bĩdetote'lize'vĩti'sĩku'põtuʃ|io'kupẽũduzlu'gariʒmaʃ'ko
muduznu'mejjudẽtẽ'belẽdiklẽs'fike'sẽwũdu'zire'bõlẽ'zapi'dõjzi'milidi'zõjtu||]

Texto 6 – Saúde: abertura da campanha de vacinação contra o sarampo

[sə'rɛpu'eumə'dwɛsɛi'fɛtɔkɔtɛzi'ɔzɛkew'zadɛpurũ'viruʃa'madumorbili'viruʃ]atrɛʒ
mi'sɛw'ɛdirɛtɛ'mɛtidipɛ'soɛpɛ'soɛpur'mejudɛʃsɛkrɛ'sɔʒɔdunɛ'rizida'bokɛ|ɛʃpi'lidɛʃpelu'dw
ɛtiawto'sir|riʃpi'rar'ofɛ'lar|nuz'uʎtɪmu'zɛnuzɛpru'vɪʃjɛdika'bɪdɛ'fojaso'ladɛkɔ'surtuzdisɛ'rɛ
pukɛw'zɛdu'varjuʃ|obituj|pɪɾisipaʎ'mɛtinaʃkri'ɛsɛzmi'norizdi'sɪku'anuzdei'daɖ||]

[aiʃpi'rɛsɛdi'vidɛwnɛjʃ'sɛr'eupri'mejrukɔpru'misusɛmidupɛluiziku'tivuɛgu'lɛnun
u'k^wadruduz'ɔzɪkɔpro'misujpɛrɛkɔɛkri'ɛsɛ|ɛʃta'lɪɲɛdɛ|ɛʃtrɛ'tɛzɛi'lɛvɛkri'ɛsɛ'komupɾjori'd
adabso'lutɛ||pu'risu'forɛwɪlɛ'sadɛz'varjɛʃkɛ'pɛɲɛzdisɛsibiliza'sɛwɪvasinɛ'sɛw'kɔtrɛusɛ'rɛp
uɛ'todupɛ'ij||kɔ'ɛʃtɛʃkɛ'pɛɲɛʃɛsitwɛ'sɛwɛpidɛmu'lɔzɪkɛdusɛ'rɛpunɛpru'vɪʃjɛdɛkɛ'bɪdɛ'tɛʒɛ
ʃ'tadaɛdimi'nwɪrkɔsidiravɛ'l'mɛt||]

[atra'vezɔdusɛ'tordɛsɛ'udɪipɛr'sɛjruʃugu'vernudikɛ'bɪdɛprɛ'tɛdʒɛtɪ'zɪrɛmɛ'tɛdɪnɛ'jũ'
kazudisɛ'rɛpunɛpru'vɪʃjɛ||napri'zɛtkɛ'pɛɲɛ'bertɛofsjaʎ'mɛtiplaguvɪnɛ'dorɛdapru'vɪʃjɛpri'v
ɛsɪvasi'nar'majzdi'sɛtɔj'tɛtɛj'sɛti'mɪkri'ɛsɛznuʃ'k^watrumuni'sipjuʃ|dɛ'ikjaguvɛr'nɛtɛpɛ'l
oawʃ'tɛknɪkuzdisa'udɪarɛdo'brarɛuziʃ'forsujpɛrɛkɪɛʃtɛ'sɪfrɛ'sɛjzɛtɪ'zidɛ||pɛrɛ'taʎ|aʎ'dɪnɛdɛ'l
ɔbɛkɛ'tɛbuizɔr'totɛ'bɛʒɛwʃ'pajzjɛkɛri'gadzididukɛ'sɛwɛalɛ'varɛʒɛʃkri'ɛsɛʃɛwʃ'poʃtuʒdɪvɛsɪ
nɛ'sɛw||]

[sɛrkɛdidu'zɛtɛʃi'tɾɪtɛi'kɪpɛʃ'forɛw'krjadɛzɛka'bɪdɛki'vɛwɔdu'rɛtkɛ'torzi'diɛʃ|adɪmi
niʃ'trarɛzɛvɛ'sɪnɛʃ'kɔtrɛsɛ'rɛpu|poljɔmʒɛ'liti'ivɪtɛ'mɪnɛ'a|ɛʃkri'ɛsɛzduʒ'zɛruɛmi'norizdi'dɛjz'
ɛnuʒdi'dadi||azi'kɪpɛz'vɛwɔdɪzlo'karsi'portja'portɛitɛ'rɛw'otrɛʃ'fɪksɛʃ|nɛʃ'kazɛzduʃkurdɪnɛ'
dorizduʒ'bajruʃ|ɪnɛzuni'dadiʃsɛni'tarjɛznapru'vɪʃjɛdikɛ'bɪdɛ||]

9º Locutor

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

[akɔgrɪgɛ'sɛwɔdɛzir'mɛʒdi'sɛʒu'zɛdiklu'niɛ'lɛdɛnɛ|muni'sipjudikɛ'kɔgu'fojʃũ'dadɛ
ɛ'miloj^wsɛtuzɔj'tɛtɛi'trɛʃpɪrmɪsju'narjɛʃfrɛ'sɛzɛʃ||a'sɛtwi'tɾɪtisɪku'ɛnuʃkitrɛ'balɛnɛpropa
ga'sɛwɔduvɛ'zɛʎjuɪnɛprɛʃtɛ'sɛwɔdʒɛ'sɔzɔdisulidarjɛ'daɖaʃkumuni'daɖʃ||a'lɛdaʃ'kɔlɛmisjo'nar
jɛ'bertɛ'pɛrɛu'publikuɪtɪri'sadu|ɛkɔgrɪgɛ'sɛwɔfɪ'rɛsɪ'kursuzɔpɔʃtɪlɛ'riɛ|kuli'narjɛ'lɪg^waɪ'gl
ɛzɛiɪfur'matikɛ||nu'sɛwɪti'rjori'ziʃtiũitɛr'natukjɛ'kɔljɪkri'ɛsɛz'ɔrɛʒidɪʃfɛvori'sidɛʃ||sarɛdɛk
ɔsɛj'sɛw'eumɛ'dɛlɛʃ||vɛjudɛpru'vɪʃjɛdɛku'nɛni'a'sɛj'zɛnuʃ||]

[ɛtɾi'tɛ^wnwɪtɪr'natu|ɛ'mũjtukwɛ'vidɛdɛj'ʃodɪsu'riɾpɛrɛ'sarɛi'suɛʃko'lɛgɛʃ|azɔdɪfɪk
uʎ'dadʃ'sɛwɔdi'tɔdɛnɛtu'rɛzɛ||ɛir'mɛsupɪ'rjorri'lɛtɛkɪpur'fɛlɛdɛjɛlɪmɛtɛ'sɛw|wɪtɪr'natukɔkɛp
ɛsi'dɛdɪpɛrɛ'sɛʃkri'ɛsɛʃaʎ'berɛtɛwɛ'l'mɛtɛ'pɛnɛz'vɪt||]

[nupɛ'saduʃtɪr'natu'ɛrɛpɔj'adupurumɛɛ'prɛzɛpɛtru'lɪfɪrɛ||ɛʃtɛdɛj'ʃodjazu'darali'gɛ
du'kriziku'nɔmɪkɛ||pu'risuɛmɪsju'narjɛ'klɛmɛpɛrɛ'zudɛdɪpɪ'soɛʃkulɛ'tivɛʃ|isɪgu'larɪʃpɛrɛus
uʃ'tɛtɛdupru'zɛtu||ɛ'nɛwɛkɔti'sɛr|wɪtɪr'natusɛ'rapri'mejrɛ'arjɛdɛmi'sɛwɪfɪmi'nɪnɛfɛ'ʃaraʃ'pɔr
tɛʃ||]

[ʔiter'natudazir'mẽzdi'sẽw̃zu'zediklu'niẽ'lẽdene'podife'fareʃ'pɔrtẽʃpur'faʔtediku'mide||]

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

[uz'meziʒdiʃiv'rejrui'marsu'forẽw̃dja'gumeturbu'lẽsjẽpreʃpupule'sõzdi'ke'bĩde||me
rzi'najʃ||tiduʃpelepu'lisjẽnesju'nal'kumuaʔtẽ'mẽtipi'ri'gozuʃ||ti'rarẽw̃v'videkõ'armedi'foguẽ'd
oʃʃside'dẽw̃z'ʔajruʃkebe'sãguibukũ'gojuie'ĩdevjo'larẽw̃'zovẽʃʃsobẽe'mjasetẽ'bẽʒdj'armẽzdi
'fogu||]

[ʔfasiazriklẽmẽ'sõʒzdepupule'sẽw̃pur'kawzedeĩsigu'rẽse|epu'lisjẽnesjo'nal'ĩvesti'go
iujke'mĩnuʒle'varẽw̃awdizmẽtĩle'mẽtudjumẽ'redidifurnisi'doriʒdi'armedi'foguawzmerzi'n
ajʃ||]

[ẽ'tonjuaguʃ'tĩnukũje'sidupurukabu'kadu|sʃuʃ'pejtuiʃe'tivudeʃ'forsẽzẽr'madezẽgu'l
enezẽʒke'bĩde|ieku'zadudi'serũduʃfurnisi'doriʒde'armẽfẽw̃zdi'foguawzmi'ljẽtiʃ||]

[u'kazu'eĩʃkleʔi'sidunumaʔ'tureẽʒkiu'zɔrgẽw̃ʃkĩtir'vẽʒẽʒnadminiʃtre'sẽw̃dezuʃ'tisesi'
nalẽw̃ʃ'trĩteʒ'nov'jẽnuʒda'pe'ze'ẽri||]

[usub^wprokure'doriʒe'raʔderi'publikeẽke'bĩde|ẽ'tonju'nitu|epi'lownwẽsire'mẽtudes'
menẽdelegali'daʒ|awʃ'piritudidi'nũsjẽ'tẽdurifirẽ'sjaduiziʃ'tirẽ'kazuʒdikurup'sẽw̃kubrevi'
mẽt|vi'rẽw̃a'tõne||]

[k'rimiʃ|komubrjẽke'mẽtudĩkapi'tajʃifinẽsjẽ'mẽtuawteru'riʒmu'sẽw̃pu'niduʃ|nuʃ'ter
muzde'lej|a'teawz'vĩti'k^watrw'enuʒdipri'zẽw̃||uvisiguvirne'dorpre'arjẽpu'litikisu'sjaʃ|kiprez
i'diwawĩsire'mẽt^w|diskuazdi'nũsjẽʃẽ'mũjtu'vẽw̃azu'daresusje'dadiezawturi'dadʃpuli'sjaʃ|i
zudi'sjaʃ|i]

[ẽditẽ'sẽw̃de'redikirjali'zava'saʔtuzẽ'mẽw̃ar'madeifurni'sie'armẽzawzmerzi'najʃ|ẽʒk
ẽ'bĩde|markasi'menẽdelegeli'dad|nẽpru'vĩsjẽ||]

Texto 3 – Autarquias locais: campanha de sensibilização

[ilej'sõʒʃ]ew'tarkikeʃ|wẽ'sũtudumu'mẽtupraudzẽvoʔvi'mẽtudeʃkumuni'dadiʒ||todez
ẽʃ'forsẽz'viveʒdene'sẽw̃'sẽw̃ʃe'madezakõtri'bwirepẽreue'ejzitudupru'sesu||ezi'grejzẽʃkomu
per'sejreʒdugu'vernu'nẽw̃'fɔzẽʒa'regre||e'jẽbe|i'grejzẽevẽ'zẽlikẽba'tiʃtẽẽʒ'gõle'zẽtre'baʃje
nesẽsiblize'sẽw̃de'pupule'sẽw̃'sobreĩpur'tẽsjẽdezawter'kieʒlo'kaʃ||gẽrẽ'tiwosikri'tarjuʒi'raʃ
iripriʒẽ'tãtĩle'gaʔde'kõgrige'sẽw̃rili'zjɔzẽse'idẽdẽw'djẽsjẽkõse'didẽpeluguverne'dordike'bĩd
e|ew'zẽnjulabo'rĩnu||]

[ẽ'trẽzituperesi'diadipõte'negre|ri'publikeðu'kõgubraza'vi|preukũpri'mẽtudi'majʃ|
umemi'sẽw̃peʃto'raʃ|uri'vi'rẽduũ'bũgude'viq|fẽ'lowdudzẽvoʔvi'mẽtudepru'vĩsjẽdika'bĩde|fr
utude'paʃ|iʃe'tiveẽ'todupe'ij||]

[ei'grezɛvɛ'zɛlikɛbae'tiʃtɛɛ'gɔlɛtɛ'bɛʃ'kerkɔtri'bwirnudzɛvolvi'mɛtudɛpru'vɨsʃɛn
ujʃsɛ'toriʒdɛduke'sɛwɨsɛ'udɨ||]

[ɛpru'vɨsʃɛdikɛ'bɨdɛ'podikɔ'tarnuʃ'prɔsimuz'diɛ'kɔuni'dadɨʃsɛni'tarjɛʃ|iʃ'kɔlɛʃkɔʃ't
rwidɛʃpɛlɛi'grɛʒɛivɛ'zɛlikɛba'tiʃtɛɛ'gɔlɛ||]

Texto 4 - Deputados da UNITA falam da vida socioeconómica de Cabinda

[nu'k^wadrudɛʒvi'zitezɔdikɔ'trɔlifɨʃkalize'sɛwɨduʃpru'grɛmɛʃsu'sjaʃ|u'gruɔpɛrlɛmɛ't
ardɛu'nitɛ|sɨrkuludikɛ'bɨdɛ|vizi'touʃ'k^watrumuni'sipjuʒdɛpru'vɨsʃɛ||nubi'lizɨ|uzdipu'taduʃk
ɔʃtɛ'tarɛwɛrjali'dadidujʃsɛ'toriʒdɛsɛ'udɨ|idukɛ'sɛwɨ'ɔbrɛʃ'publikɛʃ||uʃpu'litikuʃ'nɛwɨguʃ'tar
ɛwɨduki'virɛwɨ||]

[boku'zawʃ'tasɛ'luʃ|e'letrikɛa'trɛʒ'mezeʃ||u'faktuʃ'taadifiku'tarɛ'vidɛdɛʃpopulɛ'sɔʃʃ||]

[nuke'kɔgu|ɛdelegɛ'sɛwɨdɛu'nitemuʃ'trowskɔʃtrɛ'zidɛ'kɔudezɛbɛ'mɛt^wdwidɨ'fisjud
ɛʃ'grɛʒɛka'tɔlikɛ||pur'sɛrɛpɛtri'monjukuʃtu'raʃ|a'suɛmanutɛ'sɛwɨpɛrɛzɨrvɛ'sɛwɨdɛvi'sɛrɛpɛrioku
pɛ'sɛwɨdi'tɔduʃ||]

[kɛ'bɨdɛ|muni'sipu'sɛdi'kɔ'grɛgɛmɛʃ'ɔrdɛsi'dadɨpopulɛʃju'naʃ|i'majʃsɨr'visuʃ||uzdip
u'taduʃ|ɨsɛ'tivɛwɛizɛku'sɛwɨdi'majʃpru'zɛtuʃ'pɛrɛubɛdɛʃpopulɛ'sɔʃʃ||]

[rɛ'ul'dɔdɛ|ʃɛfidu'gruɔpɛrlɛmɛ'tardɛu'nitɛpɛrɛapru'vɨsʃɛdekɛ'bɨdɛ|ɔrjɛ'towɛ'ɨdɛu
mɛpɛ'laʃtrɛ'sobriazawtɛr'kiɛʒlo'kajʃ||]

[uzdɛpu'tad^wʒdɛu'nitɛrɨ'grɛsɛwɨa'lwɛdɛi'levɛwɛʃpɛrɛjok^wpɛ'sɔʃʒdapru'vɨsʃɛwɛrlɛ'm
ɛtupɛrɛdɨʃku'sɔʃʃ|ipo'sivɛʃʃsolu'sɔʃʃ||]

Texto 5 – Girabola zap 2018: Sporting de Cabinda vence recreativo do Libolo da Lunda-sul

[nɛʃɛ'fɛbridumũ'djaʃ|dɨfuti'bɔʃ|iɛ'pɨ'ɨdiwu'publikusɨɛpɛrɨzɛ'tasiɛ'masɛnɛʒbɛ'kadɛʒduʃt
adjumunisi'paʃdu'tafɨ||s'pɔrtɨgdkɛ'bɨdɛɛrɛkrɛʃɛ'tivudɨlu'bolurjali'zarɛwɨumɛ'boɛpar'tidɛ||]

[ɛ'turmɛ'vɛrdi'brɛkɛ|kɨʒu'gonɛkɔdi'sɛwɨdivizi'tadɛ|ɛ'tro'timidɛ|tɛduɛtre'gaduudo'm
injuduʃpɛri'mɛʃr^wʒ'vɨtmi'nutuʃ|a'turmɛki'vɛʃɛ'zodika'lulu|pru'vɨsʃɛdu'k^wɛzɛ'sulɨ||]

[majʃɛasɛ'sɛwɨduli'bolu|nɛpɛr'tidɛ|foj'sɔʃdi'pɔkɛ'durɛ||uz'ljɔʃʒdu'nɔrtiɨvir'tɛrɛwɨ'r
umuduzɛkɔtisi'mɛtuʃ|iʃɨ'garɛwɨaw'gɔluawʒ'vɨti'sɛʒzmi'nutuʃ|ini'sjaʃpuʃtɨr'mɛdjudɨ'ɔʃʃ||uk
ruzɛ'mɛtudɨnɛ'ni'fojɛr'fɛʃtu'kɔkl'widukɔmɛg'niki'fukɛbesjɛ'mɛtudɛ'takudɛi'kipɛdi'ɛmɛ
nɛk^wɛ'zɔbi||]

[di'poz'diũ'zɛru|uli'bolu|proku'roku'rɛra'trazdupɛri'zɔwiz^w|maj'foj'pokwɛfi'kajʃ|nɛkɔ
kɛrɨzɛ'sɛwɨdɛzɔpɛrtni'dadʃ|ɔb'tidɛʃ||ipurki'ki'nɛwɨ'mɛrkɛ'sɔfrɨ|us'pɔrtɨg|ilɛ'vo|upla'kar'num
ɛʃ'zɔ'gadɛdɨisiʃ'tɛsʃɛ||utɛ'bɛʃrɨ'forsu'zɔ|tɛvɨɛfr'jɛzɛnɨsɛ'sarjɛpɛrɛfɛ'zɛru'doj'zɛrupɛrɛuɛfu
rɛsɛwɨ|diku'riduʃkɛwɛ'rɛtɛi'sɨkumi'nutuʒdɛpɛri'mɛrɛmɛ'tadi||]

[nurjate'mētu|urekrjə'tivudul'bolu|su'biwaz' lĩņe]||ĩfĩliz'mēti|us'pɔrtĩgfe'fosinə'sue'
zone'mazri'kwade'mũjtu'běj̃mũjtu'běj̃kumě'dade'pɛlujzdi'fezɛfsi'měw̃|tʃi'gēni.inə'ni||]

[mɛzmukðə'turməforɛʃ'tejraěvire'darpelufuti'bɔlɔfē'sivu'foj'sěprius'pɔrtĩg'kěj̃]teve
imi'l'ornəkð'tēdɛ|so'něgě'jɔpur'mũjtu'majpurkiu'sewzɛtə'kět̃i]diʃpirdi'sarěwi'nɔrmizɔpurtun
i'dad]||doj'zɛrufojurizu'tadufi'nalɔpɛr'tidɛ|ɛzwi'zadɛpeluĩternəsjo'nal'pedrudu'f'sět̃u]||]

[kð'ɛʃtɛvi'tɔrjɛ|us'pɔrtĩgdikɛ'bĩdɛtutɛ'lizɛ'vĩt'sĩk^w'pðtu]io'kupeũduzlu'gari'z'maj]si
mejru'f nu'mejudata'bɛlɛdiklɛsifikɛ'sěw̃du'zire'bɔlɛ'zap'doj'z'milid'zojtu]||]

Texto 6 – Saúde: abertura da campanha de vacinação contra o sarampo

[sɛ'rěpu'eume'dwěsɛĩ'fatokðtɛzi'ɔzɛkaw'zadɛpurũ'viru'fa'madumorbili'viru]||atrɛz
mi'sěw̃'ɛdirɛtɛ'mēt̃idipi'soap'i'soɛpur'mejudɛʃsegre'sðjzɔduna'ri]ida'bɔkɛ|ɛʃpi'didɛʃpelu'dw
t̃i|awto'sir|rɛʃpi'rar'ofɛ'lar|nuz'ultimu'zěnuzɛpru'vĩsjɛdikɛ'bĩdɛ'fojas:o'ladekð'surtuzɔisɛ'r
ɛpukɛw'zědu'varjuz'ɔbitu]pɔĩspa'f'mēt̃inɛj]kri'ěsɛzmi'nɔridi'sĩku'enuzɔdi'dadi]||]

[aʃpɛ'rěsɛdi'vidɛawnej]ser'eupri'mejrukðpru'misusɛsu'midupeluizɛku'tivuegu'lěnu
nu'k^wadrudu]f'ðzi'kðpru'misusʃpɛrɛkðɛ'krjěsɛ'ɛʃtalĩņɛdɛʃtrɛ'tɛzɛi'levɛ'krjěsɛkomuprjori'd
adiɛbsu'lutɛ]pu'risu'forěw̃lě'sadɛz'varjɛkɛ'pɛņɛzɔisɛsibliza'sěw̃|ivasinɛ'sěw̃'kðtrɛusɛ'rɛp
uěj̃'todupe'i]||kð'ɛʃtɛkɛ'pɛņɛ]asitwɛ'sěɛpidmju'lɔzɛkɛdusɛ'rɛpunɛpru'vĩsjɛdikɛ'bĩdɛ|t̃ɛj]t
adwɛdimi'nwir̃kðsidiravɛ'l'mēt̃i]||]

[ɛtrɛ'vezɔdusɛ'tordɛsɛ'udiipɛr'sejru]ugu'venudikɛ'bĩdɛpre'tēdiatĩ'zirame'tɛdene'ņ
ũ'kazudɛsɛ'rɛpunɛpru'vĩsjɛ]naprɛ'zɛtkɛ'pɛņɛ'bertɛofsja'l'mēt̃iplaguvirne'dorɛdɛpru'vĩsjɛpɔ
ĩ'vesivasi'nar'mazdi'sět̃u]oj'tētɛ'mi'l'krjěsɛznu]k^watrumuni'sipjuzɔdɛpru'vĩsjɛ|dɛ'ikwaguvir
nɛtape'lowaw]tɛkniku'zɔdisa'udiaredu'brarěj̃uzi]f'ɔrsusʃpɛrɛki'ɛʃtɛ'sifrɛ'sejzɛt̃i'zidɛ]pɛrɛ'ta
l'a'dinɛdɛ'lɔbɛkɛ'tēbu|izur'totɛ'běj̃ɛw]pajzjɛkɛri'gaduzdidukɛ'sěw̃ɛlɛ'varěj̃ɛ]kri'ěsɛʃaw]p
oʃtu'zɔdivɛsɛnɛ'sěw̃]||]

[sɛrkedɛdu'zēt̃ɛzi'trĩtɛi'kipe]f'forěw̃'krjadɛzɛj̃kɛ'bĩdɛ|ki'věw̃du'rɛtkɛ'torzi'diɛ]mini
ʃtrarɛzve'sinɛ]f'kðtrɛsɛ'rɛpu|pɔljomjɛ'liti|ivite'minɛ'a]a]f'krjěsɛzdu'zɛruaw'z'ɛjz'enuzɔdi'da
di]ɛzi'kipez'věw̃dizɔdo'brarsi'portɛ'portɛit̃i'rěw̃'ɔtrɛ]f'fi]ɛ]nɛ]f'kazɛzdu]kordinɛ'dori'zduz'ba
iru]inɛzuni'dadisɛni'tarjɛzɔdɛpru'vĩsjɛdikɛ'bĩdɛ]||]

10º Locutor

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

[akðgrigɛ'sěw̃ɛzir'mězɔdi'sězu'zɛdiklu'niě'lědɛnɛ|muni'sipudukɛ'kðgu'foj]fũ'daděj̃
'milojt^w'sět̃u]ʃoj'tēt̃ɛi'trɛʃpurmisju'narju]f'rě'sezi]||a'sět̃i'trĩti'sĩku'ěnu]kitrɛ'baʃɛnɛpropege'
sěw̃dwivɛ'zɛʃlu|inapɛʃtɛ'sěw̃dɛ'jɛ'sðjzɔisɔlɛdɛri'dadi]a]komuni'dad]||a'lědɛ]f'kolɛmisju'narjɛ
a'bertɛpɛrɛu'publikuĩt̃ɛ'sad^w|ɛkðgrigɛ'sěw̃of̃i'rɛsi'kursuzɔdipaf̃ilɛ'riɛ|kuli'narjɛ|lĩg^wai'gle

zēiifur'matikē||nu'sewīte'rijor|e'zifitūiter'natukea'kōΛi'krijēsēf|'orfēwidiffavurī'sidef||sa:red
ekōse'sēw'εumē'delēf||'vejdaprovīsjeđuku'neni'a'sej'zēnu||]

[ētre'tētunwītir'nat^w|'a'mūjtukje'vidēde'fodiso'rirpra'sarēi'suejku'legēf||azdifiku'd
ad'sēwđi'todenetu'rezē||ēir'mēsupsr'jori'latekipur'fałtedjelimēte'sēw|wītir'at^wkōekēpesi'dēd
ipre'sējkri'ēsēf|ał'bergēetwał'mēte'penēz'vīt||]

[nupē'sadu|wītir'natu'erepoj'adupurumēē'prezēpetru'lifre||'εftēde'fodjazu'daralī'gē
du'kriziku'nōmikē||pu'risuemisju'narje'klēmēpure'zudēpi'soēfkołe'tivezisīgu'larīfprasuf'tēt
udupro'zēt^w||ē'nēw'ekōte'ser|wīter'natuse'raprimerē'arjedimi'sēw'fimi'nineafe'faref'pōrtēf||]
[īter'natudezir'mēzđi'sēw'zu'zediklu'niē'lēdenē'pōdife'faref'pōrtēf'pur'fałtedeku'midē||]

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

[uz'mezidifēv'rejrui'marsu'forđdjał'gumēturbu'lēsjeprařpupule'sōjzđike'bīdē||mar
zi'nařf'tidufpīēpu'lisjēnesju'nal'komuałte'mētīperi'gozu||ti'rarēwē'vidēkō'armēdi'fog|a'đoj
řside'dēwñuz'bajru'kebe'sāguibukū'gojie'īdevjo'larđ'zovējřsobe'mjasēē'bēdj'armēđ'fogu||]

[fasezreklama'sōjzdepope'sēw'pur'kawzēdeīsegu'rēsē|apu'lisjēnesju'nal'īveřti'go|i
u|kē'mīņuzle'varēwawdezmētele'mētudjumē'ređidifurnisi'doriždi'armēzđi'foguawzmerzi'
najf||]

[ē'tōņjēgu'f'īņukūņe'sidupurkabu'kadu|su'pořtife'tiv^wdař'forszar'madēzēgo'lenēzēk
a'bīdē|ēku'zadi'serūduřfurnisi'doriždj'armēf|ēwzmi'litētiřf||]

[u'kazu'εfklēri'sidunumał'turējkeu'zōrgēw'jkāiter'vejēnadmniřtre'sēwđēzūf'tisēteřt
e'mūņēwūf'triřti'noņj'ēnuzda'pe'ze'eri||]

[usubpōkure'dorzi'rałdēri'publikējke'bīdē|ē'tōņju'nitu|ēpe'lonuīserē'mētudēse'mē
nēdelegali'dadi|awř'pīritđidi'nūsje'tēđuriřrē'sjaduiziř'tiřēj'kazuždikurupi'sēw'kibrevi'mētv
i'rēw'a'tōne||]

['krimiřkomubrēke'mētudikēpi'tajřifinēsje'mētuewterō'riřzmu'sēw'pu'niduznuř'ter
muzde'lej|a'tēawz'vīti'k^watr'ēn^wzđipri'zēw||uvisiguverne'dorpre'arjēpu'litikisu'sja|kīpřiži'd
iwawīřire'mēt^w|'diskiaždi'nūsjeēmūjtu'vew'azu'darešusje'dad|iēzawturi'dadřpoli'sjař|ižudi'
sjař|ařklare'serēuř'krim||]

[adetē'sēwđē'ređikīřjali'zavēē'sałtuzē'mēw'ar'madēifurni'sie'armēzawzmerzi'najz|z
ējke'bīdē|markasi'mēndalegeli'dad|naprovīsje||]

Texto 3 – Autarquias locais: campanha de sensibilização

[elej'sōjzaw'tarkikeř|a'sūtudumu'mētu'pōdživōvi'mētudeřkumuni'dadřf||'tōdēzēř'fo
rēz'vivezđane'sēw'sēw'fe'madzakōtri'bwirpēreu'ejzitudupru'sesu||ēzi'grejzēř|komuper'sejr
ēzđugu'venu'nēw'fōzēē'reggrē|ē'jēbe|i'grezēevē'ze|kēba'tiřtējē'gōle|zētre'bałnesēsiblizē's

ẽw̃dẽpopulẽ'sẽw̃'sobreĩpur'tẽsẽdẽzawtẽ'kiẽzlo'kajf||gẽrẽ'tiwusekre'tarjuzi'rał|irĩprizẽ'tẽtĩł
ĩ'gałdẽkõgrigẽ'sẽw̃rli'zjõzẽasẽ'idaw'djẽsjẽkõsi'didẽpelugu'virnẽ'dordikẽ'bĩdẽ|ew'zẽnjulab
o'rĩju||

[ẽ'trẽzitupẽresi'daddipõtẽ'negrẽ|rĩ'publikẽdu'kõgubraza'vili|'praukũpri'mẽtud'majz
umẽmi'sẽw̃pafũ'rał|urĩvi'rẽduũ'bũguda'vid|fa'lodudzẽvołvi'mẽtudapru'vĩsjẽ|'frutudẽ'pazef
ẽ'tivẽẽ'todupa'ĩf||

[ẽ'grẽzẽvẽ'zẽlikẽba'tĩftẽẽ'gõletẽ'bẽj'kẽrkõtri'bwimudzẽvołvi'mẽtudapru'vĩsjẽnuse't
ori'zđẽdukẽ'sẽw̃isẽ'ud||

[apru'vĩsẽdikẽ'bĩdẽ'podikõ'tarnu'p'rosimuz'diẽkõuni'dadisani'tarjẽ|ĩ'kõlẽkõf'tr
widẽspelai'grẽz|evẽ'zẽlikẽba'tĩftẽẽjẽ'gõlẽ||

Texto 4 - Deputados da UNITA falam da vida socioeconómica de Cabinda

[nu'k^wadrudazvi'zitzdikõ'troluifĩkãlizẽ'sẽw̃du'fpro'grẽmẽsu'sjã|u'grupuparlẽmẽ'ta
rdẽunitẽ|'sĩrkuludikẽ'bĩdẽ|vizi'tou'k^watrumuni'sipju'zđẽpro'vĩsjẽ||nubẽ'lizi|u'zđẽpu'tadu'k
õftẽ'tarẽw̃erjali'dadu'fse'torizdasa'ud|idukẽ'sẽw̃i'õbrẽ'publikẽf||u'fpu'litiku'z'ñẽw̃gõf'tarẽw̃
duki'virẽw̃||

[boku'zawẽ'f'tasẽ'luzẽ'letrik'a'trẽz'mezi'f||u'fakt'f'tadfikũ'tarẽ'vidẽdẽ'fpopla'sõj'f||

[nukẽ'kõgu'ẽdeligẽ'sẽw̃dẽunite'mo'f'trosikõ'ftrẽ'zidẽkõudzaba'mẽtuduedi'fis^wdai'g
rẽzẽka'tõlikẽ||pur'serpetri'monjukũtu'rał|a'suẽmẽnutẽ'sẽw̃iprezẽvẽ'sẽw̃devi'serpriõkupẽ's
ẽw̃di'todu'f||

[kẽ'bĩdẽ|muni'sipju'sedi'kõ'grẽgẽmẽj'õrdẽsi'dadipopolẽsjunã|i'majser'visu'f||u'zđẽpu'tadu'f
|ĩsẽti'varẽw̃ẽizeku'sẽw̃di'maj'fpru'zẽtu'fprẽu'bẽj'dẽ'kumni'dad'f||

[ra'u'đãdẽ|'fẽfdu'grupuparlẽmẽ'tardẽw'nitẽ'prapru'vĩsĩdikẽ'bĩdẽ|õrjẽ'tõẽ'ĩdẽumẽpẽ'
lẽ'ftrẽ'sobriazawtẽ'kiẽzlo'kajf||

[uzđẽpu'tadu'zđaw'nitẽrẽ'grẽsẽw̃a'lwẽdẽi'levẽw̃ẽ'f'priok^wpẽ'sõzđẽpru'vĩsjãw'parlẽ'm
ẽtupẽradĩ'ku'sõj'ipo'sivẽj'f'solu'sõj'f||

Texto 5 – Girabola zap 2018: Sporting de Cabinda vence recreativo do Libolo da Lunda-sul

[nẽjẽ'fẽbridumũ'djãłdĩfuti'bõłĩpẽ'di'wkeu'publikusjẽprizẽ'tasiẽj'masẽnẽz'bẽ'kadzdu
f'tadjumunisi'pałdẽ'tafĩ||s'põrtĩgđeka'bĩdẽirĩk'jẽ'tivudili'bolurjali'zarẽw̃umẽ'boẽpar't'fĩdẽ||

[a'turmẽ'verdi'brẽkẽ|kẽzõ'gonẽkõd'ĩ'sẽw̃dvezi'tadẽ|ẽ'tro't'fĩmidẽ|'tẽduẽtri'gaduudu'
min^wd'f'pri'mejruz'vĩtimi'nut^w||a'turmẽkivjẽ'zodikẽ'lulu|pru'vĩsjẽdu'k^wẽzẽ'sulĩ||

[maza'fẽ'sẽw̃dulĩ'bõlu'nẽpẽr'tidẽ|'foj'sõłdĩ'pokẽ'durẽ||uz'ljõj'zdu'nõrt'f'ĩvir'terẽw̃u'ru
muduzekõtisi'mẽt'f'j'f'ẽ'garẽw̃aw'gõł'awz'vĩti'sejzmi'nut^wzini'sjã'fpu'ĩter'medjudi'õw'ĩ||ukru

zə'mētudina'ni'fojpir'fejtu|kō'klwidukōmag'niki'fkkabesja'mētudua'takidə'kipədə'eme'n
ak^w'ē'zābɪ||]

[dɪ'pozdu'ū'zeru|uli'bolu|proku'rkuɾ'ira'trazdupre'zɔwiz^w|maj'foj'pokuefi'kaznəkōk
ritizə'sēwdezoportuni'dadzobi'tidəʃ||purki'kēʃ'nēw'markə'sɔfri|uis'pɔrtiŋ|ilə'voupla'karnu
mɛzʊ'gadeiʃi'f'tēsje||utē'bējri'forsu'zɔ'tevɪə'frjɛzənese'sarɛprɛfə'zerudoj'zeruprɛ'suɛwform
v'sēw|deku'ridʃk^w'rētɛi'sīkumi'nutzdapri'mejrɛme'tad||]

[nurjate'mēt^w|urekɾje'tivuduli'bolu|su'biwaza'lɪjɲɛʃ||ifili'z'mētus'pɔrtiŋfe'fosina'sue'
zōnɛ'majzriku'adɛ'mūjtu'bēʃkumē'dadɛ'pelujzdi'fezɛsi'mēw|tʃi'gēni.inɛ'ni||]

[mɛzmukōa'turmɛforɛʃ'tejrɛaɛvɛr'darpelufuti'bɔʃofɛ'sivu|foj'sɛprus'pɔrtiŋ'kēʃ'tɛv
imi'ʌɔrnəkō'tɛdɛ|sɔ'nɛgēʃjopur'majʃpurkiu'sewzata'kētɪʃ|diʃpɪrd'sarɛwoɔportun'dadiʃ|doj'
zɛr^w'fojurizu'tadufi'naɫdapar'tidazwi'zadɛpluɪtɪrnɛsjo'naɫ'pɛdruduj'sɛtuʃ||]

[kō'ɛʃtɛvi'tɔɾjɛ|us'pɔrtiŋdike'bīdɛtotɛ'lizɛ'viti'sīku'pōtuɾio'kupɛūduzlu'gari'z'majʃk
ɔmuduɾnu'mejuda'tabɛɫdiklɛsfikɛ'sēwdu'zire'bɔlɛ'zap'dojzi'milidi'zojtu||]

Texto 6 – Saúde: abertura da campanha de vacinação conta o sarampo

[sɛ'rɛpu'eumɛdu'ɛsɛifɛtɔkōtɛ'zjɔzɛkaw'zadupurū'viruʃʃa'madumɔrlibo'viroʃ||atrɛz
mi'sēw'ɛdirɛtɛ'mɛtidip'soap'soɛ|pur'mejudisɛkri'sōʃzɔduna'riʃ|ida'bɔkɛ|iʃpi'liduʃpɛlɛ'dwɛsɛ|
awtu'sir|rɛʃpi'raroʃɛ'lar|nuz'uɫtimuj'zɛnuzapro'vɪsʃɛdikɛ'bīdɛ'fojaso'ladɛkō'surtudisɛ'rɛpu|
kɛw'zɛdu'varjuz'obitʃ|pɾɪsɪpaɫ'mɛtinaʃ|kri'ɛsɛzmi'nɔriʃ|disi'kw'ɛn^wzdi'dadi||][ɛjʃp'rɛsɛdi'vid
ɛwnɛʃ'sɛr'eupri'mejrukōpri'misusɛs'midupelueziku'tivuɛgu'lɛnunu'k^wadruduj'|ka'torzikōp
ri'misʃpɛrɛkōɛ'krjɛsɛ|ɛʃta'lɪjɛdɛʃtra'tɛzɛ'levɛ'krjɛsɛkomupɾjori'dadɛbsu'lutɛ||pu'riʃtu'for
ōlɛ'vadɔz'varjɛʃkɛ'pɛjɛzɔsɛsɪblizɛsɛwɪdvasɪnɛ'sēw'kōtrɛsɛ'rɛpuɛ'todupa'ɪʃ|kō'ɛʃtɛʃkɛ'pɛjɛ
ʃ|ɛsitwɛ'sɛɛpidimju'lɔzikɛdusɛ'rɛpunɛpru'vɪsidi'ka'bīdɛtɛʃʃ'tadwɛdimi'nwɪrkōsideravɛ'l'mɛt
ɔ||]

[atra'vezɔdusɛ'tordasa'udipɛr'sɛr^wʃ|ugu'vernudikɛ'bīdɛprɛ'tɛdɛtɪ'zɪrɛmɛ'tadi|nɛ'nū'k
azudisɛ'rɛpunɛpru'vɪsʃɛ||napri'zɛtkɛ'pɛjɛ'a'bertɔfsjaɫ'mɛtipɛlaguvɪrɛ'dorɛprɛ'vɪsʃɛ|pɾi'vesi
vasi'narmajzdi'sɛtujoj'tɛtɛ'miɫkri'ɛsɛznuʃ'k^watrɛmun'sipjuʃ||da'ikɛɛguvɪr'nɛtɛpɛ'loawʃ'tɛk
nikuzɔdasa'udɪarɛdu'brarɛʃ'fɔrsuʃpɾɛki'ɛʃtɛ'sifrɛ'sɛjzɛtɪ'zidɛ||pɛrɛ'taɫ|aɫ'dinɛdɛ'lōbɛkɛ'tɛbu
ɛzɔr'totɛ'bɛɔʃ|pajzjɛkɛri'gaduɾzididukɛ'sēwɛlɛ'varɛjɛʃkri'ɛsɛzɛwʃ'pɔʃtuɾzdivasɪnɛ'sēw||]

[sɛrkɛdidu'zɛtɛʃ|i'trɪtɛi'kipɛʃ'forō'krjadzɛka'bīdɛki'vɛwdu'rɛtkɛ'torzi'diɛʃ|adimɪniʃ'
trarazvɛ'sɪnɛʃ'kōtrɛsɛ'rɛpu|poljomjɛ'lit|ivɪtɛ'mɪnɛ'a|aʃ'krjɛsɛzdi'zɛruamɪ'nɔri'zdi'dɛjz'ɛnuɾz
i'dad||azi'kipɛz'vɛwɪdizlo'karsi'portɛ'portɛ|itɛ'rɛw'ɔtrɛʃ'fikɛʃ|nɛʃ'kazɛzɔd^wʃ|kurdɛnɛ'dori'zduɾ'
bajruʃ|inɛzuni'dadiʃsani'tarjɛzɔdapro'vɪsʃɛ||]

[nuɤjɛtɛ'mɛtu|urekɔjɛ'tivuduli'bolu|su'biwɛz'lɪjɛʃ||ĩfili'z'mɛt|us'pɔɤtɪgfe'fosina'sue' zone'majʃɤeku'adɛ'mũjtu'bɛʃkomɛ'dadɛ'peluzdi'fezɛʃsi'mɛw|tʃɪ'gɛni.enɛ'ni||]

[mezmukɔɛ'tuɤmɛfoɤɛʃ'tejɔɛvɛɛ'e'daɤpelufut'bɔɔfɛ'siv^w'foj'sɛɤɤus'pɔɤtɪg'kɛʃʃ't evĩmi'ɔɤɤnakɔ'tɛdɛ|sɔ'nɛwɔgɛ'ɲopuɤ'mũjtu'majʃɤuɤkiuʃ'sewzɛtɛ'kɛʃʃ|dɪʃɤɤdi'saɤɛwi'nɔɤ mizɔɤpɔɤtuni'daɤʃ||dojz'zɛɤu'fojuɤizuf'tad^w'fi'naɔɤɤɤɤ'tidɛzwi'zadɛpeluĩtɤɤɤsjo'naɔ|'pɛɤu uduʃ'sɛtuʃ||]

[kɔ'ɛʃtɛvi'tɔɤjɛ|us'pɔɤtɪgdeɤ'bĩdɛtɔtɛ'lize'vĩt'sĩku'pɔɤtuʃ|io'kupɛũduzlu'garɪz'majʃk omuduɤznu'mejudɛtɛ'beɔkɔɤsɤfike'tivɛdu'zɪɤ'bɔɔɤ'zap'dojzi'milidi'zɔjtu||]

Texto 6 – Saúde: abertura da campanha de vacinação contra o sarampo

[sɛ'ɤɛpu'ɛume'dwɛsɛĩfɛtɔkɔtɛ'zjozɛkɛw'zadɛpuɤ'viɤuʃɛ'madumoɤbili'viɤuʃ||ɛtɤɛ zmi'sɛw'ɛdiɛtɛ'mɛtidɪpi'soɤɤɤɤpi'soɤɤɤ'mejudejʃsɛkɛ'sɔɔʃzɔɤɤ'ɤiʃ|idɛ'bɔkɛ|ɛʃɤɤ'lidɛʃɤ elu'dwɛtɛwto'siɤ|ɤɤʃpi'ɤar'ofɛ'lax|nu'zuɔtɪmu'zɛnuʃ|ɛɤɤ'o'vĩsɤɤdɪkɛ'bĩdɛ'fojaso'ladɛkɔ'suɔt uzdiɤɛ'ɤɛɤpukɛw'zɛdu'vaɤju'zɔbituʃ|ɤɤĩsɤpaɔ'mɛt|nɛʃkɤi'ɛsɛzɤme'nɔɤɤzdi'sĩk^w'ɛnuzdi'daɤʃ||]

[ɛʃɤɤ'ɤɛsɛdi'vidɛɤwɤ'fɛɤ'ɛwɤɤ'mejɤukɔɤɤɤ'misɤɤsu'midupɛluizɛku'tivɤũgo'lanu nu'k^w'adɤuɤuʃ'ɔzɪkɔɤɤ'misɤuʃɤɤɤkɔɤɤɤkɤi'ɛsɛ|ɛʃta'lɪjɤɤde|ɛʃtɤ'ɛzɤɤ'ɛvɤɤkɤi'ɛsɛkɔmupɤ ɔvi'dadɛɤsu'lutɛ||pu'ɤiʃtu'foɤɛwɔlɛ'sadɛz'vaɤjɛʃkɛ'ɤɤɤzɤisɛsɤbliza'sɛw|ivɤsɤnɛ'sɛw'kɔtɤɤ usɛ'ɤɛpuɛ'todupɛ'ɪʃ||kɔ'ɛʃtɤʃkɛ'ɤɤɤɤʃɛsitwɛ'sɛw'ɛpidɪmjo'ɔzɪkɛɤusɛ'ɤɛɤpɤnɛɤ'o'vĩsɤɤdɪkɛ' bĩdɛ'tɛʃʃ'tadwɛdimi'nwɪkɔsɪdɪɤɤvɛt'mɛt||]

[ɛtɤɤ'vɛzɤusɛ'tɔɤɤɤɤ'udɪɤɤɤ'sɛjɤuʃ|ugu'vɤɤnɤdeɤ'bĩdɤɤɤ'tɛdɛtɪ'zɪɤɤmɛ'tɛdɪnɛʃn ũ'kazudɪɤɛ'ɤɛɤpɤnɛɤ'o'vĩsɤj||nɤɤɤi'zɛtɪkɛ'ɤɤɤɤ'beɤtɛɔfi'sɤɤmɛt'pɛɤɤɤvɤɤnɛ'doɤɤɤɤɤ'o'vĩs jɤɤɤ'vɤsɤvɤsi'nax'majzɤdɛ'sɛjɔj'tɛtɛmɪkɤi'ɛsɛzɤnuʃ'k^w'atɤumuni'sɪɤjuʃ||dɛ'ikɪaguvɤ'nɛt|ɤɤ e'loawʃ'tɛknɪkɤzɤsɛ'ud|ɤɤɤido'bɤɤkɛũzɪʃ'fɔɤsuʃɤɤɤkɤi'ɛʃtɛ'sɪfɤɤ'sɛzɤtɪ'zɪdɛ||ɤɤɤ'ɤaɔ|aɔ'dɪn ɛdɛ'lɔbɛkɛ'tɛbɤuizɔɤ'totɛ'bɛawʃ'ɤɤɤzɤɤkɤ'gaduzɤdɪdukɛ'sɛw'alɪ'vaɤɛɤʃkɤi'ɛsɛjzɤwʃ'ɤɤɤzɤɤɤ ɤsɤnɛ'sɛw||]

[sɛɤkɛdidu'zɛtɛzi'tɤĩtɛi'kɪɤɤʃ'foɤɛw'kɤjɤdɛzɛkɛ'bĩdɛkɪ'vɛwɔdu'ɤɛtɪkɛt'ɔɤzɪ'dɪɤʃɛdɪ minɪʃ'tɤɤɤzɤvɛ'sɪnɛʃ'kɔtɤɤwɤɤ'ɤɤpu|ɤɤɤɤmɤ'litɪ|ivɪtɛ'mɪnɛ'a|aʃkɤi'ɛsɛzɤdɪ'zɛɤuamɪ'nɔɤɤzdi' dɛjzɤnuzdi'dadɪ||azi'kɪɤɤz'vɛwɔdɪzɤlɔ'kaxsɪ'pɔɤtɛ'pɔɤtɛitɛ'ɤɛw'ɔtɤɤʃ'fɪkɤzɤnɛʃ'kɤzɤzɤuʃkɔɤ ɤnɛ'doɤɤzɤduz'ɤajɤuʃ|ɪnɛzuni'dadʃsɛni'taxɤzɤɤɤɤ'o'vĩsɤɤdɪkɛ'bĩdɛ||]

12º Locutor

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

[akɔgɪɤgɛ'sɛwɔdɛʃ|ĩr'mɛzɤdɪ'sɛzɤu'zɛdɪklu'niɛ'lɛdɛnɛ|muni'sɪɤɤdɪkɛ'kɔgɤuʃ'fojɤũ'dadɛ ɛ'milɔjt^w'sɛtuɤzɔj'tɛtɛi'tɤɤʃɤɤmɪsɤju'naxɤuʃfɤɤ'sɛzɪʃ||a'sɛtɪ'tɤĩtɪ'sɪk^w'ɛnuʃkɪtɤɤ'ɤalɛnɛɤɤɤɤɤ ɤ'sɛwɔdɪvɛ'zɛɤuɪnɛɤɤɤ'ɤɛwɔdɤ'ɤɔzɤɤɤɤɤɤ'ɤadɪ'aʃkɤumuni'dadɪʃ||a'lɛʃdɛʃ'kɔɤɤmɪsɤjɔ'naxɤ ɤ'ɤɤtɤɤɤɤ'ɤɤpublɪkũĩtɪrɪ'sadu|akɔgɪɤgɛ'sɛwɔfɛ'ɤɤsɪ'kursuzɤdɪɤʃtɪɤ'ɤɪɤ|kɤlɪ'naxɤjɤ'lɪg^w'aĩgɤɤ

zeifur'matike||nu'sewiti'rjor|i'zifitiũorfe'natukia'kɔɫi'krjẽse'zɔrfẽj|idi'ffevore'sidej||sarede
kõsej'sẽw'ejumẽ'delẽj||vejudepro'vĩsjeduku'neni'a'sej'zenuj||

[ẽtrĩ'tẽtu|nwĩtir'natu|'a'mũjtu'tẽpukjẽ'vide'de'fodisu'rirpẽrẽ'sarei'suejku'legej||azdfi
ku'dadĩj'sẽwĩdi'todẽnetu'reze||eir'mẽsu'prjoreri'latekipur'faltedjel'mẽte'sẽw|wĩtir'natukõka
pesi'dedipere'sẽj'krjẽsej|a'bergetwa'l'mẽte'peinez'vĩt||]

[nupẽ'sadu|wĩtir'natu'erepoj'adupurumẽ'prezẽpetru'lifere||'esede'fodjazu'darale'gẽ
dua'krizeku'nõmikẽ||pu'risuemisjo'narjẽ'klẽmẽpure'zudedipi'soẽjkolẽ'tivej|isĩgu'larĩj'pẽrẽ
usu'f'tẽtudupru'zetu||'nẽwẽkõti'ser|wĩter'nat^wsi'raprimejre'arjedemi'sẽwĩfimi'nineafi'farej'
põrtej||]

[ĩtir'natudezir'mẽzdi'sẽwĩzu'zediklu'niẽ'lẽdene'põdifi'farej'põrtej'pur'faltediku'mide||]

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

[uz'mezizdi'vrejui'marsu'forõdja'l'gumeturbu'lẽsjẽpẽrẽj'populẽ'sõzdi'kẽ'bĩde||mẽr
zi'najj|'tidu'j'pelẽpu'lisjenesju'na'komua'lte'mẽtiperi'gozuj|ti'rarẽwẽ'videkõ'armẽdi'fogue'd
ojside'dẽwĩznu'z'bjaru'j'kebe'sãguibukũ'goju|ie'ĩdevjo'larẽw'zovẽj|sobe'mjasetẽ'bẽjdi'armẽz
di'fogu||]

[f'asiazreklẽmẽ'sõzdepoplẽ'sẽwĩpur'kawzedeĩsigu'rẽse|ẽpu'lisjenesju'na'ĩvĩti'goji
uj'kẽ'mĩjuzle'varẽwawdezmẽtele'mẽtudjumẽ'redidifornisi'dori'zdi'armẽzdi'foguawz'merzĩ'
nejj||]

[ẽ'tõnju'egu'f'tĩju|kũjĩ'sidupurukabu'kadu|su'põstuefe'tivudej'forsẽzer'madezẽgu'lẽ
nezẽj'kẽ'bĩde'|'ẽku'zadudi'serũdu'furnisi'dori'zdi'armẽj'ewz'mili'ẽti'j||]

[u'kazu'ẽj'klẽri'sidunuma'l'turejẽ'kiu'zõrgẽw'j|dkĩtir'vẽjẽj'nadmi'ni'ftrẽ'sẽwde'zuj'tiset
ẽfi'ti'mupẽwũ'f'trĩtei'nõvj'ẽnu'zde'pe'ze'eri'j||]

[u'kazu'ẽj'klẽri'sidunuma'l'turejẽ'kiu'zõrgẽw'j|kĩter'vẽjẽj'nadmi'ni'ftrẽ'sẽwde'zuj'tisẽs
i'nalẽwũ'f'trĩtei'nõvj'ẽnu'zde'pe'ze'eri'j||]

[usubprõkure'dori'ze'ra'ldaere'publikẽj'kẽ'bĩde|ẽ'tõnju'nitu|ẽpe'loawĩsire'mẽtudese'
menẽdelegali'dad|uj'piritudidi'nũsjẽ'tẽduri'firẽ'sjaduizij'firẽj'kazuzdikurup'sẽw'kibrevi'mẽt
vi'rẽwã'tõne||]

['krimĩj'komubrẽkja'mẽtudikẽpi'tajj|i'finẽsjẽ'mẽtuawtero'rizmu'sẽwĩpu'niduznu'f'termuzde'l
ej|a'teawz|vĩti'k^watru'ẽnu'zdi'pri'zẽw'j|uvisiguvirne'dorpre'arjepu'litikwisu'sja|kĩprizi'diwa
wĩsire'mẽtu'diskiazdi'nũsjẽ'fẽmũjtu'vẽwẽzu'daresosje'dad|iẽzawturi'dadi'j'poli'sjajj|i'zudi'sj
ajj|a'ẽj'klẽri'serẽj'ju'krimĩj'j||]

[adetẽ'sẽwda'redikire'a'lize'saftuze'mẽwãr'madeiforne'sie'armẽzawz'merzĩ'najzẽkẽ'bĩde|m
arkẽase'menẽdalegeli'dadi|napro'vĩsjẽ||]

Texto 3 – Autarquias locais: campanha de sensibilização

[iɛj'sõj]f'ew'tarkikɛj]'ɛwɐ'sütudumu'mɛtuprodizɛvɔ'vi'mɛtudɛjkumuni'dadij||'tɔdɛ
zɛj'fɔrsɛz'vivejzɔdɛnɛ'sɛw'sɛw'fɛ'madɛz'akɔtri'bwirpɛrɛu'ezitudupru'sɛsu|ɛzi'grɛzɛj'komp
ar'serɛzɔdugu'vernu'nɛw'fɔzɪa'rɛgrɛ||ɛ'jɛbɛ|i'grɛzɛvɛ'zɛlikɛba'tiʃtɛɛ'gɔlɛ'zɛtrɛ'baʎɛnɛsɛsi
blizɛ'sɛw'dɛpop^wlɛ'sɛw'sobrɛĩpor'tɛsɛjɛdɛzawtɛr'kiɛzlo'kajj||gɛrɛ'tiwusekre'tarjuze'raʎ|irɛpr
ezɛ'tãtɪlɛ'galdakɔgrigɛ'sɛw'rɪli'zjɔzɛasa'idɛdɛw'djɛsjɛkɔsi'didɛpɛlugu'vernɛ'dordikɛ'bɪdɛ|ɛ
w'zɛnjulabu'rɪju||]

[ɛj'trɛzitupɛrɛsi'dadidi'pɔtɛ'nɛgrɛ|rɛ'publikɛdu'kɔgubrazavilɛ|pɛrɛukɔpri'mɛtudi'
majzumɛmi'sɛw'pɛʃto'raʎ|urivɪ'rɛduũ'bũgudɛ'vid|fa'lowdudɛzɛvɔ'vi'mɛtudapru'vɪsjɛ|'frutu
dɛ'pajzɛfɛ'tivɛɛj'todupa'ij||]

[ɛi'grɛzɛvɛ'zɛlikɛba'tiʃtɛɛ'gɔlɛ|tɛ'bɛj'kɛrkɔtri'bwirnuɛdɛzɛvɔ'vi'mɛtudapru'vɪsjɛ|
nujsɛ'torizɔɛidukɛ'sɛw'isɛ'ud||]

[apro'vɪsjɛdika'bɪdɛ'pɔdikɔ'tarnuʃ'pɔsim^w'ziɛ|kɔuni'dadisɛni'tarjɛj|ij'kɔlɛj'kɔj'tr
widɛ|pɛlɛi'grɛzɛivɛ'zɛlikɛba'tiʃtɛɛ'gɔlɛ||]

Texto 4 - Deputados da UNITA falam da vida socioeconómica de Cabinda

[nu'k^w'adrudɛzvi'zitezdikɔ'trolifj'kalizɛ'sɛw'duʃpru'grɛmɛjsɔ'sjajj|u'grupupɛrlɛmɛ'
tarɛu'nitɛ|'sirkuludikɛ'bɪdɛ|vizi'touʃ'k^w'atrumuni'sipjuzɔdɛpro'vɪsjɛ||nubi'lizɛ|uzɔdɛpu'taduʃ
kɔʃtɛ'tarɛw'arjali'dadidujʃsɛ'torizɔdasa'udi|idukɛ'sɛw'i'ɔbrɛj'publikɛj||uʃpu'litikuʒ'nɛw'gɔʃ'ta
rɛw'duki'virɛw||]

[boku'zawɛʃ'tasɛj'luzi'lɛtrik'ɛ'trɛz'mɛziʃ||u'faktuʃ'tɛɛdifikuʃ'tara'vidɛdɛʃpop^wlɛ'sõj||]

[numuni'sipjudukɛ'kɔgu|adɛlɛgɛ'sɛw'dau'nitɛmoʃ'troskɔʃtrɛ'zidɛ'kɔudɛzaba'mɛtud
uedi'fisjudɛi'grɛzɛka'tɔlikɛ||pɛr'sɛrpatri'mɔnjukuʃtu'raʎ|ɛ'suɛmɛnutɛj'sɛw'iprɛzɛrva'sɛw'dɛ
v'sɛrɛrjɔkupa'sɛw'di'toduʃ||]

[ka'bɪdɛ|muni'sipju'sɛdi|kɔ'grɛgɛmɛj'ɔrdɛsi'dadipɔpɛsju'naʎ|i'majsiɪr'visuʃ||uzɔdɛpu
'taduʃ|isɛ'tivɛw'pu'risuɛizɛku'sɛw'di'majʃpru'zɛtuʃpɛrɛu'bɛjʃ'tarɛdɛʃpopulɛ'sõj||]

[rɛ'udãdɛ|ʃɛfɪdu'grupupɛrlɛ'mɛtardɛw'nitɛpɛrapro'vɪsjadika'bɪdɛ|ɔrjɛ'towɛ'ɪdɛum
ɛpɛ'lɛʃtrɛ'sobrɛzɛwɛtɛr'kiɛzlo'kajj||]

[uzɔdɪpu'tad^wzɛu'nitɛri'grɛsɛw'alu'ɛdɛi'levɛwɛʃpɛrjɔkupɛ'sɔzɔdɛpru'vɪsjawpɛrlɛ'mɛt
upɛrɛdɪʃku'sõj||ipɔ'sivɛjʃsolu'sõj||]

Texto 5 – Girabola zap 2018: Sporting de Cabinda vence recreativo do Libolo da Lunda-sul

[nɛʒa'fɛbridumũ'djaʎdɪfuti'bɔʎ|ɪpɛ'diwkiu'publikusjɛpɛrɛzɛ'tasɛj'masɛnɛjzɔbɛ'kadɛzɔ
uʃ'tadjumunisi'paʎdu'tafɪ||s'pɔrtɪgdika'bɪdɛirɪkɛ'ɛtivudulu'biturjali'zarɛw'umɛ'boɛpɛr'tidɛ||]

[e'turmə'verdi'brɛkɔ|kizə'gonakōdi'sɛw̃divizi'tadɛ|ɛ'tro'timide|'tɛduɛtre'gaduudo'm
injudu|pri'mejruz'vītimi'nutu|a'turmekivjɛ'zoduka'lulu|pro'vīsjeɔu'k^wɛzɛ'su|]

[maza|sɛw̃'sɛw̃duli'bɔlu|nɛpɛr'tide|'foj'sɔldi'pokɛ'durɛ||uz|l|jōzdi'nɔr^h|iver'terɛw̃u'rumuduz
ɛkōtsi'mɛtu|j|f|garɛw̃aw'gɔluawz'vīti'sejzm'nutzini'sja|pu|ri'ter'mɛdjudi'ow̃|ɛ|ukruze'mɛt
udine'ni'foj|p|r|fɛjtu|kō'klwidukōūmɛg'niki'fukabesjɛ'mɛtudue'takidai'kipɛdi'emi'nak^wɛ'zɛ
bi|]

[de'pɔ|de'ũɛ'zɛru|uli'bɔlu|proku'roku'rera'trazdupre'zwizu|maj'foj'pokwefi'kaznak
ōkritizɛ'sɛw̃dɛzopurtuni'dad|zob'tide|j|ipurki'kɛj̃'nɛw̃'mɛrke'sɔf|us'pɔrti|g|ele'voupla'karn
umɛzə'gadɛdi'isij'tɛsjɛ||utɛ'bɛri'fɔrsu'zɔ|'teviafri'ezɛnɛsɛ'sarjɛpɛrɛfɛ'zerudozɛ'zɛrupɛrɛ'su
wɛformɛ'sɛw̃|diku'ridu|k^w'a'rɛtei'sīkumi'nutuzdɛpri'mejrɛmɛ'tadi|]

[nu|jata'mɛt^w|urikrjɛ'tivuduli'bɔlu|su'biwɛz'li|jɛ|j|ifɛliz'mɛt^h|us'pɔrti|g|fɛ'fowsinɛ'su
ɛ'zonɛ'majzriku'adɛ'mūjtu'bɛj̃komɛ'dadɛpeluzdɛ'fejzɛsi'mɛw̃|t|f|i'gɛni|inɛ'ni|]

[mɛzmukōa'turmɛfuri|'tejɛɛviri'darpɛlufuti'bɔlɔfɛ'sivu|'foj'sɛprius'pɔrti|g|'kɛj̃ɛ|t
evimi'ɔrɛkō'tɛdɛ|so'nɛgɛj̃'jopur'mūjtu'maj|spurkiu'sewzata'kɛt̃i|d|j|p̃i'rdi'sarɛw̃i'nɔrmi|zɔp
urtuni'dad|j|'dojz'zɛru'foj|urizu|'tadufi'na|dapɛr'tidɛzwi'zadɛpelu|it̃rɛsjo'na|'pedrudu'sɛt
u|j|]

[kō'ɛ|fɛvi'tɔrjɛ|us'pɔrti|g|dike'bīdɛ|tutɛ'lizɛ'vīt'sīku'pōtu|j|io'kupeūduzlu'gariz'maj|'k
ɔmudu|nu'mejjudɛtɛ'bɛ|ɛdiklasfikɛ'sɛw̃du'zire'bɔlɛ'zap^h|'dojzi'milidi'zɔjtu|]

Texto 6 – Saúde: abertura da campanha de vacinação contra o sarampo

[usa'rɛpu'eumɛ'dwɛsɛi'fɛtokōtɛzi'ozɛkɛw'zadɛpurū'viru|fa'madumɔrbili'virus||atrɛ
zmi'sɛw̃'ɛdirɛtɛ'mɛtidipi'soapi'soɛ|pur'mejjudi|fɛkri'sōzɔduna'rizidɛ'bɔkɛ|j|p̃i'lidɛ|pɛlu'dwɛ
t|awto'sir|ɛ|p̃i'rarowfɛ'lar|nuz'ultimuj'zɛnuzɛpru'vīsjeɔdike'bīdɛ'fojasu'ladɛkō'surtuzdisɛ'r
ɛpukɛw'zɛdu'varju'zɔbitu|p̃ri|sipal'mɛt̃inɛj|kri'ɛsɛzɛmɛ'nɔr|zdi'sīku'ɛnuzdi|'da|]

[ɛi|p̃i'rɛsɛdi'vidɛwnɛ'ser'eupri'mejrukōpru'misusɛsu'midupɛluizɛku'tivuɛgu'lɛnnunu
'k^w'adrudu'zōzɛpɛrɛkōɛkri'ɛsɛ|ɛ|fta'li|jɛ|tra'tɛzikɛ'levɛkri'ɛsɛkomuprjori'dadiabso'lutɛ|pu'
r^w'isu'forōlɛ'sadɛz'varjɛ|kɛ'pɛj̃ɛzdisɛsibliza'sɛw̃ivasinɛ'sɛw̃|'kōtrɛusɛ'rɛpuɛj̃'todupa|j|]'gra
sɛ|ɛ|stɛ|kɛ'pɛj̃ɛfɛsitwɛ'sɛɛpidemjo'ɔzɛkɛdusɛ'rɛpunɛpru'vīsjeɔdike'bīdɛ'tɛj̃|'tadwɛdimi'hw
irkōsideravɛl'mɛt^h|]

[ɛtrɛ'vezdujsɛ'tordɛsɛ'udi|par'sejru|j|ugu'vernudikɛ'bīdɛpre'tɛdɛt̃i'zirame'tɛdine'j̃ū'
kazudɛsɛ'rɛpunɛpro'vīsje||napri'zɛtikɛ'pɛj̃ɛ'ɛrtɔfsja|'mɛtɛpelaguvirɛ'dorɛdapro'vīsje|pri'
vesivasi'narmajzdi'sɛtu|j|tɛtɛ'mil'kri'ɛsɛznu|'k^w'atrumuni'sipju|dɛ'ikiaguvir'nɛt^h|ape'low
aw|tɛkniku|zdisa'udi|arɛdu'brarɛj̃uzi|'fɔrsu|p̃rɛk|j'ɛ|ftɛ'sifrɛ'sejzɛt̃i'zidɛ||pɛrɛ'ta|a|'dinɛdɛ'
lōbɛkɛ'tɛbuizor'totɛ'bɛj̃ɛɔ|paj|j̃ɛkɛri'gaduzdidukɛ'sɛw̃|ale'varɛj̃ɛ|'kri'ɛsɛj̃ɛ|ɛw|'pɔftuzdɛvɛ
sinɛ'sɛw̃|]

[serkədidu'zētēzi'trītēi'kipɛʃ'forēw'krjadēzēka'bīdēi'vēw̃du'rētika'torzi'diɛʃ|adimin
iʃ'trərəzva'sinɛʃ'kōtrēsɛ'rɛpu|poljomje'litivivite'minɛ'a|aʃ'krjēsɛzɔ'sɛruame'nōrizdi'dɛj'zen
uzdi'dadi||ɛzi'kipɛz'vēw̃drɔlo'karsidi'porta'portēite'rēw̃'ɔtrɛʃ'fikɛʃ|nɛʃ'kazɛzdu|koordinɛ'd
orizduz'bajruʃ|inɛzuni'dadijsɛni'tarjɛzdapɾo'vīsɛdɛkɛ'bīdɛ||]

13° Locutor

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

[ɛkōgrigɛ'sēw̃dɛzir'mēzdi'sēzu'zɛdiklu'niɛʃ'lēdɛnɛ|muni'sipjudikɛ'kōgu'fojɸũ'dadɛ
ē'miɔj't'sētuzoj'tētēi'trɛʃpormisjo'narjɛʃfrɛ'sɛzɛʃ||'a'sētī'trītisi'kw'ɛnuʃkitrɛ'baʃjɛnɛpropɛg
ɛ'sēw̃dwevɛ'zaluinapɾɛʃtɛ'sēw̃djɛ'sōzdisulidɛri'daɸ'aʃkumuni'daɸiʃ||a'lējdɛʃ'kɔlɛmisjo'nar
jɛ'bertɛpɛrɛu'publikuītiri'sadu|kōgrigɛ'sēw̃ɔfi'rɛsu'kursuzdipɛʃtɛlɛ'riɛ|kuli'narjɛ'līg^wai'gle
zēiifur'matikɛ||nu'sewīti'rjori'ziʃtɛũitɛr'natukua'koʃi'krjēsɛz'ɔrfɛʃ|idiʃfɛvori'sidɛʃ||'sarɛdɛk
ōsɛj'sēw̃'eumɛ'dɛlɛʃ||'vejudepɾu'vīsɛdɛku'nenia'sɛj'zɛnuʃ||]

[ɛtrɛ'tētunwītɛr'natu'la'mũjtukjɛ'vidɛdɛj'ʃodisu'rirpɛrɛ'sarɛi'suɛʃku'lɛgɛʃ||azɸifikuʃ
dadij'sēw̃di'todɛnɛtu'rɛzɛ||ɛir'mɛsupir'jorɛrɛ'latakɪpur'faʃtɛdjɛlimɛtɛ'sēw̃|wītɛr'natukōkɛpɛ
si'dɛdupɛrɛ'sɛʃ'krjɛsɛʃ|aʃ'berɛtwaʃ'mɛt^h|a'pɛnɛz'vītɛ||]

[nupɛ'sadu|wītɛr'natu'ɛrɛpɔj'adupurumɛɛ'prɛzɛpɛtu'lifɛrɛ||'ɛʃtɛdɛ'ʃodjazu'darali'gɛ
duɛ'kriziku'nɔmikɛ||pu'risuɛmisju'narjɛ'klɛmɛpɛrɛ'zudɛdipi'soɛʃkule'tivɛʃ|isɪgu'larɪʃpɛrɛu
suʃ'tɛtudupɾu'zɛtu||ɛ'nɛw̃ɛkōti'sɛr|wītɛr'natusi'rapri'mɛjrɛ'arjɛdɛmi'sēw̃fimi'ninɛafɛ'faraʃp
wortɛʃ||]

[ĩtir'natudɛzir'mēzdi'sēw̃zu'zɛdiklu'niɛʃ'lēdɛnɛ'pɔdife'ʃarɛʃ'portɛʃpur'faʃtɛdɛku'midɛ||]

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

[uz'mɛziɸdi'fiv'rejrui'marsu'forōdjaʃ'gumɛturbu'lɛsjɛpɛrɛʃppulɛ'sōzɸikɛ'bīdɛ||mɛrɸ
i'naʃ|tidupɛlɛpu'lisjɛnɛsju'naʃkomuaʃtɛ'mɛtipiri'gɔzuʃ|ti'rarēw̃ɛ'vidɛkō'armɛɸ'fogu'a'dosid
ɛ'dēw̃znuz'bajruʃkɛbɛ'sāguibukũ'gojuie'idevjo'larēw̃'zovɛʃ|sobɛ'mjɛsɛtɛ'bɛʃdi'armɛzɸ'fog
u||]

[fasiɸzɪklɛmɛ'sōzɸɛpupulɛ'sēw̃pur'kawzɛdɛisigu'rāsɛ|ɛpu'lisjɛnɛsju'naʃ|ivɪʃti'go
juʃkɛ'miʃuɸli'varēw̃awɸizmɛtɛlɛ'mɛtudjɛmɛ'redidifurnisi'dorizdi'armɛzɸ'foguawzɛmɛrɸzi'na
iʃ||]

[ɛ'tɔnjɛguʃ'tɪjukũni'sidupɛrkabu'kadu|su'pɔʃtuife'tivudɛʃ'forsɛzɛr'madɛzɛgu'lɛnɛ
zɛʃkɛ'bīdɛ'ɛɛku'zadudi'serũduʃfurnisi'dorɪʃ|di'armɛʃ|ɛwzmi'ljɛtɪʃ||]

[u'kazu'|ɛʃklɛrɛ'sidunumaʃ'turɛkɛi'u'zɔrgɛw̃ʃkuwītɛr'vɛʃɛnadmniʃtrɛ'sēw̃dazuʃ'tisɛas
i'nalɔuʃ'trītēi'nɔv'ɛnuɸdɛ'pɛ'zɛ'ɛri||]

[usubiprɔkur'dorize'raɫdarɪ'publikɛɛka'bɪdɛ|ɛ'tɔnju'nitu|ɛpe'lonwɪsire'mɛtudɛsi'mɛ
nɛdɛlegali'daɟ|awʃ'pɪritudidi'nɪsje'tɛduri'firɛ'sjaduizɪf'tirɛj'kazuʒdikorup'sɛw̃kibrevi'mɛtv
i'rɛw̃a'tonɛ||]

['krimɪʃ|komubrɛk'ɛ'mɛtudikɛpi'taʃ|i'finɛsje'mɛtuɛwterɔ'rɪzmu'sɛw̃pu'niduznuʃ'tɛrmuzdɛ'le
j]ɛ'tɛawʒ'vɪti'k^w'atr'ɛnuʒdɪpri'zɛw̃||uviseɟuvɪrɛ'dorɛpɛrɛ'arjɛpu'litikiso'sjaɫ|kɪprɪzi'diwawɪs
irɛ'mɛt|'disikɛzdi'nɪsjeʃ|ɛj̃mũjtu'vɛw̃ɛʒu'darɛsusje'daɟ|iɛʃawturi'daɟʃpuli'sjaʃ|i'zudi'sjaʃ|a
ʃklɛrɛ'serɛuʃ'krimɪʃ||]

[aditɛ'sɛw̃dɛ'ɛdɪkɪrjali'zavɛ'saɫtuʒɛ'mɛw̃ar'madɛɪfurne'siɛ'armɛzawʒmɛrɪ'naʃʃ|ɛj̃kɛ'bɪdɛ|
'markɛasi'mɛnɛdɛlɪɟɛli'daɟ|nɛpru'vɪsje||]

Texto 3 – Autarquias locais: campanha de sensibilização

[ilɛj'sɔʃ|aw'tarkikɛʃ|wɛ'sɪtudumu'mɛtupɛrɛudizɛvɔlv'mɛtudaʃkumuni'dadiʃ||'todɛʃ
'forsɛʒ'viveʒdɛnɛ'sɛw̃'sɛw̃ʃɛ'madɛʒɛkɔtri'bwɪrɛpɛrɛu'ɛʒɪdupru'sɛsu||ɛzi'ɟrɛʒɛʃkomupɛr's
ɛʒrɛʒdugu'vernu'nɛw̃'fɔʒɛɛ'rɛɟrɛ||ɛ'jɛbɛ|i'ɟrɛʒɛvɛ'ʒɛɫikɛba'tiʃtɛɛ'ɟɔɛ|'ʒɛtrɛ'baɫʃɛnɛsɛsɪb
ilɪzɛ'sɛw̃dɛpopulɛ'sɛw̃'sobrɛɪpor'tɛsʒɛdɛzawtɛr'kiɛʒlo'kaʃʃ||ɟɛrɛ'tiwusɛkri'tarjuzɪ'raɫ|iɛpɪri
zɛ'tãtili'gaɫdɛkɔɟrɪɟɛ'sɛw̃ɛɪli'ʒjɔzɛsɛ'idɛdaw'djɛsʒɛkɔsɛ'didapɛlugu'vɪrɛ'dordɪkɛ'bɪdɛ|ɛw'
ʒɛnlabu'rɪju||]

[ɛj̃'trɛʒɪtuparasi'dadipɔtɛ'nɛɟrɛ're'publikɛdu'kɔɟubɛzɛ'vɪli|pɛrɛukũpri'mɛtudi'maj
zumɛmi'sɛw̃pɛʃtu'raɫ|urɪvi'rɛduũ'bũɟudɛ'vidi|fɛ'lowdudzɛvɔlv'mɛtudɛpru'vɪsje|fɛ'lowdudz
ɛvɔlv'mɛtudɛpru'vɪsje|'frutudɛ'paʃ|ɛfɛ'tivɛɛ'tod^w'pɛ'ɪʃ||]

[ɛi'ɟrɛʒɛvɛ'ʒɛɫikɛba'tiʃtɛɛj̃ɛ'ɟɔɛɫɛ'bɛj̃'kɛrɪkɔtri'bwɪrɛnudzɪvɔlv'mɛtudɛpro'vɪsʒɛnu
ʃsɛ'torɪʒdaɪdukɛ'sɛw̃ɪsɛ'udɪ||]

[ɛpro'vɪsʒɛdikɛ'bɪdɛ'podɪkɔ'tarnuʃ'prɔsimuz'diɛʃkɔuni'dadɪsɛni'tarjɛʃ|iʃ'kɔɛʃkɔʃ'tr
widɛʃpɛɪi'ɟrɛʒɛvɛ'ʒɛɫikɛbɛ'tiʃtɛɛ'ɟɔɛ||]

Texto 4 - Deputados da UNITA falam da vida socioeconómica de Cabinda

[nu'k^w'adrudɛʒvi'zɪtɛʒdɪkɔ'troluɪfɪʃkalizɛ'sɛw̃duʃpru'ɟrɛmɛʃsu'sjaʃ|u'ɟrupɛrɛɫɛmɛ'
tarɛu'nitɛ|'sɪrkuludɪkɛ'bɪdɛ|vɪzi'touʃ'k^w'atrɛmuni'sɪpjuʒdapru'vɪsje||nubi'lizɪ|uzdɪpu'taduʃk
ɔʃtɛ'tarɛw̃ɛrjali'dadidujʃsɛ'tɔrɪʒdɛsɛ'udɪ|ɪdukɛ'sɛw̃i'otrɛʃ'ɔbrɛʃpublikɛʃ||uʃpu'litikuʒ'nɛw̃ɟ
oʃ'tarɛw̃duk'virɛw̃||]

[boku'zawʃ'tasɛ'luʃ|'a'trɛʒ'mɛziʃ||u'faktuʃ'taɛdɪfikuʃ'tarɛ'vidɛdɛʃpopulɛ'sɔʃʃ||]

[nukɛ'kɔɟu|ɛdɛlɪɟɛ'sɛw̃dɛu'nitɛmoʃ'troskɔʃtrɛ'ʒidɛkɔudɪzɛbɛ'mɛtuduidi'fisʒudɛj'ɟ
kɛʒɛkɛ'tɔlikɛ||pur'sɛrɛpɛtri'monjukuʃtu'raɫ|ɛ'suɛmɛnutɛ'sɛw̃ɪpɛrɪzɪvɛ'sɛw̃'dɛvi'sɛrɛpɛwɛkɛ
'sɛw̃di'toduʃ||]

[kə'bĩdɛ|muni'sipju'sɛd|kɔ'grɛgɛmɛj'ɔrdɛsi'dadpuplɛsju'naʃ|i'majsi'r'visuʃ||uzdĩpu't
aduʃĩsɛ'tivɛvɛizɛku'sɛw̃dĩ'majʃpru'zɛtuʃpɛrɛubɛj'dɛʃpupulɛ'sɔʃʃ||]

[rɛ'ul'dãdɛ|ʃɛfidu'grupupɛrlɛmɛ'tardɛw'nitɛparɛpru'vĩsjadikɛ'bĩdɛ|ɔrjɛ'towɛ'ĩdɛum
ɛpɛ'lɛʃtrɛ'sobriawtɛr'kiɛzlu'kaʃ||]

[uzdĩpu'tad^wzɔdɛw'nitɛrĩ'grɛsɔa'lwɛdɛi'lɛvɔɛʃprjɔk^wpɛ'sɔzɛpro'vĩsjawpɛrlɛ'mɛtu'
pɛrɛdĩʃku'sɔʃʃ|ipo'sivɛʃsolu'sɔʃʃ||]

Texto 5 – Girabola zap 2018: Sporting de Cabinda vence recreativo do Libolo da Lunda-sul

[nɛjɛ'fɛbridumũ'djaʃdĩfuti'bɔʃ|ĩpĩ'diwikiɛ'publikusjɛprizɛ'tasiɛj'masɛnɛzɔbɛ'kadɛzdu
ʃ'tadjumunisi'paʃdu'taʃi|ʃ'pɔrtĩgdikɛ'bĩdɛirikɛjɛ'tivuduli'bolurjali'zarɛw̃umɛ'boɛpɛr'tidɛ||]

[a'turmɛ'verdi'brɛkɛ|kiɔ'gowɛkɔdi'sɛw̃divizi'tadɛ|ɛ'tro'timidɛ|tɛduĩtri'gaduuu'
minjuduʃpri'mejruz'vĩtmi'nutuʃ|a'turmɛkivjɛ'zodika'lulu|pru'vĩsjɛdu'k^wɛzɛ'suʃ||]

[mɛʃ|aʃɛ'sɛw̃duli'bɔlu'nɛpɛr'tidɛ|foj'usɔʃdĩ'pokɛ'durɛ||uz'ljɔʃzdu'nɔrti|ĩver'terɔu'ru
muduzɛkɔtsi'mɛtuʃ|iʃɛ'garɛw̃aw'goluawz'vĩti'sejzmi'nutuzini'sjajʃpuĩtɛr'mɛdjudi'ow'ɛ||uk
ruzɛ'mɛtudinɛ'ni'fojpi'r'fɛjtu|kɔ'klwidukɔũmɛg'niki'fukɛbisjɛ'mɛtudue'takuɛdɛi'kipɛdĩ'ɛmi'
nak^wɛ'zãbi||]

[dɛ'pozdi'ũzɛru|dɛ'poz'djũzɛru|uli'bolu|proku'roku'rɛrɛ'trazdupri'zwizu|mɛʃ'foj'po
kuefi'kaʃ|nɛkɔkrit'sɛw̃dɛzɔprtɛ'dadiʃ|ɔb'tidɛʃ||ipurki'kɛj'nɛw̃'mɛrkɛ'sɔfri|us'pɔrtĩg|iɛ'vou
pla'karnumɛzu'gadɛdĩsiʃ'tɛsjɛ||utɛ'bɛjri'forsu'zɔ|teviɛ'frjɛzɛnisi'sarjɛpɛrɛfɛ'zɛru'doj'zɛru
pɛrɛ'suɛforma'sɛw̃|dĩku'riduʃk^wɛ'rɛti'sĩkumi'nutuzɛpri'mɛrɛmi'taɔ||]

[nurjɛtɛ'mɛtu|urikɛjɛ'tivuduli'bolu|su'biwɛz'liĩjɛʃ||ĩfili'z'mɛti|us'pɔrtĩg'fɛ'fɔwsinɛ'su
ɛ'zone'majzri'kwadɛ'mũjtu'bɛj'kumɛ'dadɛpeluzdĩ'fɛzɛʃsi'mɛw̃|tʃjɛ'gɛni.inɛ'ni||]

[mɛzmukɔɛ'turmɛforɛʃ'tɛjɛrɛãviri'darpɛlufuti'bɔʃɔfɛ'sivu|mɛzmukɔɛ'turmɛforɛʃ'tɛ
jɛrɛãviri'darpɛlufuti'bɔʃɔfɛ'sivu|foj'sɛprius'pɔrtĩgkɛj'tevimi'kornɛkɔ'tɛdɛ|sɔ'nɛgɛjɔpur'm
ũjtu'majʃpurkuu'sewzɛtɛ'kãtiʃ|dĩʃpĩrdi'sarɛw̃i'nɔrmiʃ|ɔpurtn'dadiʃ||dojz'zɛru'fojrizul'tadu
fi'naʃdɛpɛr'tidɛzwi'zadɛpeluĩtimɛsju'naʃ|pɛdruduj'sɛt^wʃ||]

[kɔ'ɛʃtɛvi'tɔrjɛ|us'pɔrtĩgdikɛ'bĩdɛtutɛ'lizɛ'vĩt'sĩk^w'pɔtuʃ|io'kupeũdu'zlu'gari'z'maj'ko
muduʃ|nu'mɛjudɛtɛ'bɛlɛdiklɛsifikɛ'sɛw̃du'zire'bɔɛ'zapi'dojz'milid'zɔjtu||]

Texto 6 – Saúde: abertura da campanha de vacinação contra o sarampo

[sɛ'rɛpu'eumɛ'dwɛsɛĩfɛtɔkɔtɛ'zjɔzɛkɛw'zadɛpurũ'viruʃa'madumoribili'viruʃ||ɛtrɛz
mi'sɛw̃'ɛdirɛtɛ'mɛti'dipĩ'soapi'sɔɛ|pur'mɛjudɛʃsɛkri'sɔzɔduna'riʃ|idɛ'bokɛ|ɛʃpɛ'lidɛʃpɛlu'dw
ɛtiawtu'siri|rɛʃpi'rar'ofɛ'lari|nuz'ultimu'zɛnuʃ|ɛpru'vĩsɛdikɛ'bĩdɛ'fojaso'ladɛkɔ'surtuzɔdisɛ'r
ɛpukɛw'zɛdu'varjuʃ|obituʃ|pĩrisipaʃ'mɛtinɛʃ'krjɛsɛzmi'norizdĩ'sĩku'anuzdĩ'dadi||]

[afpe'rēsedi'videwneʃ'er'eupri'mejrukōpru'misuəs'u'midupeluizeku'tivuēgu'lēnunu'
k^wadruduz'ōziparekōe'krjēsə|ɛʃta'lījediʃtr'e'tezei'leve'krjēsəkom^wprjori'dadəbsu'lute||pu'rij
tu'forōlē'sadəz'varjəkē'pējnezdisēsiblize'sēwīvəs'ne'sēw'kōtrəuse'rēpuē'todupe'ij||'grasə'
ɛʃtəkē'pējneʃesitwə'sēwepidimju'lɔzikeduse'rēpunepu'vīsjedike'bīde'tējʃ'tadwedimi'nwɪr
kōsidirave'l'mēti||]

[atre'vezduse'tordasa'udīper'sejruʃugu'vernudike'bīdeprī'tēdatī'zirame'tədi'ne'jū'k
azudise'rēpunepu'vīsje||naprī'zētkē'pējne'bertəofsja'l'mēt^h|plagu'vīrne'dorədəpu'vīsjeprī'v
esivasi'nar'majzdi'sētujɔj'tētēj'miʃ'krjēsəʃnuʃ'k^watrumuni'sipjuʃ||dē'ikieguvir'nētape'lo|aw
ʃ'teknikuzdisa'udi|aridu'brarēʃuziʃ'forsuʃpərəkī'ɛʃtə'sifrē'sezətī'zide||pərē'ta|aʃ'dinəde'lōbe
kə'tēbu|izor'totē'bējwəʃ'pajʃ|jēkəri'gadu'zdidukə'sēwale'varējʃ'krjēsəʃwəʃ'poʃtu'zdivasine'
sēw||]

[sɛrkedidu'zētēj|i'trītēi'kipeʃ'forō'krjadəʃ|ējke'bīde|ki'vēwdu'rētket'orz'dieʃ|adimin
ij'trərəzve'sinəʃ'kōtrəsə'rēpu|poljomje'lit|ivite'minə'a|aʃ'krjēsəzdi'zɛruami'norizdi'dejz'enu
zdi'dad||ezi'kipez'vēw'dizlo'karsi'portə'portə|ite'rēw'owtrəʃ'fiʃeʃ|neʃ'kazəzduʃkurdinə'doriz
du'z'bjaruʃ|inəzuni'dadisəni'tarjəzdapro'vīsjedike'bīde||]

14° Locutor

Texto 7 – PGR: apresentação do novo Delegado provincial

[kə'bīde'kōtəpər'tirdiə'gɔrəkōū'novusubprokure'dorze'raʃdare'publikə||'luiʃfi'xəjre'
bēzə'zēgə|ɛ'k^wadruli'gadua'zuriʃ'pru'dēsja'a'majzdi'kīzi'ēnuʃ|i'fojəprizē'tadupiluprokure'dor
zi'raʃdare'publikə'ɛʃdir'pite'groʃ||]

[du'rēte'sueprizētə'sēwəwʃ'k^wadrudzəprokuredu'rjə|u'nɔvutitu'larde'pə'zɛ'ɛɪ
ēkə'bīde|fa'lɔdaʃpɪsi'paʃ'lījnezdja'sēwdu'sewmē'datu||]

[bēzə'zēgəsubʃti'tujə'sīdu'karguē'tɔnju'nitu||]

[pra'lēdeprizē'taru'novusubprokure'dorzi'raʃdərə'publikə'ɛkə'bīde|uprɔkure'dorzi'r
aʃdərə'publikə|ɛʃdər'pite'groʃ|mē'tevūē'kōtrudikurti'ziəkōuguvīrne'dorew'zɛnjuləbu'rīnu|v
izi'toa'pə'zɛ'ɛɪ|iɪrɛw'niwsikō'a'klasidimaziʃ'tradʷʃ||]

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

[akōgrigə'sēwdezir'māzdi'sēwzu'zediklu'niē'lēdene|muni'sipjudike'kōgu'fojʃū'dad
vēj'miʃ|oʃt^wsēt^wzjoj'tētēi'trɛʃpormisjo'narjuʃfrē'seziʃ||'a'sēti'trītisi'kw'ēnuʃkitre'baʃjɛnəpro
pəgə'sēwduvə'zəʃu'naprɛʃtə'sēw'djə'sōzdisolidəri'dadʃ'ajkumuni'dadʃ||'a'lējɔʃ'kɔləmisjo'
narjə'bertəu'publiku'itri'sadu|əkōgrigə'sēw'ɔf'rəsi'kursuzdipeʃtīlɛ'riə|kuli'narjə'līg^wɛ'glez
ēiɪfur'matikə||nu'sewiti'rjori'ziʃtiū'ɔrfe'natukia'koʃi'krjēsəz'ɔrfɛʃ|idʃfɛvori'sideʃ||'sarədəkōs
ej'sēw'ɛumə'deləʃ||'vejudepu'vīsje'duku'neni'a'mazdi'sej'zēnuʃ||]

[ɛ̃tɾi'tɛ̃tu|nwĩter'natu|'a'mũjtukue'videdej'fodisu'ri'pare'sare'i'sew'ku'legef|]azdifik
u'f'dadi'sẽw'di'todanetu'reze||eir'mẽsup'ri'vi'zore'ri'latekipur'faltetjelimẽte'sẽw|wĩtir'natukõ
kepesi'dedpære'sẽj'krjẽsefa'bergetwa'f'mẽti|a'penez'vĩti||]

[nupe'sadu|wĩtir'natu'erepoj'adupurumẽ'prezepito'lifire||'ɛstede'fodiazu'darali'gẽd
ue'kriziku'nõmikẽ||pu'risuemisjo'narje'klemepore'zudedi'todeze'p'soe'kule'tive'f|isĩgu'larĩf
pæreusuf'tẽtudupru'zetu||e'nẽwẽkõti'ser|wĩtir'natusi'rapri'mejre'ajredami'sẽw'fimi'nineafe'f
ara'f'portef||]

[ĩtir'natudezir'mẽzdi'sẽw'zu'zediklu'niẽ'lẽdene'põdfi'fare'f'põrte'f'pur'faltetdiku'mide||]

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

[uz'mezizdif'vrejru'i'marsu'forõdia'gumetrubu'lẽsjepere'f'pupule'sõzdi'ke'bĩde||mẽr
zi'najf|'tiduf'pẽlepu'lisjenesju'na'komua'f'te'mẽtip'ri'gozu'f|ti'rarẽw'e'videkõ'armedi'fogua'do
j'f'side'dẽw'znu'z'bjaru'kẽbe'sãguibukũ'goju|ie'ĩdevjo'larẽw'zovẽj'f'subẽ'mjasetẽ'bẽj'dj'armez
di'fogu||]

[ẽ'tõnju'egu'f'tĩjukupi'sidupurkabu'kadu|su'põstuefe'tivude'f'forsẽzer'madẽzẽgu'lẽn
e'f|ẽj'kẽ'bĩde'|ẽku'zadu'f'serũdu'f'fornisi'dor'f|di'armẽ'fawzmi'ljẽt'f||]

[u'kazu'e'f|kleri'sidu|komu|neal'ture'ekju'zõrgẽw'zddĩtir'vẽ'sẽw'nadmi'f'tre'sẽw'dẽzũ'f
'tisẽ'f'f'i'mup'ẽw'uf'trĩte'j'nõvi'ẽnu'zda'pe'ze'er||]

[usubprokure'doriz'i'ra'de'ẽ'publike'ẽke'bĩde|ẽ'tõnju'nitu'epi'lõnu'ẽsire'mẽtudẽsi'm
enẽdelegali'dad|aw'f'piritudidi'nũsj'e'tẽduri'fir'ẽ'sjaduizif'tir'ẽ'kazuzdikõ'up'sẽw'kibrevi'mẽti'
rẽw'a'tone||]

['krimi'f|komubr'ẽk'je'mẽtudik'epi'taj'f|fin'ẽsj'e'mẽtu'ew'ti'õ'ri'zmu'sẽw'pu'niduznu'f'ter
muzde'lej|e'teaw'z'vĩti'k^w'atrw'ẽn^w'zdi'pri'zẽw'f|u'vis'õguvrne'dorpre'arjẽpu'litikisu'sja'f|kĩpri'zi'
di'waw'ẽsere'mẽt^w'|disik'ie'zdi'nũsj'e'f|mũjtu'vẽw'ẽzu'daraw'turi'dadi'f'puli'sjai'f|izudi'sjai'f|a'f|kl
ari'ser'ẽu'f'krim'f||]

[adit'ẽj'sẽw'de'redik'ue'jahi'zave'sa'ltuza'mẽw'ar'madẽ|ifurni'sie'armẽzaw'zmerzi'nazẽ
kẽ'bĩde'|markasi'menẽdalegeli'dadi|napru'vĩsj'e||]

Texto 3 – Autarquias locais: campanha de sensibilização

[ilej'sõj'zẽw'tarkike'f|w'e'sũtudumu'mẽtupare'udzẽv'õvi'mẽtude'f'kumuni'dad'f|]'todez
e'f'fõrse'z'vivez'dene'sẽw'sẽw'f'e'madẽ'f'akõtri'bwir'ẽj'par'eu'ezitudupru'sesu||ezi'greze'f'komu
per'sej'rez'dugu'venu'nẽw'foz'ẽa'ẽegre||e'i'ẽ'aji'greze'iv'ẽ'zeli'kẽbe'ti'f'te'ẽj'ẽ'gõle'|zatre'ba'lenas
ẽsiblize'sẽw'depople'sẽw'pære'ĩpor't'ẽsjedezaw'ter'kiez'lo'kaj'f|ger'ẽ'tiwusikri'tarjuzi'ra'f|ĩ'ĩpri
zẽ'tãtili'ga'ldẽ'j'kõgrige'sẽw'ĩlizi'oze'ase'idẽdẽaw'dj'ẽsjekõsi'didẽp'ĩlugu'virne'dordike'bĩde|e
w'z'enjulabu'rĩju||]

[ẽj'trãizitupæresi'dad'põte'negre|æ'publikeðu'kõgubrazæ'vi|pæreukũpri'mẽtudĩ'maj
zumemi'sẽwpafto'ra|uriv'i'rẽduũ'bũgude'vidi'fe'lodudzẽvo|vi'mẽtudepru'vĩsjẽ|'frutude'paz
ife'tiveẽj'todupe'ij|]

[ei'grezæevẽ'zælikæbe'ti|fæẽjẽ'gõlẽ|tẽ'bẽj'kerkõtri'bwimudzẽvo|vi'mẽtudapru'vĩsjẽn
ujse'tordæidukẽ'sẽwĩse'ud|]

[apro'vĩsjedikẽ'bĩdẽ'põdikõ'tarnu|'prõsimuz'diẽ|kõuni'dadi|fseni'tarjæzef'kõlẽ|kõj'tr
widẽ|pælẽi'grezæevẽ'zælikæba'ti|fæẽjẽ'gõlẽ|]

Texto 4 - Deputados da UNITA falam da vida socioeconómica de Cabinda

[nu'k^w'adrudzvi'zite|zdikõ'trolif|kalize'sẽwdu|spru'græmẽ|su'sja|u'grupupærlẽmẽ't
ardẽu'nitẽ|'sirkuludikẽ'bĩdẽ|vizi'tou|'k^w'atrumuni'sipju|zdepru'vĩsjẽ||nubi'lizi|uzdĩpu'tad|kõ
|fæ'tarẽwæeli'dadi|du|jsẽ'tõri|zdasẽ'udi|idukẽ'sẽw|'õbrẽ|'publike|f|u|fpu'litiku|z'nẽw|gu|f'tarẽ
wĩduki'virẽw|]

[boku'zaw|'tasẽ'lu|ji'lẽtrikæ'trez'mezi|f|u'faktukĩ|'tadifiku|'tara'vidẽdẽ|pople'sẽw|]

[nukẽ'kõgu|ædligẽ'sẽwdeu'nitemu|'troskõ|ftrẽ'zidẽkõudzaba'mẽtudwedi'fisjudẽi'gr
ezekẽ'tõlikẽ|'pur'serpetri'monjuku|tu'ra|'e'suæmẽnutẽ'sẽw|iprizirvẽ'sẽwdevi'sirpreokupẽ'sẽ
wĩdi'todu|f|]

[kẽ'bĩdẽ|muni'sipju'sedi|kõ'grægẽ'maz|æmẽj'õrdẽsi'dadi|poplẽ|sju'nali'majsi'r'visu|f|uzdĩpu't
ad|fĩsẽ'tivẽwẽiziku'sẽwĩdi'maj|spru'zet|pæreu'bẽj'dẽpopulẽ'sõj|f|]

[æ'a'u'dãdẽ|'fẽfdu'grupupærlẽmẽ'tardẽw'nitẽparapru'vĩsjadikẽ'bĩdẽ|õrjẽ'to|'ẽĩdẽumepa'lẽ|ftr
æsobezawtẽr'kiezlu'kaj|f|]

[uzdepu'tadu|zdaw'nitẽri'græsẽw'a'lwẽdẽ|i'levẽwã|fpreokupẽ'sõj|zdepru'vĩsjawparlẽ'mẽtu'pæ
rẽdĩ|ku'sẽwĩpu'sivej|sulu'sõj|f|]

Texto 5 – Girabola zap 2018: Sporting de Cabinda vence recreativo do Libolo da Lunda-sul

[nẽj'a'fẽbridumẽtri'ãdĩfuti'bõ|ĩpi'diwikiu'publikuseprizẽ'tasiẽj'masnæzbe'kadẽzdu
|ftadjumunisi'pa|du'tafĩ||s'põrtĩgkẽ'bĩdẽi|krcjẽ'tivuduli'boluæeli'zarẽwũmẽ'boæpẽr'tidẽ|]

[a'turmẽ'verdi'brẽkẽ|kizu'gonakõdi'sẽwdivizi'tadẽ|ẽ'tro'timidẽ|'tẽduẽtri'gadu|udu'm
inudu|pri'meruzmi'nutu|f|a'turmekivjẽ'zodukẽ'lulu|pru'vĩsjedẽ'lũdẽ'su|f|]

[mazaj|sẽj'sẽwĩduli'bolu|næpẽr'tidẽ|'foj'sõdĩ'poke'durẽ||uz'|jõjzdu'nõrti|ĩtir|ĩvĩr'terõ
u'æumuduzekõtsi'mẽt^w|f|ĩ'garõaw'goluwaz'vĩti'sezmi'nutu|f|ini'sja|fpu'ĩtir'medjudu'õwen||
ukruzẽ'mẽtudĩnẽ'ni'foj|pĩr'fejtu|kõ'klwidukõũmæg'niki'fukokẽbesjẽ'mẽtudueta'kẽtĩkiẽi'kipẽ
dĩ'emĩ'nak^w'ẽ'zãbi|]

[dɨ'pozdu'ũɛ'zɛru|uli'bolu|proku'roku'ʁɛrɛ'trazdupre'zɔwizu|mɛʃfoj'powkuefi'kazna
kõkritize'sẽwdezopurtuni'dadzob'tidɛʃ||ipurki'kẽj'nẽw'mɛrke'sofri|uis'põrtig|elɨ'voupla'kar
numɛzu'gadɛdiĩsiʃ'tɛsjɛ||utẽ'bẽjri'forsu'zɔ|'tevia'frjezenisi'sarjɛparefɛ'zɛru'dojzɛ'zɛrupɛrɛ'
suwɛfurmɛ'sẽw|diku'riduʃk^w'ɛ'rɛtɛi'sĩkumi'nutuzdɛpri'mɛrɛ'part||]

[nuʃjate'mɛtu|uʁikrjɛ'tivuduli'bolu|su'biwɛʃ'suɛz'lĩnɛʃ||ĩfĩliz'mɛti|us'põrtigfɛ'ʃɔsɨnɛ
'sue'zone'majzɛ'kwadɛ'mũjtu'bẽjkumẽ'dadɛpeluzdi'fezɛʃsi'mẽw|tʃi'gɛn.inɛ'ni||]

[mɛzmukõa'turmɛforeʃ'tejrɛaɛviri'darpelufuti'bõlofɛ'sivu|'foj'sɛprius'põrtig'kẽjʃ'tɛ
vimi'ʎõrnɛkõ'tɛdɛ|'sɔ'nɛgɛ'jɔpur'majʃpurkiuʃ'sewzɛtɛ'kãtiʃ|dʃpĩrdi'sarẽwi'numirɛzopurtun
i'dadʃ||dojz'zɛrufɔjuʒizu'tadufi'naɛdɛpɛr'tidɛazwi'zadɛpeluĩtirɛsjo'naɛ|'pɛdrudujʃ'sɛtuʃ||]

[kõ'ɛʃtɛvi'tɔrjɛ|us'põrtigdke'bĩdɛtote'lizɛ'vĩt'sĩku'põtuzjo'kupeũduzlu'garɨz'majʃ'ko
muduʃnu'mejudɛtɛ'beɛdikɛsɛfike'sẽwdu'zire'zap'dojz'milid'zojtu||]

15° Locutor

Texto 1 – Ponto de situação do internato Católico de Lândana em Cabinda

[akõgrigɛ'sẽwdezir'mẽjzdi'sẽwzu'zediklu'niẽj'lɛdɛnɛ|muni'sipjuduke'kõgu|'fojũ'd
adɛẽj'milojt^w'sɛt^wzjojtɛtɛi'trɛʃpormisjo'narjuʃfrɛ'seziʃ||'a'sɛtwi'trĩtisĩ'kw'ɛnuʃkitrɛ'baʎjɛnɛ
propɛgɛ'sẽwduivɛ'zɛʎuinapɛʃtɛ'sẽwɛia'sõzsulidɛri'dadi'aʃkumuni'dadiʃ||a'lɛjɛdɛʃ'kõlɛmisj
o'narjɛ'bertɛpɛrɛu'publikuĩterɛ'sadu|akõgrigɛ'sẽwofĩ'ɛsɨ'kursuzdɛpɛʃtɛlɛ'riɛ|kuli'narjɛ'lĩg
^w'aĩ'glezɛiĩfur'matikɛ||nu'sewĩtir'i'or|e'ziʃtiũɔrɛ'natukia'kõʎi'krjɛsɛ'zɔrfɛwʃ|idiʃfɛvorĩ'sidɛʃ|
'sarɛdɛkõsɛj'sẽw'ɛ'umɛ'dɛlɛʃ||'vɛjudɛpru'vĩsjɛduku'neni'a'sɛj'zɛnuʃ||]

[ɛtrɨ'tɛtu|nwiɛr'natu|'a'mũjtukjɛ'vidɛd'ʃodɨsu'riɛpɛrɛ'sarɛiɛ'suɛʃku'lɛgɛʃ||azdifikuʃ'
dadʃ'sẽwɛi'tõdanɛtu'rezɛ||air'mɛsupĩri'orɛɛi'latɛkipur'fãtɛdɛɛimɛtɛ'sẽw|wĩtir'natukõkɛpɛs
i'dɛdɛpɛrɛ'sɛj'krjɛsɛʃaʃ'ɛrgɛɛtwaʃ'mɛt|a'pɛnɛz'vĩtu||]

[nupɛ'sadu|wĩtir'natu'ɛrɛapoj'adupurumɛĩ'prɛzɛpɛtro'liɛrɛ||'ɛʃtɛdɛ'ʃodjɛzu'daralɛ'g
ẽduɛ'krizɛku'nõmikɛ||pu'risu|ɛmisjo'narɛ'klɛmɛpɛrɛ'zudɛdɛp'soɛʃkule'tivɛjʃ|isĩgu'larɨʃpɛrɛ
usuʃ'tɛtudupru'zɛtu||ɛ'nẽwɛkõti'sɛr|wĩtir'natusi'rapri'mɛrɛ'arjɛdami'sẽwɛfimi'ninɛafɛ'ʃaraʃ'p
ɔrtɛʃ||]

[wĩtir'natudezir'mẽjzdi'sẽwzu'zediklu'niẽj'lɛdɛnɛ'|põdʃi'ʃarɛʃ'põrtɛʃpur'fãtɛdɛdiku'midɛ||]

Texto 2 – Os níveis de criminalidade em Cabinda

[uz'mɛzizdɛfɛ'vɨrɛjru'i'marsu|'forõdjaʃ'gumɛturbu'lɛjʃjɛpɛrɛʃpupulɛ'sõjzɛdikɛ'bĩdɛ||
mɛrzi'najʃ||tiduʃpɛlɛpu'lisjɛnɛsju'naɛkomuaɛtɛ'mɛtipiri'gozuʃ|ti'rarẽw'vidɛkõ'armɛd'foguã'
dojʃsidɛ'dõjznuz'baʃruʃkɛbɛ'sãguibukũ'gõjuie'ĩdɛvjo'larẽw'zovɛʃsobe'mjasetɛ'mẽjɛdʃ'armɛ
d'fogu||]

[ˈfasazɪkleməˈsõʒdɛpopulɛˈsẽw̃purˈkawzɛdɛĩsiguˈrẽsɛ|ɛpuˈlisjɛnɛsjuˈnaʎˈĩvĩʃtiˈgoi
uʃkɛˈmĩɲuziˈvarẽw̃awdɪzɛmɛtilɛˈmɛtudjumɛˈredidifornisiˈdoriʒdiˈarmɛʒdiˈarmɛʒdiˈfogua
wzɛmɛʒiˈnaʃ||]

Texto 3 – Autarquias locais: campanha de sensibilização

[iˈlejˈsõʒzawˈtarkikɛʃ|wɛˈsũtudumuˈmɛtupɛrɛudizɛvoʎviˈmɛtudɛʃkumuniˈdadĩʃ||
ˈtodɛzɛʃˈfɔrsɛʒˈvivɛʒdɛnɛˈsẽw̃ˈsẽw̃ʃɛˈmadɛʃakõtriˈbwirˈpɛrɛuˈɛzitudupruˈsɛsu||ɛziˈgrɛʒɛʃˈ
komupɛrsiˈriɛʒduguˈvɛrnuˈnẽw̃ˈfɔʒɛɛˈɛgrɛ||aˈjɛbɛ|iˈgrɛʒɛvɛˈzɛlikɛbɛˈtiʃtɛẽʃˈgɔlɛ|ˈzatɛˈba
ʎɛnɛsɛsibilizɛˈsẽw̃dɛpopulɛˈsẽw̃ˈsobrɛĩpurˈtɛsɛdɛzawtɛrˈkiɛʒluˈkajʃ||gɛrɛˈtiwusɛkrɛˈtarjuʒɛˈ
raʃ|iˈɛipriʒɛˈtãtĩliˈgaʎdɛkõgrigɛˈsẽw̃ɛliˈʒjɔzɛasɛˈidɛdɛwˈdʒɛsɛkõsiˈdidɛpĩluguˈviɛnɛˈdordik
ɛˈbĩdɛ|ɛwˈzɛɲjɛlabuˈriɲu||]

[ɛˈtrãzitupɛrɛsiˈdadpũtɛˈnɛgrɛ|ɛɛˈpublikɛduˈkõgubɛɛzɛˈviʎ|pɛrɛukũpriˈmɛtudiˈmajz
umɛmiˈsẽw̃pɛʃtoˈraʃ|uˈkɛviˈrɛduˈbũgudɛˈvidiˈfaˈlodudzɛvoʎviˈmɛtˈdapruˈvĩsɛ|ˈfrutudɛˈpajzi
fɛˈtivɛɛˈtodupɛˈiʃ||]

[ɛiˈgrɛʒɛvɛˈzɛlikɛbɛˈtiʃtɛẽʃˈgɔlɛ|tɛˈbɛʃˈkɛrkõtriˈbwirˈnudzɛvoʎviˈmɛtudɛpruˈvĩsjɛn
uʃsɛˈtorizɛidukɛˈsẽw̃isɛˈudi||]

[apruˈvĩsjɛdikɛˈbĩdɛˈpõdkõˈtarnuʃˈpɔsimumˈdiɛʃ|kõuniˈdadĩʃsɛniˈtarɛʃiʃˈkɔlɛkõʃˈtr
widɛʃpɛlɛiˈgrɛʒɛvɛˈzɛlikɛbɛˈtiʃtɛẽʃˈgɔlɛ||]

Texto 4 - Deputados da UNITA falam da vida socioeconómica de Cabinda

[nuˈkˈadrudɛʒviˈzitezɛdikõˈtrɔlifɪʃkalizɛˈsẽw̃duʃpruˈgrɛmɛʃsuˈsjaʃʃ|uˈgrupupɛrlɛmɛˈ
tardɛuˈɲjitɛ|ˈsirkuludikɛˈbĩdɛ|viziˈtouʃˈkˈatruʒmuniˈsipjuʒdɛpruˈvĩsɛ||nubɛˈlizɪ|uzdɛpuˈtad
uʃkõʃtɛˈtarõɛʒaʃiˈdadidujʃsɛˈtorizɛsɛˈudi|idukɛˈsẽw̃iˈɔjtɛzˈɔbrɛʃˈpublikɛʃ||uʃpuˈlitikuʒˈnẽ
w̃gɔʃˈtarẽw̃dukiˈvirẽw̃||]

[bukuˈzawʃˈtasɛʃˈluzeˈlɛtrikɛˈtrɛʒˈmɛziʃ||uˈfaktuʃˈtadifikuʃˈtarɛˈvidɛdɛʃpupulɛˈsõʃʃ||]

[nuˈkɛˈkõgu|ɛdɛlɛgɛˈsẽw̃dɛuˈɲjitɛmuʃˈtroskõʃtrɛˈʒjɪdɛˈkõudizabɛˈmɛtudwɛdiˈfisjudɛ
jˈgrɛʒɛkɛˈtɔlikɛ||purˈsɛrɛpɛtriˈmɔɲjukultuˈraʃ|ɛˈsuɛmɛnutɛˈsẽw̃iˈpɛriʒɛvɛˈsẽw̃ˈdɛviˈsɛrɛɲjokup
ɛˈsẽw̃diˈtoduʃ||]

[kɛˈbĩdɛ|muniˈsipjuˈsɛdi|kõˈgrɛgɛmɛʒˈɔrdɛsiˈdadipoplɛsjoˈnaʃ|iˈmajʃsɪrˈvisuʃʃ||udɛp
uˈtaduĩsɛˈtivɛɛizɛkuˈsẽw̃diˈmajʃpruˈzɛtuʃpɛrɛuˈbɛʃʃˈtarɛʃpopulɛˈsõʃʃ||]

[kaˈuʃˈdãdɛ|ʃɛfiduˈgrupupɛrlɛmɛˈtardɛwˈnitɛpɛrɛpruˈvĩsjadikɛˈbĩdɛ|ɔɲjɛˈtoweˈĩdɛu
mɛpɛˈlɛʃtrɛˈsobriawtɛrˈkiɛʒloˈkajʃ||]

[uzdɛpuˈtaduʒdawˈɲjitɛɛiˈgrɛsẽw̃aluˈɛdɛiˈlɛvɛw̃ɛʃɲjokˈpɛˈsõʒdɛpruˈvĩsjawpɛkɛˈ
mɛtuˈpɛrɛdiʃkuˈsõʃpuˈsivɛʃsuˈlusuʃ||]

Texto 5 – Girabola zap 2018: Sporting de Cabinda vence recreativo do Libolo da Lunda-sul

[nē'e'febridumũdjaɔdɪfuti'bɔɫɪpɪ'diɯku'publikusjɛprizē'tasi|ē'masenezɔbē'kadɛzduɟ't
adjumunisi'paɫdu'tafi||s'pɔrtɪŋtkɛ'bɪdɛiɛɪkɾjɛ'tivuduli'bolu|ɟjɛli'zarēwume'boɛpɛr'tidɛ||]

[a'turme'verɔdi'brɛkɛ|kɔ'gonakōdi'sēwɔdivizi'tadɛ|ē'tɔ'timidɛ|tēduētri'gadu'udu'mi
njuɯ'ɟpɪ'meruz'vɪtɪmi'nutuɟ|a'turmekɪvɟɛ'zodika'lu'lu|pɾu'vɪsjɛdu'k^wēzɛ'suɫ||]

[mazajsēj'sēwɔduli'bolu|nɛpɛr'tidɛ|foj'usɔɫdi'poke'durɛ||uɔ'ɫjōjɔdu'nɔrtɪ'vɛrtɛju'ɟu
mud^wzɛkōtsi'mɛtuɟ|ɪfɪ'garēwaw'goluwɔz'vɪti'sejzmi'nutuzini'sjajɟ|pɾɪtɪr'mɛdjudi'ōwē||ukɾ
uzɛ'mɛtudɪnɛ'ni'fojɾi'fejtu|kō'klwidukōũmɛg'niki'fukabesjɛ'mɛtudwɛ'takidɛi'kipɛdie'mɛn
ak^wē'zɛbɪ||]

[di'poz'du'ũɛ'zɛru|uli'bolu|pɾuku'roku'kɛrɛ'trazdupɾɛ'zɯwizu|mɛɟ'foj'powkuefi'kazn
akōkɾitizɛ'sēwɔdzɔpurtuni'dadzobi'tidɛɟ||ip^wki'kēj'nēw'markɛ'sofri|us'pɔrtɪŋ|lɛ'voupla'kar
numɛzɯ'gadɛdɪisiɟ'tɛsɟɛ||utɛ'bɛjɾi'fɔrsu'zɔ'tevɪa'frjɛzɛnesi'sarjɛ'pɛrɛfɛ'zɛru'doj'zɛrupɛrɛ's
uɯɛfɔrmɛ'sēwɔ|dɪku'riduɟak^wɛ'rɛtɛi'sɪkumi'nutuzɛpɾi'mɛjɾɛ'partɪ||]

[nukeatɛ'mɛt^w|urɛkɾjɛ'tivuduli'bolu|su'biwɛɟ'ɫɪɟɟ||tɛdukōzɔ'gadɛɟ|ɛvoɫ'vɛtɟpɾoku'
rɛdɟɪ'garɛw'golu|ɪfɪɫiz'mɛt|us'pɔrtɪŋgɛ'fosɪnɛ'suɛ'zone'majzɾi'kwadɛ'mũjtu'bɛjkomɛ'dadɛp
eluzɔdi'fɛzɛɟsi'mɛwɔ|tɟjɛ'gɛni.inɛ'ni||]

[mɛzɯmukōa'turɛfɛurɛɟ'tɛjɾɛajɛvɪri'darpɛlufuti'bɔlofɛ'sivɪu|foj'sɛpɾɪus'pɔrtɪŋ'kējɟ't
ɛvɪmi'ɫɔrɛkō'tɛdɛ|sɔ'nɛgɛ'ɲɔpur'majɟpɾukɪuɟ'sɛwzɛtɛ'kātɪɟ|dɪɟpɾɪdi'sarɛwɪ'nɔrɪmɪzɔpɔrtuni'
dadɪɟ||dojz'zɛru'fojɯkɛzɪt'adufɪ'naɫɛpɛr'tidɛazɯ'zadɛpɛluɪtɪmɛsɟo'naɫ|pɛdrudɪɟ'sɛtuɟ||]

[kō'ɛstɛvi'tɔɾjɛ|us'pɔrtɪŋdɪkɛ'bɪdɛtɔtɛ'lizɛvɪt'sɪku'pōtuɟ|io'kupɛũduzlu'gariɟmajɟ'ko
mudɟ nu'mɛjudɛtɛ'bɛɫɛdɪkɛsfɪkɛ'sēwɔdu'zɪrɛ'bolɛ'zapɪ'dojz'milid'zɔjt^w||]

Texto 6 – Saúde: abertura da campanha de vacinação contra o sarampo

[sɛ'rɛpu|'eumɛɪfɛ'ksɛwɫkōtɛzi'ɔzɛkaw'zadupɾu'viruɟ|a'madumɔrbili'viruɟ|atrɛzmi'
sēwɔ'ɛdirɛjtɛ'mɛtdɪp'soap'soɛ|pur'mɛjudɛɟ'sɛkre'sōzɔdɪnɛ'ɾɪɟ|idi'bokɛ|ɟpɪ'lidɛɟpɛlu'dwɛt|ɛwt
u'sɪɾ|ɟɪɟpɪ'rar'ofɛ'lari'nuz'ulɫɪmu'zɛnuɟ|apɾu'vɪsjɛdɟkɛ'bɪdɛ'fojaso'ladɛkō'surtuɟzɟsɛ'rɛpukaw
'zɛdu'varjuz'obituɟ|pɾɪsɪpaɫ'mɛjɫɪnɛɟ'krjɛsɛzmi'nordɪ'sɪk^wēnuɟdɪi'dadɪ||]

[aɟpɛ'rɛsɛdi'vidɛwɛɟɟ'sɛɾ|'ɛupɾi'merukōpɾi'misɛsɛ'midupɛluizɛku'tivɛũgu'lɛnu|n
u'k^wadrudɪɟ'zōzɪkōpɾi'misɛɟpɛrɛ'krjɛsɛ|'ɛsta'ɫɪɲɛdɪstɾɛ'tɛzɛ|e'levɛ'krjɛsɛkomupɾɔri'dadɛɟs
u'lwutɛ||pu'ɾɪɟtu|forōlɛ'sadɛz'varjɛkɛ'pɛjɛzɔdɪsɛsɪblɪza'sēwɔvasɪnɛ'sēwɔ'kōtɾɛusɛ'rɛpuɛ'tod
upɛ'ɪɟ||'grasa'ɛɟtɛkɛ'pɛjɛɟsɪtɯɛ'sēwɛpɛdju'ɫɔzɪkɛdusɛ'rɛpɛnɛpɾu'vɪsjɛdɪkɛ'bɪdɛ'tɛjɟ'tadw
ɛdɪmi'nwɪrkōsɪdɪravɛɫ'mɛjɫ||]

[ɛtɾɛ'vezɟujɛ'sɛtordasɛ'udɪɪpɛr'sejɾuɟ|uguvɪrɛnɛ'dorudɪkɛ'bɪdɛpɾi'tɛdɛtɪ'zɪrɛmɛ'tɛdɪnɛ
ɟũ'kazudɪsɛ'rɛpɛnɛpɾu'vɪsjɛ||napɾi'zɛtkɛ'pɛjɛ'bertɔfsjaj'mɛjɫɪplaguvɪrɛnɛ'dorɛdɛpɾu'vɪsjɛpɾ

ĩ'vesivasi'nar'majzdi'sětujoj'tětej'seti'mi'krjěšeznuj'k^watruzmuni'sipjuj||dė'ikjėguvir'nětap
 ĩ'loawj'teknikuzdisa'udiaædo'brarějuf'forsu'pėrəkjė'tė'sifrė'sejzėti'zidė||pėrė'ta|a|dinėdė'
 lōbəkė'tėbu|ejzor'totě'běawj'pajzjėkėri'gaduzdidukė'sěwãli'varějė'krjěšėj'ėw'pəjtu'zdivė
 sine'sěw||

['sėrkėdidu'zėtėj'i'trĩtėze'kipėj'fə'rěw'krjadėzėkė'bĩdėki'věwdu'rětke'torzi'diėj]dimi
 ni'frarėzve'sinėj'kōtrėšė'rėpu|poljome'ljit|ivite'minė'a|ėj'krjěšėzi'zėruemi'norizdi'dejz'enu
 zdi'dadi||azi'kipėz'věwđizlo'karsi'portė'portė|iti'rěw'otrėj'fikėj|nėj'kazėzdu'kurdinė'doriz
 duz'bajruj|inėzuni'dadijseni'tarjėzđėpru'vĩsjėdikė'bĩdė||

Anexo III - Frequência Geral de Ocorrências por Estrutura

Vogais não acentuadas

Tabela nº 34 – Ocorrência do /e/ átono inicial - (PE [i])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (18)	2 (10)	3 (13)	4 (15)	5 (23)	6 (23)	7 (23)	8 (23)	9 (23)	10 (23)	11 (19)	12 (23)	13 (23)	14 (17)	15 (23)
Variante fonética	[i]	10 (55%)	7 (70%)	9 (69%)	14 (93%)	17 (74%)	15 (65%)	17 (74%)	14 (61%)	18 (78%)	9 (%)	11 (%)	15 (%)	18 (78%)	9 (53%)	11 (48%)
	[ĩ]	5 (28%)	0 (0%)	1 (8%)	1 (7%)	2 (9%)	1 (%)	1 (4%)	5 (22%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (%)	0 (0%)	1 (4%)	0 (0%)	0 (0%)
	[e]	1 (6%)	2 (20%)	3 (23%)	0 (0%)	3 (13%)	6 (%)	5 (22%)	4 (17%)	5 (22%)	14 (%)	6 (%)	8 (%)	3 (13%)	8 (47%)	10 (43%)
	[ɛ]	2 (11%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (4%)	1 (%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (4%)	0 (0%)	1 (4%)
	∅	0 (0%)	1 (10%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (4%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
299		
	nº total de variantes fonéticas	Porcentagem
[i]	194	65%
[ĩ]	19	6%
[e]	78	26%
[ɛ]	6	2%
∅	2	1%

Tabela nº 35 – Ocorrência do /e/ átono medial - (PE [i])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (141)	2 (93)	3 (100)	4 (129)	5 (160)	6 (160)	7 (160)	8 (160)	9 (160)	10 (160)	11 (145)	12 (160)	13 (157)	14 (141)	15 (127)
Variante fonética	[i]	115 (81%)	75 (80%)	80 (80%)	93 (72%)	118 (74%)	90 (56%)	90 (56%)	74 (46%)	86 (54%)	65 (40%)	59 (41%)	88 (55%)	85 (54%)	82 (58%)	75 (59%)
	[ij]	0 (0%)	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)	0 (0%)	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (2%)
	[i]	4 (3%)	1 (1%)	1 (1%)	2 (2%)	2 (1%)	2 (1%)	1 (1%)	4 (3%)	4 (3%)	3 (2%)	2 (1%)	5 (3%)	4 (2%)	1 (1%)	0 (0%)
	[e]	10 (7%)	7 (8%)	8 (8%)	22 (17%)	26 (16%)	56 (35%)	50 (31%)	71 (44%)	60 (37%)	79 (49%)	73 (50%)	65 (40%)	59 (38%)	37 (26%)	41 (32%)
	[ɛ]	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)	1 (1%)	3 (2%)	1 (1%)	0 (0%)	1 (1%)	0 (0%)	3 (2%)	1 (1%)	0 (0%)	1 (1%)	1 (1%)	1 (1%)
	∅	12 (9%)	9 (10%)	10 (10%)	11 (8%)	11 (7%)	11 (7%)	19 (12%)	10 (6%)	10 (6%)	9 (6%)	10 (7%)	1 (1%)	8 (5%)	20 (14%)	8 (6%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes	
2153	
nº total de variantes fonéticas	Porcentagem (100%)
[i]	1275
[ij]	13
[i]	36
[e]	664
[ɛ]	15
∅	150

Tabela nº 36 – Ocorrência do /e/ átono final - (PE [i])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (42)	2 (33)	3 (33)	4 (59)	5 (69)	6 (69)	7 (69)	8 (69)	9 (69)	10 (69)	11 (63)	12 (69)	13 (69)	14 (44)	15 (62)
Variante fonética	[i]	24 (57%)	17 (52%)	14 (42%)	23 (34%)	44 (64%)	26 (38%)	20 (29%)	33 (48%)	31 (45%)	31 (45%)	26 (41%)	30 (43%)	31 (45%)	27 (61%)	36 (58%)
	[ɛ]	1 (2%)	1 (3%)	1 (3%)	1 (2%)	1 (1%)	1 (1%)	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)	1 (2%)	1 (2%)
	[i]	5 (12%)	3 (9%)	4 (12%)	8 (14%)	4 (6%)	10 (14%)	9 (13%)	5 (7%)	8 (12%)	9 (13%)	6 (10%)	6 (9%)	10 (14%)	5 (11%)	3 (5%)
	[h]	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (3%)	4 (6%)	1 (1%)	2 (3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)	1 (2%)	0 (0%)
	[w]	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)	3 (4%)	0 (0%)	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (4%)	0 (0%)	0 (0%)
	∅	12 (29%)	12 (36%)	14 (42%)	27 (46%)	20 (29%)	29 (42%)	32 (46%)	30 (43%)	27 (39%)	29 (42%)	31 (49%)	33 (48%)	23 (33%)	10 (23%)	22 (35%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
	888	
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem
[i]	413	47%
[e]	10	1%
[i]	95	11%
[ʰ]	11	1%
[w]	8	1%
∅	351	39%

Tabela nº 37 – Ocorrência do /ɛ/ átono medial – (PE [ɛ]) - (excepcionais à regra de elevação e centralização das vogais átonas)

Nº total de produções de cada Informante																
		1 (8)	2 (8)	3 (8)	4 (6)	5 (9)	6 (9)	7 (9)	8 (9)	9 (9)	10 (9)	11 (9)	12 (9)	13 (9)	14 (11)	15 (5)
V. F.	[ɛ]	1 (13%)	2 (25%)	4 (50%)	3 (50%)	3 (33%)	1 (11%)	4 (44%)	3 (33%)	4 (44%)	4 (44%)	6 (67%)	5 (56%)	0 (0%)	3 (27%)	1 (20%)
	[i]	5 (63%)	3 (38%)	2 (25%)	0 (0%)	4 (44%)	2 (22%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (11%)	2 (22%)	3 (33%)	1 (11%)	1 (11%)	1 (9%)	0 (0%)
	[e]	2 (25%)	3 (38%)	2 (25%)	3 (50%)	2 (22%)	5 (56%)	5 (56%)	6 (67%)	4 (44%)	3 (33%)	0 (0%)	3 (33%)	8 (89%)	7 (64%)	4 (80%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
	127	
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem
[ɛ]	44	35%
[i]	25	20%
[e]	57	45%

Tabela nº 38 – Ocorrência do /a/ átono inicial – (PE [ɐ])

Nº total de ocorrências de cada Informante																
		1 (30)	2 (30)	3 (24)	4 (36)	5 (38)	6 (38)	7 (38)	8 (38)	9 (38)	10 (38)	11 (38)	12 (38)	13 (38)	14 (45)	15 (28)
V. F.	[ɐ]	13 (43%)	14 (47%)	15 (63%)	24 (67%)	19 (50%)	19 (50%)	22 (58%)	18 (47%)	18 (47%)	21 (55%)	19 (50%)	22 (58%)	20 (53%)	25 (56%)	12 (43%)
	[a]	16 (53%)	15 (50%)	9 (37%)	11 (31)	19 (50%)	19 (50%)	16 (42%)	20 (53%)	20 (53%)	16 (42%)	18 (47%)	16 (42%)	18 (47%)	19 (42%)	16 (57%)
	[ã]	1 (3%)	1 (3)	0(0%)	1 (33%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (3%)	1 (3%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
	535	
	nº total de variantes fonéticas	Percentagem
[ɐ]	281	53%
[a]	248	46%
[ã]	6	1%

Tabela nº 39 – Ocorrência do /a/ átono medial – (PE [ɐ])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (152)	2 (100)	3 (116)	4 (147)	5 (212)	6 (212)	7 (212)	8 (212)	9 (212)	10 (212)	11 (180)	12 (212)	13 (212)	14 (167)	15 (211)
V. F.	[ɐ]	125 (82%)	92 (92%)	50 (43%)	133 (90%)	190 (90%)	186 (88%)	184 (87%)	179 (84)	174 (82%)	154 (73%)	151 (84%)	158 (75%)	176 (83%)	148 (89%)	189 (90%)
	[a]	27 (18%)	8 (8%)	66 (57%)	14 (10%)	21 (10%)	26 (12%)	28 (13%)	33 (16%)	38 (18%)	57 (27%)	28 (15%)	53 (25%)	35 (17%)	19 (11%)	22 (10%)
	Ø	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (0,47%)	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)

		Nº total de ocorrências de todos os informantes	
		2769	
		nº total de variantes fonéticas	Porcentagem (100%)
	[ɐ]	2288	83%
	[a]	466	16%
	Ø	15	1%

Tabela nº 40 – Ocorrência do /a/ átono final - (PE [ɐ])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (189)	2 (159)	3 (158)	4 (171)	5 (189)	6 (189)	7 (189)	8 (189)	9 (189)	10 (189)	11 (189)	12 (189)	13 (189)	14 (164)	15 (189)
V. F.	[ɐ]	184 (87%)	158 (99%)	153 (97%)	168 (98%)	185 (98%)	186 (98%)	161 (98%)	186 (98%)							
	[a]	5 (3%)	1 (1%)	5 (3%)	2 (3%)	4 (2%)	3 (2%)	3 (2%)	3 (2%)	3 (2%)	3 (2%)	3 (2%)	3 (2%)	3 (2%)	3 (2%)	3 (2%)

		Nº total de ocorrências de todos os informantes	
		2731	
		nº total de variantes fonéticas	Porcentagem
	[ɐ]	2683	98%
	[a]	47	2%

Tabela nº 41 – Ocorrência do /o/ átono inicial - (PE [o]) – (excepcionais à regra de elevação e centralização das vogais átonas)

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (4)	2 (0)	3 (0)	4 (4)	5 (4)	6 (4)	7 (4)	8 (8)	9 (4)	10 (4)	11 (4)	12 (4)	13 (4)	14 (8)	15 (8)
V. F.	[o]	2 (50%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (50%)	0 (0%)	4 (100%)	4 (100%)	0 (0%)	2 (50%)	0 (0%)	2 (50%)	2 (50%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
	[ɔ]	2 (50%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (50%)	4 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	8 (100%)	2 (50%)	4 (100%)	2 (50%)	2 (50%)	4 (100%)	8 (100%)	8 (100%)

Tabela nº 41 – Ocorrência do /o/ átono inicial - (PE [o])

		Nº total de ocorrências de todos os informantes	
		64	
		nº total de ocorrências das variantes fonéticas	Porcentagem (100%)
	[o]	18	28%
	[ɔ]	46	72%

Tabela nº 42 – Ocorrência do /ɔ/ átono medial - (PE [ɔ]) - (excepcionais à regra de elevação e centralização das vogais átonas)

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (2)	2 (0)	3 (2)	4 (0)	5 (2)	6 (2)	7 (2)	8 (2)	9 (2)	10 (2)	11 (0)	12 (2)	13 (2)	14 (2)	15 (2)
V. F.	[ɔ]	1 (50%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (50%)	1 (50%)	0 (0%)
	[o]	1 (50%)	0 (0%)	2 (100%)	0 (0%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	0 (0%)	2 (100%)	1 (50%)	1 (50%)	2 (100%)

		Nº total de ocorrências de todos os informantes	
		24	
		nº total de variantes fonéticas	Porcentagem
[ɔ]	3		13%
[o]	21		87%

Tabela nº 43 – Ocorrência do /o/ átono medial - (PE [u])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (112)	2 (84)	3 (84)	4 (113)	5 (146)	6 (146)	7 (146)	8 (146)	9 (146)	10 (146)	11 (123)	12 (146)	13 (146)	14 (118)	15 (124)
V. F.	[u]	74 (66%)	65 (77%)	68 (80%)	88 (78%)	115 (79%)	113 (77%)	97 (66%)	91 (62%)	102 (70%)	93 (64%)	70 (57%)	91 (62%)	103 (70%)	84 (71%)	91 (73%)
	[o]	37 (33%)	19 (23)	15 (18%)	25 (22%)	30 (21%)	32 (22%)	48 (33%)	55 (38%)	43 (30)	52 (35%)	43 (42%)	54 (37%)	42 (29%)	34 (29%)	33 (27%)
	[ɔ]	0 (0%)	0 (0%)	1 (2%)	0 (0%)	1 (1%)	0 (0%)	1 (1%)	0 (0%)	1 (1%)	1 (1%)	0 (0%)	1 (1%)	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)
	∅	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
	∅	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)

		Nº total de ocorrências dos todos os informantes	
		1926	
		nº total de variantes fonéticas	Porcentagem (100%)
[u]	1347		70%
[o]	555		28%
[ɔ]	14		1%
∅	10		1%

Tabela nº 44 – Ocorrência do /o/ átono final - (PE [u])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (132)	2 (75)	3 (75)	4 (132)	5 (132)	6 (132)	7 (132)	8 (132)	9 (132)	10 (132)	11 (132)	12 (132)	13 (132)	14 (121)	15 (132)
V. F.	[u]	127 (96%)	75 (100%)	75 (100%)	125 (95%)	132 (100%)	129 (98%)	130 (98%)	132 (100%)	129 (98%)	125 (95%)	124 (94%)	132 (100%)	131 (99%)	120 (99%)	131 (99%)
	[w]	5 (4%)	0 (0%)	0 (0%)	7 (5%)	0 (0%)	3 (2%)	2 (2%)	0 (0%)	3 (2%)	5 (4%)	8 (6%)	0 (0%)	1 (1%)	1 (1%)	1 (1%)
	∅	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
1855		
nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)	
[u]	1808	97%
[ʷ]	36	2%
∅	11	1%

Tabela nº 45 – Ocorrência do /i/ átono inicial - (PE [i])

Nº total de ocorrências de cada Informante																
		1 (11)	2 (7)	3 (8)	4 (11)	5 (11)	6 (11)	7 (11)	8 (11)	9 (11)	10 (11)	11 (10)	12 (11)	13 (11)	14 (8)	15 (11)
V. F.	[i]	11 (100%)	7 (100%)	8 (100%)	11 (100%)	11 (100%)	11 (100%)	11 (100%)	11 (100%)	11 (100%)	11 (100%)	10 (100%)	11 (100%)	11 (100%)	8 (100%)	11 (100%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
145		
nº total de variantes fonéticas	Percentagem	
[i]	145	100%

Tabela nº 46 – Ocorrência do /i/ átono medial - (PE [i])

Nº total de ocorrências de cada Informante																
		1 (242)	2 (118)	3 (133)	4 (183)	5 (242)	6 (242)	7 (242)	8 (242)	9 (242)	10 (242)	11 (209)	12 (242)	13 (242)	14 (202)	15 (242)
V. F.	[i]	242 (100%)	116 (98%)	130 (98%)	175 (96%)	227 (94%)	232 (96%)	235 (97%)	236 (98%)	236 (98%)	236 (98%)	204 (98%)	236 (97%)	235 (97%)	196 (97%)	239 (98%)
	[i]	0 (0%)	2 (2%)	3 (2%)	8 (4%)	11 (5%)	10 (4%)	7 (3%)	5 (2%)	6 (2%)	4 (1%)	3 (1%)	5 (2%)	6 (2%)	5 (2%)	2 (1%)
	∅	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (1%)	1 (0,41%)	0 (0%)	2 (1%)	1 (0,41%)	3 (1%)	2 (1%)	2 (1%)	2 (1%)	1 (1%)	2 (1%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
3277		
nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)	
[i]	3176	97%
[i]	77	2%
∅	24	1%

Vogais acentuadas

Tabela nº 47 – Ocorrência do /ɛ/ acentuado medial - (PE [ɛ])

Nº total de ocorrências de cada Informante																
		1 (26)	2 (16)	3 (19)	4 (24)	5 (34)	6 (34)	7 (34)	8 (34)	9 (34)	10 (34)	11 (26)	12 (34)	13 (34)	14 (31)	15 (34)
V. F.	[ɛ]	21 (81%)	15 (94%)	17 (89%)	18 (75%)	29 (85%)	29 (85%)	28 (82%)	31 (91%)	29 (85%)	30 (88%)	23 (88%)	31 (91%)	33 (97%)	26 (84%)	32 (94%)
	[i]	2 (8%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
	[e]	3 (11%)	1 (6%)	2 (11%)	6 (25%)	5 (15%)	5 (15%)	6 (18%)	3 (9%)	5 (5%)	4 (12%)	3 (12%)	3 (9%)	1 (3%)	5 (16%)	2 (6%)

Nº total de produção dos 15 informantes		
448		
nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)	
[ɛ]	392	88%
[i]	6	1%
[e]	50	11%

Tabela nº 48 – Ocorrência do /e/ acentuado medial - (PE [e])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (34)	2 (21)	3 (21)	4 (20)	5 (34)	6 (34)	7 (34)	8 (34)	9 (34)	10 (34)	11 (29)	12 (34)	13 (34)	14 (26)	15 (34)
V. F.	[e]	29 (85%)	19 (90%)	12 (57%)	17 (85%)	21 (62%)	28 (82%)	28 (82%)	24 (71%)	24 (71%)	31 (91%)	21 (72%)	27 (79%)	25 (74%)	23 (88%)	20 (59%)
	[ɛ]	0 (0%)	2 (10%)	9 (43%)	3 (15%)	13 (38%)	6 (18%)	6 (18%)	10 (29%)	10 (29%)	3 (9%)	8 (28%)	5 (15%)	9 (26%)	3 (12%)	14 (41%)
	[i]	5 (15%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (6%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
457		
nº total de variantes fonéticas	Percentagem	
[e]	349	76%
[ɛ]	101	22%
[i]	7	2%

Tabela nº 49 – Ocorrência do /a/ acentuado medial - (PE [a])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (160)	2 (82)	3 (68)	4 (160)	5 (160)	6 (160)	7 (160)	8 (160)	9 (160)	10 (160)	11 (160)	12 (160)	13 (160)	14 (145)	15 (160)
V. F.	[a]	158 (99%)	79 (96%)	65 (96%)	158 (99%)	157 (98%)	157 (98%)	156 (98%)	156 (98%)	157 (98%)	158 (99%)	157 (98%)	157 (98%)	157 (98%)	142 (98%)	158 (99%)
	[ɛ]	2 (1%)	3 (4%)	3 (4%)	2 (1%)	3 (2%)	3 (2%)	4 (2%)	4 (2%)	3 (2%)	2 (1%)	3 (2%)	3 (2%)	3 (2%)	3 (2%)	2 (1%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
2215		
nº total de variantes fonéticas	Percentagem	
[a]	2172	98%
[ɛ]	43	2%

Tabela nº 50 – Ocorrência do /ɔ/ acentuada inicial - (PE [ɔ])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (4)	2 (3)	3 (3)	4 (3)	5 (4)	6 (4)	7 (4)	8 (2)	9 (4)	10 (4)	11 (3)	12 (4)	13 (4)	14 (3)	15 (4)
V. F.	[ɔ]	3 (75)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (75)	2 (50%)	3 (75)	1 (50%)	3 (75)	3 (75)	2 (67%)	3 (75)	3 (75)	2 (67%)	2 (50%)
	[o]	1 (25%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (25%)	2 (50%)	1 (25%)	1 (50%)	1 (25%)	1 (25%)	1 (33%)	1 (25%)	1 (25%)	1 (33%)	2 (50%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
53		
nº total de variantes fonéticas		Percentagem
[ɔ]	39	74%
[o]	14	26%

Tabela nº 51 – Ocorrência do /ɔ/ acentuado medial - (PE [ɔ])

			Nº total de ocorrências de cada Informante														
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
			(37)	(19)	(18)	(32)	(38)	(38)	(38)	(38)	(38)	(38)	(37)	(38)	(38)	(30)	(38)
V. F.	[ɔ]	25 (68%)	13 (68%)	14 (78%)	18 (56%)	20 (53%)	23 (61%)	26 (68%)	21 (55%)	25 (66%)	26 (68%)	20 (54%)	27 (71)	24 (63%)	15 (50%)	15 (39%)	
	[o]	12 (32%)	6 (32%)	4 (22%)	14 (44%)	18 (47%)	15 (39%)	12 (32%)	17 (45%)	13 (34%)	12 (32%)	17 (46%)	11 (29%)	14 (37%)	15 (50%)	23 (61)	

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
515		
nº total de variantes fonéticas		Percentagem
[ɔ]	312	61%
[o]	203	39%

Tabela nº 52 – Ocorrência do /o/ acentuada medial - (PE [o])

			Nº total de ocorrências de cada Informante														
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
			(39)	(28)	(19)	(30)	(39)	(39)	(39)	(39)	(39)	(39)	(36)	(39)	(39)	(44)	(39)
V. F.	[o]	26 (67%)	17 (61%)	15 (79%)	21 (70%)	35 (90%)	30 (77%)	28 (72%)	33 (85%)	30 (77%)	26 (67%)	26 (72)	21 (54%)	23 (59%)	35 (80%)	30 (77%)	
	[ɔ]	13 (33%)	11 (39%)	4 (21%)	9 (30%)	4 (10%)	9 (23%)	11 (28%)	6 (15%)	9 (23%)	13 (33%)	10 (28%)	18 (46%)	16 (41%)	9 (20%)	9 (23%)	

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
547		
nº total de variantes fonéticas		Percentagem
[o]	396	72%
[ɔ]	151	28%

Ditongos

Tabela nº 53 – Ocorrência do ditongo oral decrescente <ei> - (PE [ɛj])

			Nº total de ocorrências de cada Informante														
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
			(15)	(10)	(10)	(14)	(17)	(17)	(17)	(17)	(17)	(17)	(17)	(17)	(17)	(18)	(15)
V. F.	[ɛj]	0 (0%)	1 (10%)	1 (10%)	0 (0%)	5 (29%)	3 (18%)	1 (6%)	1 (6%)	0 (0%)	1 (6%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	
	[ej]	13 (87%)	9 (90%)	9 (90%)	13 (93%)	10 (59%)	13 (76%)	13 (76%)	15 (88%)	11 (65)	10 (59%)	11 (65%)	13 (77%)	12 (71%)	11 (61%)	8 (53%)	
	[e]	2 (13%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (7%)	2 (12%)	1 (6%)	3 (18%)	1 (6%)	6 (35%)	6 (35%)	6 (35%)	4 (23%)	5 (29%)	7 (39%)	7 (47%)	

Nº total ocorrências de todos os informantes	
235	
nº total de variantes fonéticas	Porcentagem
[ej]	13 (5%)
[ej]	171 (73%)
[e]	51 (22%)

Tabela nº 54 – Ocorrência do ditongo oral decrescente <ou> - (PE [o])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (18)	2 (5)	3 (7)	4 (14)	5 (18)	6 (18)	7 (18)	8 (18)	9 (18)	10 (18)	11 (14)	12 (18)	13 (18)	14 (18)	15 (18)
V. F.	[ow]	6 (33%)	2 (40%)	1 (14%)	2 (14%)	8 (44%)	8 (44%)	4 (22%)	3 (17%)	2 (11%)	2 (11%)	1 (7%)	3 (17%)	4 (22%)	1 (6%)	1 (6%)
	[o]	12 (67%)	3 (60%)	6 (86%)	12 (86%)	10 (56%)	10 (56%)	14 (78%)	15 (83%)	16 (89%)	16 (89%)	13 (93%)	15 (83%)	14 (78%)	17 (94%)	17 (94%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes	
238	
nº total de variantes fonéticas	Porcentagem
[ow]	48 (20%)
[o]	189 (80%)

Tabela nº 55 – Ocorrência do ditongo oral decrescente <ai> - (PE [aj])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (20)	2 (9)	3 (13)	4 (14)	5 (20)	6 (20)	7 (20)	8 (20)	9 (20)	10 (20)	11 (16)	12 (20)	13 (20)	14 (19)	15 (20)
V. F.	[aj]	13 (65%)	6 (67%)	10 (77%)	8 (57%)	18 (90%)	13 (65%)	12 (60)	15 (75%)	11 (55%)	8 (40%)	10 (63)	16 (80)	11 (55%)	12 (63)	13 (65%)
	[a]	7 (35%)	3 (33%)	3 (23%)	6 (43%)	2 (10%)	7 (35%)	8 (40%)	5 (25%)	9 (45%)	12 (60%)	6 (37%)	4 (20%)	9 (45%)	6 (32%)	7 (35%)
	Ø	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (5%)	0 (0%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes	
271	
nº total de variantes fonéticas	Porcentagem
[aj]	176 (65%)
[a]	94 (35%)
Ø	1 (0,36%)

Tabela nº 56 – Ocorrência do ditongo oral decrescente <oi> - (PE [oj])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (16)	2 (5)	3 (4)	4 (16)	5 (16)	6 (16)	7 (16)	8 (16)	9 (16)	10 (16)	11 (16)	12 (16)	13 (16)	14 (15)	15 (14)
V. F.	[oj]	16 (100%)	5 (100%)	4 (100%)	15 (94%)	15 (94%)	16 (100%)	16 (100%)	16 (100%)	15 (94%)	15 (94%)	15 (94%)	16 (100%)	15 (94%)	13 (87%)	13 (93)
	[o]	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (6%)	1 (6%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (6%)	1 (6%)	1 (6%)	0 (0%)	1 (6%)	2 (13%)	1 (7%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
214		
nº total de variantes fonéticas		Percentagem
[õj]	205	96%
[õ]	9	4%

Tabela nº 57 – Ocorrência do ditongo nasal decrescente <õe> - (PE [õj])

Nº total de ocorrências de cada Informante																
		1 (11)	2 (5)	3 (9)	4 (5)	5 (11)	6 (11)	7 (11)	8 (11)	9 (11)	10 (11)	11 (6)	12 (11)	13 (11)	14 (11)	15 (11)
V. F.	[õj]	4 (36%)	4 (80%)	9 (100%)	5 (100%)	10 (91%)	6 (55%)	11 (100%)	9 (82%)	5 (45%)	7 (64%)	3 (50%)	3 (27%)	3 (27%)	2 (18%)	4 (36%)
	[õ]	7 (64%)	1 (20%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (9%)	5 (45%)	0 (0%)	2 (18%)	6 (55%)	4 (36%)	3 (50%)	8 (73%)	8 (73%)	9 (82%)	7 (64%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
146		
nº total de variantes fonéticas		Percentagem
[õj]	85	58%
[õ]	61	42%

Tabela nº 58 – Ocorrência do ditongo nasal decrescente - (PE [ẽj])

Nº total de ocorrências de cada Informante																
		1 (12)	2 (4)	3 (5)	4 (10)	5 (12)	6 (12)	7 (12)	8 (12)	9 (12)	10 (12)	11 (10)	12 (12)	13 (12)	14 (11)	15 (12)
V. F.	[ẽj]	2 (17%)	0 (0%)	1 (20%)	5 (50%)	1 (8%)	1 (8%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (33%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
	ẽj	4 (33%)	2 (50%)	2 (40%)	3 (30%)	8 (67%)	6 (50%)	6 (50%)	4 (33%)	6 (50%)	5 (42%)	8 (80%)	6 (50%)	9 (75%)	5 (45%)	7 (58%)
	[ẽ]	6 (50%)	2 (50%)	2 (40%)	2 (20%)	3 (25%)	5 (42%)	6 (45%)	8 (67%)	6 (50%)	7 (58%)	2 (20%)	2 (17%)	3 (25%)	6 (55%)	5 (42%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
160		
nº total de variantes fonéticas		Percentagem
[ẽj]	14	8%
[ẽ]	81	51%
[ẽ]	65	41%

Tabela nº 59 – Ocorrência do ditongo nasal decrescente <ãõ> - (PE [ẽw̃])

Nº total de ocorrências de cada Informante																
		1 (64)	2 (34)	3 (45)	4 (51)	5 (64)	6 (64)	7 (64)	8 (64)	9 (64)	10 (64)	11 (51)	12 (64)	13 (64)	14 (56)	15 (64)
V. F.	[ẽw̃]	62 (97%)	32 (94%)	45 (100%)	47 (92%)	60 (94%)	62 (97%)	62 (97%)	64 (100%)	60 (94%)	60 (94%)	44 (86%)	60 (94%)	58 (91%)	54 (96%)	60 (94%)
	[ã]	2 (3%)	2 (6%)	0 (0%)	4 (8%)	4 (6%)	2 (3%)	2 (3%)	0 (0%)	4 (6%)	4 (6%)	7 (14%)	4 (6%)	6 (9%)	2 (4%)	4 (6%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
877		
nº total de variantes fonéticas		Percentagem
[ɐ̃w]	830	95%
[ɛ̃]	47	5%

Consoantes

Tabela nº 60 – Ocorrência da consoante palatal /ɲ/ - (PE [ɲ])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
		(12)	(7)	(5)	(11)	(12)	(12)	(12)	(12)	(12)	(12)	(12)	(12)	(12)	(9)	(12)
V. F.	[ɲ]	8 (67%)	6 (86%)	3 (60%)	4 (36%)	12 (100%)	10 (83%)	6 (50%)	11 (92%)	9 (75%)	7 (58%)	12 (100%)	9 (75%)	6 (50%)	7 (78%)	8 (67%)
	[j]	3 (25%)	1 (14%)	2 (40%)	7 (64%)	0 (0%)	2 (17%)	6 (50%)	1 (8%)	2 (17%)	5 (42%)	0 (0%)	3 (25%)	6 (50%)	2 (22%)	4 (33%)
	[n]	1 (8%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (8%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
164		
nº total de variantes fonéticas		Percentagem
[ɲ]	118	72%
[j]	44	27%
[n]	2	1%

Tabela nº 61 – Ocorrência da consoante palatal /ʎ/ - (PE [ʎ])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
		(5)	(4)	(4)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)
V. F.	[ʎ]	5 (100%)	4 (100%)	4 (100%)	5 (100%)	5 (100%)	5 (100%)	5 (100%)	4 (80%)	2 (40%)	5 (100%)	5 (100%)	5 (100%)	5 (100%)	5 (100%)	5 (100%)
	[j]	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (20%)	3 (60%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes		
73		
nº total de variantes fonéticas		Percentagem
[ɲ]	69	95%
[j]	4	5%

Tabela nº 62 – Ocorrência do /r/ em ataque inicial – (PE r forte)

		Nº total de ocorrências de cada Informante															
		1 (19)	2 (13)	3 (12)	4 (15)	5 (21)	6 (21)	7 (21)	8 (21)	9 (21)	10 (21)	11 (18)	12 (21)	13 (21)	14 (23)	15 (17)	
V.F.	[R]	7 (37%)	0 (0%)	1 (8%)	1 (7%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (6%)	0 (0%)	3 (14%)	1 (4%)	0 (0%)	
	[ʁ]	12 (63%)	2 (15%)	5 (42%)	5 (33%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	14 (78%)	0(0%)	2 (10%)	12 (53%)	15 (88%)	
	[r]	0 (0%)	11 (85%)	6 (50%)	9 (60%)	21 (100%)	20 (95%)	21 (100%)	20 (95%)	15 (71%)	19 (90%)	3 (16%)	15 (71%)	0 (0%)	6 (26%)	2 (12%)	
	[x]	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (4%)	0 (0%)
	[r]	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (5%)	0 (0%)	1 (5%)	6 (29%)	2 (10%)	0 (0%)	6 (29%)	0 (0%)	3 (13%)	0 (0%)	

Nº total de ocorrências de todos os informantes	
285	
nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[R]	14 5%
[ʁ]	67 24%
[r]	175 61%
[x]	5 2%
[r]	24 8%

Tabela nº 63 – Ocorrência do /r/ em ataque medial – (PE r forte)

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (8)	2 (9)	3 (6)	4 (10)	5 (10)	6 (10)	7 (10)	8 (10)	9 (10)	10 (10)	11 (10)	12 (10)	13 (10)	14 (11)	15 (6)
V. Fonética	[R]	5 (63%)	2 (22%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (36%)	0 (0%)
	[ʁ]	3 (37%)	0 (0%)	4 (66%)	2 (20%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	10 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (28%)	1 (17%)
	[r]	0 (0%)	7 (78%)	0 (0%)	8 (80%)	10 (100%)	10 (100%)	10 (100%)	10 (100%)	6 (60%)	6 (60%)	0 (0%)	10 (100%)	8 (80%)	4 (36%)	5 (83%)
	[x]	0 (0%)	0 (0%)	1 (17%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
	[r]	0 (0%)	0 (0%)	1 (17%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (40%)	4 (40%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (20%)	0 (0%)	0 (0%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes	
140	
nº total de variantes fonéticas	Percentagem
[R]	11 8%
[ʁ]	23 16%
[r]	94 67%
[x]	1 1%
[r]	11 8%

Tabela nº 64 – Ocorrência do /r/ em ataque ramificado – (PE [r])

		Nº total de produções de cada Informante														
		1 (119)	2 (60)	3 (70)	4 (77)	5 (119)	6 (119)	7 (119)	8 (119)	9 (119)	10 (119)	11 (94)	12 (119)	13 (119)	14 (102)	15 (119)
V.F.	[r]	119 (100%)	60 (100%)	70 (100%)	77 (100%)	119 (100%)	119 (100%)	119 (100%)	119 (100%)	119 (100%)	119 (100%)	0 (0%)	119 (100%)	118 (99%)	102 (100%)	119 (100%)
	[ʁ]	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	94 (100%)	0 (0%)	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes	
1593	
nº total de variantes fonéticas	Percentagem
[ɾ]	1498 94%
[ʁ]	95 6%

Tabela nº 65 – Ocorrência do /r/ em ataque simples medial /interno – (PE [ɾ])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (93)	2 (47)	3 (45)	4 (81)	5 (93)	6 (93)	7 (93)	8 (93)	9 (93)	10 (93)	11 (88)	12 (93)	13 (93)	14 (70)	15 (93)
V. F.	[ɾ]	92 (99%)	47 (100%)	45 (100%)	81 (100%)	93 (100%)	93 (100%)	93 (100%)	93 (100%)	93 (100%)	93 (100%)	3 (3%)	90 (97%)	93 (100%)	70 (100%)	93 (100%)
	[r]	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
	[ʁ]	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	85 (97%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes	
1261	
nº total de variantes fonéticas	Percentagem (100%)
[ɾ]	1161 92%
[r]	11 1%
[ʁ]	89 7%

Tabela nº 66 – Ocorrência do /r/ em coda – (PE [ɾ])

		Nº total de ocorrências de cada Informante														
		1 (89)	2 (64)	3 (65)	4 (87)	5 (107)	6 (107)	7 (107)	8 (107)	9 (107)	10 (107)	11 (96)	12 (107)	13 (107)	14 (100)	15 (107)
V. F.	[ɾ]	79 (89%)	55 (86%)	50 (77%)	75 (86%)	86 (80%)	87 (81%)	90 (84%)	87 (81%)	88 (82%)	88 (82%)	8 (8%)	81 (76%)	88 (82%)	89 (89%)	95 (89%)
	[r]	1 (1%)	9 (14%)	15 (23%)	12 (14%)	21 (20%)	20 (19%)	17 (16%)	20 (19%)	19 (18%)	19 (18%)	0 (0%)	26 (24%)	19 (18%)	11 (11%)	12 (11%)
	[ʁ]	9 (10%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	88 (92%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)

Nº total de ocorrências de todos os informantes	
1464	
nº total de variantes fonéticas	Percentagem
[ɾ]	1146 78%
[r]	222 15%
[ʁ]	97 7%

Anexo IV - Questionário Aplicado aos Jornalistas



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURAS

QUESTIONÁRIO

O presente questionário destina-se a recolher informações para a elaboração de uma Dissertação de Mestrado em Línguas e Linguística - Ciências da Linguagem, subordinada ao tema "**Variação fonético-fonológica no português de Angola: características da variedade falada em Cabinda e suas implicações profissionais na TPA**".

Os fenómenos da variação são incontroláveis, dado que se trata de um facto intrínseco que ocorre nas línguas enquanto entidades dinâmicas; esses fenómenos têm como principal ator o falante. No entanto, a inobservância desta realidade linguística tem resultado em juízos de valores em relação à fala. De acordo com Bagno (2007), essa inobservância permite que se rejeite o modo de falar do outro, achando-se que existe uma forma única e melhor de se falar a língua.

Agradecemos antecipadamente a sua colaboração.

Dados pessoais

Sexo: Masculino () Feminino ()

Idade: ____

Habilitação literária	
Área de formação	
Tempo de serviço como jornalista	

As perguntas que se seguem têm uma índole de respostas abertas (resposta livre) e fechadas (assinale com X a resposta que considera adequada).

1. Qual é (ou quais são) a sua língua materna?

1.1. Além da sua língua materna, fala e compreende outras? Se sim, quais?

1.2. No caso de o português não ser a sua língua materna, desde quando fala português?

1.2.2. Onde o aprendeu e desde que idade o aprendeu?

1.2.3. Em que contextos usa o português habitualmente?

1.2.4. Qual a variedade do português que utiliza (PE, PB, PA ou outra)?

2. Acha que existe juízo linguístico de valor negativo relativo à fala dos jornalistas por parte dos membros de direção da TPA em Cabinda?

() Sim () Não

Se respondeu negativamente à pergunta anterior, o seu questionário termina aqui. Se respondeu afirmativamente, continue, por favor.

3. Considera que existe juízos de valor negativos relativamente ao modo de usar o português na televisão? Em que se pode basear esse eventual juízo?

A. Domínio do léxico ()

A. Domínio de aspetos morfológicos e sintáticos ()

B. Domínio de aspetos fonéticos e fonológicos ()

C. Outros ()

4. Encontra uma relação entre juízos de valor negativos em relação à fala e algum dos fatores indicados abaixo?

A- Género ()

B- Idade ()

C- Outros ()

Quais?

5. Sente-se ou não excluído pelos dirigentes da TPA em função da sua fala?

6. Qual é o aspeto que considera ser mais influenciador do português que fala e este ser a base de exclusão de leitura?

A- Interferência do ibinda ()

B- Interferência de outras línguas nativas ()

C- Interferência do Português do Brasil ()

D- Outras ()

7. O facto de alguns jornalistas lerem e os outros não, que ambiente cria entre os profissionais da TPA-Cabinda?

Muito mau	Mau	Razoável	Bom	Muito bom

8. Que *feedback* recebem da sociedade em relação à diversidade de vozes na TPA?

Muito mal	Mal	Razoável	Bem	Muito bem

9. O que deve/pode ser feito para que os fenómenos da variação linguística sejam bem vistos pelo senso comum?

Muito obrigado!

Anexo V - Transcrição ortográfica das entrevistas efetuadas pelos membros de direção da TPA em Cabinda e jornalistas

Entrevista com o 1º membro de direção

Pergunta 1: Como avalia a locução dos jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: A avaliação que eu faço é positiva, na medida em que dos 17 jornalistas que temos são pelo menos 5 repórteres que têm a voz, a autorização para a leitura dos seus offs.

Essa leitura é bem-vinda, é bem aceite, os jornalistas leem bem, e penso que não há grandes problemas nesse sentido, apesar de que há um exercício que tem que ser feito. As pessoas têm que optar pelo treinamento diário, quer no estúdio, quer nos exteriores, têm que fazer esse trabalho. Mas, cômputo geral, a avaliação é positiva.

Pergunta 2: Por que motivo alguns jornalistas da TPA não leem os textos que produzem?

Resposta: Bem, nos aqui em Cabinda temos um problema muito complicado. Tínhamos feito uma seleção de mais de 10 repórteres, mais de 10 vozes, mandámos esta seleção em Luanda, e foram apurados somente aqueles que eu acima citei.

O primeiro aspeto tem a ver com o hábito de leitura. Desde pequeno, as pessoas têm problemas muito sérios de leitura, as pessoas não leem. O outro problema prende-se fundamentalmente com a interferência das fronteiras. Nós temos uma influência muito grande com as duas fronteiras dos dois Congos, Congo Brazzaville e Congo Democrático.

Então, temos o problema do sotaque, temos o problema da dicção. Esses elementos influenciam negativamente na boa leitura dos nossos jornalistas. Portanto, estes são os aspetos básicos, a nível de Cabinda, que fazem com que a leitura de determinados jornalistas não seja aquela que nos gostaríamos que fosse.

Essa interferência é como Porto e Lisboa. Quem está no Porto fala <binho>, quem está em Lisboa fala <vinho>. Então, nós temos esse problema. Ainda reside

aquele problema do <caro> e <carro>, do <raro> ['raru] e <raro> ['raru]. Temos este problema, portanto, isto influencia negativamente.

Pergunta 3: O que pode ser feito para que os que não leem melhorem a sua capacidade de leitura?

Resposta: É um treinamento que tem que ser feito. Para além deste problema persistir mesmo, é o problema do berço, desde a nascença, mas alguns vão fazendo um esforço. E nós temos estado a apelar as pessoas para que tenham força de vontade, vão para o estúdio, façam ensaios em casa, no quarto, no quarto de banho, onde estiverem. Que façam insistentemente treinamentos para aqueles que querem ter uma boa leitura, que façam treinamentos para que, prontos, sejam bem-sucedidos. Isto é que tem que ser feito.

A própria empresa tem que apostar mais na formação do pessoal, e nos temos estado a mandar pessoas para Luanda para formação na área de locução. Penso que é basicamente isso que tem que ser feito para se melhorar a capacidade de leitura dos nossos repórteres.

Ainda temos vozes que não são permitidos, não podem ler, não devem fazê-lo sem autorização porque ainda tem alguns aspetos que, como disse, têm a ver com dicção, tem a ver com sotaque. Não são permitidos a fazerem leituras ainda. Provavelmente depois da sua formação, talvez pode-se consumir o facto de que estão bem. Ai já poderão ser indicados para fazerem a leitura dos seus offs.

Entrevista com o 2º membro de direção

Pergunta 1: Como avalia a locução dos jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: Eu diria que a avaliação é boa e aceitável. Aceitável porque são essas locuções que fazem parte do leque das peças que são emitidas na TPA central. A TPA central, aliás, em todo o órgão de televisão o que não dá para ser emitido obviamente não pode ser emitido.

Então, numa peça de televisão temos a imagem e temos o som. Esses dois elementos são acasalados e inseparáveis. Se a imagem não está boa, obviamente encosta-se a peça. Se áudio também não está bom, encosta-se a peça.

Então, a locução dos nossos jornalistas, aqueles que têm a anuência para fazer essa locução, as peças têm sido emitidas, outros não. Portanto, nem todos têm o direito de fazer essa locução.

Pergunta 2: Por que motivo alguns jornalistas da TPA não leem os textos que produzem?

Resposta: Não leem por quê? Muitas da vezes, não têm aquilo que nós chamamos de dicção da própria leitura que fazem. Isto não acontece somente na TPA Cabinda, acontece em todas as estações da televisão. Nem todos os jornalistas têm vozes para enquadrarem na sua peça, obviamente recorrem a outros colegas. Nas grandes estações nos temos jornalistas só para a locução off, não apresentam. Mas têm boa voz para off, a locução off.

Essa realidade, eu fui ver, por exemplo, na RTP; jornalista só para off. Portanto, fez a sua Reportagem. Se não tem voz aceitável para se fazer off, busca-se o colega, que é o jornalista para off, e então lê o seu off, e você edita. E isto é muito normal, nem todo o jornalista tem a vocação de fazer off devido, às vezes, a sua tonalidade voz não condiz, o seu timbre, as suas cordas vocais, e sobretudo a dicção.

Essa dicção nos jornalistas de Cabinda tem muita influência da língua materna. Vou dar o exemplo do Portugal, Portugal só tem uma língua que é o português; pode ter aquelas variantes na fala, um português de um lisboeta, com um português do Porto, mas não deixa de ser português.

E nos aqui, sobretudo nós os africanos, é um caso muito sério. Em Cabinda, nos temos 9 tipos de idiomas. Então, o individuo que reside no sul da província tem o seu *Iwoyo* [i'woju], muitas vezes com algumas influências nessa língua materna no português que fala. O que vive lá no alto *mayombe*, *alto sundy*, também quando se expressa, você facilmente dá conta que este é *muyombe*. Portanto, temos essas influências, um *mulinji* também tem essas influências, e não fugimos essa norma, é impossível devido essa influência das línguas maternas.

Um *Kimbandu*, por exemplo, vem te falar, você dá conta que este é um *Kimbandu*, quanto mais um *Umbundu*. O *Umbundu* vai te falar o <endendimento> [ëdëdi'mëtu], você sabe logo que é um *Umbundu*. Portanto, não temos como fugir isso.

Pergunta 3: O que pode ser feito para que os que não leem melhorem a sua capacidade de leitura?

Resposta: A formação é fundamental, e em parte diria que a força de vontade também pode vencer. Mas há casos que mesmo com formação, mesmo com força de vontade, tu não vais a lado nenhum. Eu pelo menos que estou aqui a falar contigo, eu tenho a minha língua presa. Ainda que eu venha falar fluentemente o português, mas em termos de televisão não posso ir a lado nenhum. Na rádio ainda aceita-se, tu estás aí escondido e tudo mais, mas na televisão nem para voz off dá, quanto mais fazer um

vivo, um In, porque eu tenho a língua presa e eu não consigo pronunciar corretamente o <r>. Às vezes, sinto a língua a pesar o <r>.

Portanto, esse tipo de elemento, ainda que venha se formar, venha ter a vontade de mudar, não vais a lado nenhum. Mas há casos em que você não tem esses elementos que podem servir de entrave na sua locução, com uma boa formação, um bom acompanhamento, obviamente nós temos tido esses casos que as pessoas chegam a ler os sus textos.

E é muito bom quando um jornalista faz a sua reportagem lá fora, escreve sozinho, leia o seu texto, fica muito bonito. E muita das vezes, e se tiver presença, por exemplo, aquela capacidade de fazer um vivo, porque nem todos os jornalistas têm; fazer um vivo, aquele *In* na tua peça. Se tiver essa capacidade, é melhor ainda.

Portanto, tu tens a capacidade de fazer um vivo, vais, faz a tua reportagem, lês o teu off, é muito bom, porque o que é que tem acontecido às vezes, o jornalista vai, faz entrevista, escreve, mas não tem voz. E o pivot, na hora do noticiário, ainda que tenha vontade de anunciar que essa peça é do Valério, muitas vezes esquiva-se, porque a voz que vem lá não é do Valério, é a voz da Joana, da Maria, etc. Então as pessoas ficam aí, mas a peça é do Valério, depois a voz de Joana, como é que fica.

Então, nesses casos, o pivot escusa-se de anunciar o autor da peça, escusa, e também não fica nada bem. Por exemplo, olha, vamos acompanhar o nosso colega, esteve lá fora, o João..., mas a voz que estar aí é uma voz feminina, porque o João não tem voz para ler o off, fica complicado. Então, escusa-se anunciar o autor da peça.

Então, temos esses casos. Não só na TPA Cabinda, mas acontece me todas as estacoes da televisão. Eu já estive em Japão, também vi um caso desse. N caso desses, e Cabinda não foge a norma.

O caso mais crítico na TPA em Cabinda é sobretudo a pronúncia, porque o jornalista normalmente, para se ser um jornalista, primeiro temos que saber falar, falar fluentemente a língua portuguesa, fundamental, porque quando vais lá fora, vais entrevistar em português, e tens que saber falar português. Vens aqui dentro, faz a tua notícia, escreve, vais redigir o teu texto, mas não tens voz off.

Então, são esses entraves que eu anunciei atrás que faz com que nem toda a gente leia. Mas sobretudo o timbre de voz, a forma como se expressa. Nós temos N casos aqui. Colega que quando está a ler, você vê mesmo que há muita influência da língua materna. Então, essas pessoas formam proibidas que já não podem ler a voz off; muita influência da língua materna. Nós temos esses casos, não fugimos essa norma. Em toda parte de Angola, não só em Cabinda. É uma situação conjuntural. Temos

Kimbundu, os Mbundu, os Cokwe, e se tiver muita influência da língua materna enquanto tiver a se expressar ou a ler, sobretudo a fazer leitura, e é muito complicado.

Temos tido casos que a pessoa quando está a conversar contigo, você nota a influência da língua materna. Muito vezes que na leitura já não. Fico solta, lê bem, esses ainda podem ter um aval positivo, ler os seus offs. Mas quando há influência, tens uma língua presa como a minha, influencia da língua materna, não vais a lado nenhum. És jornalista, mas, como se diz, não é jornalista completo, porque se você é jornalista tens que fazer o tratamento da tua materna da princípio até ao fim, entregar ao chefe da redação; olha está aqui, não é andar atrás de alguém, faz favor me lê só esse off, não fica bem.

Entrevista com os jornalistas da TPA em Cabinda

Entrevista com o 1º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: Boa. A locução dos jornalistas da TPA em Cabinda é boa. Tirando um ou outro aspeto que deve-se melhor, mas é boa.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: Bem, alguns por negligência, por preguiça, não se esforçam, não procuram melhor. Outros porque têm problemas de não conseguirem pronunciar bem as palavras e de forma correta. Então, esses casos é que fazem com que alguns jornalistas da TPA são proibidos a ler os textos, mas na sua maioria a leitura é boa, e assim passa.

3ª Pergunta - Como avalia a existência de juízos de valor negativo na TPA em Cabinda?

Resposta: Eu não diria que temos casos aqui de juízos de valor, não. Eu não diria isso. Eu só acho que com algum esforço, os colegas conseguem, porque até são pessoas com boa dicção. É só melhor um ou outro aspeto, que conseguem ler normalmente. E, portanto, não diria que existe juízos de valor na TPA cabinda.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor se minimizem na TPA em Cabinda?

Resposta: É como eu disse antes, não existe juízos de valor. O que existe é alguma preguiça, algum relaxamento por parte dos colegas, de um ou outro colega. Mas basta que se empenhe, eles conseguem normalmente.

A direção não leva em conta esses, ou pelo menos na TPA em Cabinda não notamos esse problema de juízos de valor, não, na minha opinião. Acho que falta empenho, falta alguma entrega por parte de alguns colegas, por isso é que não leem.

Entrevista com o 2º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: Bom, a avaliação que eu faço é positiva, na medida em que os profissionais têm feito um esforço muito grande. Muitos destes profissionais tiveram formação na rádio, e, como sabe, as rádios têm essa capacidade de conceder ou de conferir essas competências aos profissionais. Portanto, com o tempo de locução, na realização ou na apresentação desses programas, etc, etc.

Então, as pessoas que provêm da rádio trazem já essa capacidade, para além de outros que mesmo tendo-se ligado inicialmente a TPA também têm feito um esforço. Em fim, a língua portuguesa, não é uma língua primária para o nosso caso, e não tem como, e muito desses colegas também estão ligados a academia. De um modo geral, a avaliação é positiva.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: Bom, esta é uma situação que eu acho de alguma forma exagerada, porque já tem dito que nós temos que aprender, ou seja, temos que nos aceitar como somos. Nós não somos portugueses, em princípios nós somos angolanos, somos de Cabinda, e em função da língua materna, o que nós falamos em português tem sempre a tendência de ser influenciado. Deste modo, eu acho que nós devíamos nos aceitar.

Para mim, o mais importante é cumprir com as regras básicas da língua portuguesa, que são as regras exigidas do ponto de vista gramatical, do ponto de vista de, em fim, a todos os níveis. Sabemos que a língua portuguesa tem as suas regras, e acho que o mais importante é por aí, que as pessoas cumpram com o padrão da língua portuguesa.

3ª Pergunta - Como avalia a existência de juízos de valor negativo na TPA em Cabinda?

Resposta: Como disse a pouco, preocupa-me, porque sinto que muitos colegas são simplesmente afastados, são simplesmente, não lhes dão até oportunidade de, em fim, crescerem, porque, à partida, as pessoas têm esses profissionais como tendo muitas dificuldades. Por quê? Porque, infelizmente, quando se expressam transmitem aquela influência da nossa língua materna. Mas, como disse, isso é um fácil problema, porque,

como disse a pouco, nós temos que nos aceitar de modos que eu acho muito preocupante essa situação a nível da TPA.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor se minimizem na TPA em Cabinda?

Resposta: Sim, no fundo as questões são quase interligadas. Lembro que a direcção da TPA tem feito algum esforço através de alguns núcleos de formação internos para superar alguns profissionais neste capítulo. Mas o que eu sinto é que a ideia é elevar essas pessoas ou fazer com que essas pessoas tenham uma pronúncia que se parece com o de Portugal, que na minha opinião não é salutar. Acho que seja por isso que o nível de preconceito é acentuada nesse aspeto, porque eu conheço alguns colegas que estão simplesmente proibidas de ler, são simplesmente, em fim, afastadas, são simplesmente ignoradas nesse capítulo, que na minha opinião não faz sentido para um profissional, que muitos deles até fazem textos muito bonitos e que deviam fazer o exercício exatamente com aquilo que fazem, com aquilo que produzem.

Entrevista com o 3º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: Dos locutores indicados para leitura têm uma leitura boa. Dos não indicados, a questão sempre recai nas questões da língua materna, o *fyote* ou o *ibinda*, que às vezes tem impedido com que os que tomam decisão a nível da televisão não permitam com que determinados colegas não leiam. Os que estão associados a essa questão não têm permissão para fazer leitura, o que eu acho pejorativo.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: Não encontro razão.

3ª Pergunta - Como avalia a existência de juízos de valor negativo na TPA em Cabinda?

Resposta: Muito mal.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor se minimizem na TPA em Cabinda?

Resposta: Eu acho que fazer estaria a lhe dizer que se deveria apostar mais na formação e locução. E mesmo que se aposte na formação de locução, há determinados aspetos que fazem parte do ser da pessoa, que dificilmente vão ser ultrapassados. E é aí

onde penso que quem decide continua a falhar. Aproveita-se este lado do técnico para exatamente criarmos a diversidade numa determinada emissão, ao invés de insistirmos na proibição da leitura de determinados colegas que, não considero deficiência, têm essa questão um pouco mais acentuada relativamente aos outros.

Entrevista com o 4º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: Bem, a locução dos jornalistas da TPA Cabinda, na minha opinião, é avaliada de forma razoável, porque, primeiro, somos poucos que temos a locução como a principal ferramenta. E porque, dos poucos que temos, estes de facto fazem o possível para poderem, primeiro, agradar o telespetador e, segundo, fazerem um exercício cabal, um exercício profissional intenso para que a locução seja, não perfeita, de facto perceptível, de que seja aquela que naturalmente chegue sem ruído aos ouvidos dos nossos telespetadores que, afinal de contas, são os nosso principais elementos da nossa missão, que é o de informar, formar e recriar o público telespetador.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: Bem, conforme eu disse na primeira pergunta de que somos poucos jornalistas que têm a locução como principal ferramenta na Televisão Pública de Angola na TPA em Cabinda, muitos dos nossos colegas são proibidos de ler por questões de léxico, de dicção, por causa da influência da língua materna, que nesse caso é o ibinda, que tem muita influência na nossa forma de falar, na nossa forma de articular a linguagem.

Independentemente de que eu, pessoalmente, em algumas formações, já defendi de que as questões culturais, as questões linguísticas de cada povo não devem ser muito tidas em conta quando estamos a falar de língua veicular, a língua portuguesa, porque o povo de Cabinda, o povo de sul de Angola, do Huambo, do Cunene, do Bié, do Zaire, têm esses povos todos a influência étnica da sua língua materna. E essa influência deve ser levada em conta de quando nós estamos a exercer aquilo que nós falamos da articulação da língua portuguesa.

Então, o mais importante, na minha óptica, é que a pessoa ao dirigir-se, ao falar, ao ler perante o público, perante o telespetador, leia bem as palavras, conheça bem as regras gramaticais, tenha em atenção o tal nosso problema do R, que é um grande problema para a região norte do país, estou a falar de Cabinda, Zaire, Uíge, até um pouco do Bengo.

Mas, entretanto, os principais motivos que fazem com que muitos dos nossos colegas não leiam são esses: a pronúncia do R, a pronúncia do timbre, a pronúncia da dicção, a influência da língua materna, em fim. Para muitos no nosso meio, na nossa sociedade, na nossa televisão, ainda acham que, por exemplo, a influência da língua materna constitui um calcanhar de aquiles para a leitura jornalística na TPA.

3ª Pergunta - Como avalia o nível de juízos de valor na TPA em Cabinda?

Resposta: O nível é acentuado. Há muito juízos de valor na TPA Cabinda. Eu, pessoalmente, também já em vários colóquios, em vários encontros, várias reuniões, tenho estado a incentivar os colegas a lerem os seus textos. Hoje, o jornalismo, na minha ótica, jornalismo moderno, todo o repórter deve ler o seu texto. Todo o repórter de voz grossa, fina, afónica, de voz roca, em fim, deve ler o seu texto.

Agora, há um princípio que tem que se observar, ler bem, pronunciar bem as palavras. Não pode haver ruído, a pessoa, o telespetador, o ouvinte deve entender o que estás a falar, respeitar a pontuação, ler bem as palavras. Respeitar o R, a pontuação, em fim, essas são as questões básicas, porque ontem a questão fundamental era boa voz. Mas na minha ótica, hoje, não é questão de boa voz; é questão de comunicabilidade, esta é a minha opinião pessoal.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor se minimizem na TPA em Cabinda?

Resposta: Os juízos de valor na TPA existe, e é acentuado. O que deve ser feito? Deve ser feito um trabalho, primeiro, psicológico de comunicação, de conversa com os colegas, deve haver algum espirito abnegados dos colegas. Temos que entender que o jornalismo é uma profissão, é uma arte que deve ser exercida todos os dias; como jornalismo, como profissão, como arte.

O jornalismo televisivo é uma condição pessoal, é uma profissão, é uma arte pessoal, e o esforço deve ser pessoal. Dai que deve se fazer mais incentivo; os colegas devem ler muito; devem ser mais comunicativos; não devem ter vergonha; devem fazer mais formações de locução; locuções on job. Portanto, fala-se muito que a leitura também é um exercício. É necessário que haja leitura; que haja coragem; que haja o espirito de abertura também da própria direção da empresa em ver os colegas a ler cada um o seu texto.

Deve-se fazer um trabalho forte para que o juízos de valor não seja um vírus permanente, porque é um problema de mentalidade, na minha ótica, esse problema de

preconceito, mentalidade estática e profissional. Dai que é necessário mais formações, mais seminários, mais cursos técnicos, mais refrescamentos, mais esforço individual dos jornalistas da TPA Cabinda, mais alguma “teimosia” em bom sentido, alguma agressividade de poder mostrar que naturalmente ele pode conseguir, pode fazer, e ele consegue, ele sabe fazer. Portanto, aqui estão na presença dos três pilares da pedagogia: portanto, saber ser, saber fazer e saber estar.

Portanto, são esses pilares que, acredito, aplicados pelo profissional, e bem entendidos pela própria direcção da empresa, nós havemos de minimizar o juízo de valor na TPA em Cabinda.

Entrevista com o 5º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: A minha avaliação quanto a locução dos jornalistas da TPA em Cabinda é uma avaliação normal. Não vejo grandes diferenças comparativamente a locução dos jornalistas dos outros centros de produção.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: Devo dizer que enquanto profissional já passei por algumas estações. Comecei pela rádio, em Benguela, passei também no Huambo, agora estou cá, em Cabinda. E esta realidade não é só dos profissionais de Cabinda.

Mesmo em Benguela, onde eu trabalhei por muito mais tempo, também deparei-me com situações de colegas que não liam. Não liam porque há aqueles jornalistas que são chamados jornalistas completos, e já ouvi essa expressão aqui em Cabinda; que eles são repórteres, são redatores, ou seja, escrevem e colocam voz na matéria.

Mas há outros que são bons profissionais, são bons repórteres, vão no terreno, trazem boa matéria, escrevem muito bem, mas que, infelizmente, não têm essa capacidade de leitura, não muito pela pronúncia, talvez seja. Mas não muito por aí.

Se calhar, precisam treinar mais para poderem ter uma leitura mais aceitável para aquilo que são as exigências do nosso trabalho.

Já vi muitos colegas que eram proibidos pela direcção da empresa em colocar voz aos textos aos trabalhos que faziam por causa dessas situações.

3ª Pergunta - Como avalia a existência de juízos de valor negativo na TPA em Cabinda?

Resposta: Bem, nós sabemos que Angola, o nosso país, é um país multilinguístico. Temos muitas línguas, e de acordo com a região que nascemos temos

algumas particularidades na língua; a província de Benguela tem a sua, Cabinda tem a sua, e outras províncias também têm as suas particularidades linguísticas que influenciam no modo de falar.

Nós sabemos que Cabinda tem essa particularidade, o que de alguma forma é aceitável. Eu quando deparo-me com uma informação a passar e vejo a maneira de alguma do Uíge falar, por exemplo, um jornalista do Uíge a ler uma matéria e Cabinda, nós conseguimos perceber que este é de Cabinda por causa dessa particularidade da língua, que é algo normal. Mas que enquanto profissionais devemos sempre, independentemente de uma ou de outra província, nos esforçar em que a leitura acima de tudo aquilo que estamos a passar para os telespetadores seja algo perceptível, porque o importante é que a informação passa de forma clara e objetiva.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor se minimizes na TPA em Cabinda?

Resposta: Penso que não quero ser muito repetitiva ao que já referi anteriormente, e penso que o número de profissionais que não leem em Cabinda é pouco. Dos colegas que eu vejo, apenas 2 que por alguma ou outra situação ainda não colocam voz.

Então, não vejo isso como preconceito, mas como estímulo para estes profissionais poderem continuar a esforçarem-se mais, não tanto pela dicção que têm, porque já se sabe que é uma particularidade dos naturais de Cabinda, mas que de alguma forma é um desafio que deve ser olhado como desafio e continuarem a trabalhar, a dar o seu melhor para que possam então conseguir corresponder com as expetativas que a direcção pede.

Entrevista com o 6º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: A locução dos jornalistas da TPA em Cabinda é razoável, na medida em que cada um dos jornalistas tem a sua tonalidade de voz e a forma de ler.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: Bom, alguns jornalistas da TPA em Cabinda estão proibidos a ler, em alguns casos, jornalistas que têm problema do R, têm a língua presa entre os dentes e também a forma como pronunciam as palavras.

3ª Pergunta - Como avalia a existência de juízos de valor negativo na TPA em Cabinda?

Resposta: Num nível bastante acentuado.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor se minimizem na TPA em Cabinda?

Resposta: Bom, penso que na minha opinião pessoal os colegas devem se esforçar no sentido de conquistarem esse espaço que é muito bom, que o jornalista vai a rua, recolhe as informações, elabora o seu texto e também posteriormente lê.

Entrevista com o 7º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: Eu acho que a locução na província de Cabinda é boa, porque partindo do princípio até de que Cabinda foi uma das províncias, fora de Luanda, a ter um centro de produção e que emitia as emissões diretas para a nacional.

Cabinda sempre teve quadros bons e competentes com uma locução boa, e o tempo foi se desenvolvendo e as pessoas foram melhorando cada vez mais. Portanto, acho que a locução na província de Cabinda é boa e é de certa forma considerável a nível do país.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: Já se falou de conceito de linguística, talvez por algumas pessoas por influência de língua, algumas pessoas por alguma influência da fonética. E há quem diga ainda que o jornalista de Cabinda tem alguns problemas de R, carregar o R onde não deve, e não carregar também onde deve. Em suma, é isto, e às vezes é a preguiça que os jornalistas têm em continuar a ler, em continuar a exercitar, porque um jornalista tem de continuar a exercitar.

Mesmo sendo profissional, tal como dizem "a prática é a pedra de toque de toda a verdade", se a pessoa sabe, mas deixar de praticar perde actualidade, perde a tonalidade, perde a consistência. Então, eu acho que é nisto; é influência às vezes da própria língua. Mas eu posso dizer que nós temos jornalistas que leem e continuam actualizados e que fazem um trabalho magnífico.

3ª Pergunta - Como avalia a existência de juízos de valor negativo na TPA em Cabinda?

Resposta: Está por aí na mediana.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor negativo se minimizem na TPA em Cabinda?

Resposta: Eu iria partir do princípio que nós temos que primeiro admitir a nossa realidade, isto é importante. Quem não aceita a sua realidade também vai ignorar a realidade dos outros; os Cabinda são Cabindas, todos nós estamos em Angola, mas estamos a falar assim em regiões... Se ouvirmos, por exemplo, a locução do pessoal do Soyo, do Uíge que também a tonalidade, mas que passam nas emissões.

Agora, se nós que estamos em Cabinda e temos algumas dificuldades de alguns jornalistas e outros não lerem, nós temos que aceitar isto. Se eu leio bem, mas tenho uma tonalidade mais virada, por exemplo, ao ibinda, deixa que eu leia. O importante é pronunciar bem as palavras, a mensagem ser passada.

E depois a mensagem que deixo é: não se pode ignorar as pessoas. Temos que fazer o possível de irmos educando as pessoas, críticas construtivas, dar oportunidade de formação aos jornalistas, darmos oportunidade das pessoas superarem, porque ninguém nasce perfeito, e a formação é contínua. Nem eu, por exemplo, que estou a quase 25, 27 anos de jornalismo, mas ainda tenho problemas. E diante das novas tecnologias, diante da globalização, diante do desenvolvimento, nós temos que aceitar que se eu não ter outras oportunidades, vou ficar ultrapassado.

Então, tem que se fazer acções de formação, tem de haver políticas de melhoramento, políticas de inclusão para fazer que as pessoas se apercebam daquilo que têm dificuldades e superarem essas dificuldades.

Tem que se dar oportunidade as pessoas, não se pode ignorar. Quando ignoramos as pessoas, estamos a matar o quadro. Mas que tal de um quadro que nós já temos que, tudo bem que e um quadro de já muito tempo, já vem desde a 20, 30 anos, e às vezes por um cansaço mental, às vezes por algumas dificuldades de vida, e tudo mais, sente-se um bocadinho ultrapassado, e ate temos que arranjar motivos de estimular para que esse quadro supere-se.

E quais são esses motivos? Os motivos são a formação, palestras, introduzirmos também acções psicológicas, para tentar motivar essa pessoa que volte à realidade e que acompanhe a dinâmica da vida.

Entrevista com o 8º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: Tenho colegas que são bons locutores que eu devo tirar o chapéu; posso citar o caso do Jesus, francisco Lundi, isto é, para falar da província de Cabinda.

Portanto, temos bons locutores. Pena que nós temos problemas de querer exigir perfeição que está fora do nosso contexto de crescimento. Nós crescemos em Cabinda, obviamente falamos o português de Cabinda, quem cresce no Brasil fala o português do Brasil, e quem está em Portugal fala o português luso, mas quem está em Moçambique vamos ver que tem um português diferente, prontos.

Era bom que nós aceitássemos as locuções tais como o jornalista fala, mas este profissional deve obedecer a sintaxe da língua, a morfologia da língua. Portanto, deve ter uma destreza cabal da morfologia e sintaxe da língua, mas quanto a sua locução não deve ser levado ao extremo de querermos exigir como se fosse um luso na televisão.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: É exatamente o que disse e acho que fui extensivo demais na primeira pergunta. Portanto, exige-se perfeição logo de partida. Muitas das vezes os nossos dirigentes esquecem que o exercício para se perfeito é preciso ser feito de forma insistente. Todos nós viemos da escola, ninguém chegou ao mestrado, ninguém chegou à licenciatura que não tenha começado a preparatória, que nós aqui era pré, primeira, até para lá. Não fomos directamente para sermos licenciados por mais inteligentes que a gente pudesse ser.

Obviamente que ao impedir estamos a tirar potenciais locutores que a casa devia ter. Isso acontece por causa da fonética. A nossa televisão gosta de imitar o que se faz noutras televisões, imitávamos a RTP, depois passamos a imitar a SIC, voltamos a imitar a RTP, agora estamos a imitar a Zimbo. E o que é que emitamos?

Queremos imitar inclusive exactamente assim como fala um português, e não é bem assim; dessa maneira é impossível nós desenvolvermos a nossa locução. Portanto, o problema que ocorre é mesmo estes juízos de valor de querer exigir acima daquilo que somos ou educados a ser.

3ª Pergunta - Como avalia a existência de juízos de valor negativo na TPA em Cabinda?

Resposta: Eu gostaria até de abranger isto, não restringir apenas para o caso Cabinda, como se fosse a nível da TPA; portanto, a Televisão Pública de Angola no seu todo. É um caso que temos vindo a debater. O jornalista é preciso exercer o seu trabalho para ser mais jornalista.

Quando nós o proibimos, estamos a distorcer a sua moral. Portanto, mesmo no seu empenho profissional, ele começa a recuar, sentindo-se menosprezado, sentindo-se menos valorizado, pelos chefes sobretudo. De modos que eu sou de opinião, e insisto sempre na mesma tecla que é necessário dar formação de língua portuguesa aos jornalistas, e exigir o linear na escrita e não na locução, porque cada locutor ou cada cidadão fala exactamente assim como fala no seu país.

Porem, em Portugal também todos não falam de forma linear; temos os portugueses alentejanos que falam de *binho* quando deveria ser *vinho*. Aqui, em Angola, também temos no sul, quem fala *mbatata* quando deveria ser *batata*. Obviamente que nós não vamos admitir que alguém vem ler uma notícia do telejornal que *“as mbatatas foram”* também não é isso, porque senão já estaríamos a cair ao ridículo.

Mas existem aqueles pequenos erros, tal como eu me referi no principio, que o *d* soa um pouco mal, o *e* não sai bem, e tudo mais, mas esses são erros por influencia da língua materna por onde a gente nasceu. Mas com o exercício continuo, a pessoa pode melhorar. Eu acho isso muito mal restringir a criatividade dos jornalistas e possível desenvolvimento dos locutores por parte da direcção da TPA.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor negativo se minimizem na TPA em Cabinda?

Resposta: Primeiro é que temos de ter em conta um aspeto: o preconceito não é simplesmente como tal, também existe o medo dos chefes de serem ultrapassados por quem vem depois deles. E ele usa esta arma de dizer que você não é bom locutor que é para ele manter-se no top. Primeiro aspeto que temos de lutar para banir é a inveja do chefe que não quer ver o evoluir do seu trabalhador.

O segundo aspeto é aceitarmos a língua portuguesa conforme ela é falada na região. Em Angola, a forma que fala um luandense é diferente de quem fala em Cabinda. Razão pela qual existem muitos centros de produção.

Temos Centro de produção de Benguela, Centro de produção de Cabinda, Centro de produção de Luanda; se metermos três jornalistas destes 3 Centros de produção a lerem o mesmo texto ou a mesma notícia, veremos que a sua locução fonética será diferente. Logo, não vamos dizer que fulano leu melhor lá porque articulou de uma forma mais aproximada da articulação lusa. Nós temos que aceitar exactamente assim como lê, obviamente sem erros gramatic

Entrevista com o 9º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: Os meus colegas estão a caminhar bem, mas ainda têm debilidades porque a língua portuguesa não é a nossa língua mãe. Mas estão a tentar tudo fazer para a TPA em Cabinda tenha um padrão nesse ramo.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: Sabe que em Angola já temos, não só em Cabinda, televisões concorrentes. Se formos a ver, temos aqui a TV Zimbo, a nossa principal concorrente, e não é qualquer voz tem que passar, porque nós aqui a questão é prestar melhor serviço, um serviço de qualidade. Por isso que algumas vezes que agora, internamente, estão ensaiando para que possam passar a nível nacional, mas localmente essas vozes passam.

3ª Pergunta - Como avalia a existência de juízos de valor negativo na TPA em Cabinda?

Resposta: Bem, eu acho que nós a partir do questionário, nós já demos algumas sugestões para melhorar o trabalho que está sendo feito sobre juízos de valor aqui na TPA Cabinda, que considero estar num nível muito alto, porque nós não estamos a conseguir corrigir. A bocado, eu respondi as perguntas, o preconceito ainda continua porque até hoje ainda há jornalistas que estão proibidos de ler, de fazer off. Portanto, vieram 2, 3, 4 que são só aqueles que devem ler.

E os outros? Quando é que vão ler? Portanto, eu acho que está a faltar alguma coisa, é um erro que nós estamos a cometer. Na gestão não podemos meter outros de fora. Portanto, temos que fazer de tudo, puxar as pessoas até quando vão melhorar, porque no jornalismo todos os dias nos aprendemos. E quando estamos a aprender ninguém poder ficar parado, estagnado. Temos que aprender até que vai melhorar.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor se minimizem na TPA em Cabinda?

Resposta: Eu acho que a partir de agora a direcção da TPA em Cabinda tem que ver esse aspecto, tem que organizar essas sessões diariamente, as pessoas devem vir neste estúdio a exercitar, a grafar offs, e tem que haver alguém para acompanhar.

Portanto, avaliar, corrigir o que é que não vai, pronúncia, o ritmo, não podemos correr, até que a pessoa vai melhorar, do que deixar as pessoas que não esse já não vale, não. Devemos tratar todas como importantes, porque ninguém é insubstituível aqui. Aquele que foi péssimo jornalista, não tinha uma boa dicção, quando vai se exercitando,

ele vai melhorando, porque nós temos um exemplo: você hoje vai se inscrever num coro, protestante, por exemplo, não sabes ler, mas quando você vai ensaiando, a cada dia que vai ensinando, eles vão te preparar a voz. Depois de amanhã vai ser um dos melhores, até chegar a ser dirigente do grupo, é assim.

Entrevista com o 10º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: Avalio de forma positiva.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: Esse é uns problemas que muitos dos responsáveis, infelizmente, levam em conta no sentido de discriminar. Ou seja, são problemas discriminatórios. Muitos jornalistas não leem os seus próprios textos porque, se calhar, o próprio responsável não foi na sua cara ou não gosta da sua voz, não gosta da sua locução, e prontos; vai te vetar a possibilidade de você ler o seu próprio texto.

3ª Pergunta - Como avalia a existência de juízos de valor negativo na TPA em Cabinda?

Resposta: Muito grave. É um problema muito grave porque são várias pessoas que precisam ter essa possibilidade de ler os seus próprios textos, São muitas pessoas aqui formadas em jornalismo, mas que são impedidas de colocar a voz nos seus próprios textos. Logo, a discriminação com que essas pessoas passam é uma situação muito grave dentro da TPA Cabinda.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor se minimizem na TPA em Cabinda?

Resposta: Primeiro é aceitar as especificidades de cada região. Ou seja, localizar a pessoa, encontrar as falhas, identificar essas falhas e treinar a pessoa de acordo a própria voz, de acordo as especificidades da região. E não forçar a pessoa a ser aquilo que não é. Largar mais oportunidades para as pessoas, dar mais oportunidade, no caso, às pessoas. E formar aquelas pessoas que eles acham que não deveriam colocar a voz por um determinado aspeto, encontrar este aspeto, eliminar e aceitar a pessoa de acordo, tal e qual, ela é, é de acordo as especificidades da sua região.

Entrevista com o 11º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: eu acho que é boa, porque para que eles possam fazer esse exercício passaram por um teste e que foram avaliados de acordo com a capacidade de leitura ou capacidade de voz de cada um. E acho que a locução deles tem sido boa.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: Muitos de nós não lemos, falo do meu caso, por questões de precaução. Nós aqui em Cabinda temos um problema que é estarmos rodeados aqui de variadíssimos vizinhos que falam o francês, que são os dois Congos. E a influência do francês tem estado a repercutir um pouco na língua portuguesa que nós veiculamos aqui, particularmente em Angola.

E sobretudo no meu caso, ao pronunciarmos a letra R, a letra R aparece um pouco; é um duplo R às vezes. Você vai pronunciar a letra R, mas quando soar a palavra parece que o R foi duplicado. Então, este é dos grandes maiores problemas que nós temos aqui em Cabinda, e muitos de nós por precaução mesmo não lemos os textos.

E dizer também que cada um tem que fazer a sua auto-avaliação; o profissional quando achar que não está em condições para um certo trabalho é preferível abdicar-se a isto e ir tentando fazer alguns exercícios no sentido de melhorar. Caso não haja melhorias, tem que deixar mesmo que os outros colegas possam ler os seus textos, e assim o trabalho sair melhor.

3ª Pergunta - Como avalia a existência de juízos de valor negativo na TPA em Cabinda?

Resposta: Não considero que seja juízos de valor porque o que existe é uma selecção dos melhores entre nós; somos como uma equipa de futebol e só joga o melhor 11 inicial.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor negativo se minimizem na TPA em Cabinda?

Resposta: Os que não leem hoje vão fazendo exercício no sentido de que amanhã possam melhorar, e acreditar que quando estiverem bem vão ler os seus textos.

Entrevista com o 12º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: Julgo ter uma boa qualidade.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: Bem, o que nos dizem é que, por influência das línguas maternas, a nossa pronúncia não corresponde aos padrões exigidos a nível da televisão nacional.

3ª Pergunta - Como avalia a existência de juízos de valor negativo na TPA em Cabinda?

Resposta: Eu considero que está num nível preocupante, na medida em que é causa de proibição de certas pessoas de proceder a leitura dos seus próprios textos. Se chega a este nível, eu acho a situação é de deveras preocupante.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor negativo se minimizem na TPA em Cabinda?

Resposta: Acho que deve haver algum trabalho, primeiro, de sensibilização das pessoas que têm o poder de decisão de modos a que compreendam que a pronúncia por influência da língua materna não pode ser tomada como pressuposto para que alguém não seja locutor.

Em qualquer parte do mundo, a pronúncia da língua portuguesa vai variando de acordo a influência das especificidades linguísticas das línguas maternas, isto em cada região. Falaríamos do português brasileiro, falaria do português Cabo-verdiano, do português praticamente angolano. Mesmo a nível de Portugal ainda vamos encontrar pronúncias diferentes no norte, no centro, e, se calhar, no sul de Portugal. Mas em qualquer uma dessas regiões há locutores e o seu texto jornalístico passa nas cadeias nacionais.

Portanto, tem que se fazer um trabalho de sensibilização, primeiro, das pessoas que têm o poder de decisão de modos a aceitarem a influência das línguas maternas como normal no exercício do jornalismo.

Entrevista com o 13º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: Olha, a locução dos jornalistas locais, digamos que é variável. Cada um tem a sua maneira de efetuar a leitura, apesar de existir alguma influência da língua materna que, de certo modo, tem estado, digamos, a ser um pormenor tido aqui em conta pela nossa direção, que define exatamente nos termos de que alguns colegas têm influência da língua materna, que na opinião da direção não podem ler por influência mesmo da língua materna.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: Invoca-se a questão de alguns de nós produzir mal alguns sons do português.

3ª Pergunta - Como avalia a existência de juízos de valor negativo na TPA em Cabinda?

Resposta: Bem, o nível de preconceito, eu vou continuar a tocar na tecla da influência da língua materna. Aqui selecciona-se fulano é que lê, fulano não lê, em função disso aqui, assim assim, tem algumas insuficiências na locução. E são elementos que advêm exatamente da influência da língua materna. A direção é que define quem lê, quem não lê.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor se minimizem na TPA em Cabinda?

Resposta: A mensagem que eu deixo é no sentido de a direção incentivar os demais profissionais, porque todos nós temos capacidade para exercer uma determinada atividade e cabe a direção incentivar. Não podemos é dizer que tomo essa decisão de que o fulano não lê, o sicrano não lê.

Então, a direção deve incentivar, garantir formação, para que esse individuo venha adquirir novas ferramentas, que venha, de alguma forma, adoptar-se de novas técnicas de leitura.

Entrevista com o 14º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: Olha, relativamente a locução dos jornalistas da TPA Cabinda, eu acho que é razoável. Razoável porque a leitura de cada um não deve ser taxativamente a mesma; cada um tem as suas especificidades, cada um tem, ou seja, a velocidade com que as palavras saem e são pronunciadas de modos que não se pode fazer ou definir um padrão para todos possam fazer da mesma forma.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: Olha, eu acho que é um absurdo. Infelizmente, é um absurdo que ainda vamos ter que conviver com o mesmo durante muito tempo, porque quem decide

quem lê e deixa de ler é um grupo determinado; porque se nós perguntarmos a qualquer um dos jornalistas que, por alguma razão, não lê, ele se mostra capacitado para o fazer.

Na minha modéstia forma de analisar este processo, eu acho se o individuo que vai ler não diz “minha pai” ou “meu mãe”, e ele consegue transmitir aquilo que ele vai ler, ele poderia ler. Eu até defendo algo que eu aprendi em jornalismo que melhor do que quem vá ao terreno e vive, que pode transmitir a mesma carga emocional que ele vê, vive, leu, e testemunhou durante a entrevista, não há ninguém que poder transmitir isto do que outra pessoa.

Por isso, eu continuo a dizer e defendo taxativamente que é um erro crasso as pessoas não poderem ler aquilo que eles próprios fazem.

3ª Pergunta - Como avalia os juízos de valor na TPA em Cabinda?

Resposta: Eu não sei se chamaríamos a isto juízos de valor. Mas eu continuo a dizer que é um absurdo o que nós ainda verificamos, porque eu privo constantemente com as pessoas, muitas delas que não leem as suas matérias, e percebo que há alguma intenção, não sei dizer se é esta ou aquela, mas há alguma intenção que impede que estas pessoas possam ler eles as próprias matérias. E eu acho que nós deveríamos fazer uma certa reflexão à volta disso, e banir mesmo esta prática.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor se minimizem na TPA em Cabinda?

Resposta: Olha, eu não sei se nós vamos conseguir banir este princípio. Mas é bocadinho como ainda outros problemas que nós ainda vivemos. Se nós repararmos bem, nós ainda temos no país, e a televisão em Cabinda não foge a regra, jornalistas sem uma carteira profissional.

Mas, em contrapartida, os juristas têm, os médicos têm, os outros têm, porque as pessoas esquecem-se de dois princípios. O primeiro é, a primeira condição sine quo non para um individuo ter a carteira é ser formado no ramo, a segunda é exercer durante um período de tempo e uma outra é a tarimba.

Então, enquanto nos não pensarmos que os critérios são estes, nós estamos um bocadinho, como estão os treinadores de futebol. Todo mundo se acha que é um treinador de futebol. Os treinadores o são porque têm competências para o fazer; há aqueles que têm tarimba para o fazer, e há aqueles que por mera curiosidade acabam tendo sempre a necessidade de fazer alguma formação. Então, aqui também se aplica o mesmo conceito.

Entrevista com o 15º jornalista

1ª Pergunta - Como avalia a locução dos teus colegas jornalistas da TPA em Cabinda?

Resposta: A locução dos jornalistas da TPA, na minha opinião, varia de acordo o modo de falar de cada jornalista. De acordo a sua fonética e a sua forma de ler.

2ª Pergunta - Por que motivo alguns jornalistas da TPA em Cabinda são proibidos de ler?

Resposta: Esta questão vai de acordo a primeira pergunta em que eu respondi que vai de acordo ao seu modo de ler. Muitos não conseguem enquadrar as palavras de um modo que dá a probabilidade do ouvinte entender a mensagem passada pelo jornalista.

E temos o problema da fonética, isto é que impede que muitos possam ler por causa da sua fonética; é um mal que impede mesmo os jornalistas fazer o uso da leitura.

3ª Pergunta - Como avalia a existência de juízos de valor negativo na TPA em Cabinda?

Resposta: O juízo de valor na TPA em Cabinda é mau, muito mau mesmo, porque invés de ajudarmos, nós ficamos a criticar apenas. Criticamos, criticamos, e ajudar que é bom não ajudamos, e simplesmente pegamos esta pessoa encostamos, impedimo-lo de realizar o sue sonho por causa deste mal.

4ª Pergunta - O que deve ser feito para que os juízos de valor se minimizem na TPA em Cabinda?

Resposta: na minha opinião, acho que devemos respeitar. Devemos respeitar porque cada individuo expressa-se devido ao seu modo da sua língua materna. Como sabemos, Angola está dividida com várias línguas maternas e a sua fonética varia.

Então, todo mundo não tem a mesma fonética, não tem o mesmo rumo de leitura. Acho que nós devemos aceitar e não discriminar, e talvez dar uma força a estas pessoas, corrigi-las com sabedoria, e não de uma forma que deixa a pessoa cabisbaixa e ao ponto de desistir dos seus sonhos.